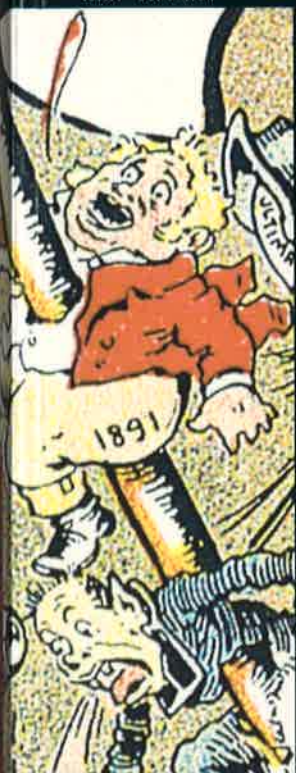


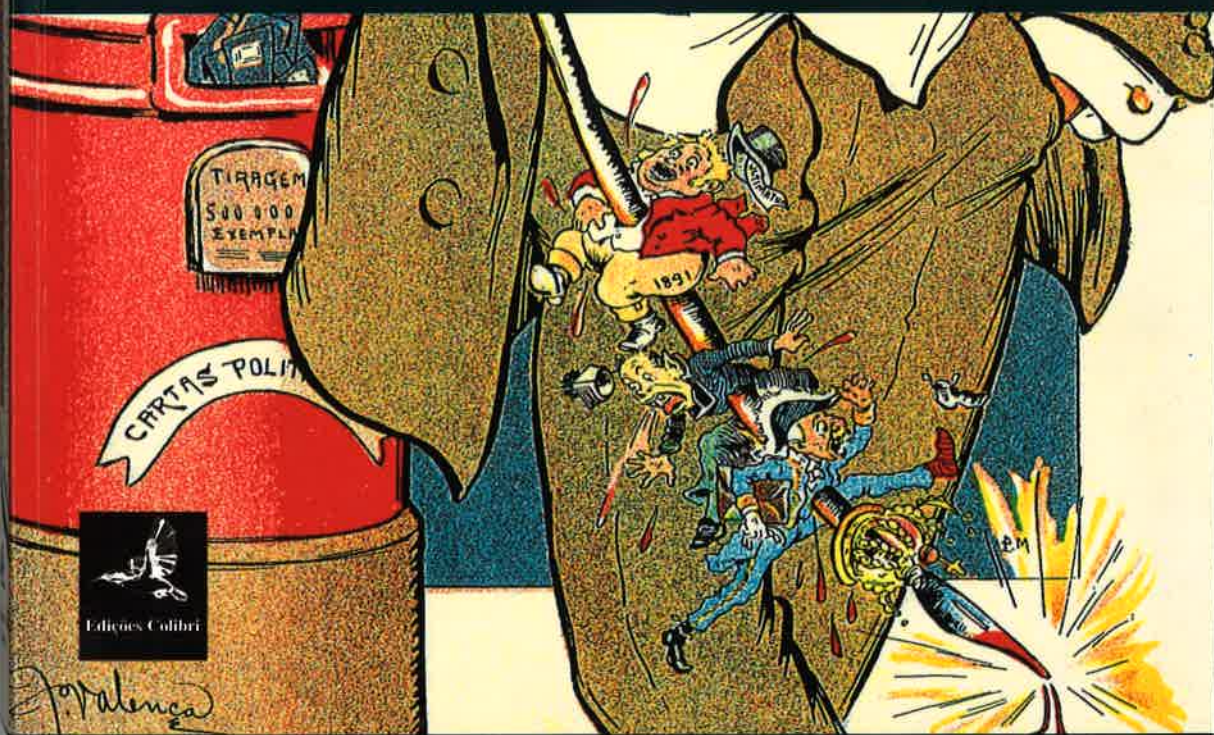
NOVA SÉRIE
VOLUME 2
1997

ISSN 0870-4104

CENTRO DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE DE LISBOA



CLIO



Edições Colibri

CLIO

Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa

Director: José Nunes Carreira

Conselho da Direcção: João Medina, Maria do Rosário Themudo Barata,
António Borges Coelho, António Dias Farinha

Secretariado: José Brissos, José Varandas

Proprietário do título: Centro de História da Universidade de Lisboa

Editor: Edições *Colibri*

Alameda da Universidade – 1699 Lisboa Codex

Telef./Fax: 796 40 38

Revisão: Fernanda Araújo

Capa: Inês Mateus

Composição, impressão e acabamentos: *Colibri* – Artes Gráficas

Depósito Legal: 26 066/89

ISSN 0870-4104

Distribuição: SODILIVROS

Tiragem: 1.000 exemplares

Preço de capa: 1.575\$00

A correspondência relativa a colaboração, permuta, oferta de publicações,
etc. deve ser dirigida a:

CLIO – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa

Centro de História da Universidade de Lisboa

Cidade Universitária

P – 1699 – Lisboa Codex

Acabado de imprimir em Julho de 1997

Solicita-se permuta
On demande l'échange
Man bittet um Austausch
Exchange requested

CLIO

Nova Série – 2 – 1997
Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa

ÍNDICE

TEORIA

7 • *Para a História da Ciência*
A. Marques de Almeida

31 • *Tópicos para um Panorama da Filosofia em Portugal no Século XX*
José Barata-Moura

ESTUDOS

61 • *Um Cavaleiro "Europeu" Perdido na Península Ibérica. Nicolau Popielovo em Portugal, em 1484*
Fernando Cristóvão

75 • *Trento e o Triunfo da Vulgata em Portugal*
José Nunes Carreira

85 • *Política de Educação e Instrução Popular no Portugal Oitocentista*
Sérgio Campos Matos

109 • *O Tradicionalismo Miguelista Perante O Ultimatum Inglês de 1890*
José Brissos

129 • *Uma Página da História de Angola. Morte de Mutu-Ya-Kevela e Aniquilamento da Revolta do Bailundo (1902) numa Leitura do Relatório do Tenente Pais Brandão*
António Faria

137 • *Os Integralistas no Secretariado de Propaganda Nacional*
Cristina Pacheco

153 • *Varões Republicanos – Quatro Retratos de Vultos Políticos da I República: Machado Santos, Afonso Costa, João Chagas e Sidónio Pais*
João Medina

RECENSÕES E DEBATE

- 177 • *Memória e Historiografia: a Chama das Ideias Radicais*
Maria Arminda do Nascimento Arruda
- 181 • *Experiência de Classe e Experimento Historiográfico em E. P. Thompson*
José Jobson de Andrade Arruda

DOCUMENTAÇÃO

- 195 • *O Terramoto de 1755 Visto por Um Diplomata Holandês em Lisboa*
Ana Maria Homem Leal de Faria

NOTICIÁRIO

- 203 • *A Politização dos Campos no Século XIX*
(França, Itália, Espanha, Portugal e Grécia)
José Tengarrinha
- 205 • *III Jornadas de História Iberoamericana – O Barroco e o Mundo Atlântico*
Maria da Graça A. Mateus Ventura
- 207 • *Teses de Doutoramento Inscritas no Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa*

IN MEMORIAM

- 213 • *Georges Duby*
António Borges Coelho
- 217 • *Lembrando Albert Silbert*
José Tengarrinha

TEORIA

SOBRE A HISTÓRIA DA CIÊNCIA

A. A. Marques de Almeida

Premier point à méditer: l'histoire des sciences ne peut être tout à fait une histoire comme les autres.

Gaston Bachelard
(*Actualité de l'histoire des sciences*)

O. Introdução

A propósito da introdução recente da *História da Ciência* nos currícula de estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e tratando-se, sem dúvida, de uma cadeira que veio abrir um espaço de trabalho na área da interdisciplinaridade, parece-me oportuno reflectir sobre os modos da sua escrita.

Acontece que a História da Ciência tem, nos últimos vinte anos, conhecido em todo o mundo um destino brilhante e, liberta da ancoragem ao mar fundo da reflexão filosófica (a chamada História e Filosofia da Ciência, feita pelos filósofos, pouco tem de comum com a História dos historiadores) tem mostrado uma vitalidade surpreendente. Não se trata, pois, de uma aventura começada *ex nihil*, pois a História da Ciência começou a ganhar corpo com G. Sarton no início do século e é impossível esquecer os contributos dados nos últimos quarenta anos pelos historiadores das mentalidades e das ideias¹. Na situação actual da historiografia torna-se, por isso mesmo, indispensável abordar problemas metodológicos, particularmente nos quadros interpretati-

¹ Entenda-se que me refiro mais propriamente à abordagem da História da Ciência como disciplina objecto deste estudo. A história da ciência como tomada de consciência global da historicidade humana, essa pertence ao século XVIII.

vos da factologia científica. Não se estranhe, pois que, num primeiro momento, se dê relevo e particular cuidado à abordagem do estado da questão.

É que, sendo a História em si mesma labiríntica, e o terreno da História da Ciência interdisciplinar, todo o cuidado é pouco. A História da Ciência situa-se no cruzamento da História Social com a História das Mentalidades e na confluência da História da Cultura com a História das Ideias. Outro poderia ter sido o arco; outra teria sido a flecha. Mas a direcção seria sempre a mesma, e a tensão analítica definiria, em qualquer caso, a História da Ciência como um sistema de ideias na encruzilhada da História Social e da História das Mentalidades; uma área de fronteira, sem dúvida, mas também de confluências nem sempre devidamente explicadas, e de rejeições também que, mais e melhor do que nenhuma outra, a História Social ilumina.

Mas, o que fica de fora, o que é afastado para a periferia pelas tensões centrífugas, matiza-se nas regiões de fronteira e por vezes torna-se difícil saber de que é que, afinal de contas, se fala. Refiro-me ao trabalho dos nossos amigos antropólogos e sociólogos que produziram excelentes obras sobre os problemas da sociabilização dos saberes; reflectiram sobre a sacralização do conhecimento científico que se observa em todas as fases da evolução das sociedades humanas. Sem dúvida os seus trabalhos iluminaram o nosso caminho. Porém, constituem a última fronteira do historiador. Pôr o pé do lado de lá seria um acto gratuito de que historiador de bom senso se absteria.

1. História da Ciência: o estado da questão

O ensino da História da Ciência tem fraca tradição curricular nos programas de estudos das nossas Faculdades de Letras; mas creio que nas Faculdades de Ciências se passa algo parecido. Só muito tarde e timidamente a Universidade portuguesa se abriu aos estudos de História da Ciência, não obstante algumas tentativas isoladas e de nulo efeito prático. Aconteceu por altura dos anos sessenta, quando o Professor Reyer Hooykaas, por solicitação de Luís de Albuquerque, regeu uma cadeira dedicada a este tipo de estudos na Universidade de Coimbra.

Isto não significa que não se encontre na cultura portuguesa uma tradição de trabalho neste domínio e até mesmo levada a cabo por universitários. Basta recordar os trabalhos de Luciano Pereira da Silva, de Maximiano de Lemos, de Duarte Leite no primeiro quartel deste século e mais recentemente, em meados dos anos setenta, a regência de uma cadeira de História da Ciência na Faculdade de Letras de Lisboa, dela se tendo incumbido o Professor João Andrade e Silva, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Como se vê, existe, neste domínio, e também nas universidades portuguesas alguma tradição, mas é no quadro curricular dos estudos de Filosofia que ela é mais forte². Com efeito, a cadeira de História e Filosofia das Ciên-

² No domínio da Filosofia da Ciência julgo relevante a obra de Leonardo Coimbra que, em Portugal, nos primeiros anos da República, recepcionou o que de melhor em ciência e

cias tem, não só tradição, como até eficácia investigacional; mas nós, historiadores, sabemos que esta disciplina não nos tem prestado todos os serviços que poderíamos desejar para levar a cabo a nossa tarefa interpretativa da factologia científica.

Se, em Portugal, o ensino da história da Ciência não conseguiu implantar-se na esfera privada da Universidade, é verdade que o estudo destas matérias ostenta um percurso brilhante na esfera externa, quero dizer, na própria cultura portuguesa. Ainda que pouco estudada na Universidade, a comunidade científica tem-lhe dedicado pertinente atenção, não obstante a contumaz resistência que durante todo este século se tem feito sentir. Nem a realização do 3.º Congresso de História da Ciência, que teve lugar no Porto no Outono de 1934, foi capaz de desinquietar consciências e mentes, deixando tudo na mesma, ou quase. E todavia, as datas comemorativas dos finais do século XIX, em torno dos Centenários de Camões e de Vasco da Gama, por exemplo, haviam produzido excelentes estudos de Luciano Cordeiro, de Sousa Viterbo e do Conde de Ficalho, entre outros.

Não será, pois, surpreendente que a historiografia da Ciência em Portugal, apesar de estreitamente ligada aos Descobrimentos, seja, afinal, a prova de uma sólida confluência de interesses culturais muito diversificados, mas sem continuidade. Desde os trabalhos pioneiros de Sousa Viterbo sobre a náutica, na viragem do século, até aos estudos de Mendes Ferrão sobre a migração das plantas, já nos nossos dias, não esquecendo as obras de Luís de Albuquerque ou de Duarte Leite ou ainda de Luciano Pereira da Silva, assim tem sido.

E podíamos acrescentar a este rol os estudos do Conde de Ficalho sobre botânica ou os trabalhos de Rodolfo Guimarães, F. Gomes Teixeira e Pedro José da Cunha sobre a história da Matemática, e mais recentemente Rómulo de Carvalho para a generalidade da Física no Século XVIII, para vermos como os rios correm para o mar.

De entre todas as contribuições que cimentam a nossa historiografia da Ciência deve destacar-se a notável contribuição de Luís de Albuquerque que se inicia em 1955 com a sua primeira visão de síntese sobre a cultura científica portuguesa: *As Navegações e as origens da mentalidade científica*. Dois anos depois aparece na *Revista Vértice* um outro estudo, *Introdução à História dos Descobrimentos*, repartida por três artigos e que, refundidos e alargados, darão azo, anos adiante, ao livro editado pela Atlântida. Em 1973 surge *Para a História da Ciência em Portugal*, onde o Autor reuniu, actualizando-os, trabalhos diversos e publicações avulsas, apondo-lhes notas de

filosofia da ciência se ia publicando na Europa. Veja-se a este respeito: ALFREDO DINIS, "Filosofia da Ciência na obra de Leonardo Coimbra", in *Filosofia e Ciência na obra de Leonardo Coimbra. Actas do Simpósio realizado no Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa. 31 de Janeiro – 2 de Fevereiro de 1992*. Porto, Fund. António de Almeida, pp. 137-155.

grande valor científico. É o caso de *Os Almanques Portugueses de Madrid* (publicado em 1961) e que gerou a controvérsia com Joaquim Barradas de Carvalho sobre o uso em Portugal da notação de posição.

Este último Autor publicou dois estudos decisivos para a compreensão das formações mentais da nossa Idade Média e do Renascimento que são: *Sur l'introduction et la diffusion des chiffres arabes au Portugal* (Paris, 1958) e *A la Recherche de la Spécificité de la Renaissance Portugaise*, (Paris, 1983).

Em 1985 coube à Academia das Ciências de Lisboa, na celebração do segundo centenário da sua fundação, a organização do *Colóquio História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, editado pela Academia das Ciências de Lisboa, em 1986. Foi um importante momento de reflexão como pode ver-se pela leitura das comunicações e a sua realização, bem como os nomes de eminentes cientistas e universitários que nele intervieram representa uma mudança de atitude face à História da Ciência.

2. A questão dos conteúdos. Os ganhos e as perdas

O essencial da motivação para o estudo desta disciplina na formação curricular dos alunos de História reside nos ganhos de complexidade de interpretação da cultura portuguesa, sendo o estudo da recepção do pensamento científico o motor móvel ou, dizendo de outro modo: verdadeiramente o que se pretende, no domínio dos conteúdos, é fazer a história da recepção dos saberes e dos conhecimentos científicos europeus na esfera da cultura portuguesa. Questão de não sobeja importância, pois, só assim, aqui e agora, o historiador das ideias e da cultura pode compreender a génese do pensamento e da prática científica levadas a cabo nas últimas quatro centúrias. Para essa finalidade não conta apenas o trabalho de pesquisa, nem os resultados que os cientistas alcançaram; será sempre bom ter presente a organização institucional da Ciência que abrigou e deu representação a uma prática cultural, como é, em última análise, o trabalho científico³.

Então, o que importa, sobremaneira, é criar as condições necessárias para apreender o processo transformativo dessa representação e isto é, uma vez mais, um problema de método que adiante aprofundarei.

Outra questão, e não menos importante: as abordagens da prática científica em Portugal da Idade Média até ao Século XVIII. Sem dúvida, faz sentido, e tem oportunidade, estudar o desenvolvimento da prática das ideias e dos saberes em Portugal, ainda que se tenha tornado quase um lugar comum considerar essa prática e esses saberes como sendo pouco interessantes; mas a verdade é que, interessantes ou não, fazem parte integrante e indissociável

³ Veja-se, a este propósito, o manancial informativo que constitui a obra de JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarquia*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1871-1893, 18 vols.

da cultura portuguesa e, por isso mesmo, merecem a atenção dos historiadores⁴. Mais ainda: a importância que a prática científica teve em Portugal no século XV e nas primeiras décadas do século XVI, durante o período designado pela formação do conhecimento empírico, foi essencial à formação do pensamento moderno e a historiografia documenta isso mesmo. Uma simples consulta ao acervo bibliográfico prova que assim é.

Com efeito, este período atrai a atenção dos estudiosos do pensamento científico, dado que, sem esse estágio intermédio, a cultura europeia do século XVII, responsável pela chamada revolução científica que ocorreu no seiscentismo europeu, não seria compreensível. Anteviu-o António Sérgio quando referia "aquele despertar para a atitude crítica que surge nas obras de um Duarte Pacheco, de um Garcia de Orta, de um D. João de Castro, de um Pedro Nunes". E com admirável intuição ligou os elos da cadeia do desenvolvimento científico: "É só, por enquanto, a evidência sensível; mas ide por diante, prolongai o percurso, e chegareis à evidência intelectual de Descartes"⁵.

É por demais evidente que o gosto pela descoberta, a par do despreendimento dos autores antigos, constituiu uma primeira linha de oposição ao conhecimento paradigmático que representava a herança científica que percorria a Ibéria quatrocentista. E se é certo que este legado não foi rejeitado, não é menos verdade que a sua recepção levantou uma primeira linha de resistência, responsável pela abertura do caminho para a construção de atitude crítica que a cultura europeia faria sua no século XVII.

Entre outros, a atitude mental de Garcia de Orta é um elo indispensável da corrente contínua do desenvolvimento ou da formação do espírito crítico que eclodiria na Europa do Século XVII, e a que se chama comumente "Revolução da Ciência Moderna"⁶.

Se o factor mais significativo desta revolução é a atitude crítica, o seu nascimento na cultura europeia encontra a sua pré-história na prática cultural do século dezasseis português. Nomes como Duarte Pacheco Pereira, D. João

⁴ A nossa historiografia está cheia de convicções, pois infelizmente é disso que se trata, sobre a situação de atraso da sociedade portuguesa face ao desenvolvimento das restantes nações europeias, de meados do século XVI em diante.

⁵ ANTÓNIO SÉRGIO, *Ensaios*, Lisboa, Sá da Costa, 1977, t. II, pp. 39-41. A exortação do notável ensaísta não foi seguida; a história da recepção da informação científica dos autores portugueses, por parte das elites intelectuais europeias está por fazer. Sabe-se muito pouco sobre a circulação da informação e das ideias dos nossos autores quinhentistas. É certo que os registos de que o historiador dispõe são frágeis. Mas as novas metodologias no campo das ciências humanas e o trabalho interdisciplinar talvez nos aproximem mais do que queremos saber.

⁶ Este conceito de revolução científica que teria ocorrido no século XVII, e determinado a emergência da ciência moderna, tem provocado animada controvérsia entre os historiadores sem que, até hoje, se tenha chegado a um consenso. A designação deve-se a autores franceses de finais do século XVIII. Para se acompanhar a formação e a evolução semântica do conceito, veja-se: I. B. COHEN, "The eighteenth-century origins of the concept of scientific revolution" in *Journal of the History of Ideas*, n.º 37, pp. 257-288.

de Castro e Garcia de Orta são momentos obrigatórios desse fluir incessante que vem das heranças árabes e desagua no século de Descartes. Constituem, mais do que uma ponte entre duas épocas, uma represa, que opõe ao caudal medieval e à lição de autoridade dos Antigos o "seu" ver, o "seu" sentir, enfim, a sua visão do mundo, sensitiva e experiencialista⁷. Este elo, passe a metáfora, mas para ser mais preciso, elo partido, entre uma coisa e outra, chama-se conhecimento empírico, e para a sua compreensão generalizada, bem como para o entendimento do paradigma da revolução científica do seiscentismo europeu, torna-se indispensável o estudo dos textos portugueses.

3. A escrita da História da Ciência

Quem faz a História da Ciência? Do ponto de vista do historiador a pergunta ganha sentido, ainda que a resposta pareça óbvia: essa tarefa cabe-lhe por inteiro. E poderia ser de outro modo?⁸

E, no entanto, os historiadores atrasaram-se na feitura desta historiografia. Ou por distração ou por complexo, a verdade é que viveram alheados desta problemática, a tal ponto que, em 1982, no colóquio organizado em Paris pela Sociedade Francesa de História das Ciências e das Técnicas, se colocou esta pergunta, aparentemente paradoxal e que até deu título ao próprio colóquio: *L'Histoire des sciences et des techniques doit-elle intéresser les historiens?*⁹

Os historiadores interrogaram-se: por que não? Então, provavelmente, obedecendo à ideia de que de História os historiadores sabem pouco, mas os outros não sabem nada, as respostas surgiram inequívocas; não só os historiadores deveriam interessar-se pela História das Ciências, como são eles que têm o domínio da utilidade adequada às exigências de um ofício de decantação como é a construção de um texto historiográfico.

Dada a resposta, ainda assim seria necessário justificar de forma convincente a assunção da mudança de atitude. Para este fim nada melhor do que a estrutura braudeliana, uma vez que, e mais do que em qualquer outra área

⁷ Talvez a palavra não seja adequada, mas não me ocorre outra melhor. E nem vale aqui aprofundar a discussão sobre o que experiência e experimentalismo seja, pois são bem conhecidas as obras e as teses sobre este assunto na nossa historiografia.

⁸ Recorde-se que a História da Ciência é uma criação recente. O testemunho de GEORGE SARTON, "L'Histoire de la Science" publicado na revista *Isis* em 1931 realça o esforço de Auguste Conte e Cournot nessa criação. Uma visão muito rica, e que está já a produzir efeitos sobre a investigação mais recente, é a obra de Georges Gusdorf, *De L'Histoire des Sciences à l'Histoire de la Pensée* (Paris, Payot, 1966).

⁹ Vejam-se os resultados dos trabalhos, ditos de "história", de eminentes homens de ciência que, a dado momento das suas vidas, escreveram sobre as suas disciplinas científicas e constatarem-se os poucos resultados obtidos. Na maioria dos casos trata-se de trabalhos retrospectivos, de nulo interesse historiográfico, ainda que mantenham indelével valor testemunhal. É claro que há excepções. Excelentes até. Sobretudo no domínio da História da Matemática, mas não só.

da História, o desenvolvimento do conhecimento científico só é compreensível, quando inserido na longa duração. Mas não é o clima natural (não deveria dizer antes preferencial?) da História, justamente, a longa duração? E de que melhor utensilagem se poderá dispor para captar a lenta, lentíssima circulação da informação científica no decurso do tempo, sendo este último, como se sabe, o terreno de eleição da História, senão, justamente, o *trend*, o pulsar do tempo longo?

E não obstante, a escrita de uma história globalizante levanta dificuldades quase intransponíveis. Onde está, afinal, o historiador, por mais generalista que seja, que se atreva a organizar simultânea ou sucessivamente a sua pesquisa no domínio das matemáticas, da física ou da química, só para falar de disciplinas que alcançaram o estatuto adulto na Época Moderna, vencendo a especificidade, a diferença que cada uma delas apresenta? Na procura da resposta os estudos de História da Ciência transformaram-se, nos últimos anos, em área preferencial da interdisciplinaridade e até da pluridisciplinaridade com todo o cortejo de benefícios, de inovações metodológicas e de conclusões díspares que o trabalho multicomplexo comporta.

A história da Ciência só ganha sentido na dimensão inter e pluridisciplinar, onde o papel do historiador se remete à função essencial da organização das abordagens interpretativas e das propostas metodológicas. E de entre estes, serão, sem dúvida, os historiadores das mentalidades os que melhor se posicionam, ainda que subsistam muitos problemas por resolver, e os desencontros sejam inquietantes. Mas não é da inquietação que a História, como a vida, é feita?¹⁰

Os historiadores das mentalidades não estão prisioneiros das suas interpretações mais do que qualquer outro companheiro de ofício, historiadores da literatura incluídos, mas temem-nas mais do que quaisquer outros; talvez sintam a extensão demasiada da sua disciplina, a fragilidade por demais evidente do seu conhecimento, a fugacidade das suas sínteses o que, naturalmente, limita e restringe a sua capacidade de explicar. Assim sendo, não é de estranhar que realcem, preferentemente, o papel do mental na passagem da medievalidade à modernidade, e que o apontem como responsável por um tempo primeiro do papel da formação das atitudes mentais¹¹.

Afinal, era o que fazia Lucien Febvre num longínquo dia de 1927 quando disse que a finalidade da história das ciências e dos historiadores que

¹⁰ Que não se esqueça, a propósito, a contribuição de André Burguière "La notion de "mentalités" chez Marc Bloch et Lucien Febvre: deux conceptions, deux filiations" in *Revue de Synthèse*, n.ºs 111-112, 1983, pp. 334-338); e, em primeiro lugar, o trabalho, a muitos títulos pioneiro de Lucien Febvre: "Un chapitre de l'histoire de l'esprit humain", in *Revue de Synthèse*, t. XLIII, 1927, pp. 349-353.

¹¹ Mas esta visão das coisas pode ajustar-se a outras situações de mudança referentes a outras épocas, a outros tempos, afinal, a todas as épocas e a todos os tempos. Estamos confrontados com a mais significativa crítica à história das mentalidades que é, justamente, definir a sua extensão. Mas aprofundar esta questão seria entrar por caminhos que não vêm agora ao caso.

a fazer era "recomposer par la pensée, pour chacune des époques qu'il étudie, le matériel mental des hommes de cette époque".

Estaria o eminente historiador a lembrar-se da importância que assume a atitude mental no processo da inovação científica, o que, para nós, historiadores, é o mesmo que dizer na História da Ciência? Para tanto bastaria ter presente o caso de Grosseteste e de Galileu com o uso do telescópio, ou a passagem do cálculo mental e mecânico ao cálculo escrito na madrugada da época Moderna, para se compreender o papel decisivo do mental no processo da inovação.

Ou estaria a pensar a inovação como "inovação técnica" e reconhecia que uma mudança técnica implicava um encontro de mentalidades, na esteira do que defendia o seu mestre e amigo, Marc Bloch, para quem a inovação técnica era essencialmente um contacto de mentalidades? E é precisamente neste sentido que empregamos aqui *inovações técnicas*, em consonância com o sentido que mais tarde Georges Lefebvre daria ao conceito, quando abordava o problema do processo técnico e reconhecia, antes de tudo, que uma mudança de técnica implicava um encontro de mentalidades¹². Em qualquer caso seria impossível dizer melhor e só a largueza da visão de Lucien Febvre permite que se tenha chegado até aqui.

Eis pois o cerne da questão: de que é, afinal, feita a História da Ciência? Da poalha mental dos homens de cada época e da poeira das suas visões do mundo. Mas esta *Weltanschauung* não esclarece tudo; pois não são sociais as ideias de que se fazem os discursos da ciência e o mental não faz, inelutavelmente, parte da esfera do social? Assim sendo, como é possível afastar os historiadores da factologia social, na hora da construção dos discursos historiográficos sobre a Ciência?

E que papel está reservado aos historiadores das ideias e da cultura no contexto interpretativo da História da Ciência, sabendo-se, como se sabe, que ela, enquanto discurso historiográfico, só é compreensível na longa duração onde o papel decisivo pertence à estrutura? E não teriam aqui – justamente aqui, nas estruturas do tempo – os nossos amigos economistas um *granus salis* para dar a esse mesmo discurso o equilíbrio interno, essencial e tão necessário à sua função escatológica?

Afinal de contas, foi precisamente isso o que Schumpeter fez para as suas abordagens da inovação e da implantação e para o estudo dos ciclos da invenção com que, de forma tão brilhante, renovou a teoria económica nos anos quarenta deste século.

Nihil novi sub soli, ou, com quantos paus se faz uma canoa...

¹² *Apud*, ERNEST LABROUSSE, *Histoire Economique et Sociale de la France*, Paris, PUF, 1970, p. 708.

4. Uma vez mais: o método

A História da Ciência, tal como a concebemos, é um espaço de confluência da História Social, da História das Mentalidades, da História Cultural, entendida na sua significação mais ampla, e tem por objectivo principal, não a factologia ou os eventos directamente relacionados com a prática científica, mas a interpretação dessa mesma factologia. Ver a História da Ciência como a simples inventariação dos eventos científicos (são as descobertas eventos científicos? então, as inovações, são o quê?; e como é possível identificá-los?) é uma má leitura dessa história. Nem sequer é redutora porque é enganadora.

Convenhamos, então, que a importância de que se revestem as questões de método no trabalho da História da Ciência justifica amplamente a preocupação em dotar o historiador do domínio de alguns problemas propedêuticos, sem os quais as abordagens ficarão seriamente comprometidas.

Em primeiro lugar deve ter-se em conta o domínio de uma utensilagem analítica que o habilite a trabalhar num território de fronteira, espaço muito difícil das confluências das ideias, das mentalidades e das culturas. Depois, o historiador deve confrontar-se com a problemática de fundo, tal como questionar o que seja Ciência, Saber e Conhecimento.

E História da Ciência ou das Ciências? De acordo com Guy Beaujouan, e a propósito da Idade Média, seria mais rigoroso falar em saberes medievais e, aproveitando a sua lição, outro tanto poderíamos dizer para o Renascimento ou para as Luzes. Na verdade o conhecimento é formado por uma confluência de saberes, muitas vezes antagónicos, mas que formam uma história intelectual, feita de ideias e de sensibilidades, tendo como ponto de partida uma histórica económica e social em crescente expansão, e como ponto de chegada uma espécie de *no men's land*, que seria a história das mentalidades¹³.

Ao conceber-se a História da Ciência como um sistema de ideias apela-se, de imediato, às metodologias de abordagem da sua circulação e da sua recepção; é como alertar aos problemas, sempre delicados, que a sua emissão comporta. Significa, também, cuidado com a formação dos discursos, a sua migração, quantas vezes transcultural e até transcivilizacional. Sempre o afrontamento das heranças e dos legados; o problema sem fim da aceitação e da rejeição que os historiadores conhecem bem.

Todavia, a utensilagem própria à interpretação de toda esta complexidade está disponível desde 1947: a teoria matemática da comunicação de Shanonn e Weaver. Eis o que se chama um fato feito à medida, salvaguardados, evidentemente, os alinhavos de ajustamento. Para suporte dos problemas mais específicos em torno da autoria dos discursos científicos e do valor

¹³ Ainda que se possa discutir que assim seja, Beaujouan lança uma fecunda via de pesquisa que ainda se não esgotou. Cf. Beaujouan, "Savoirs médiévaux et Histoire des mentalités", in *Revue de Synthèse*, n.ºs 111-112, 1983, pp. 349-353.

semântico dos próprios textos, as obras de Michel Foucault e de Paul Ricouer prestam inestimáveis serviços.

O mesmo se dirá de Thomas Khun, imprescindível para a formação e uso do conceito de paradigma e para análises mais generalizantes de ciência normal e de ciência paradigmática. Ainda uma palavra para a construção de alguns conceitos que fazem falta à compreensão de todo o conjunto: informação, saber, conhecimento.

E, finalmente, os estudos sobre recepção, de Walter Benjamin a Jauss, com toda a sua força operativa, ajusta a parafrenália necessária à função interpretativa do historiador da Ciência.

Assentemos também que, na perspectiva do historiador, a Ciência deve ser definida, liminarmente, como uma atitude mental crítica que conduz – contribui – para o entendimento das transformações da realidade. Mas se, como tão bem dizia Lucien Febvre, toda a definição é prisão, não nos arriscaremos, ao pretender definir Ciência, a deixar de fora justamente, e a cada instante, o melhor que ela contém e que é, para nós historiadores, a sua história?

A História da Ciência: uma cruz de quatro caminhos onde o historiador com facilidade se desorienta e onde, sozinho, avança com dificuldade. Lucien Febvre chamou a atenção para o que Marc Bloch afirmara um dia:

"Chaque science, prise isolément, ne figure jamais qu'un fragment de l'universel mouvement vers la connaissance. J'ai déjà eu l'occasion d'en donner un exemple plus haut: pour bien entendre et apprécier ses procédés d'investigation, fût-ce en apparence les plus particuliers, il serait indispensable de savoir les relier, d'un trait parfaitement sûr, à l'ensemble des tendances qui se manifestent, au même moment, dans les autres ordres de disciplines. Or cette étude des méthodes pour elles-mêmes constitue, à sa façon, une spécialité, dont les techniciens se nomment philosophes. C'est un titre auquel il m'est inderdit de prétendre"¹⁴.

Impossível dizer melhor. Não tenhamos ilusões: no momento presente, a escrita da História da Ciência assemelha-se à casa da lenda onde os diabos entram pelo telhado para ver o que lá vai dentro, cada um tirando a sua telha e fantasiando o que vê a seu belo prazer; só aos historiadores caberá a tarefa de escrever essa História como um grande livro colectivo, imperfeito, inacabado.

Certamente, não era na História da Ciência que nos idos de 1949 pensava Lucien Febvre quando, com tanta inteligência, defendia a concepção do trabalho colectivo em história. Mas, perdoe-se-me a impertinência: teria o grande historiador encontrado melhor, se pretendesse exemplificar?

¹⁴ MARC BLOCH, *Apologie pour l'Histoire ou métier d'historien*, Paris, Armand Colin, 1961, p. XVII.

5. Conclusão

Como se explicou, o ponto de partida organiza-se em torno da proposta que objectiva a História da Ciência como um sistema de ideias, na encruzilhada da História Social e da História das Mentalidades. Uma região de fronteira onde os historiadores das Ideias e da Cultura têm a sua palavra a dizer e, provavelmente, não será a menos importante.

Dessa situação privilegiada decorre o facto de ser permanentemente questionada por impulsos de disciplinas tangenciais, emergindo, assim, como espaço de tensões, de confluências e de rejeições nem sempre devidamente apreendidas e explicadas. À História Social cabe, neste contexto, o papel fulcral do esclarecimento. Ilumina no sentido em que explica, enquanto, todas as outras, à sua maneira, não deixam de projectar sobre ela igualmente uma luz intensa.

Afinal, a História da Ciência faz-se com o olhar cruzado dos historiadores – das mentalidades, do social, da cultura, das ideias. Mas sempre trabalho de historiador.

6. Bibliografia

Orientação bibliográfica

A literatura sobre a História da Ciência é obviamente muito extensa e não cabe, no âmbito deste estudo a análise de situação¹⁵. Assim sendo, não faz sentido qualquer orientação bibliográfica, salvo no que diz respeito à produção historiográfica portuguesa.

Como se afirmou já noutro ponto, a bibliografia sobre a prática científica em Portugal e as condições materiais da sua formação não é abundante, nem sequer a bibliografia traduzida sobre o assunto, o que pode servir de prova da situação destes estudos entre nós. Todavia, ela é depositária de importantes abordagens e consagra excelentes contribuições para o estudo e conhecimento da atmosfera mental e social em que essa actividade decorreu.

Quando se perspectiva a História da Ciência no fluir do historiador das ideias e do historiador do pensamento e procura surpreender-se o manancial que jorra dessa fonte inesgotável que é a prática social há, atrevo-me a dizer, um livro de cabeceira: *Mystiques, spirituels, alchimistes du XVIe siècle allemand*. Obra maior do notável historiador ALEXANDRE KOYRÉ. Publicado em 1955, presta excelentes serviços a quem pretenda abeirar-se destes estudos.

Para as questões respeitantes às instituições científicas dispomos da obra de Joaquim Veríssimo Serrão: *História das Universidades* (Porto, 1983); Para o estudo da formação das elites culturais durante a Idade Média e a épo-

¹⁵ Só o "Bulletin signalétique 522 – Histoire des Sciences et des Techniques" regista todos os anos para cima de três mil novos títulos.

ca Moderna são interessantes os estudos do Autor sobre a formação universitária dos jovens portugueses, *Portugueses no Estudo de Toulouse* (Coimbra, 1954); *Portugueses no Estudo de Salamanca* (1962); *Contribuição para o estudo dos Portugueses na Universidade de Alcalá (1509-1640)* (1978); *La Universidad de Salamanca y Portugal hasta el Renacimiento* (1973); *Les Portugais à l' Université de Montpellier (XIIe.-XVIIe. siècles)* (1971).

Para as questões das mentalidades e a sua articulação com a história da Ciência veja-se, em primeiro lugar, o trabalho, a muitos títulos, pioneiro de Lucien Febvre: "Un chapitre de l'histoire de l'esprit humain", (*Revue de Synthèse*, t. XLIII, 1927). De resto, toda a sua obra é um marco referencial para o estudo das estruturas mentais. Vejam-se também os estudos imprescindíveis de GUY BEAUJOUAN, "Savoirs médiévaux et Histoire des mentalités", (*Revue de Synthèse*, N.ºs 111-112, 1983, pp. 349-353); atentê-se no estudo de ANDRÉ BURGUIÈRE "La notion de "mentalités" chez Marc Bloch et Lucien Febvre: deux conceptions, deux filiations" (*Revue de Synthèse*, n.ºs 111-112, 1983, pp. 334-338).

Sobre a noção de "mentalidade" tudo está praticamente por dizer, mas a abordagem de A. Burguière, em torno dos trabalhos dos dois grandes mestres, é estimulante; o estudo de JACQUES ROGER, "Histoire des mentalités: les questions d'un historien des sciences", (*Revue de Synthèse*, n.ºs 111-112, 1983, pp. 269-275) assume-se como fundamental para a avaliação da importância que têm as mentalidades para os estudos da História da Ciência; YVETTE CONRY, "Combats pour l'Histoire des Sciences: lettre ouverte aux historiens des mentalités" (*Revue de Synthèse*, 111-112, 1983, pp. 363-406) dá continuidade a este assunto e reforça a ideia da importância matricial das mentalidades para a feitura da História da Ciência;

Para as questões da discussão teórica do "passado" na história da Ciência veja-se GÉRARD SIMON, "De la reconstitution du passé. À propos de l'histoire des sciences, entre autres histoires", (*Le Débat*, n.º 66, Paris, Septembre-Octobre, 1991, pp. 134-147). A intervenção de Simon aviva a discussão, sempre tão grata aos historiadores, sobre o *passado*, reconhecido como tal e recriado, como dizia Marc Bloch "par un contact perpétuel avec l'aujourd'hui".

A propósito da articulação entre as ciências e as técnicas veja-se a importante contribuição dada pelo colóquio: *L'Histoire des sciences et des techniques doit-elle intéresser les historiens?* Colóquio organizado pela Sociedade Francesa de História das Ciências e das Técnicas. Paris, 1982.

Vejamos agora as linhas gerais do corpus historiográfico sobre a prática científica em Portugal que, como se disse acima, é importante na esfera da cultura portuguesa. A decantação deste saber deu à historiografia e aos historiadores os elementos indispensáveis à interpretação dos discursos científicos e à compreensão das condições e resultados da sua recepção na tessitura mental da sociedade portuguesa do século XI ao século XVIII.

Indispensáveis porque evidenciam os mecanismos da génese da sua formação e da sua circulação, desde os textos de Sacrobosco, de Euclides, do *Libro del Saber de Astronomia*, até à circulação de Copérnico no tempo de Pedro Nunes, ou mais tarde de Galileu, no nosso Seiscentismo espartilhado e improdutivo.

Os estudos sobre os autores que modelaram a ciência praticada em Portugal de Ptolomeu, Euclides e Sacrobosco até D. João de Castro, Orta, Pedro Nunes e, mais perto de nós, José Anastácio da Cunha, entre outros, estão longe de se revelarem com unidade metodológica. Uma das obras mais interessantes, e até pioneira, é *Garcia de Orta e o seu Tempo* do Conde de Ficalho, publicado em 1896. O estudo de Artur Moreira de Sá, intitulado *A Contribuição Portuguesa para o conhecimento científico. Século XIII a XIV*, (Santiago de Compostela, 1950) dá importante achega à génese da participação portuguesa na construção dos saberes medievais e abre pistas para a apreensão desses mesmos saberes.

O estudo de Onésimo Teotónio de Almeida "Sobre o papel de Portugal nas etapas preliminares da Revolução científica do Século XVII", (*História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*. Publicações do Segundo Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1986, 2.º vol. pp. 1174-1222) vem chamar a atenção para o papel precursor da prática científica vivida em Portugal. Com vasta cópia de exemplos o autor inventaria, com rigor, os momentos "precursores" da nossa aventura na formação dessa revolução.

Na historiografia da Ciência em Portugal a obra de Luís de Albuquerque é um caso ímpar por muitas razões diferentes, a primeira das quais denota um sentido inato do ajustamento das suas sucessivas visões do Mundo. A interpretação revisitada é uma constante na sua produção historiográfica e não conheço melhor exemplo da afirmação de Paul K. Feyerabend (a Ciência não é facto mas interpretação do facto) do que o seu olhar sobre a realidade em mutação.

As obras que a seguir se indicam são de leitura obrigatória para quem aborda as questões da nossa prática científica: *Ciência e Experiência nos Descobrimientos Portugueses*. (Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983); *D. João de Castro – Os Descobrimientos e o Progresso científico em Portugal no século XVI*, (*Academia Internacional de Cultura Portuguesa*, pp. 91-108, 1966); "O Ensino da Matemática na Reforma Pombalina" (*Anastácio da Cunha (1744-1787). O matemático e o Poeta*. Actas do Colóquio internacional, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, pp. 19-25); *Para a História da Ciência em Portugal*, (Lisboa, Livros Horizonte, 1973); "Science et Humanisme das la Renaissance portugaise", (*L'Humanisme Portugais et L'Europe*. Actes du XXIe Colloque International d'Etudes Humanistes, Tours 3-13 Juillet 1978. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 419-435); "Sobre o empirismo científico em Portugal no século XVI", (*Actas do Simpósio Internacional. IV Centenário da morte de João de Ruão*, Coimbra, Epartur, pp. 9-25, 1982).

Atente-se ainda num outro texto de síntese: *Science et Humanisme dans la Renaissance Portugaise* (F. C. Gulbenkian, Paris, 1984),

Ainda que se trate de colectâneas de textos de origem diversa, é indispensável a leitura de: *As Navegações e a sua projecção na Ciência e na Cultura* (Gradiva, 1987); *A Náutica e a Ciência em Portugal. Notas sobre Navegação*. (Gradiva, 1989).

A propósito da formação das mentalidades e da circulação da informação científica no quinhentismo português vejam-se os trabalhos de Jorge Borges de Macedo: "Livros impressos em Portugal no Século XVI. Interesses e formas de mentalidade" (*Os Lusíadas e a História*, Verbo, 1979); e ainda "Para o estudo da mentalidade portuguesa no Século XVI. Uma ideologia de cortesão. As Sentenças de D. Francisco de Portugal" (*Revista do ICALP*, 1987). São obras de leitura obrigatória para a abordagem das questões de mentalidade, quer pelo ineditismo metodológico e analítico que as caracteriza, quer pela problematização que anuncia ao leitor.

Veja-se ainda a propósito da formação das mentalidades modernas: A. A. Marques de Almeida, *A Aritmética como descrição de real (1519-1679). Contributos para a formação da mentalidade moderna em Portugal*, (Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, 2 vols.).

A recepção dos saberes medievais na cultura científica portuguesa, o discurso de Sacrobosco e a sua influência no desenvolvimento do pensamento científico em Portugal são também pontos de retorno constante de Luís de Albuquerque. Em 1959 publicava um manuscrito quatrocentista do Tratado da Esfera de Sacrobosco (*Rev. da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*, vol. 28, pp. 142-176).

Igualmente mereceu a sua atenção o uso dos textos da Escola de Toledo e a circulação das várias cópias de Euclides, Alfragano, a *Theorica planetarum*, a par de os *Libros del Saber de Astronomia* e das *Tabuas alfonsies*, baseadas fundamentalmente nas de Azarquiel. Muitas vezes comentou o Almagesto e a importância de Afonso X na consolidação da cultura científica portuguesa.

O estudo sobre a recepção dos saberes do Renascimento na cultura científica portuguesa, conta com um notável estudo de Joaquim de Carvalho *Galileu e a cultura portuguesa sua contemporânea* (Coimbra, 1944), bem como um outro designado "O Pensamento português na Idade Média e do Renascimento", (*Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, Lisboa, t. IX, n.ºs 1-2, 1943).

Coube a Luís de Albuquerque retomar a leitura de Copérnico e Galileu, tendo publicado em 1957 "Nota sobre o conhecimento de Galileu e Copérnico na cultura portuguesa" Este tema seria continuado em "Sobre o conhecimento de Galileu e de Copérnico em Portugal no Século XVII" (*Vértice*, vol. 25, 1965, pp. 14-27). O autor historia a recepção das propostas copernicanas que sustentam, contra a tradição escolástica, a posição excêntrica do nosso planeta e o seu movimento de rotação.

O esforço para avaliar as razões mais plausíveis da deficiente recepção que estes textos mereceram em Portugal, mesmo por parte daqueles que, como Pedro Nunes, seguramente os leram mas sobre eles evitaram falar, permanece na nossa historiografia como modelo depurado de investigação da génese das ideias. Nicolau Copérnico viria a merecer particular cuidado na introdução e notas com que Luís de Albuquerque faria acompanhar a tradução portuguesa de A. Dias Gomes e Gabriel Domingues da obra *As Revoluções dos Orbes celestes* (Fundação Calouste Gulbenkian, 1984).

A renovação da cultura científica portuguesa que, de um modo mais ou menos evidente ocorreu na dobragem de meados do século XVIII, tem sido objecto de importantes estudos que actualizaram a nossa visão sobre este tema. E duas reuniões científicas, realizadas na década passada em Lisboa, são as responsáveis por esta revisão. Refiro-me ao Colóquio "História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal", realizado em 1985, em celebração do Segundo Centenário da Academia das Ciências de Lisboa e ao Colóquio internacional "Anastácio da Cunha (1744-1787). O Matemático e o Poeta", que ocorreu em Lisboa em Outubro de 1987. Ambos estes eventos científicos reuniram um acervo notável de comunicações bem documentadas nas *actas* que se seguiram.

Bibliografia Geral

6.1. Repertórios e estudos bibliográficos

- PIÑERO, Jose Maria Lopez et al. – *Los impresos científicos españoles de los siglos XV y XVI. Inventario, bibliometria y thesaurus*, Valencia, Universidad de Valencia, 1981, 1984 e 1986.
- PIÑEIRO, Mariano Esteban e Isabel Vicente Maroto et al. – *Fuentes para la Historia de la Ciencia y la Técnica en la Biblioteca del Palacio de Santa Cruz*, Valladolid, Junta de Castilla y Leon, 1990, 2 vols.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*, Lisboa, Editorial Verbo, vol. I (Séculos XII-XVI), 1972; vol. II (Século XVII), 1973; vol. III (Século XVIII), 1974.
- SOSA, G. S. – *Incunabula Iberica. Catalogue of Books Printed in Spain and Portugal in the XVth. Century*, Buenos Aires, Ediciones Historia del Libro, 1973.
- STILLWELL, M. B. – *The Awakening Interest in Science during the first Century of Printings, 1450-1550*, New York, The Bibliographical Society of America, 1970.

6.2. Dicionários, Elucidários, Enciclopédias e Histórias Gerais da Ciência

- BERNAL, J. D. – *Science in History*, Cambridge, MIT Press, 1971; (Há tradução portuguesa: *Ciência na História*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976, 4 vols.)
- BOAS, Marie – "The Scientific Renaissance – 1450-1630", in *The Rise of Modern Science*, edição de A. Rupert Hall, London, Collins, 2.º vol., 1961.

- RIBEIRO, José Silvestre – *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarquia*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1871-1893, 18 vols.
- TATON, R. (direcção) – *Histoire Générale des Sciences. La Science Moderne (de 1450 a 1800)*, Paris, PUF, 1958.
- USHER, Abbot Payson – *A History of Mechanical Inventions*, Harvard, Harvard University Press, 1970. (Há tradução portuguesa: *História das Invenções mecânicas*, Lisboa, Cosmos, 1973).

6.3. Estudos de metodologia de História da Ciência

- ANDERSON, Wilda C. – "Qu'est-ce qu'un fait scientifique", in *Critique*, Paris, n.º 427, 1982, pp. 1023-1038.
- ARIÉS, P. – "L'Histoire des mentalités", in *La Nouvelle Histoire*, Paris, Retz, 1978, pp. 402-423.
- BACHELARD, G. – *L'Actualité de l'Histoire des Sciences*, Paris, Palais de la Découverte, 1951.
- – *La Formation de l'esprit scientifique. Contribution à une psychanalyse de la connaissance objective*, Paris, Vrin, 1939.
- BEAUJOUAN, Guy – "Savoirs médiévaux et Histoire des mentalités", in *Revue de Synthèse*, n.ºs 111-112, 1983, pp. 349-353;
- BOLENS, Lucie – "De l'idéologie aristotélicienne à l'empirisme médiéval. Les sols dans l'agronomie hispano-arabe", in *Annales*, Septembre-Octobre, n.º 5, 1975, pp. 1062-1083.
- BURGUIÈRE, André, – "La notion de "mentalités" chez Marc Bloch et Lucien Febvre: deux conceptions, deux filiations" in *Revue de Synthèse*, n.ºs 111-112, 1983, pp. 334-338;
- CANGUILHEM, G. – "L'object de l'histoire des sciences", in *Etudes d'histoire et de philosophie des sciences*, Paris, Vrin, 1968.
- CHARTIER, R. – "Outillage mental", in *La Nouvelle Histoire*, Paris, Retz, 1978, pp. 448-452.
- CONRY, Yvette, – "Combats pour l'Histoire des Sciences: lettre ouverte aux historiens des mentalités" in *Revue de Synthèse*, 111-112, 1983, pp. 363-406
- COUMET, Ernest – "Karl Popper et l'Histoire des sciences", in *Annales*, Septembre- - Octobre, n.º 5, 1975, pp. 1105-1122.
- DUBY, G. – "Histoire sociale et histoire des mentalités. Le Moyen Age", in *Aujourd'hui l'Histoire*, Paris, Editions Sociales, 1974, pp. 201-217.
- – "L'histoire des mentalités", in *L'Histoire et ses méthodes*, Paris, Gallimard, 1961, pp. 937-966.
- FEVBRE, Lucien – *Au couer religieux du XVIe siècle*, Paris, SEVPEN, 1957.
- – *Le Problème de l'incroyance au XVIe siècle. La Religion de Rabelais*, Paris, Albin Michel, 1962. (Há tradução portuguesa: *O Problema da descrença no século XVI*, Lisboa, Editorial Infício, s.d.
- – "Un chapitre de l'histoire de l'esprit humain", in *Revue de Synthèse*, t. XLIII, 1927.
- FEYERABEND, Paul K. – *Contra o Método*, Lisboa, Relógio d'Água, 1993.
- – *O Diálogo sobre o Método*, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- FICHANT, Michel e Michel PÉCHEUX – *Sur l'Histoire des Sciences*, Paris, François Maspero, 1974.

- GOFF, J. Le – "Les mentalités. Une histoire ambiguë", in *Faire de l'Histoire*, Paris, Gallimard, 1974, t. III, pp. 76-94.
- GUSDORF, Georges – *De l'Histoire des Sciences à l'Histoire de la Pensée*, Paris, Payot, 1966. (Há tradução portuguesa: *Da História das Ciências à História do Pensamento*, Lisboa, Pensamento, 1988).
- HABERMAS, Jurgen – *Técnica e Ciência como "Ideologia"*, Lisboa, Edições 70, 1987
- KUHN, Thomas S. – *The Structure of Scientific Revolution*, Chicago, University of Chicago Press, 1962. (Há tradução em português: *A Estrutura das Revoluções Científicas*, S. Paulo, Editora Perspectiva, s.d.).
- – "Tradition mathématique et tradition expérimentale dans le développement de la physique", in *Annales*, Septembre-Octobre, n.º 5, 1975, pp. 975-998.
- – *L'Histoire des sciences et des techniques doit-elle intéresser les historiens?*. Colóquio organizado pela Sociedade francesa de História das Ciências e das Técnicas. Paris, 1982.
- LAKATOS, Imre – *Histoire et Methodologie des Sciences*, Paris, PUF, 1993.
- MANDROU, R. – "L'Histoire des mentalités", in *Encyclopedia Universalis*, vol. VIII, 1968, pp. 436-438.
- MORAZÉ, Charles – *La Logique de l'Histoire*, Paris, Gallimard, 1967.
- – "L'Histoire et l'unité des sciences de l'homme", in *Annales*, 1968, n.º 2, pp. 233-240.
- – "Les Mythes, les Sciences et l'Invention Sociale", *Ibidem*, Paris, n.º 5, 1975, pp. 953-974.
- ROGER, Jacques – "Histoire des mentalités: les questions d'un historien des sciences", in *Revue de Synthèse*, n.ºs 111-112, 1983, pp. 269-275.
- POMIAN, Krzysztof – "L'Histoire de la science et l'histoire de l'histoire", in *Annales*, Septembre-Octobre, n.º 5, 1975, pp. 935-952.
- SANTOS, Boaventura de Sousa – *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Afrontamento, 1989.
- – *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto, Afrontamento, 1987.
- ULLMO, Jean – *La Pensée scientifique moderne*, Paris, Flammarion, 1969.

6.4. Estudos sobre História da Ciência

- AUJAC, Germaine – *Claude Ptolémée astronome, astrologue, géographe, Connaissance et représentation du monde habité*, Paris, Editions du CTHS, 1993.
- BAUMER, Franklin L. – *O Pensamento moderno Europeu*, Lisboa, Edições 70, 2 vols., 1990.
- BAYET, Claire Salomon – "L'institution de la science: un exemple au XVIIIe siècle", in *Annales*, Septembre-Octobre, n.º 5, 1975, pp. 1028-1044.
- BUTTERFIELD, Herbert – *As Origens da Ciência moderna*, Lisboa, Edições 70, 1992.
- CROMBIE, A. C. – *História de la Ciencia: de San Agustín a Galileo*, Barcelona, Alianza Editorial, 1974.
- – *Medieval and Early Modern Science*. Cambridge, Harvard University Press, 1963.
- – *Robert Grosseteste and the Origins of Experimental Science (1100-1700)*, Oxford, Clarendon Press, 1953.
- DALES, R.C. – "Robert Grosseteste's Scientific Works" in *Isis*, Woldelgem, n.º 52, 1961, pp. 381-402.

- DAUMAS, Maurice – *Histoire de la Science*, Paris, Gallimard, 1957.
- DREYER, J. L. E. – *A History of Astronomy from Thales to Kepler*, New York, Dover Publications, Inc., 1953.
- DUHEM, P. – *Le système du monde*, Paris, Hermann, 2 vols. 1954.
- – *Les origines de la statique*, Paris, Hermann, 1906.
- ENRIQUES, Frederico – *O Significado da História do Pensamento Científico*, Lisboa, Editorial Inquérito, s.d.
- HALL, A. Rupert – *The Scientific Revolution, 1500-1750*. London, Longman's Green & Co, 1954. (Há tradução portuguesa: *A Revolução na Ciência 1500-1750*, Lisboa, Edições 70, 1988.
- HALLYN, Fernand – *La Structure poétique du Monde: Copernic, Kepler*, Paris, Éditions du Seuil, 1987.
- HOLTON, Gerald – *Introduction to Concepts and Theories in physical Science*, New York, Addison-Wesley Publishing, 1973.
- HOOYKAAS, Reyer – *Introdução à História das Ciências*, Coimbra, Sep. da Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, 1963.
- – *Humanisme, Science et Réforme. Pierre de la Ramée (1515-1572)*, Leyde, Ed. E.J. Brill, 1958.
- – *Selected Studies in History of Science*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1983.
- HUBNER, Kurt – *Crítica da Razão científica*, Lisboa, Edições 70, 1993.
- KOIRÉ, Alexandre – *From the closed World to the infinite Universe*, Baltimore, John Hopkins Press, 1957 (Há tradução portuguesa: *Do Mundo fechado ao Universo infinito*, Lisboa, Gradiva, s.d.
- – "Du Monde de l'à-peu-près à l'univers de la précision", in *Critique*, Paris, n.º 28, t. IV, 1948, pp. 806-883. (Há tradução portuguesa: *Do Mundo do mais ou menos ao Universo da precisão*, Lisboa, Gradiva, s.d.
- – *Estudios de Historia del Pensamiento Científico*, Madrid, Siglo XXI, 1983.
- – *Mystiques, spirituels, alchimistes du XVIIe siècle allemand*, Paris, 1955.
- KUHN, Thomas S. – *A Revolução Copernicana*, Lisboa, Edições 70, 1990.
- MANDROU, Robert – *Des Humanistes aux hommes de science. XVIe et XVIIe siècles*, Paris, Éditions du Seuil, 1973.
- MIELI, A. – *La Science arabe et son rôle dans l'évolution scientifique mondiale*, Leiden, 1939.
- NEUGEBAUER, Otto – *Les Sciences exactes dans l'Antiquité*, Le Méjan, Actes du Sud, 1990.
- RANGLES, W. G. L. – *Da Terra plana ao Globo terrestre*, Lisboa, Gradiva, 1990.
- SANTILLANA, G. e F. Enriques – *Histoire de la Pensée scientifique*, Paris, Hermann, 1936-37, 5 vols.
- SARTON, George – "L'Histoire de la Science", in *Isis*, Woldelgem, n.º 1, 1931, pp. 9-10.
- – *The History of Science and the new humanism*, Cambridge, Mass, 1934.
- SCHATZMAN, Evry – *Ciência e Sociedade*, Coimbra, Livraria Almedina, 1973.
- SCHILLER, Bernt – "Technology. History. Social change." in *Scandinavian Journal of History*, 8 n.º 2, pp. 71-82.
- SIMON, Gérard – "De la reconstitution du passé. À propos de l'histoire des sciences, entre autres histoires", in *Le Débat*, n.º 66, Paris, Septembre-October, 1991, pp. 134-147.

- TATON, René (direcção) – *Histoire générale des sciences*. t. II: *La science moderne (de 1450 a 1800)*, Paris, PUF, 1958.
- – *La science antique et médiévale. Des origines a 1450*, Paris, PUF, 1957.

6.5. Estudos sobre História da Ciência e da Cultura em Portugal e na Península Ibérica

- A Universidade e os Descobrimentos*. Colóquio promovido pela Universidade de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.
- ABELAIRA, Augusto – *Um experientialista do Século XVI – Garcia da Orta*. Dissertação de licenciatura, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras (dactilografado), 1953.
- AGUDO, Fernando Roldão Dias – "Ambiente sócio-cultural e criação matemática. O exemplo de Portugal na época de Quinhentos", in *A Universidade e os Descobrimentos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, pp. 103-119.
- ALBUQUERQUE, Luís de – *A Náutica e a Ciência em Portugal. Notas sobre as navegações*. Lisboa, Gradiva, 1989.
- – *As Navegações e a sua projecção na Ciência e na Cultura*, Lisboa, Gradiva, 1987.
- – *Ciência e Experiência nos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.
- – "D. João de Castro – Os Descobrimentos e o Progresso científico em Portugal no século XVI", in *Academia Internacional de Cultura Portuguesa*, pp. 91-108, 1966.
- – "O Ensino da Matemática na Reforma Pombalina" in *Anastácio da Cunha (1744-1787). O matemático e o Poeta*. Actas do Colóquio internacional, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, pp. 19-25.
- – *Para a História da Ciência em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.
- – "Science et Humanisme dans la Renaissance portugaise", in *L'Humanisme Portugais et L'Europe*. Actes du XXIe Colloque International d'Etudes Humanistes, Tours 3-13 Juillet 1978. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 419-435.
- – "Sobre o empirismo científico em Portugal no século XVI", in *Actas do Simpósio Internacional. IV Centenário da morte de João de Ruão*, Coimbra, Epartur, pp. 9-25, 1982.
- ALMEIDA, A. A. Marquês de – *A Aritmética como descrição do real (1519-1679). Contributos para a formação da mentalidade moderna em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994 (2 vols.).
- – "A Matemática em Portugal (Séculos XV-XVI) e as suas fontes italianas – A difusão do paradigma". *Revista Arquipélago*, Ponta Delgada, 1994.
- – "Algumas questões sobre a matematização da História. Certezas provisórias e equívocos constantes", in *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo* Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992, pp. 583-596.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio – "Sobre o papel de Portugal nas etapas preliminares da Revolução científica do Século XVII", in *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*. Publicações do Segundo Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1986, 2.º vol., pp.1174-1222.

- Anastácio da Cunha (1744-1787). *O matemático e o Poeta* – Actas do Colóquio internacional, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.
- ANDRADE, António Alberto Banha de – "Descartes em Portugal nos séculos XVII e XVIII", *Brotéria*, vol. LI, 1950, pp. 432-451.
- ANDRÉ, João Maria – "Os Descobrimentos Portugueses e o(s) Paradigma(s) da Ciência Moderna. O Mundo é um livro que se navega", in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 14, pp. 75-97, 1992.
- – "Os Descobrimentos Portugueses e a Teoria da Ciência no século XVI", in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, n.º 3, pp. 77-123, 1981.
- ARAÚJO, Maria Benedita – *O Conhecimento empírico dos Fármacos nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Edições Cosmos, 1992.
- BARRETO, Luís Filipe – *Caminhos do Saber no Renascimento Português*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1986.
- – *Descobrimentos e Renascimento. Formas de saber e de pensar nos Séculos XV e XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
- BEAUJOUAN, Guy – *L'Astronomie dans la Péninsule Ibérique*. Sep. da Revista da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1969, vol. XXIV.
- – "La Science dans l'Occident Médiéval Chrétien" in *Histoire Générale des Sciences*, Direcção de R. Taton, Paris, Pleiade, 1966, t. I, pp. 582-654.
- – *La Science en Espagne aux XIVe et XVe siècles*, Paris, 1967.
- – *Manuscripts scientifiques médiévaux de l'Université de Salamanque et de ses "Colegios Mayores"*, Bordeaux, 1962.
- – "Savoirs médiévaux et Histoire des mentalités", in *Revue de Synthèse*, n.ºs 111-112, 1983, pp. 349-353.
- BOURDON, Leon – "Avis des astronomes portugais sur le project grégorien de réforme du calendrier", in *Revista Filosófica*, Coimbra, n.º 7, Ano 3.º, 1953, pp. 5-46.
- BRITO, A. Rocha – *A Biblioteca de um médico quinhentista português*. Sep. de *O Jornal do Médico*, n.º 57, 1 de Abril de 1943, Porto, 1943.
- CARVALHO, Augusto da Silva – "Garcia d'Orta, comemoração do 4.º Centenário da sua partida para a Índia", in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 12, Coimbra, 1934.
- CARVALHO, Joaquim de – *Estudos sobre a Cultura portuguesa no Século XVI*, Coimbra, 1947, 2 vols.
- – *Estudos sobre a Cultura portuguesa do Século XV*, Coimbra, 1949.
- – *Galileu e a Cultura portuguesa sua contemporânea*, Coimbra, 1944.
- – "O Pensamento português na Idade Média e do Renascimento", in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, Lisboa, t. IX, n.ºs 1-2, 1943.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de – *A la Recherche de la Spécificité de la Renaissance Portugaise*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1983, 2 vols.
- – "A Mentalidade, o tempo e os grupos sociais. (Um exemplo português da época dos descobrimentos: Gomes Eanes de Zurara e Valentim Fernandes)", in *Revista de História*, S. Paulo, n.º 15, 1953, pp. 37-68.
- CARVALHO, Rómulo de – *A Astronomia em Portugal no Século XVIII*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985.
- CATARINO, Fernando – "A Botânica e os Descobrimentos do Século XVI", in *A Universidade e os Descobrimentos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, pp. 197-208.

- CONDE DE FICALHO, – *Garcia de Orta e o seu Tempo*, Lisboa 1886.
- CORDEIRO, Luciano – *De como navegavam os Portugueses no começo do Século XVI*, Sep. do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1883.
- COSTA, Abel Fontoura da – *La Science nautique des Portugais à l'Époque des Découvertes*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1941.
- DIAS, J. P. Sousa – "A Farmácia e a Expansão Portuguesa (Séculos XVII e XVIII), in *A Universidade e os Descobrimentos*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1993, pp. 211-227.
- DOMINGUES, Francisco Contente – *Ilustração e Catolicismo. Teodoro de Almeida*, Lisboa, Colibri, 1994.
- FABIANI, V. L. Salavert e V. Graulera Sanz – *Profesió, Ciència i societat a la València del s. XVI*, Barcelona, Curial, 1990.
- et. al. – *Estudios sobre la medicina y la ciencia valencianas. Siglos XVI-XVII*, Valencia, Universidade de Valencia, 1985 (Contém abundante bibliografia).
- FERNANDES, Mário Simões – *O Caminho das Estrelas. Projecção da "Nova Astronomia" na Cultura portuguesa do Século XVII*. (Dissertação de Mestrado), Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1991.
- FIGUEIREDO, João Manuel Pacheco – *Colóquios dos simples de Garcia d'Orta*. Sep. de *O Médico*, Porto, 1963.
- GINES, Juan Vernet – *Historia de la Ciencia Española*, Madrid, Instituto de España, 1975.
- GONÇALVES, IRIA – "Físicos e cirurgiões quatrocentista. As cartas de exame", *Do Tempo e da Historia*, Lisboa, 1965, pp. 69-112.
- GONÇALVES, J. Vicente – "Passos de Pedro Nunes ao serviço do Rei", in *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1986, vol I, pp. 13-42.
- GOUVEIA, A. J. Andrade – *Garcia d'Orta e Amato Lusitano na Ciência do seu Tempo*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1988.
- História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1986, 2 vols.
- JORGE, Ricardo – *Amato Lusitano, comentários à sua vida, obra e época*, Lisboa, s.d.
- – "A Renascença médica em Portugal (Pierre Brissot e Amato Lusitano)", in *Lusitânia*, vol. I, Lisboa, 1924, pp. 187-192.
- LEMONS, Maximiano de – *História da Medicina em Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2 vols., 1991.
- LOPEZ PIÑERO, J. M. – *Ciencia y Técnica en la sociedad española de los siglos XVI y XVII*, Barcelona, Editorial Labor, 1979.
- MACEDO, Jorge Borges de – "Livros impressos em Portugal no Século XVI. Interesses e formas de mentalidades" in *Os Lusíadas e a História*, Lisboa, Verbo, 1979, pp. 23-73.
- – "Observação, Cultura científica e Descobrimentos", in *Portugaliae Historica*, 2.ª Série, volume I, Lisboa, 1991, pp. 139-168.
- – "Para o estudo da mentalidade portuguesa no Século XVI. Uma ideologia de cortesão. As Sentenças de D. Francisco de Portugal", in *ICALP*, Lisboa, n.ºs 7 e 8, 1987, pp. 73-106.
- – "Vias de expressão da cultura e da sociedade portuguesas nos séculos XVII e XVIII", *Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, n.º 1, 1966, pp. 119-133.

- MACHADO, José Pedro – *Elementos arábicos no vocabulário técnico dos "Colóquios" de Garcia da Orta*, Sep. do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, s. 81, n.ºs 7-9 e 10-12, Lisboa, 1963.
- – "Lexicologia científica de origem oriental nos Colóquios dos simples e das drogas", in *Garcia da Orta*, vol. 11, Lisboa, 1963, pp. 755-788.
- MARGARIDO, Alfredo – *Plantas e conhecimento do Mundo nos Séculos XV e XVI*, vol. 50, Direcção de Luís de Albuquerque, Lisboa, Projectos Editoriais, 1989.
- MATOS, Luís de – *Les Portugais en France au XVIe siècle*. Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1952.
- MILLÁS VALLICROSA, Jose Maria – *Nuevos estudios sobre la Historia de la Ciencia española*, Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960.
- PELNER, Louis – "Garcia d'Orta, pioneiro da medicina tropical e da botânica" in *Terapeutica*, n.º 91, 1967, pp. 64-70.
- LEITE, Duarte – *História dos Descobrimentos. Colectânea de esparsos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1959 (volume I) e 1962 (volume II).
- OLIVEIRA, J. Tiago de – "As Matemáticas em Portugal. Da Restauração ao Liberalismo" in *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1986, vol. I, pp. 81-110.
- PEREIRA Jr, Albano – *Garcia da Orta. Pioneiro da Farmacognosia*, Lisboa, 1963.
- PERES, Damião – *Discurso proferido na sessão solene em 23 de Maio de 1963, comemorativa do 4.º Centenário do aparecimento em Goa dos Colóquios dos simples de Garcia da Orta*. Sep. do *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, 1963.
- PINA, Luís de – *As Ciências na História do Império Colonial Português (séculos XV a XIX)*, Porto, 1945.
- – *Contribuições dos Portugueses quinhentistas para a História da medicina no Oriente*, Lisboa, 1938.
- PIÑEIRO, Mariano Esteban e Félix Gómez Crespo – *La Primera version castellana de De Revolutionibus Orbium Caelestium: Juan Cedillo Diaz (1620-1625)*, Sep. *Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, vol. XLIII, 1991, pp. 131-162.
- e Isabel Vicente Maroto e Félix Gómez Crespo – *La Recuperación del gran Tratado científico de Alonso de Santa Cruz: El Astronomico Real*, Sep. *Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, vol. XLIV, 1992, pp. 3-30.
- ROZEIRA, Arnaldo – *Garcia da Orta*, Castelo de Vide, 1970.
- RANDLES, W.G.L. – *Da Terra plana ao Globo terrestre. Uma rápida mutação epistemológica. 1480-1520*, Lisboa, Gradiva, 1990.
- – *Classical Models of World Geography and their Transformation following the Discovery of America*, New York, Walter de Gruyter, 1994.
- – "Le Ciel chez les jésuites espagnols et portugais (1590-1651)", in *Mare Librum*, Lisboa, n.º 4, Dezembro 1992, pp. 307-314.
- REIS, Manuel dos – "No quinto Centenário de Copérnico", in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. XIX, 1976.
- SÁ, Artur Moreira de – *A Contribuição Portuguesa para o conhecimento científico. Século XIII a XIV*, Santiago de Compostela, 1950.

- SÁNCHEZ, José Manuel González – "Astrologia y Medicina: Pautas de investigación en las fuentes medievales españolas" in *Anuario de Estudios medievales*, CSIC, Barcelona, 1991, pp. 629-644.
- SANTOS, Cândido dos – "António Pereira de Figueiredo, Pombal e a *Aufklärung*. Ensaio sobre o Regalismo e o Jansenismo em Portugal na segunda metade do século XVIII", *Revista de História das Ideias*, vol. IV, t. I, 1982, pp. 167-203.
- SANTOS, Domingos Maurício dos – "Os Jesuítas e o ensino das matemáticas em Portugal", *Brotéria*, vol. XX, 1935, pp. 189-205.
- SANTOS, Eugénio dos Santos – *O Oratório no Norte de Portugal. Contribuição para o estudo da história religiosa e social*, Lisboa, INIC, 1982.
- SARRAGA, Marcelino V. Amasuno – *La Escuela de Medicina del Estudio Salamantino (Siglos XIII-XV)*, Salamanca, Universidade de Salamanca, 1990.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – "Alcalá de Henares na Cultura Portuguesa do Renascimento" in *Portugaliae Historica*, 2.^a série, volume I. Lisboa, 1991, pp. 169-181.
- – *Contribuição para o estudo dos Portugueses na Universidade de Alcalá (1509-1640)* Coimbra, Sep. da Revista Portuguesa de História, 1978, n.º 17, pp. 38-54.
- – *La Universidad de Salamanca y Portugal hasta el Renacimiento*, in *Estudios de la Cultura portuguesa actual y un prologo retrospectivo*, Salamanca, Universidad, 1973, pp. 7-15.
- – *Les Portugais à l'Université de Montpellier (XIIe-XVIIe siècles)*, Paris, Fund. Calouste Gulbenkian, 1971.
- – *História das Universidades*, Porto, Lello & Irmão, 1983.
- – *Portugueses no Estudo de Salamanca*, Coimbra, 1962.
- – *Portugueses no Estudo de Toulouse*, Coimbra, 1954.
- SILVA, Teresa Margarida da – "Garcia d'Orta", in *Dicionário de Literatura*. Direcção de Jacinto Prado Coelho, Porto, Figueirinhas, 1983.
- SILVA DIAS, José Sebastião da – *Os Descobrimentos e a Problemática cultural do Século XVI*, Lisboa, Editorial Presença, 1982.
- – *A Política cultural na Época de D. João III*, Coimbra, 1969.
- SILVA, Luciano Pereira da Silva – *Obras Completas*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 3 vols. 1946-7.
- VASCONCELOS, João de Carvalho – "A botânica nos Colóquios de Garcia d'Orta" in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa, 1963, n.ºs 7-12, pp. 171-184.
- WALTER, Jaime – "Os Colóquios de Garcia da Orta no Tratado de las drogas de Cristovão de Acosta", in *Garcia da Orta*, vol. 11, Lisboa, 1963, pp. 799-832.
- – *Dimas Bosque, físico-mór da Índia e as sereias*, Sep. de Studia, n.º 12, Lisboa, 1963.
- – "Simão Álvares e o seu rol das drogas da Índia", in *Studia*, n.º 10, Lisboa, 1962, pp. 117-149.

TÓPICOS PARA UM PANORAMA DA FILOSOFIA EM PORTUGAL NO SÉCULO XX*

José Barata-Moura

1. Em 1900, Miguel BOMBARDA (1851-1910), lente de Fisiologia da Escola Médica de Lisboa e director do "Hospital de alienados em Rilhafoles", publica *A Sciencia e o Jesuitismo*¹. Trata-se de uma resposta virulenta aos ataques desferidos pelo jesuíta Manuel Fernandes de SANTANA (1864-1910)² contra o seu livro *A Consciência e o Livre Arbútrio*, saído em 1898³.

A polémica em causa, que despertou acalorados ódios e paixões, constitui um bom indicador do estádio do debate filosófico no Portugal de então, permite identificar as grandes orientações dos blocos ideológicos em confronto⁴, e deixa transparecer todo um incontornável fundo de questões de incidência política, social e pedagógica.

Ao contrário do que vulgarmente corre, Bombarda não defende um positivismo de obediência estreita, mas intenta desenvolver, de modo confesado e combativo, uma concepção materialista da naturalidade, aberta a um

* Texto originariamente escrito a pedido do *Ibero-Amerikanisches Institut* de Berlim.

¹ M. BOMBARDA, *A Sciencia e o Jesuitismo. Réplica a um padre sábio* (doravante: SJ), Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1900.

² M. F. SANTANA, *O Materialismo em face da Sciencia, a propósito da Consciencia e Livre Arbútrio do sr. prof. Miguel Bombarda* (doravante: MFS), Lisboa, Typographia da Casa Catholica, 1899 e 1900, 2 vols.

³ M. BOMBARDA, *A Consciencia e o Livre Arbútrio* (doravante: CLA), Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1902².

⁴ "Por um lado, a expressão universitária mais retumbante do materialismo positivista e monista. Por outro, a expressão da reacção católica pela pena do jesuíta mais intelectualmente dotado da Companhia de Jesus, restaurada, em Portugal.", António de MAGALHÃES, "Miguel Bombarda e Fernandes Santana", *As Grandes Polémicas Portuguesas*, ed. Artur Anselmo, Lisboa, Verbo, 1967, vol. II, p. 359.

entendimento pensante da materialidade, interagente, portadora de luzes, com um forte endereço educativo, carregada de preocupações ético-sociais e de incursões políticas de tendência republicana⁵.

A diatribe de Santana move-se num horizonte acentuadamente distinto. Recorrendo à informação científica disponível, e ensaiando a espaços a reflexão epistemológica, propõe-se claros objectivos de apologética religiosa, desdobrando toda uma cruzada anti-materialista, anti-positivista e anti-transformista, de que se não encontram ausentes algumas farpas de incidência política⁶.

Para Santana, a filosofia é "o conhecimento natural das coisas por suas *causas últimas* tanto intrínsecas como extrínsecas"⁷, não descarta "as questões de origem primeira" e contesta que "os confins do cognoscível" sejam "precisamente os da materialidade"⁸.

Em conformidade, considera-se, por outro lado, ser "um erro profundo afirmar que nas sciencias naturaes só se vive de factos", atendendo a que qualquer ciência "não vive senão de abstracções, de generalisações e de deducções"⁹.

Bombarda, pela sua parte, lamenta que a filosofia do seu tempo esteja "reduzida a ser o receptaculo das elucubrações sobre a essencia das coisas, sobre os primeiros principios"¹⁰, e insurge-se contra "esses philosophos da palavra" a quem "não ha facto scientifico que lhes mereça respeito"¹¹.

Do ponto de vista metodológico e da fundamentação, desenha-se, assim, um relevante contraste de que importa retirar as ilações devidas: "Um homem de sciencia observa os factos, verifica-os, convence-se da sua realidade, e só então conclue os principios que n'elles se possam conter. A philosophia espiritualista, essa, admite os factos porque estão de accordo com os principios que começou por assentar. Se o accordo não existisse, os factos seriam arredados ou torcidos, a sua significação seria contestada, comtanto que o principio se salvasse."¹².

⁵ Cf. José BARATA-MOURA, "Miguel Bombarda e o materialismo", *Pensar a Cultura Portuguesa. Homenagem ao Prof. Francisco da Gama Caetano*, ed. Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras, Lisboa, Colibri, 1993 (doravante: *Pensar a Cultura Portuguesa*), pp. 167-206.

⁶ Cf. Norberto CUNHA, "Ciência e Materialismo na *Apologética* do Pe Manuel Santana", *Revista Portuguesa de Filosofia* (doravante: RPF), Braga, 47 (1991), pp. 561-581.

⁷ M. SANTANA, *Apologética I: Bases científicas da Religião* (doravante: A), Lisboa, Typographia da Casa Catholica, 1901, pp. 24-25.

⁸ M. SANTANA, A, pp. 42-43.

⁹ M. SANTANA, MFS, vol. I, p. 48.

¹⁰ M. BOMBARDA, CLA, p. 45.

¹¹ M. BOMBARDA, SJ, p. 28.

¹² M. BOMBARDA, SJ, p. 87.

2. Em 1902, José SAMPAIO BRUNO (1857-1915) – republicano que nunca pretendeu ser "homem de letras", mas tão-só "um homem de propaganda"¹³ – dá à estampa *A Ideia de Deus*.

Bruno anseia por uma revitalização da metafísica que, finalmente cortada da sua tradicional propensão para extrapolações palavrosas¹⁴, seja susceptível de pôr cobro à lamentável "penúria lusitana em matéria filosófica"¹⁵.

Reconhecendo embora o "efeito deprimente duma educação perversamente adequada a embrutecer gerações"¹⁶, entende todavia que não é apenas à tradição escolástico-jesuítica dominante que têm de ser assacadas as responsabilidades pela esterilidade presente do pensamento.

A situação vigente que constata é a de uma coexistência de "interpretações terra a terra" – "a materialistice, a tendência materialeira", desfiguradoras do materialismo a que não adere, mas que considera "doutrina filosófica séria e digna de atenção"¹⁷ – ao lado das "mais destrambelhadas superstições"¹⁸; deste impasse afigura-se-lhe que só é possível sair excedendo o que parece ser "a mediocridade nativa do poder de abstracção generalizante" e não desatendendo o exercício da imaginação criadora no domínio das ideias¹⁹.

A dimensão social e política não deixa, do mesmo passo, de ser significativamente convocada. A "crematística da produção"²⁰ capitalista, ideologi-

¹³ S. BRUNO, *A Ideia de Deus* (doravante: ID), Porto, Lello, n. ed. 1987, p. XXXV.

De entre a bibliografia: Joel SERRÃO, *Sampaio Bruno, o homem e o pensamento*, Lisboa, Horizonte, 1986²; Amorim de CARVALHO, *O positivismo metafísico de Sampaio Bruno*, Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, 1960; José MARINHO, "Sampaio Bruno", *Estudos sobre o Pensamento Português Contemporâneo*, Lisboa, Biblioteca Nacional (doravante: BN), 1981, pp. 53-89; Eduardo SOVERAL, "Introdução ao pensamento de Sampaio Bruno", RPF, 42 (1986), pp. 413-424; Alexandre MORUJÃO, "O itinerário filosófico de Sampaio Bruno", RPF, 43 (1987), pp. 225-242; Maria Helena VARELA, "Sampaio Bruno: *A Ideia de Deus* – Esboço de uma Teodiceia", RPF, 45 (1989), pp. 125-136; António TELMO, "Sampaio Bruno, o 'Encoberto'", *Leonardo*, Lisboa, n. 5-6 (1989), pp. 17-19; Manuel GAMA, "Sampaio Bruno e o Positivismo", RPF, 48 (1992), pp. 241-261, e *O pensamento de Sampaio Bruno*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda (doravante: IN-CM), 1994; *Nova Renascença*, Porto, 15 (1995); *Colóquio Antero de Quental dedicado a Sampaio Bruno*, ed. Luiz Antonio Barreto, Aracaju, SEC (Sergipe), 1995.

¹⁴ "Como a teologia, a metafísica tem sido acusada de às dificuldades que não sabe resolver disfarçá-las pelo prestígio das frases pomposas", S. BRUNO, ID, p. 259.

¹⁵ S. BRUNO, ID, p. 19.

¹⁶ S. BRUNO, ID, pp. 19-20.

¹⁷ S. BRUNO, ID, p. 122.

¹⁸ S. BRUNO, ID, p. 24.

¹⁹ "Parece que nascemos destituídos de imaginação criadora; e, assim, os sistemas metafísicos hostilizámo-los, visto como não se entende nunca bem senão aquilo que se cria.", S. BRUNO, ID, p. 24.

²⁰ S. BRUNO, ID, p. 61.

camente respaldada em magnificações do liberalismo selvagem²¹, faz eclodir uma inapagável *questão social* em que aqueles que sofrem a miséria descem "à rua, para levantar, para barricadas, o suado pavimento do trabalho não pago"²².

Ainda que predisposto a reconhecer "os prodígios morais, como o advento do socialismo cosmopolita e solidário, graças à constituição da Associação Internacional dos Trabalhadores, por Karl Marx"²³, Bruno demarca-se, porém, do "radicalismo filosófico, peculiar à filosofia alemã, do hegeliano Karl Marx"²⁴. Preconiza antes o advento de "um socialismo de igualdade económica"²⁵ que, condoído pela sorte do "proletariado braçal" e crítico dos desaforos do "capitalismo ventruado"²⁶, traga sobretudo uma reforma que remedeie "aquelas camadas, beneméritas, da população social a que manda o uso designar pelo nome colectivo de: *pequena burguesia*"²⁷.

Sendo indesejável o caminho das soluções próprias do "rígido colectivismo contemporâneo"²⁸, têm as esperanças de depositar-se num amanhã de fraternidade marcada por difuso cunho religioso: "Mas dia virá em que os homens se confundam em fraterno amplexo. Dia virá em que não haja mais classes diversificadas e em que em comum, não comunistamente, todos penemos e jubilemos. Não se chorarão mais lágrimas de desesperação, de soberba, de vergonha. Em comum louvaremos o Senhor, por Sua Misericórdia."²⁹.

Sampaio Bruno assume, num outro registo, posições simultaneamente críticas do ateísmo³⁰, das doutrinas da criação³¹, do dualismo e do monismo³². O itinerário metafísico que perfilha, e prossegue, parte de uma consideração dinâmica da realidade ontológica do erro e do mal (que, no entanto, há que transformar), no quadro de uma totalidade espiritual em desenvolvimento, onde a acção dos humanos se inscreve e tem um papel emancipador a desempenhar.

21 "a Liberdade sem a Igualdade e a Fraternidade não passa de Egoísmo", S. BRUNO, ID, p. 153.

22 S. BRUNO, ID, p. 53.

23 S. BRUNO, ID, p. XIV.

24 S. BRUNO, ID, p. 57.

25 S. BRUNO, ID, p. 141.

26 S. BRUNO, ID, p. 63.

27 S. BRUNO, ID, p. 61.

28 S. BRUNO, ID, p. 56.

29 S. BRUNO, ID, pp. 158-159.

30 Feuerbach representa, em seu entender, uma "estranha variedade impia do ateísmo idealista e antropolátrico", S. BRUNO, ID, p. 214.

31 Cf. S. BRUNO, ID, pp. 251 e ss.

32 Cf. S. BRUNO, ID, pp. 297-298.

Do mesmo modo que "a verdade é o erro decrescente"³³, assim é também a partir de um reconhecimento da positividade do mal no mundo³⁴ que, contra ele, assoma o dever de um esforço humano (com incidência universal) de libertação. A incumbência suprema do homem, o seu "fim último", é "eliminar o mal"; trata-se de um "dever para com a natureza inteira", uma vez que, "libertando-se a si, libertando os seus irmãos de espécie, ele contribuirá já para a libertação universal"³⁵.

Ontologicamente, o esquema proposto parece recuperar um certo emanatismo neoplatonizante, em que a ênfase fundamental surge colocada no processo do retorno: "No princípio era a Perfeição, o espírito homogéneo e puro. No segundo momento, mercê do efeito dum mistério, temos o espírito diminuído e a seu par a diferença que se tornou heterogénea, isto é o mundo. No terceiro momento, reintegrar-se-á o espírito puro, pela absorção final de todo o heterogéneo."³⁶

Da Consciência à Consciência – e não do Inconsciente ao Nirvana³⁷ –, o movimento desemboca numa "absorção recuperadora": "A ressorção do cosmos ultimar-se-á a reintegração da unidade do infinito no perfeito. Haverá Deus, e um Deus só, e só Deus. [...]. Redimido o diferenciado, na consumação dos séculos, como o foi antes dos séculos: – a homogeneidade do absoluto será."³⁸

Neste marco, "a ideia de Deus cumpre que se torne uma verdade"; o misticismo adventista de Bruno aspira, portanto, a um "esplendor genético da verdade", para a consumação da qual contribuirá a vinda anunciada do "Paracleto" (povo/filósofo ou filósofo/povo): "Virá um Buda experimentalista e dialéctico. Um Cristo virá, cujos prodígios sejam argumentos."³⁹

3. Em 1915, sai a primeira edição de *Arte de Ser Português*, de Joaquim Teixeira de PASCOAES (1877-1952)⁴⁰.

³³ S. BRUNO, ID, p. 190. A verdade "é o erro aproximando-se indefinidamente da verdadeira verdade, desconhecida. Mas toda a espécie de verdade é revelação, sucessiva, ascendente. Assim, o erro será revelação refractada. Refractada pelo condicionalismo da Matéria." (p. 192).

³⁴ S. BRUNO, ID, p. 299.

³⁵ S. BRUNO, ID, p. 351. "O fim do homem neste mundo é libertar-se a si, libertando os outros seres. [...] É a afirmação da vontade de viver, diferentemente, superiormente; [...] o mal é a afirmação do individualismo persistindo, rebelde à absorção final." (p. 349).

³⁶ S. BRUNO, ID, p. 343.

³⁷ S. BRUNO, ID, p. 345.

³⁸ S. BRUNO, ID, pp. 360 e 361.

³⁹ S. BRUNO, ID, p. 359.

⁴⁰ Teixeira de PASCOAES, *Arte de Ser Português* (doravante: ASP), Lisboa, Roger Delraux, 1978³.

De entre a vasta bibliografia: Alfredo MARGARIDO, *Teixeira de Pascoaes, a obra e o homem*, Lisboa, Arcádia, 1961; RPF, 19 (1973), n. 2; Mário GARCIA, *Teixeira de Pas-*

Proclamada a República em 5 de Outubro de 1910, inscreve-se esta obra num leque determinado de correntes diferenciadas que intentam "colocar a nossa Pátria ressurgida em frente do seu Destino"⁴¹. Apagadas "as lâmpadas de Roma", tratar-se-ia agora de "apagar os fachos de Paris", passando o País espiritual a guiar-se pelo luzir da "própria candeia"⁴², promovendo "um alto critério religioso e filosófico, a que se deve subordinar completamente a obra social e política da República"⁴³.

Os propósitos são, simultaneamente, críticos de toda uma ambiência reinante, refundadores de um património sentimental do "Espírito Lusitano" e anunciadores de um madrugar de exaltadas esperanças. "O português não quer interpretar o mundo nem a vida, contenta-se em vivê-la exteriormente; e tem, por isso, um verdadeiro horror à Filosofia, imaginando encontrá-la em tudo o que não entende"⁴⁴.

Contra esta atávica e persistente "invasão do *estrangeirismo* desnacionalizador"⁴⁵, e com vista a debelar os seus perniciosos reflexos miméticos, importa, por conseguinte, enveredar deliberadamente por outros caminhos: "Ao espírito simiesco, de imitação, oponhamos o espírito de iniciativa criadora"⁴⁶.

Para a almejada instalação de "uma Democracia religiosa e rural"⁴⁷, há, pois, que fazer convergir em aliança "a aristocracia da inteligência e a plebe apaixonada"⁴⁸, operando uma reabilitação étnica e cultural da "voz do sangue" entendida como "Herança"⁴⁹, abrindo a escuta ao "verbo angustioso e

coaes. Contribuição para o estudo da sua personalidade e para a leitura crítica da sua obra, Braga, Faculdade de Filosofia, 1976, e "A Arte de Ser Português de Teixeira de Pascoaes", *Brotéria*, Lisboa, 119 (1984), pp. 164-179; Lúcio Craveiro da SILVA, "A filosofia em Teixeira de Pascoaes", RPF, 34 (1978), pp. 51-58; Pascoaes, ed. SEC, Lisboa, IN-CM, 1980; José Carlos ALMEIDA, "Poesia e Ontologia em Teixeira de Pascoaes", RPF, 43 (1987), pp. 401-416; António QUADROS, *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos Cem Anos*, Lisboa, Fundação Lusfada, 1989, pp. 91-103; Maria de Fátima GOMES, "O sentido da existência em T. de Pascoaes", RPF, 45 (1989), pp. 71-96; Jorge COUTINHO, *O Pensamento de Teixeira de Pascoaes. Estudo hermenêutico e crítico*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1995; Manuel PATRÍCIO, *O messianismo de Teixeira de Pascoaes e a educação dos portugueses*, Lisboa, IN-CM, 1996.

41 PASCOAES, ASP, p. 18.

42 PASCOAES, "Unamuno e Portugal" (1911), *A Saudade e o Saudosismo*, ed. Pinharanda Gomes (doravante: SS), Lisboa, Assírio & Alvim, 1988, p. 26.

43 PASCOAES, "O Espírito Lusitano ou o Saudosismo" (1912); SS, p. 43.

44 PASCOAES, ASP, p. 96.

45 PASCOAES, "O Espírito Lusitano..."; SS, p. 44.

46 PASCOAES, ASP, p. 21.

47 PASCOAES, "O Espírito Lusitano..."; SS, p. 55.

48 PASCOAES, "O Génio Português na sua Expressão Filosófica, Poética e Religiosa" (1913); SS, p. 73.

49 PASCOAES, ASP, p. 72.

aflito", melancólico e criativo, dos "enviados da Saudade"⁵⁰ que, na poesia, nos valores populares tradicionais e na religiosidade pátria, nos interpelam.

Erigida a *intraduzibilidade* das palavras de uma língua em padrão do "carácter" do Povo que a fala⁵¹, a *Saudade* – que se assevera não conhecer equivalente adequado em qualquer outro idioma estranho – assoma como alicerce e mola de todo um projecto de "renascença": ela é "a suprema criação sentimental da Raça"⁵².

Assim, "o Saudosismo representa o culto da alma portuguesa no que ela encerra de novo credo religioso, e de nova emoção poética, em virtude da sua ascendência étnica"⁵³, combinando, em retenção e protensão, "o Desejo e a Dor, a Esperança e a Lembrança"⁵⁴.

Anunciando "uma próxima reacção do Espírito contra a Matéria usurpadora", desponta "a feição mística do génio português", que faz ressuscitar "Jesus e Pã" numa associação "naturalista", avessa a qualquer "clericalismo cientista"⁵⁵. Todo este programa "saudosista" se encontra, deste modo, ordenado "ao culto da alma pátria ou da Saudade erigida em Pessoa divina e orientadora da nossa actividade literária, artística, religiosa, filosófica e mesmo social"⁵⁶.

A palavra de ordem é "renascer": "regressar às fontes originárias da vida, mas para criar uma nova vida"⁵⁷. O "génio de aventura" memorado, que no povo português teria encarnado em seus momentos passados de pujança, abre-se agora a um "*espírito messiânico redentor*"⁵⁸, carregado de "sebastianismo" profético e promissor⁵⁹ "duma nova *Civilização Lusitana*"⁶⁰. "Pela *Saudade* revive o que morreu e antevive o que está para nascer, quando ela, a nossa Virgem Lusíada, se volta para o Futuro, mostrando a sua face de esperança. Por ela o que foi volta a ser, e o que há-de ser, já existe..."⁶¹.

A magnificação pascoaesiana de "uma verdadeira *Super-Humanidade Espiritual*"⁶² assume-se vincadamente como "Idealismo religioso e anti-inte-

50 PASCOAES, "O Génio..."; SS, p. 81.

51 Cf. PASCOAES, ASP, p. 25.

52 PASCOAES, "Ao Povo Português a 'Renascença Lusitana'" (1914); SS, p. 32.

53 PASCOAES, "O Saudosismo e a 'Renascença'" (1912); SS, p. 60.

54 PASCOAES, "Ainda o Saudosismo e a 'Renascença'" (1912); SS, p. 64.

55 PASCOAES, "O Génio..."; SS, pp. 86 e 90.

56 PASCOAES, ASP, p. 140.

57 PASCOAES, "Renascença" (1912); SS, p. 35.

58 PASCOAES, ASP, pp. 111-114.

59 Para um desenvolvimento deste tópico na cultura portuguesa, veja-se, por exemplo, Joel SERRÃO, *Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal*, Lisboa, Horizonte, 1973³.

60 PASCOAES, "Justiça social. Os lavradores caseiros" (1910); SS, p. 3.

61 PASCOAES, "O Génio..."; SS, p. 91.

62 PASCOAES, "Victor Hugo" (1911); SS, p. 21.

lectual"⁶³ de matriz deliberadamente irracionalista: "O escuro está na base do claro, ou o irracional na base do racional."⁶⁴

4. Os textos fundadores de Leonardo COIMBRA (1883-1936) sobre o *Criacionismo*⁶⁵ remontavam já a 1912.

Contra "o fanatismo religioso", de "terríveis e palpáveis consequências", mas sobremaneira contra "o fanatismo anti-religioso", respaldado num "crescente abandono da idealidade", importaria afirmar a incontornável dinâmica da *criação espiritual* que, abrindo o homem à transcendência fraterna, impede o pensamento de petrificar-se em *coisificações* degradantes da sua real condição: "*cousar* o pensamento num nível inferior [...] é sempre fazer obra de fanatismo"⁶⁶.

O "vício cousista" dominante, e reiteradamente desentranhado e exposto, consiste, basicamente, em "tentar tudo traduzir em *inerte*"⁶⁷, matando a "ideia" pela sua fixação substancializada.

Se o materialismo diz que "na sociedade tudo se passa entre os estômagos"⁶⁸, e se o positivismo se apascenta do "cousismo do facto e da utilida-

⁶³ PASCOAES, ASP, p. 148.

⁶⁴ PASCOAES, "João Lúcio" (1951); SS, p. 220.

⁶⁵ Cf. Leonardo COIMBRA, *Criacionismo. Esboço de um sistema filosófico* (doravante: CE) e *Criacionismo. Síntese filosófica* (doravante: CS); *Obras*, ed. Sant'Anna Dionísio (doravante: O), Porto, Lello, 1983, vol. I, pp. 1-269 e 271-395.

De entre a abundante literatura: José MARINHO, *O Pensamento Filosófico de Leonardo Coimbra. Introdução ao seu estudo*, Porto, Figueirinhas, 1945; Álvaro RIBEIRO, *Leonardo Coimbra*, Lisboa, Inquérito, 1945; *Leonardo Coimbra. Testemunhos dos seus Contemporâneos*, Porto, Tavares Martins, 1950; Manuel Costa FREITAS, "O pensamento criacionista de Leonardo Coimbra", *Itinerarium*, Braga, 15 (1957), pp. 329-348 e 16 (1958), pp. 421-509, bem como "O tema da saudade no pensamento criacionista de Leonardo Coimbra", *Itinerarium*, Braga, 29 (1983), pp. 420-438; Ângelo ALVES, *O sistema filosófico de Leonardo Coimbra. Idealismo criacionista*, Porto, Tavares Martins, 1962; Miguel SPINELLI, *A filosofia de Leonardo Coimbra. O Homem e a Vida, dois termos da sua antropologia filosófica*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1981; RPF, 39 (1983); Joaquim Cerqueira GONÇALVES, "Leonardo Coimbra (1883-1983). Pensamento e Sociedade", *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, n.º especial (1983), pp. 119-135, e "No Cinquentenário da Morte de Leonardo Coimbra. A natureza leonardina da Razão", *Revista da Faculdades de Letras-Filosofia*, Porto, n.º 3 (1986), pp. 103-125; Jesué Pinharanda GOMES, *A Teologia de Leonardo Coimbra*, Lisboa, Guimarães, 1985; *Leonardo Coimbra, Filósofo do Real e do Ideal*, ed. Pinharanda Gomes, Lisboa, Instituto Amaro da Costa, 1985; *O pensamento filosófico de Leonardo Coimbra*, ed. UCP, Lisboa, Didaskalia, 1989; Manuel F. PATRÍCIO, *A pedagogia de Leonardo Coimbra*, Porto, Porto Editora, 1992; *Filosofia e Ciência na obra de Leonardo Coimbra*, Porto, Fundação A. de Almeida, 1994; António J. de BRITO, "Pensamento e realidade em Leonardo Coimbra", *Razão e Dialéctica*, Lisboa, IN-CM, 1994, pp. 319-343; Manuel CÂNDIDO, *Odisseias do Espírito*, Lisboa, IN-CM, 1996, pp. 125-212.

⁶⁶ COIMBRA, CE; O, vol. I, p. 269.

⁶⁷ COIMBRA, CS; O, vol. I, p. 300. "A ideia é dialéctica e deixa de ser ideia desde que se substancialize" (p. 310).

⁶⁸ COIMBRA, CS; O, vol. I, p. 275.

de⁶⁹, importa tomar um rumo decididamente diferente, e considerar, como decisiva instância, o "ser mental" que "mais pronta e seguramente" em actualidade efectiva se oferece, isto é, a "ciência" que é constitutivamente de "noções", e não de "coisas"⁷⁰. Há, nestes termos, que "ver, em frente dessa ciência, o sábio que a sabe, isto é, o espírito que a garante"⁷¹.

À ciência interessará "a face inerte" dos fenómenos, mas a filosofia é "o órgão da liberdade"⁷². Desocultando, e fazendo funcionar, a "dialéctica viva"⁷³ e "construtora da realidade"⁷⁴, que no labor científico permanece adormecida e inconsiderada, acede-se ao campo da liberdade (criadora) que tudo funda e envolve. "A nossa filosofia é uma filosofia da liberdade, porque o seu Universo é uma sociedade de consciências e a consciência feita pessoa é a actividade livre e criadora."⁷⁵

Porque "o homem não é uma inutilidade num mundo feito, mas o obreiro de um mundo a fazer", o "espírito humano é criador e tem a liberdade de opôr, ao fluxo sensual, afirmações ideais"⁷⁶. Porque "o real é ideal, e não substancial e *coisista*"⁷⁷, é que "no criacionismo há o esperançoso, verde mistério das forças espirituais"⁷⁸.

O espírito encarna na *personalidade*, embebida de e voltada para a transcendência. "A pessoa, última realidade da dialéctica científica, é já uma consciência religiosa. Religiosa, porque se coloca numa sociedade ideal e, para ela, dirige todo o esforço e atenção"⁷⁹.

A palavra derradeira do "criacionismo" aponta, assim, a "uma sociedade de actividades, em permanente excesso, no seio de Deus banhadas"⁸⁰. Deste modo, é a vivência divina do "Amor" que descobre a dimensão genuína da *fraternidade* – e ela "só será para a consciência religiosa, que encontra Deus"⁸¹.

Porque combate "a idolatria do facto", que desconhece o autêntico "condicionalismo dialéctico da ciência", e porque não pactua com "a idolatria do cidadão", que pouca a "autonomia do pensamento" e a "pessoa moral e

⁶⁹ COIMBRA, CS; O, vol. I, p. 293.

⁷⁰ COIMBRA, CE; O, vol. I, p. 8.

⁷¹ COIMBRA, CE; O, vol. I, p. 117.

⁷² COIMBRA, CE; O, vol. I, p. 10.

⁷³ COIMBRA, CE; O, vol. I, p. 147.

⁷⁴ COIMBRA, CS; O, vol. I, p. 293.

⁷⁵ COIMBRA, CS; O, vol. I, p. 326.

⁷⁶ COIMBRA, CE; O, vol. I, pp. 10-11 e 10.

⁷⁷ COIMBRA, CS; O, vol. I, p. 312.

⁷⁸ COIMBRA, CS; O, vol. I, p. 319.

⁷⁹ COIMBRA, CE; O, vol. I, p. 267.

⁸⁰ COIMBRA, CS; O, vol. I, p. 320.

⁸¹ COIMBRA, CS; O, vol. I, p. 328.

religiosa⁸², Leonardo Coimbra não deixará, mais tarde, de vituperar, em contexto marcado por um forte anticomunismo, todo o "humanismo absolutista, antropolátrico" que "encontra no marxismo a forma mais sugestiva, de melhor organização, e onde a vontade de domínio de uma classe faz sempre coro à imperiosa vontade dos chefes"⁸³.

O "criacionismo" apresenta-se, nestes termos, como um empenhado cântico em louvor do dinamismo do espírito em luta contra todas as pretensões que julga descortinar como apontadas a uma sua paralização. Assume-se como "irracionalismo", mas apenas no sentido em que se entende "incomensurável com acções realizadas, isto é, com conceitos já realizados"⁸⁴.

Nas próprias palavras de Leonardo Coimbra: "A Realidade é portanto um Irracional criando a razão e a ordem; Irracional porque nenhuma quantidade a pode medir, nenhuma qualidade a pode esgotar. Não quer dizer que a Realidade seja estranha à Razão, mas sim que a Razão cósmica é infinita e activa, isto é, uma sociedade, um conjunto unificado, um sistema de eficazes actividades."⁸⁵.

5. De entre os muitos e diversificados representantes de uma viva literatura de ideias que floresceu em Portugal no período entre as duas guerras mundiais – e que os mecanismos autoritários da repressão instalada na sequência do 28 de Maio de 1926 crescentemente se esforçaram por abafar – avulta a figura de António SÉRGIO (1883-1969)⁸⁶.

A sua intensa pedagogia cívica, que com frequência assume a forma de polémicas, trata de denunciar e de desmontar um vasto cortejo de obscuran-

⁸² COIMBRA, CE; O, vol. I, pp. 268 e 269.

⁸³ COIMBRA, *A Rússia de Hoje e o Homem de Sempre* (1930); O, vol. I, p. 883.

⁸⁴ COIMBRA, CS; O, vol. I, p. 382.

⁸⁵ COIMBRA, *A Alegria, a Dor e a Graça* (1916); O, vol. I, p. 508.

⁸⁶ Sobre este pensador, entre outros: Vasco de MAGALHÃES-VILHENA, *António Sérgio. O idealismo crítico e a crítica da ideologia burguesa*, Lisboa, Seara Nova, 1964; Joel SERRÃO, *Prosa Doutrinal de Autores Portugueses. António Sérgio*, Lisboa, Portugalíia, 1969; *Homenagem a António Sérgio*, Lisboa, Academia das Ciências, 1976; Fernando Piteira SANTOS, "Notas de introdução a uma leitura de Sérgio", *Clío*, Lisboa, I (1979), pp. 155-160; Joaquim Montezuma de CARVALHO, *António Sérgio. A Obra e o Homem*, Lisboa, Arcádia, 1979; Mário Sottomayor CARDIA, "O Pensamento Filosófico do Jovem Sérgio", *Cultura, História e Filosofia*, Lisboa, I (1982), pp. 411-467; Manuel M. CARILHO, "Ensaísmo e filosofia: António Sérgio", *O Saber e o Método*, Lisboa, IN-CM, 1982, pp. 57-104; *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 5 (1983), 2 vols.; Manuel F. PATRÍCIO, "A lógica de António Sérgio" e "A ética de António Sérgio", RPF, respectivamente, 44 (1987), pp. 243-272 e 48 (1992), pp. 209-240; Eduardo LOURENÇO, "Sérgio como mito cultural", *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, D. Quixote, 1988³, pp. 161-176; António P. MESQUITA, "O Mundo de António Sérgio", RPF, 46 (1990), pp. 431-478; Luís Machado de ABREU, "O espinosismo de António Sérgio", *Filosofia, História, Conhecimento. Homenagem a Vasco de Magalhães-Vilhena*, ed. Eduardo Chitas e Hernani Resende, Lisboa, Caminho, 1990, pp. 123-144.

tismos e de ilusões que têm atrelado Portugal a "três séculos de um viver sem alma no Reino Cadaveroso da Estupidez"⁸⁷. Ele próprio define a sua postura nestes termos: "Sempre estive onde agora estou: para além das direitas e das esquerdas (do jacobino e do conservador) na questão política; racionalista de método, humanista crítico, em moral e filosofia; e *a*-religioso, sim, mas não *anti*-religioso (respeitador, mas agnóstico) no problema da religião"⁸⁸.

Partilhando, na leitura que faz do seu tempo, monárquicos e republicanos, livre-pensadores e clericalistas, uma preocupante identidade de traços indiciadores de "preguiça mental"⁸⁹, impõe-se, a seu ver, "incitar os espíritos à problemática, acordar os leitores de quaisquer "sonos dogmáticos", abrir as avenidas da discussão fecunda"⁹⁰. É a viragem necessária para o exercício constante de uma *atitude crítica*, que convida "os jovens da *elite* [...] ao culto da lucidez, da ordem na mente, da coerência de ideias, do espírito prático, ao idealismo com senso do real"⁹¹.

Este programa de "redenção da humanidade pela nitidez das ideias, pelo saber autêntico"⁹², de esclarecida e paciente *reforma*ção das mentalidades, "de que a reforma política e social está pendente"⁹³, assume-se como "*racionalismo*" (uma vez que "afirma a existência no nosso espírito de uma actividade ordenadora, superior à percepção sensível")⁹⁴, e professa o "*idealismo*" (desde logo, no sentido de que acredita "que tudo o que é realmente um bem se reduz ao que é um bem do espírito")⁹⁵.

Pela *educação da e para a autonomia*⁹⁶, aspira Sérgio à edificação de um "socialismo democrático (mais precisamente: o cooperativista)"⁹⁷, que – sem retirar relevância ao "condicionamento económico", mas sem incorrer nos vícios "metafísicos" de uma dialéctica materialista⁹⁸ – conduza "a uma

87 António SÉRGIO, "O Reino Cadaveroso" (1926); *Obras Completas-Ensaios*, ed. Castelo-Branco Chaves, Vitorino Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão (doravante: E), Lisboa, Sá da Costa, 1972, vol. II, p. 57.

88 SÉRGIO, "Tréplica a Carlos Malheiro Dias sobre a Questão do Desejado" (1925); *Seara Nova. Antologia*, ed. Mário S. Cardia (doravante: SN.A), Lisboa, Seara Nova, 1972, vol. II, p. 297.

89 "A preguiça mental o que deseja, o que procura, é a posse feliz de uma palavrinha mágica, que tenha a virtude de solucionar tudo: essa palavra foi a "República", e é hoje em dia o "Nacionalismo"; SÉRGIO, "Prefácio da 1ª edição" (1920); E, vol. I, p. 59.

90 SÉRGIO, "Prefácio" (1946); E, vol. VI, p. 3.

91 SÉRGIO, "Prefácio da 1ª edição"; E, vol. I, p. 70.

92 SÉRGIO, *Cartesianismo ideal e Cartesianismo real*, Lisboa, Seara Nova, 1937, p. 45.

93 SÉRGIO, "Prefácio à 2ª edição"; E, vol. II, p. 6.

94 SÉRGIO, "Tréplica..."; SN.A, vol. II, p. 283.

95 SÉRGIO, "Considerações sobre o problema da cultura" (1928); E, vol. III, p. 39.

96 "criar autónomos pela autonomia", SÉRGIO, "Considerações sobre o problema da cultura"; E, vol. III, p. 57.

97 SÉRGIO, "Prefácio da 2ª edição" (1949); E, vol. I, p. 33.

98 SÉRGIO, "Notas de esclarecimento"; E, vol. II, pp. 209-210.

Sociedade da Razão" em que "a verdadeira cidadania é a cooperação no racional"⁹⁹.

Do ponto de vista onto-gnosiológico, para este pensador, os entes correspondem sempre a intervenções delimitadoras, a "descontinuidades perceptuais, operadas pela nossa mente na continuidade indefinida do aparecer": "O Universo é uma Actividade constante, uma cadeia de acções e de reacções. No seu espectáculo, e para nosso uso, o dinamismo perceptual opera cortes, faz rasgões. Cada rasgão é uma *coisa*."¹⁰⁰.

Neste horizonte de supostos, desenvolve Sérgio o seu "idealismo epistemológico". Sendo o objecto sempre "*um construto perceptual* da nossa mente", "um tecido de ideias", não é possível transgredir-se esta constitutiva esfera de imanência: "Vamos sempre de ideia para ideia; a verdade, portanto, não é o acordo da ideia com a coisa (porque não há o absoluto da dita "coisa"): é uma harmonia progressiva de ideias."¹⁰¹.

O próprio Sérgio sumaria, em esboço, as suas concepções, rememorando e reafirmando algumas constantes do seu posicionamento: "a ciência construía-se por livres criações do intelecto, dirigidas pelo postulado de um dever-ser-inteligível (cria-se a solução depois de se ter criado o problema); a moralidade procedia da criatividade do intelecto, do seu poder de subir ao universal e objectivo (de se dessubjectivar, de se fazer Espírito), dirigido pela ideia de um dever-ser racional; e a economia inspirada por esse dever-ser racional era a economia planificada que o socialismo inculca, já libertos os homens da irracionalidade anárquica que se revela nos embates meramente instintivos dos apetites individuais que só buscam lucros. O ideal socialista, a esta luz encarado, consistiria na racionalização das operações crematísticas com a finalidade da consecução do maior bem para todos, da supressão das lutas para a subsistência física, visando ao desprendimento e à pacificação das almas, à possibilidade da espiritualização dos laços sociais entre os homens."¹⁰².

Durante todo este período, não foi porém António Sérgio nem a única voz, nem voz isolada, no combate cultural contra o regime de Salazar. É conveniente não esquecer, apenas a título de exemplo, Bento de Jesus CARAÇA (1901-1948)¹⁰³, militante comunista e professor universitário expulso da sua cátedra.

A polémica que entre estas duas figuras destacadas da cultura portuguesa se desenrolou é bem elucidativa de como, por detrás de questões abstractas

⁹⁹ SÉRGIO, "Educação e filosofia"; E, vol. I, p. 135.

¹⁰⁰ SÉRGIO, "Explicações a um Catedrático de Direito sobre a doutrina ética dos meus "Ensaios"" (1925); E, vol. VII, pp. 149 e 148.

¹⁰¹ SÉRGIO, "Migalhas de Filosofia" (1936); E, vol. VII, pp. 211 e 209-210.

¹⁰² SÉRGIO, "Prefácio da 2ª edição"; E, vol. I, p. 34.

¹⁰³ Cf. Álvaro SALEMA, *Bento de Jesus Caraça. Um humanista para o nosso tempo*, Lisboa, FAOJ, 1978; Natália BEBIANO, "Contributo para o estudo da obra matemática de Bento de Jesus Caraça", *Análise*, Lisboa, n. 13 (1990), pp. 161-173.

de lógica e de filosofia, mesmo no seio da oposição democrática, um fervilhar de problemas continuava desperto.

Segundo Caraça, se o intelectual de elite "rejeita o *manual*, o *mecânico* e exalta o *bem* e a *virtude*, de cuja procura faz o fim máximo do homem"¹⁰⁴, uma outra compreensão da realidade e da sua dialéctica, bem como da articulação de teoria e de prática, terá de conduzir o processo educativo que se queira genuinamente democrático a reconhecer como grande tarefa premente o "despertar a alma colectiva das massas"¹⁰⁵, no quadro de um laborioso trabalho: "Não há *fatalidade* em história. *O que acontecerá... é sempre determinado pelo jogo dos elementos em presença*. Em cada momento o homem age sobre o meio que o cerca e o meio age sobre o homem – o que sai dessa acção recíproca é o que ela determinar e não o que, em obediência a um obscuro misticismo fatalista, se considera como *aquilo que tem de ser*."¹⁰⁶.

Uma outra vertente desta problemática e destas preocupações não deixou de manifestar-se também na produção teórica que acompanhou os debates em torno do "neo-realismo"¹⁰⁷. A questão do empenhamento social e político da arte e dos artistas, num peculiar momento de crise ou de "encruzilhada"¹⁰⁸, despertou, a par de repressões várias, energias reflexivas e animados debates. Como Mário Dionísio então escrevia: "A poesia está na luta dos homens, está nos olhos abertos para amanhã"¹⁰⁹. Em livro acabado de sair, Álvaro Cunhal revisita esta temática, rejeitando as empobrecedoras absolutizações abstractas (e sectárias) quer da "forma" quer do "conteúdo", e apelando para um sentido concreto da criatividade que sempre há que estimular:

¹⁰⁴ Bento CARAÇA, *Conceitos fundamentais da matemática* (1941), Lisboa, Tip. Matemática, 1978², p. 189.

¹⁰⁵ CARAÇA, "A cultura integral do indivíduo – problema central do nosso tempo" (1933); *Conferências e outros escritos* (doravante: C), Lisboa, Minerva, 1978², p. 48.

¹⁰⁶ CARAÇA, "A arte e a cultura popular" (1936); C, p. 141.

¹⁰⁷ Para uma antologia sumária: *Textos teóricos do Neo-Realismo português*, ed. Carlos Reis, Lisboa, Seara Nova/Comunicação, 1981.

Veja-se também: António Ramos de ALMEIDA, *A Arte e a Vida*, Porto, J. M. Costa, 1941; Joaquim NAMORADO, *Obras, Ensaios e Críticas*, ed. António Pedro Pita, Lisboa, Caminho, 1994; Eduardo LOURENÇO, *Sentido e forma da poesia neo-realista*, Lisboa, Ulisseia, 1968; Mário SACRAMENTO, *Há uma estética neo-realista?*, Lisboa, D. Quixote, 1968; Alexandre Pinheiro TORRES, *O Movimento Neo-Realista em Portugal na sua primeira fase*, Lisboa, ICALP, 1977; António P. PITA, "Conflito e unidade do neo-realismo português (a "polémica interna do neo-realismo" e a difusão do marxismo em Portugal)", *Vértice*, Lisboa, n. 21 (1989), pp. 43-47.

¹⁰⁸ "A humanidade chegou a uma encruzilhada. O momento não é favorável a longas hesitações. Cada qual tem que escolher um caminho: para um lado ou para o outro. A história não pára e a humanidade segue. O grande problema é a direcção que ela seguirá. Aos homens cabe escolher e decidir.", Álvaro CUNHAL, "Numa encruzilhada dos homens", *Seara Nova*, Lisboa, n. 615 (1939), p. 285.

¹⁰⁹ Mário DIONÍSIO, "Arte Poética", *Poemas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1941, p. 51.

"A arte de intervenção com uma mensagem nova, nomeadamente com um sentido social e político explicitado, requer soluções formais também novas que correspondam à mensagem."¹¹⁰

6. Em 1943, Álvaro RIBEIRO (1905-1981) publica *O Problema da Filosofia Portuguesa*¹¹¹. Directa e indirectamente, este ensaio veio a dar origem a diversificadas tomadas de posição e a controvérsias¹¹², ao longo das quais se levantam questões tais como as da universalidade da filosofia (em contraste ou articulação dialéctica com a sua expressão nacional), a da sua institucionalização e ensino, a do problema do conhecimento efectivo e da selecção das tradições com que cada pensamento dialoga e interage, etc.

No seu opúsculo, A. Ribeiro trata de denunciar o entendimento do trabalho filosófico como mero "estudo positivista do *dito* e do *feito*"¹¹³ que, no seu entendimento, dominaria perniciosamente o magistério universitário reinante, hipotecado ao "estrangeirismo"¹¹⁴.

Insurgindo-se contra a persistente passagem de atestados de incapacidade especulativa aos portugueses, A. Ribeiro fornece uma peculiar compensação (justificativa e potenciadora) daquilo que outros apontariam como manifestos atrasos e deficiências dos estudos filosóficos em Portugal: "o que na linha internacional parece marcha retardatária, talvez possa ser interpretado como fidelidade nobilíssima, se não como astúcia antevisora"¹¹⁵.

A proposta que das suas considerações se desprende é, não a de uma

¹¹⁰ A. CUNHAL, *A arte, o artista e a sociedade*, Lisboa, Caminho, 1996, p. 176.

¹¹¹ Álvaro RIBEIRO, *O Problema da Filosofia Portuguesa* (doravante: PFP), Lisboa, Inquérito, 1943.

De entre a bibliografia: Orlando VITORINO, "A filosofia de Álvaro Ribeiro como Doutrina do Espírito", *Leonardo*, Lisboa, n. 5-6 (1989), pp. 13-16; António Braz TEIXEIRA, "A filosofia criacionista de Álvaro Ribeiro", RPF, 48 (1992), pp. 263-296; *Álvaro Ribeiro e a Filosofia Portuguesa*, ed. Joaquim Domingues, Lisboa, Fundação Lusíada, 1995.

¹¹² Vejam-se, entre outros: António Banha de ANDRADE, "Filosofia portuguesa ou filosofia em Portugal? Tópicos para a discussão de um problema", *Filosofia*, Lisboa, 1 (1954), pp. 17-25; Manuel ANTUNES, "Haverá filosofias nacionais?", *Brotéria*, Lisboa, 64 (1957), pp. 555-565; Carlos BRANCO, *Situação actual do pensamento filosófico português e outros ensaios*, Lisboa, Ática, 1960; João FERREIRA, *Existência e fundamentação geral do problema da Filosofia Portuguesa*, Braga, Ed. Franciscana, 1965; Pinharanda GOMES, *Liberdade de Pensamento e Autonomia de Portugal*, Lisboa, Espiral, 1971; José MARINHO, "Filosofia Portuguesa e Universalidade da Filosofia", *Estudos sobre o Pensamento Português Contemporâneo*, Lisboa, BN, 1981, pp. 9-16; O. VITORINO, "A Filosofia como Imagem da Pátria", *Cultura Portuguesa*, Lisboa, 1 (1981), pp. 95-100; Francisco da Gama CAEIRO, "O pensamento português nos próximos 25 anos", *Que cultura em Portugal nos próximos 25 anos?*, ed. Fernando Guedes, Lisboa, Verbo, 1984, pp. 9-32, e "Filosofia em Portugal e seu ensino: tópicos para uma reflexão", *Filosofia*, Lisboa, 2 (1988), pp. 67-82; Onésimo T. ALMEIDA, "Filosofia portuguesa – alguns equívocos", *Cultura, História e Filosofia*, Lisboa, 4 (1985), pp. 219-255; António J. de BRITO, "Acerca de um velho tema: a existência da Filosofia Portuguesa", RPF, 46 (1990), pp. 409-429.

¹¹³ A. RIBEIRO, PFP, p. 25.

¹¹⁴ Cf. A. RIBEIRO, PFP, p. 65.

¹¹⁵ A. RIBEIRO, PFP, p. 15.

"aclimatação" de filosofemas alheios¹¹⁶, mas a da refundação de uma filosofia genuinamente *portuguesa* – "a filosofia própria da fisionomia nacional" –, empreendida por "um escol que venha a revelar em actual expressão ontológica o pensamento implícito nos documentos teológicos, políticos e literários"¹¹⁷, que deles forneça "uma leitura nova" e "uma interpretação indígena"¹¹⁸.

Contra a "fictícia uniformização internacionalista"¹¹⁹, insiste A. Ribeiro em toda uma revalorização da linguagem pátria susceptível de lhe libertar o pensamento implícito: "O modo português de filosofar, isto é, o modo português de atingir o conhecimento supranormal de uma realidade sobrenatural, é perfeitamente aristotélico porque está relacionado com as artes da palavra. O modo português de filosofar consiste em erguer a palavra libertada à altura do pensamento, e procurar depois atingir a mais pura região do espírito."¹²⁰. À organização dos estudos e à pedagogia filosófica veio depois a dedicar mais algumas obras¹²¹.

Em torno e na esteira de Álvaro Ribeiro, constituíram-se movimentações e agrupamentos¹²² de índole nacionalista que, no quadro de uma reflexão com alcance filosófico, estético e cultural, e animados pelo ideário de que "uma pátria é uma razão viva a mover-se para um fim"¹²³, têm produzido diferentes estudos no âmbito da temática da saudade, da perspectivização histórica e cultural do destino português, da crítica do direito e da economia, ou de uma revisitação da tradição místico-gnóstica lusíada¹²⁴.

Fora deste círculo, mas não inviabilizando determinados paralelos temá-

¹¹⁶ "não é de filosofia em Portugal, mas de filosofia portuguesa que a nossa cultura verdadeiramente carece", A. RIBEIRO, PFP, p. 22.

¹¹⁷ A. RIBEIRO, PFP, p. 23.

¹¹⁸ A. RIBEIRO, PFP, p. 68.

¹¹⁹ A. RIBEIRO, *A Razão Animada. Sumário de Antropologia* (doravante: RA), Lisboa, Bertrand, 1957, p. 113.

¹²⁰ A. RIBEIRO, RA, p. 26.

¹²¹ Cf. A. RIBEIRO: *Escola Formal. Tópicos de Pedagogia*, Lisboa, Guimarães, 1958; *Estudos Gerais*, Lisboa, Guimarães, 1961; *Liceu Aristotélico. Lógica e Psicologia*, Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, 1962.

¹²² Cf., por exemplo, Manuel GAMA, *O Movimento 57 na Cultura Portuguesa*, Lisboa, ICALP, 1991.

¹²³ "Manifesto sobre a Pátria", 57, Lisboa, 1 (1957), p. 1.

¹²⁴ Entre outros: António QUADROS, *Introdução à Filosofia da História. Mito, História e Teoria da História no Pensamento Europeu e no Pensamento Português*, Lisboa, Verbo, 1992, e *Portugal. Razão e Mistério*, Lisboa, Guimarães, 1988², 2 vols.; Afonso BOTELHO, *Ensaio de Estética Portuguesa. Ecce Homo, Painéis, Tomar* (Lisboa, Verbo, 1990), *Da Saudade ao Saudosismo* (Lisboa, ICALP, 1990), e *Teoria do Amor e da Morte* (Lisboa, Fundação Lusíada, 1996); Orlando VITORINO, *Refutação da Filosofia Triunfante*, Lisboa, Teoremas, 1976, e *Exaltação da Filosofia Derrotada*, Lisboa, Guimarães, 1983; Dalila Pereira da ROCHA e Pinharanda GOMES, *Introdução à Saudade*, Porto, Lello, 1976; Pinharanda GOMES, *A Filosofia Hebraico-Portuguesa*, Porto, Lello, 1981.

ticos (ainda que de fundo e de intenção final diversos), é também de mencionar Agostinho da SILVA (1906-1993)¹²⁵, com o seu agudo sentido pedagógico de despertar para a aventura do viver que encaminhasse a um mundo "governado pela criança"¹²⁶, o seu "prazer de embarcar, embarcar sempre, acreditando cada vez menos nos portos de chegada"¹²⁷, a sua mensagem de fraternidade aos "homens do futuro que no presente se lançam ao combate"¹²⁸, o seu prospecto escatológico de uma revivescência actualizada do "Império do Espírito Santo" em que "o Tudo para Todos" sobreviesse modelado por mão e experiência portuguesas¹²⁹.

7. Em 1961, José MARINHO (1904-1975) publica a *Teoria do Ser e da Verdade*¹³⁰.

Trata-se, fundamentalmente, de um intento de meditação do espírito, ou de uma difícil "viagem simbólica" pelas "quase desertas regiões" do "pensamento puro"¹³¹. O objectivo parece ser sondar e trazer à fala vivificante o "implícito em todo o visto e já previsto"¹³², o "sempre suposto" que é "a fonte de todo o ver" e que, não sendo "ser", é, no entanto, "como pressuposto", o "oculto e patente liame do ser e da verdade"¹³³.

Posto que o existente, ontologicamente, se não basta a si mesmo – "não é por si o que apenas, qual é, está sendo para nós"¹³⁴ –, há que inquirir desse "subtil haver do que não é nem está nunca", mas do qual "tudo queda dependente" e que, na sua terminologia, Marinho designa por "o insubstancial substante"¹³⁵.

¹²⁵ Cf. Paulo BORGES, "Agostinho da Silva ou a divina paradoxia", *Philosophica*, Lisboa, n. 4 (1994), pp. 149-153.

¹²⁶ Agostinho da SILVA, "Agostinho, ensine-nos" (1986); *Dispersos*, ed. Paulo Borges (doravante: D), Lisboa, ICALP, 1988, p. 115.

¹²⁷ A. da SILVA, *Sete Cartas a um jovem filósofo* (1943), Lisboa, Ulmeiro, 1990, p. 35.

¹²⁸ A. da SILVA, *Sete Cartas...*, p. 81.

¹²⁹ A. da SILVA, "Quinze Princípios Portugueses" (1965); D, pp. 266-267.

¹³⁰ José MARINHO, *Teoria do Ser e da Verdade* (doravante: TSV), Lisboa, Guimarães, 1961.

De entre a bibliografia: Flausino TORRES, "Breve nota acerca da *Teoria do Ser e da Verdade* de José Marinho", *Vértice*, Coimbra, 21 (1961), pp. 338-341; José GAMA, "José Marinho e a Filosofia Portuguesa", RPF, 37 (1981), pp. 178-181; Miguel SPINELLI, "A teoria de José Marinho sobre o ser e a verdade", RPF, 41 (1985), pp. 209-263; O. VITORINO, "A teoria da verdade" e António TELMO, "A teoria do instante em José Marinho", *Leonardo*, Lisboa, n. 2 (1988), respectivamente, pp. 4-9 e 10-11; Maria Luísa COUTO-GOMES, "José Marinho, Filósofo da Cisão", *Análise*, Lisboa, n. 13 (1990), pp. 143-160; Paulo BORGES, "Nada e Espírito em José Marinho", *Pensar a Cultura Portuguesa*, pp. 227-247, e "O sentido do ensino da filosofia em José Marinho", *Philosophica*, Lisboa, n. 6 (1995), pp. 81-89.

¹³¹ MARINHO, TSV, p. 69.

¹³² MARINHO, TSV, p. 87.

¹³³ MARINHO, TSV, p. 119.

¹³⁴ MARINHO, TSV, p. 105.

¹³⁵ MARINHO, TSV, p. 97.

Contra "a filosofia cultural e livresca", putativamente atrelada à escolaridade dominante, o filósofo é, pois, "aquele que se interroga sobre ser e verdade"¹³⁶, visando acabar por penetrar "a relação inscindível do ser e da verdade e da verdade e do ser"¹³⁷.

Remetendo "todo o dado" para um fundo de "enigma"¹³⁸, é o espírito aquele horizonte unitivo sobre o qual se recorta e *cinde* tudo o mais, possibilitando a multiplicidade ôntica que no viver se nos depara e a sua correlativa apreensão pensante. Neste itinerário, o espírito é o que interroga e aquele que apenas pode responder¹³⁹, pelo que "o enigma, em sua autenticidade, não é dado para o interrogar fora: adere radicalmente ao ser que interroga"¹⁴⁰, ou "o mesmo que procuramos verdadeiramente descobrir, esse mesmo é o pelo que há descobrir e encobrir, e ele é o que descobre a si mesmo descobrindo"¹⁴¹.

É neste marco que Marinho desenvolve a sua tematização daquilo a que chama "a visão unívoca" – "o ver sem distância"¹⁴² – e a "cisão" (instauradora de "alteridade" e de "alteração")¹⁴³. Estas categorias permitem-lhe trabalhar um peculiar esquema de processão e de retorno, apontado à visão de uma originária e genesíaca mesmidade: "é absolutamente necessário que um e o mesmo sejam para si o que em nós é como o que une e cinde ou cinde e une"¹⁴⁴.

"Amor e fé" emergem, deste modo, no estado "da cisão", como os dispositivos que dinamizam o recorrente regresso "para a visão unívoca"¹⁴⁵. Nos termos da *Teoria*, "a autêntica verdade não resulta simplesmente de uma assumpção do espírito no homem, mas da cumulativa e unívoca assumpção do espírito nele, em todo o divino, em todo o angélico, e em todo o ser demoníaco ou satânico, cósmico ou meramente natural."¹⁴⁶

8. No quadro universitário do magistério e da publicação, apesar dos constrangimentos da censura e das doutrinações oficiais, não imperava em absoluto nem o "positivismo" grosseiro nem o "vazio de ideias" tantas vezes apregoados pelos seus detractores.

¹³⁶ MARINHO, TSV, pp. 29 e 28.

¹³⁷ MARINHO, TSV, p. 59.

¹³⁸ MARINHO, TSV, p. 40.

¹³⁹ MARINHO, TSV, pp. 54 e 56.

¹⁴⁰ MARINHO, TSV, p. 31.

¹⁴¹ MARINHO, TSV, p. 51.

¹⁴² MARINHO, TSV, p. 19.

¹⁴³ MARINHO, TSV, p. 67; "tudo quanto é ou existe, é o patentear-se da cisão e seu mistério no ser do enigma da verdade" (p. 103).

¹⁴⁴ MARINHO, TSV, p. 76.

¹⁴⁵ MARINHO, TSV, p. 125.

¹⁴⁶ MARINHO, TSV, p. 166.

Francisco Vieira de ALMEIDA (1888-1962)¹⁴⁷, num ambiente filosófico contaminado de entusiasmo literário e de alguma ignorância substancial¹⁴⁸, preconiza uma concepção crítica da filosofia, em que a necessária informação rigorosa quanto aos materiais do pensar não derive todavia em historicismos estéreis, já que "pode a história do pensamento ser o cemitério das ideias"¹⁴⁹.

O fundamental é o cultivo e desenvolvimento de um *modo filosófico* (crítico) de proceder no exame das mais variadas questões que aos humanos se colocam: "a filosofia é uma perspectiva e não um campo, posição mental e não doutrina feita, directriz e não conteúdo"¹⁵⁰. Daí a constante denúncia da "idéia erradíssima de que a filosofia é um conjunto fixo de idéias, de atitudes ou mesmo de problemas, em vez de reconhecer que ela é atitude [...] privilegiada [...] de exame, de análise, de crítica, esforço de coerência no conjunto das idéias"¹⁵¹.

O gosto e a preocupação pela problemática da lógica, associados a um forte pendor analítico – "o meio científico é sempre a análise"¹⁵² –, levam Vieira de Almeida a centrar o interesse filosófico nas questões do conhecimento, ainda que sem descurar incursões pelos domínios da estética¹⁵³ e de uma destacada intervenção cívica nas fileiras da oposição democrática: "Não pode produzir-se o homem de talento ou de génio, quando e como se deseja; mas pode inutilizar-se um e outro pela asfixia da miséria, do medo, da subalternização ou do pessimismo resultante de condições adversas."¹⁵⁴.

Posto que o procedimento corrente e o programa teórico da metafísica, em geral, que ele combate, consiste em "substancializar o desconhecido e formular conjecturas de extrapolação temerária"¹⁵⁵, há que confinar-se na

¹⁴⁷ Tenham-se em conta as introduções de Joel SERRÃO e de Rogério FERNANDES, em Vieira de ALMEIDA, *Obra Filosófica*, Lisboa, Gulbenkian, 1986, vol. I, pp. IX-CXXII, bem como os estudos incluídos em *Homenagem a Vieira de Almeida*, ed. Nuno Nabais, Lisboa, Departamento de Filosofia da FLUL, 1992, e ainda: Manuel S. LOURENÇO, "In Memoriam de Vieira de Almeida", *O Tempo e o Modo*, Lisboa, n. 8 e n. 11 (1963), respectivamente, pp. 59-66 e 20-32; Joel SERRÃO, "A filosofia de Vieira de Almeida. Uma aproximação", *Filosofia*, Lisboa, 2 (1985), pp. 9-24.

¹⁴⁸ "Em um país como o nosso, pobre de tradições filosóficas profundas, procuro [...] representar uma reacção contra certo vulgo letrado, que toma por alta filosofia qualquer devaneio literário, de brilho falso e ôca ressonância, muita vez cheio de erros e de ignorancia impetuosa", Vieira de ALMEIDA, "Estudos de Filosofia. I. Uma questão lógica: a impenabilidade da negativa", *Arquivos da Universidade de Lisboa*, Lisboa, 8 (1922), p. 95.

¹⁴⁹ V. de ALMEIDA, "Opuscula Philosophica. I: Introdução à Filosofia Medieval", *Arquivos da Universidade de Lisboa*, Lisboa, 11 (1926), p. 324.

¹⁵⁰ V. de ALMEIDA, *Introdução à Filosofia*, Coimbra, Arménio Amado, 1961², p. 200.

¹⁵¹ V. de ALMEIDA, "Dispersão no pensamento filosófico português" (doravante: *Dispersão...*), *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 9 (1943), p. 127.

¹⁵² V. de ALMEIDA, *Aspectos de Filosofia da Linguagem*, Coimbra, A. Amado, 1959, p. 85.

¹⁵³ Cf. V. de ALMEIDA, *Filosofia da Arte*, Coimbra, A. Amado, 1942.

¹⁵⁴ V. de ALMEIDA, "Dispersão...", p. 182.

¹⁵⁵ V. de ALMEIDA, *Pontos de Referência* (doravante: PR), Lisboa, Arcádia, 1961, p. 28.

intranscendível "relacionalidade" que estrutura todo o conhecimento¹⁵⁶, num horizonte ontológico que sublinha a *idealidade do ser* e a *realidade do conhecer*¹⁵⁷.

Em 1938, com *Situação valorativa do positivismo*, Delfim SANTOS (1907-1966)¹⁵⁸ expõe, a partir de um muito informado conhecimento de primeira mão, as coordenadas fundamentais das novas correntes da Escola de Viena e do Grupo de Cambridge, no quadro de um desiderato crítico apontado a uma sua necessária superação: "O critério positivista do saber revela-nos assim um fundamento metafísico que a experiência não permite: a unidade substancial do real"¹⁵⁹.

O pensamento de Delfim Santos visa sublinhar o "destino" dinâmico de toda a filosofia genuína: "buscar novos e rigorosos fundamentos a todo o saber humano, ao mesmo tempo que os seus próprios fundamentos vão caindo inválidos junto daqueles que ela mesma invalidou"¹⁶⁰. Afirmada a perenidade do "conteúdo dos problemas"¹⁶¹, é "a contradição viva de que todo o problema autêntico é expressão"¹⁶² que vem à luz nos diferentes sistemas, revelando o carácter aporético do pensar filosófico apostado numa "visão descritiva dessas mesmas dificuldades"¹⁶³.

Contra quaisquer pretensões de monismo, de extracção materialista ou espiritualista, desrespeitadoras dos "lados" de que a realidade se compõe¹⁶⁴, importa, pelo contrário, marcar a constitutiva "transcensão" – "para o mundo real" e "para o mundo ideal" – que no processo do conhecimento se opera¹⁶⁵. Resulta, deste modo, que "a realidade não é constituída por objectos; é um

¹⁵⁶ Cf. V. de ALMEIDA, *Rumos da Psicologia*, Coimbra, A. Amado, 1958, p. 121.

¹⁵⁷ Cf. V. de ALMEIDA, PR, pp. 147-149.

¹⁵⁸ De entre a bibliografia: José MARINHO, *Estudos sobre o Pensamento Português Contemporâneo*, Lisboa, BN, 1981, pp. 111-123; Manuel MIRANDA, "Filosofia-Ontologia e metafísica em Delfim Santos" e Maria Adelina ROCHA, "Pressupostos filosóficos da filosofia de Delfim Santos", RPF, 43 (1987), respectivamente, pp. 337-356 e 357-382; Maria de Lourdes S. GANHO, "O pensamento de Delfim Santos", *Itinerarium*, Braga, 35 (1989), pp. 32-66 e 313-355; António QUADROS, "Delfim Santos – Introdução ao pensamento filosófico e pedagógico", *Leonardo*, Lisboa, n. 5-6 (1989), pp. 22-29; *Octogésimo Aniversário do Nascimento do Prof. Delfim Santos*, Lisboa, Centro Cultural D. Santos, 1990; António Braz TEIXEIRA, "Direito e Justiça no pensamento de Delfim Santos", *Análise*, Lisboa n. 13 (1990), pp. 133-142; Manuel MIRANDA, "Fenomenologia e metafísica em Delfim Santos", RPF, 48 (1992), pp. 297-320, e "Educação – Pedagogia e metafísica em Delfim Santos", RPF, 49 (1993), pp. 149-169.

¹⁵⁹ Delfim SANTOS, *Situação valorativa do positivismo; Obras Completas* (doravante: OC), Lisboa, Gulbenkian, 1971, vol. I, p. 158.

¹⁶⁰ D. SANTOS, *Da Filosofia* (1939); OC, vol. I, 224.

¹⁶¹ D. SANTOS, *Da Filosofia*; OC, vol. I, p. 236.

¹⁶² D. SANTOS, *Da Filosofia*; OC, vol. I, p. 238.

¹⁶³ D. SANTOS, *Da Filosofia*; OC, vol. I, p. 244.

¹⁶⁴ D. SANTOS, *Da Filosofia*; OC, vol. I, p. 251.

¹⁶⁵ D. SANTOS, *Conhecimento e Realidade* (1940); OC, vol. I, p. 315.

"estofo" em que algo se pode tornar objecto e algo é infra-objecto e algo é supra-objecto"¹⁶⁶.

Partindo de uma "situação natural do homem" que é "sempre gnosiológica", em que "o conhecimento é uma relação de heterogéneos na qual e sempre um deles é consciência", pode então aceder-se à "tese ontológica mínima" da indubitabilidade da consciência e à tese "metafísica", "mínima" também, de que a consciência "exige suportes" (vitais e materiais) "de existência", ascendendo-se, por fim, a uma dimensão "axiológica" que "permitirá o estabelecimento duma axiomatica valorativa a que deverá referir-se todo o complexo cultural"¹⁶⁷.

Delfim Santos desenvolveu também uma sugestiva concepção pedagógica, carregada de elementos "existenciais", em que as categorias do "estar-no-mundo"¹⁶⁸ e da "temporalidade" desempenham um papel relevante. À luz destas reflexões, "educar não é propiciar a fuga do tempo, mas orientar o homem nas situações concretas da sua existência"¹⁶⁹.

Em 1941, Vasco de MAGALHÃES-VILHENA (1916-1993) publica *Unidade da Ciência*¹⁷⁰. Trata-se de uma bem alicerçada análise crítica da concepção formalista da unidade do saber científico, subjacente a um conjunto diferenciado de correntes agrupáveis sob as designações de "matematismo", "logicismo" e "fiscalismo"¹⁷¹.

A perspectiva central é a de que as orientações referidas, em vez da prometida ocupação com a "unidade do conhecimento científico", apenas vêm, na verdade, a cuidar da "unidade da expressão do conhecimento científico"¹⁷².

Assentando o formalismo nos "equívocos próprios do mito dos dois mundos" – com o seu séquito de dualizações entre "saber e fazer", "fenómenos e essências", "razão e experiência", etc.¹⁷³ –, importa nuclearmente consi-

¹⁶⁶ D. SANTOS, *Conhecimento e Realidade*; OC, vol. I, pp. 321-322.

¹⁶⁷ D. SANTOS, *Conhecimento e Realidade*; OC, vol. I, pp. 350 e 351.

¹⁶⁸ "A partir desta situação-limite, o homem opera o desvendamento das coisas, dos outros e de si mesmo. Mas as coisas, os outros e ele próprio não são nunca elementos isoláveis. A situação do homem é sempre constelar e o seu ambiente sempre configurativo.", D. SANTOS, *Fundamentação existencial da Pedagogia* (1946); OC, vol. II, p. 494.

¹⁶⁹ D. SANTOS, *Fundamentação...*; OC, vol. II, pp. 494-495.

¹⁷⁰ Vasco de MAGALHÃES-VILHENA, *Unidade da Ciência. Introdução a um problema* (doravante: UC), Coimbra, Ed. do Autor, 1941.

De entre a bibliografia: António MELO, "V. de Magalhães-Vilhena – Versuch eines Portraits", *Dialektik*, Köln, n. 15 (1988), pp. 258-265; *Filosofia, História, Conhecimento. Homenagem a Vasco de Magalhães-Vilhena*, ed. Eduardo Chitas e Hernâni Resende, Lisboa, Caminho, 1990; Guy BESSE, "Magalhães-Vilhena, filósofo e combatente", *Vértice*, Lisboa, n. 66 (1995), pp. 83-88.

¹⁷¹ Cf. MAGALHÃES-VILHENA, UC, pp. 38-39 e 272.

¹⁷² MAGALHÃES-VILHENA, UC, p. 248.

¹⁷³ MAGALHÃES-VILHENA, UC, p. 279.

derar que "as unidades do método e da ciência se determinam mutuamente e que ambas decorrem da unidade da actividade pensante"¹⁷⁴. Se, num certo sentido (que se prende com a consideração da "estrutura legalista da razão"), "há que voltar a Platão e a Kant", num outro sentido (que aponta a problemas de natureza ontológica e histórica), "há que superar Platão e Kant"¹⁷⁵.

Filósofo e militante marxista, Magalhães-Vilhena entende a filosofia como "atitude e disciplina crítica do espírito, actividade de elucidação das ideias"¹⁷⁶, preocupada em "descer até ao fundo dos problemas"¹⁷⁷, tecida de "prudente dúvida e convicto não-dogmatismo"¹⁷⁸, praticante de um paciente e apoiado "caminhar em espiral"¹⁷⁹.

Tema recorrente do pensamento de Magalhães-Vilhena é, sem dúvida, a reflexão *in concreto* das articulações do filosófico e do histórico. As suas dissertações do exílio parisiense sobre Sócrates¹⁸⁰, os estudos sobre António Sérgio já referidos, os muitos artigos que publicou¹⁸¹, manifestam claramente essa preocupação.

Do ponto de vista concepcional, Vilhena entende que "a filosofia tem a sua história, como a história tem a sua filosofia"¹⁸², pelo que, se, por um lado, "só feita *história*, a história das ideias se compreende"¹⁸³, por outro lado, também, é indispensável ter presente que "a actividade filosófica está ligada à prática social"¹⁸⁴, retirando daí as devidas consequências.

Emblemático de todo este itinerário filosófico e cívico é por certo o modo como repetidamente abordou a problemática das relações de teoria e prática: "A tese da "teoria força material" significa tão-só que a teoria actua na dialéctica do processo histórico como uma força objectiva, material; não significa, seria absurdo pensá-lo, que a teoria cessou de ser um construto ideal ou ideacional (*ideell*), espiritual se se quiser, dos homens, mas que, como teoria, enquanto teoria, se integrou na prática como *teoria realiza-*

¹⁷⁴ MAGALHÃES-VILHENA, UC, p. 242.

¹⁷⁵ MAGALHÃES-VILHENA, UC, p. 294.

¹⁷⁶ MAGALHÃES-VILHENA, "Prefácio", *Panorama do Pensamento Filosófico* (doravante: PPF), Lisboa, Cosmos, 1956, vol. I, pp. VIII-IX.

¹⁷⁷ MAGALHÃES-VILHENA, *Pequeno Manual de Filosofia* (1956; doravante: PMF), Lisboa, Sá da Costa, 1974⁴, p. 23.

¹⁷⁸ MAGALHÃES-VILHENA, UC, p. 246.

¹⁷⁹ MAGALHÃES-VILHENA, PMF, p. 26.

¹⁸⁰ MAGALHÃES-VILHENA, *Le Problème de Socrate. Le Socrate historique et le Socrate de Platon, e Socrate et la légende platonicienne*, ambos Paris, PUF, 1952.

¹⁸¹ Cf. MAGALHÃES-VILHENA, *Antigos e Modernos. Esboço de História Social das Ideias* (doravante: AM), Lisboa, Horizonte, 1984.

¹⁸² MAGALHÃES-VILHENA, "Filosofia e História", PPF, vol. I, p. 7.

¹⁸³ MAGALHÃES-VILHENA, *Progresso. História breve de uma ideia* (1939), Lisboa, Caminho, 1979², p. 45.

¹⁸⁴ MAGALHÃES-VILHENA, "Filosofia e História", PPF, vol. I, p. 160.

da."¹⁸⁵.

Mencionemos ainda nesta secção a figura de Joaquim de CARVALHO (1892-1958)¹⁸⁶, mestre reconhecido da Universidade de Coimbra, incansável historiador da cultura filosófica portuguesa, fundador de revistas, e impulsor de uma importante actividade editorial de textos fundamentais da filosofia em versão portuguesa.

Para Joaquim de Carvalho, "uma filosofia é sempre uma réplica às interrogações das coisas e da vida – a insatisfação do mundo concebido ou dos valores aceites, e o estabelecimento de uma nova visão do Mundo ou uma nova tábua de fins."¹⁸⁷ Nunca ela é obra "anónima", mas resultado de um laborioso esforço meditativo de "subjectivação": "o filosofar nasce e nutre-se vitalmente de problemas e de aporias, cuja descoberta, desenvolvimento e esclarecimento se produzem inteiramente na consciência reflexiva de uma alma solitária."¹⁸⁸

Porque "perante o espírito filosófico tudo carece de revisão"¹⁸⁹, e porque o pensamento não pode resignar-se a um "objectivo ideal" de pura "cientificação"¹⁹⁰, é manifesta e incontornável missão da filosofia "dar um novo sentido à vida"¹⁹¹.

No concreto da situação portuguesa, com as suas limitações e atrasos, "enquanto não soa a hora de pensar com índole nativa, uma tarefa se impõe: a de repensar com o suor do seu rosto" o círculo dos problemas filosóficos. Um exercício desta natureza permitirá não só uma libertação das "sequelas da intoxicação positivista" como, sobremaneira, "alcançar a temperatura espiritual que esterilize à nascença os germens da simulação pedantesca e da ignorância atrevida"¹⁹².

Foi, de facto, esta a obra e o ensinamento de Joaquim de Carvalho; inevitavelmente concorreram, como Alexandre Morujão judiciosamente observa,

¹⁸⁵ MAGALHÃES-VILHENA, "Ideia e Matéria. A teoria, força material"; AM, pp. 283-284.

¹⁸⁶ De entre a bibliografia: *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, Figueira da Foz-Lisboa, n. 1-9 (1959-1963); Alberto FERREIRA, "Joaquim de Carvalho e a cultura portuguesa", *Vértice*, Coimbra, n. 211 e 212 (1961), pp. 235-244 e 325-327; José V. de Pina MARTINS, "Joaquim de Carvalho. O Homem e a Obra", prefácio a J. de CARVALHO, *Obra Completa* (doravante: OC), Lisboa, Gulbenkian, 1978, vol. I, pp. VII-XXIV; *Biblos*, Coimbra, 56 (1980).

¹⁸⁷ J. de CARVALHO, "Discurso na Academia das Ciências de Lisboa"; OC, vol. I, p. 355.

¹⁸⁸ J. de CARVALHO, "Saber e Filosofar"; OC, vol. II, p. 372.

¹⁸⁹ J. de CARVALHO, "Discurso..."; OC, vol. I, p. 357.

¹⁹⁰ J. de CARVALHO, "Saber e Filosofar"; OC, vol. II, p. 358.

¹⁹¹ J. de CARVALHO, "Discurso..."; OC, vol. I, p. 358.

¹⁹² J. de CARVALHO, "Prefácio" a Wilhelm DILTHEY, *Leibniz e a sua época*, trad. Albin Beau, Coimbra, A. Amado, 1947, p. XXIX.

"para o surgimento dos *Prolegómenos a toda a filosofia futura que se possa apresentar como portuguesa*"¹⁹³.

9. Em 1945, inicia-se a publicação da *Revista Portuguesa de Filosofia*¹⁹⁴. Promovida pelos jesuítas de Braga, veio a relançar diferentes correntes de um pensamento neo-escolástico, aberto a um renovado e actualizado interesse pela problemática filosófica.

A partir dos anos cinquenta, e no marco, designadamente, de investigações que conduziram à elaboração de dissertações de doutoramento, desenvolve-se uma atenção peculiar aos temas da fenomenologia, assente numa discussão directa dos textos fundadores¹⁹⁵, e irradiando para problemáticas conexas que se estendem a Heidegger e aos filósofos franceses¹⁹⁶. A presença do existencialismo, ainda que a princípio no registo predominante do ensaio, faz-se sentir um pouco disseminadamente, não deixando de adquirir relevo em determinados escritores, como Vergílio Ferreira¹⁹⁷; dos estudos literários à reflexão política, o estruturalismo marcará também o seu lugar¹⁹⁸.

À renovação, em Portugal, do interesse pela filosofia alemã clássica e da metodologia do trabalho histórico-filosófico, em geral, encontra-se relevantemente ligado o nome de Oswaldo Market, que na Universidade de Lisboa leccionou entre 1963 e 1976. Para uma informação mais pormenorizada acerca da actividade de investigação e de publicação no domínio da filosofia,

¹⁹³ Alexandre F. MORUJÃO, "Meio século de Filosofia na Faculdade de Letras de Coimbra (1945-1995)", RPF, 51 (1995), p. 247.

¹⁹⁴ Cf. Francisco da Gama CAEIRO, "Obra e significado da *Revista Portuguesa de Filosofia* no quadro cultural português" e Lúcio Craveiro da SILVA, "A Faculdade de Filosofia de Braga e a sua *Revista Portuguesa de Filosofia*", RPF, respectivamente, 44 (1988), pp. 203-217 e 51 (1995), pp. 281-294.

¹⁹⁵ Cf. Júlio FRAGATA, *A Fenomenologia de Husserl como fundamento da Filosofia*, Braga, Cruz, 1959; Alexandre F. MORUJÃO, *Mundo e Intencionalidade. Ensaio sobre o Conceito de Mundo na Fenomenologia de Husserl*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1961; Gustavo de FRAGA, *De Husserl a Heidegger. Elementos para uma problemática da Fenomenologia*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1966; Manuela SARAIVA, *L'imagination selon Husserl*, Den Haag, M. Nijhoff, 1970.

¹⁹⁶ Cf., entre outros: Maria José CANTISTA, *Sentido y Ser en Merleau-Ponty*, Pamplona, Universidad de Navarra, 1982; Isabel C. Rosa RENAUD, *Communication et expression chez Merleau-Ponty*, Lisboa, Universidade Nova, 1985; J. BARATA-MOURA, *Da representação à práxis*, Lisboa, Caminho, 1986; António FIDALGO, *O realismo da fenomenologia de Munique*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1991; João PAISANA, *Fenomenologia e Hermenêutica*, Lisboa, Presença, 1992, e *História da filosofia e tradição filosófica*, Lisboa, Colibri, 1993.

¹⁹⁷ Cf. Pedro VIEGAS, "A reinvenção da condição humana. Seis reflexões em torno de Vergílio Ferreira", *Pensar a Cultura Portuguesa*, pp. 249-271.

¹⁹⁸ Cf., por exemplo, Eduardo do Prado COELHO, "Introdução a um pensamento cruel: estruturas, estruturalidade e estruturalismos", *Estruturalismo. Antologia de Textos Teóricos*, ed. E. P. Coelho, Lisboa, Portugalíia, 1968, pp. I-LXXV. Veja-se também João Esteves da SILVA, *Para uma teoria da história. De Althusser a Marx*, Lisboa, Diabril, 1975.

durante o período em apreço, deverão consultar-se, para além de um registo bastante amplo, mas não exaustivo¹⁹⁹, alguns estudos de conjunto sobre os trabalhos realizados nas diferentes Universidades²⁰⁰, bem como alguns boletins bibliográficos especializados²⁰¹.

O leque dos temários abordados tem sido largo. Estende-se desde um renascimento dos estudos sobre a Filosofia em Portugal²⁰², até aos intentos de delinear uma pragmática comunicacional²⁰³, passando pela abordagem de questões da Ética²⁰⁴, da Ontologia²⁰⁵, da Filosofia do Conhecimento e da Epistemologia²⁰⁶, da Filosofia da Linguagem²⁰⁷. Os debates em torno da modernidade²⁰⁸, da racionalidade²⁰⁹, da reflexão sobre a cultura²¹⁰, do lugar

¹⁹⁹ *Bibliografia Filosófica Portuguesa (1931-1987)*, ed. Maria de Lourdes S. Ganho e Mendo Castro Henriques, Lisboa, Verbo, 1988.

²⁰⁰ Cf., por exemplo, Francisco da Gama CAEIRO, "Da Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa", *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, n. especial (1983), pp. 16-43, bem como os artigos respeitantes às Universidades de Coimbra, Lisboa, Porto, Braga, Nova de Lisboa, Minho, Évora e Açores na RPF, 51 (1995).

²⁰¹ Cf., por exemplo: Luís Machado de ABREU, "Etudes spinozistes au Portugal. 1945-1985", *Studia Spinozana*, München, 2 (1986), pp. 365-374; Irene Borges DUARTE, "Heidegger em português: contribuição para um repertório bibliográfico", *Filosofia*, Lisboa, 3 (1989), pp. 173-184, e "Kant auf Portugiesisch. Materialien zur Kant-Bibliographie (1914-1992)", *Kant-Studien*, Berlin-New York, 84 (1993), pp. 243-254; Adriana V. SERRÃO, "Portugiesische Bibliographie über Ludwig Feuerbach", *Bulletin. Internationale Gesellschaft der Feuerbach-Forscher*, Berlin, 2 (1995), pp. 16-19.

²⁰² Tenham-se em conta os trabalhos, entre outros, de Artur Moreira de Sá, Francisco da Gama Caeiro, J. S. Silva Dias, J. Esteves Pereira, Luís R. Torgal, Fernando Catroga, J. M. Cruz Pontes, Amândio Coxito, António M. Martins, Maria Cândida Pacheco, A. Braz Teixeira, Pinharanda Gomes, Manuel F. Patrício, Pedro Calafate, Paulo Borges, António P. Pita, Manuel Cândido, Manuel Gama, Norberto Cunha, Jorge C. Rivera, etc.

²⁰³ Cf., por exemplo, Manuel M. CARRILHO, *Retórica e Comunicação*, Porto, Asa, 1994 e *Aventuras da Interpretação*, Lisboa, Presença, 1995; Fernando BELO, *A conversa, linguagem do quotidiano*, Lisboa, Presença, 1991.

²⁰⁴ Cf., por exemplo, J. BARATA-MOURA, *Para a crítica da "Filosofia dos Valores"*, Lisboa, Horizonte, 1982; Mário S. CARDIA, *Ética I. Estrutura da Moralidade*, Lisboa, Presença, 1992; Eduardo SOVERAL, *Ensaio sobre Ética*, Lisboa, IN-CM, 1993.

²⁰⁵ Cf., por exemplo, José ENES, *à Porta do Ser*, Lisboa, Dilsar, 1970 e *Linguagem e Ser*, Lisboa, IN-CM, 1983; J. BARATA-MOURA, *"Ontologias da práxis" e idealismo*, Lisboa, Caminho, 1986.

²⁰⁶ Cf., entre outros: Armando de CASTRO, *Teoria do conhecimento científico*, Porto, Limiar, 1975-1980, 3 vols., e *Conhecer o conhecimento*, Lisboa, Caminho, 1989, bem como Fernando GIL, *Mimesis e Negação*, Lisboa, IN-CM, 1984, e *Tratado da Evidência*, Lisboa, IN-CM, 1996.

²⁰⁷ Cf., por exemplo, Manuel S. LOURENÇO, *A espontaneidade da razão*, Lisboa, IN-CM, 1986, e *A Cultura da Subtileza. Aspectos da Filosofia Analítica*, Lisboa, Gradiva, 1995; Fernando BELO, *Linguagem e Filosofia* (Lisboa, IN-CM, 1987), *Epistemologia do sentido* (Lisboa, Gulbenkian, 1991), e *Filosofia e ciências da linguagem*, Lisboa, Colibri, 1993.

²⁰⁸ Cf., por exemplo, Boaventura Sousa SANTOS, *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Porto, Afrontamento, 1989; M. M. CARRILHO, *Elogio da Modernidade*, Lisboa, Presença,

pedagógico da filosofia²¹¹, das questões estratégicas e ambientais²¹², da dialéctica e da prática²¹³, do pensamento de Kant, de Hegel ou de Marx²¹⁴, etc. – não têm também estado ausentes, sendo tratados segundo uma grande diversidade de orientações, e não se encontrando sempre reunidos posteriormente em volume²¹⁵.

Em síntese, poderíamos afirmar que os estudos filosóficos em Portugal têm conhecido nos últimos 30 anos – apesar das repetidas tentativas, até aqui não coroadas de inteiro êxito, para limitar o impacte institucional da disciplina no sistema educativo – um desenvolvimento quantitativo e qualitativo sem paralelo nos períodos anteriores mais próximos.

Vêm aparecendo novas revistas²¹⁶, multiplicam-se e adquirem regulari-

1989; Miguel Baptista PEREIRA, *Modernidade e Tempo*, Coimbra, Minerva, 1990, e *Modernidade e Secularização*, Coimbra, Almedina, 1990; Eduardo SOVERAL, *Modernidade e Contemporaneidade*, Porto, Elcla, 1995.

²⁰⁹ Cf., por exemplo, Maria Carmelita H. de SOUSA, *As Ilusões da Razão*, Porto, Brasília, 1986; M. M. CARRILHO, *Itinerários da racionalidade*, Lisboa, Dom Quixote, 1989, e *Jogos de racionalidade*, Porto, Asa, 1994; J. BARATA-MOURA, *A "realização da razão" – um programa hegeliano?*, Lisboa, Caminho, 1990.

²¹⁰ Cf., Manuel ANTUNES, *Indicadores de Civilização*, Lisboa, Verbo, 1972; Eduardo LOURENÇO, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Dom Quixote, 1988³, e *Nós e a Europa, ou as duas razões*, Lisboa, IN-CM, 1988.

²¹¹ Cf., por exemplo, Joaquim Cerqueira GONÇALVES, *A Escola em debate. Educar ou profissionalizar?*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1989 e *Fazer Filosofia. Como e onde?*, Braga, Faculdade de Filosofia, 1990.

²¹² Cf. Viriato SOROMENHO-MARQUES, *Europa: o risco do futuro*, Lisboa, D. Quixote, 1985, e *Regressar à Terra*, Lisboa, Fim de Século, 1994.

²¹³ Cf., por exemplo, Gustavo de FRAGA, *Fenomenologia e Dialéctica*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1972; J. BARATA-MOURA, *Totalidade e contradição* (Lisboa, Horizonte, 1977), *Ideologia e prática* (Lisboa, Caminho, 1978) e *Prática* (Lisboa, Colibri, 1994); Maria Carmelita H. de SOUSA, *O Sim e o Não*, Porto, Brasília, 1979.

²¹⁴ Cf., entre outros: J. BARATA-MOURA, *Kant e o conceito de Filosofia*, Lisboa, Sampedro, 1972 e *Marx e a crítica da "Escola Histórica do Direito"*, Lisboa, Caminho, 1994; João BERNARDO, *Marx crítico de Marx*, Porto, Afrontamento, 1977, 3 vols.; Vital MOREIRA, *O renovamento de Marx*, Coimbra, Centelha, 1979; João Lopes ALVES, *Rousseau, Hegel e Marx. Percursos da razão política*, Lisboa, Horizonte, 1983; Francisco Videira PIRES, *Marx e o Estado*, Porto, Lello, 1983; António MARQUES, *Organismo e sistema em Kant*, Lisboa, Presença, 1987; Manuel Carmo FERREIRA, *Hegel e a justificação da filosofia*, Lisboa, IN-CM, 1992; V. SOROMENHO-MARQUES, *História e política no pensamento de Kant*, Lisboa, Europa-América, 1994; Leonel Ribeiro SANTOS, *A razão sensível. Estudos kantianos*, Lisboa, Colibri, 1994, e *Metáforas da razão, ou economia poética do pensar kantiano*, Lisboa, Gulbenkian, 1994.

²¹⁵ A título indicativo, lembraria os diversificados estudos de Carlos H. C. Silva, animados pela perspectiva de fundar uma mística racional, ou os de Eduardo Chitas, no âmbito da filosofia das Luzes e do pensamento hegeliano e marxista.

²¹⁶ Cf. Pedro CALAFATE, "Revistas filosóficas em Portugal", *Philosophica*, Lisboa, n. 2 (1993), pp. 99-114. Acaba de sair (Outubro de 1996, Lisboa) o primeiro número de *Disputatio*, uma nova revista de filosofia analítica, dirigida por M. S. Lourenço, João Branquinho, Fernando Ferreira e João Sâágua.

dade os colóquios e congressos dando origem a publicações, os trabalhos académicos (dissertações de mestrado e de doutoramento) crescem em número e apresentam, em regra, uma assinalável qualidade científica, o incremento editorial é notório, tanto ao nível das traduções²¹⁷ como de textos originais.

Muito há ainda, no entanto, para realizar, no sentido de consolidar um público leitor, de instituir reais condições de investigação e de intercâmbio internacional, de promover efectivos espaços de comunicação e debate, de alargar os círculos de interessados. Penso que a vitalidade e a pluralidade das diferentes orientações que são imprimidas à reflexão filosófica portuguesa hodierna constituem uma garantia segura de que entraremos no século XXI, quanto a estas matérias, num clima de ascenso e não de recessão.

10. Continuamos a não dispor de uma História da Filosofia em Portugal no século XX. No entanto, abundam estudos parcelares, que merecem atenção. De entre eles, destacamos, por ordem alfabética de autores:

- BRANCO, Carlos: *Situação actual do pensamento filosófico português e outros ensaios*, Lisboa, Ática, 1960;
- CALAFATE, Pedro: "Figuras e ideias da Filosofia portuguesa nos últimos 50 anos", RPF, 51 (1995), pp. 355-376;
- CÂNDIDO, Manuel: *Odisseias do Espírito. Ensaio de filosofia luso-brasileira*, Lisboa, IN-CM, 1996;
- CANTISTA, Maria José: *Filosofia, hoje. Ecos no pensamento português*, Porto, Fundação António de Almeida, 1993;
- DUARTE, Manuel Dias: *História da Filosofia em Portugal nas suas conexões políticas e sociais*, Lisboa, Horizonte, 1987, pp. 133-275;
- GOMES, J. Pinharanda: *O pensamento teológico contemporâneo em Portugal*, Braga, Theologica, 1991;
- GOMES, J. Pinharanda: "A renovação escolástica (1879-1967)", *Itinerarium*, Braga, 39 (1993), pp. 3-32;
- MARINHO, José: *Verdade, Condição e Destino no Pensamento Português Contemporâneo*, Porto, Lello, 1976;
- MARINHO, José: *Estudos sobre o Pensamento Português Contemporâneo*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981;

²¹⁷ Só nos últimos 25 anos tem começado a ser sistematicamente debelado (pela acção de diferentes tradutores e casas editoras) um crónico e acumulado atraso no que toca à versão portuguesa, a partir do original, dos textos fundamentais da literatura filosófica.

A *República* de Platão foi traduzida por Maria Helena da Rocha Pereira nos anos 70. A primeira tradução da *Crítica da razão pura* (de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre F. Morujão) data dos anos 80; a da *Crítica da Faculdade do Juízo* (por António Marques e Valério Rohden) é de 1992. A tradução do *Tractatus* e das *Investigações filosóficas* de Wittgenstein (por M. S. Lourenço) saiu em 1987; a de *A Essência do Cristianismo* de Feuerbach (por Adriana V. Serrão) em 1994.

Os principais textos de Hegel não estão ainda disponíveis em português, tendo Manuel Carmo Ferreira traduzido os respectivos prefácios em 1990. A tradução de *O Capital* de Marx (sob a minha direcção e de Francisco Melo) encontra-se em curso de publicação, tendo até agora saído três tomos.

- MONCADA, Luís Cabral de: "Para a história da filosofia em Portugal no século XX", *Boletim da Faculdade de Direito*, Coimbra, 36 (1960), pp. 1-15;
- SANTOS, José Trindade: *Da Filosofia no Liceu*, Lisboa, Seara Nova, 1974;
- SILVA, Lúcio Craveiro da: "Filosofia portuguesa actual. Esboço histórico-valorativo", RPF, 14 (1958), pp. 397-417;
- SOVERAL, Eduardo: *Pensamento Luso-Brasileiro. Estudos e Ensaios*, Lisboa, I. S. Novas Profissões, 1996;
- TEIXEIRA, António Braz: *O pensamento filosófico-jurídico português*, Lisboa, ICALP, 1983, pp. 111-147;
- TEIXEIRA, António Braz: *Deus, o Mal e a Saudade*, Lisboa, Fundação Lusíada, 1993;
- TEIXEIRA, António Braz: "Filosofia e religião no pensamento português contemporâneo", RPF, 51 (1995), pp. 43-85.

Tenham-se igualmente em conta a revista *Democracia e Liberdade*, Lisboa, n. 42-43 (1987), e os seguintes números da RPF: 43 (1987), n. 3-4; 45 (1989), n. 1; 46 (1990), n. 4; 48 (1992), n. 2. Informação pertinente encontra-se igualmente disponível em *Logos. Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Lisboa, Verbo, 1989-1993, 5 vols., e em Pinharanda GOMES, *Dicionário de Filosofia Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 1987.

Está para breve o lançamento de um ambicioso e necessário programa de investigação, sob os auspícios do Centro de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e reunindo um diversificado leque de especialistas portugueses e brasileiros, apontado à elaboração de uma História do pensamento filosófico em Portugal, desde as origens até à actualidade, com publicação prevista em diversos volumes.

ESTUDOS

UM CAVALEIRO "EUROPEU" PERDIDO NA PENÍNSULA IBÉRICA: NICOLAU POPIELOVO EM PORTUGAL, EM 1484

Fernando Cristóvão

O entendimento da identidade portuguesa, que a tantas reflexões se tem prestado nestes últimos tempos, sempre ganhou em ser enriquecido com o testemunho dos estrangeiros que nos visitaram.

E muitos foram aqueles que de fora nos observaram, sem a complacência dos nossos, e não raro de maneira áspera e mordaz, até porque em função de padrões de valor diferentes e, às vezes, tributários de atitudes pouco isentas, agravadas pelos tradicionais preconceitos contra os povos ibéricos.

Pode tomar-se como emblemática da curiosidade e preconceitos de alguns que nos visitaram, a declaração de Martinus Zeillerus na tão curiosa obra *Hispaniae et Lusitaniae Itinerarium*, editada em 1656 em Amesterdão que, no seu latim solene, resume a mentalidade e opinião dos povos do Norte e Centro da Europa sobre portugueses e espanhóis, explicando porque não viajam para a Península.

Por três razões maiores: os perigos e doenças a que os viajantes se arriscam; os costumes, ou melhor os maus costumes e modos das Espanhas que têm pouco a ver com a boa doutrina, e a insuficiência e pobreza do que há para visitar e admirar nessas regiões¹.

Mas dentre os que venceram esses preconceitos, até porque não era homem para se intimidar facilmente, julgamos dever relevar um viajante que nos visitou no final do século XV, mais precisamente em 1484, e cujo testemunho é pouco conhecido e citado, talvez por ter sido arrolado apressadamente como exagerado e antipático.

¹ "Hispaniae regnorum peragracionibus, earumque descriptionibus et operam et tempus frustra impendi arbitrantur haud pauci, quos sequentibus rationibus moveri audimus. Prima oritur ex singularibus periculis et molestiis, quibus ejusmodi itinera Hispaniam pervadentia obnoxia sunt. Alteram suggerunt mores, consuetudines ac ratio vivendi Hispanorum, quae ad doctrinam parum aut nihil conferunt. Tertiam, pauca in iis regionibus visu subjiciunt".

Nicolau Popielovo, ou Popplau, como também é conhecido, era um cavaleiro polaco germanizado da Silésia que esteve ao serviço de Frederico III, imperador da Alemanha e que por aqui viajou, vindo de Inglaterra, como muitos que nos visitaram, passando antes por Santiago de Compostela.

O texto de Popielovo nem por ser empolado deixa de ter valor histórico e antropológico grande, e não merece o esquecimento.

Não o regista a relação tão bem informada e sistemática de Manuel Bernardes Branco² *Portugal e os Estrangeiros*, e é quase só Costa Lobo, na sua *História da Sociedade em Portugal no Século XV*³, a referir-se a ele, frequentemente para criticar os pontos de vista do "empavonado alemão".

Gonçalves Cerejeira a ele se refere citando a obra de Costa Lobo⁴ e repetindo-lhe a opinião e adjectivos, demasiado ocupado como estava em relevar a obra e pensamento de Clenardo.

Mas vale a pena dar atenção ao pomposo cavaleiro que aqui apareceu cheio de condecorações, acompanhado de pequena comitiva e, sobretudo, de uma grande e pesada lança. Tão pesada que ninguém mais a podia manejar, o que valia ao original viajante exhibir-se em torneios, perante o espanto geral.

Por aqui se demorou cerca de dois meses e meio (de 21 de Julho a 8 de Outubro de 1484), seguindo para Espanha, e dedicando-se mais tarde a registar por escrito as suas impressões de viagem nos países ibéricos.

O relato do Nicolau Popielovo⁵ é de grande interesse para o conhecimento da sociedade portuguesa de quatrocentos, e constitui, com as cartas de Clenardo, publicadas meio século depois, uma espécie de díptico articulado, pois os pontos de vista do erudito humanista completam os do cavaleiro.

Sobre os de Clenardo têm a vantagem de mais amiudadamente contraporem as realidades portuguesas às dos povos que este cavaleiro andante também visitou: galegos, castelhanos, aragoneses, catalães, debruçando-se com particular interesse sobre as diferenças entre cristãos, sarracenos, judeus, etc.

O texto de Popielovo é típico do que se apelidou de "literatura de viagens", por participar da filosofia que durante séculos a norteou – viajar para conhecer –, e por detectar com facilidade aspectos originais das culturas que, muitas vezes, aos das próprias escapam.

Aliás, é conhecida a tradição polaca de viajar com o objectivo de se completar a formação intelectual e humana. Jacob Sobieski, outro polaco que também viajou entre nós, afirmava: "os antigos magnates da república da Polónia tinham o costume de viajar muito. Uma das condições de boa educação impunha-lhes a obrigação de viajar pelo estrangeiro para a completar.

² Manuel Bernardes Branco, *Portugal e os Estrangeiros*, Lisboa, António M. Pereira, 1879.

³ A. de Sousa Silva Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no Século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903.

⁴ D. Manuel Gonçalves Cerejeira, *O Humanismo em Portugal – Clenardo*, Coimbra, 1926.

⁵ Javier Liske, *Colección de Viajes de Etranjeros por España y Portugal*, Madrid, Medina, s.d.

Depois de haverem enriquecido os seus conhecimentos, voltavam à Pátria para dedicar-se unicamente ao seu serviço"⁶.

Para um melhor conhecimento da opinião que os estrangeiros formavam sobre o Renascimento em Portugal, o relato do cavaleiro polaco deve ser comparado e confrontado não só com a "Carta a Látomo" de Clenardo (1535), mas ainda com o *Itinerário* de Jerónimo Münzer⁷ que o precedeu (1494), com os diários de Stebolovo (1580) e de Sobieski (1611), e com a descrição de Alexandre Massaii (1621)⁸.

Vem o relato, publicado conjuntamente com os de outros polacos que nos visitaram um século e mais depois, em volume da editora Medina, de Madrid, na tradução espanhola de alguém que se identifica pelas iniciais F. R., sob o título de *Viajes de Extranjeros por España y Portugal en los Siglos XV, XVI y XVII*⁹.

Baseia-se a tradução nos textos publicados em 1806 num pequeno periódico da Silésia, com o título *Schleissem ehedum und jetzt*.

F. R. faz a sua tradução a partir da compilação dos relatos de quatro viagens, realizada a seu pedido pelo Reitor e Académico de História da Universidade de Lembeg, Xavier Liske, em 1878.

Das quatro, a mais importante para nós é a de Nicolau Popielovo. É a primeira da compilação, seguida da de João Dantisco que foi embaixador da Polónia na corte de Carlos V, de 1519 a 1531, extraída das históricas *Acta Tomiciana* que encerram a correspondência de Segismundo I, e de outros dignatários, com as cortes europeias. Também merece alguma atenção o Diário de Erich Lessota Steblovo, mercenário ao serviço do rei de Espanha Filipe II, e que integrado no seu exército invadiu Portugal e participou, de 1580 a 1584, nas lutas de ocupação do nosso território continental e dos Açores, diário particularmente relevante para se conhecer o ponto de vista castelhano e "europeu" da invasão de Portugal. Termina a compilação com o Diário de Jacob Sobieski (1611), pai de João III da Polónia, que de Portugal dá uma visão sucinta e circunspecta da cidade de Lisboa e do Território Nacional.

O texto de Popielovo, inicialmente escrito em polaco, em linguagem um tanto vulgar, sofreu alguns cortes, provavelmente por iniciativa mais de Liske que do tradutor, pois em diversos passos a narrativa, sempre feita na primeira pessoa do viajante, é interrompida por alguém que, entre parênteses, explica que "o nosso cavaleiro" passou ainda por outros lugares que não são de interesse para a narrativa.

Prática esta que se tornaria frequente quando a popularidade da literatu-

⁶ *Ibidem* (tradução), p. 233.

⁷ *Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

⁸ Lívio da Costa Guedes, *A Descrição de Alexandre Massaii* (1621), Lisboa, Arquivo Histórico-Militar, 1988.

⁹ Javier Liske, *ibidem*.

ra de viagens levou os grandes compiladores e editores europeus a comporem colecções que satisfizessem o gosto de um público cada vez mais vasto e ávido de mistério e de aventuras, e pouco propenso a leituras enfadonhas ou sem novidade.

A narrativa do cavaleiro, que não foi escrita para portugueses ou espanhóis, mas muito provavelmente para informação das cortes alemã, burgonhesa e polaca, e para leitores do centro da Europa, impõe-se pela franqueza rude do seu autor, que não poupava ninguém, sobretudo neste caso em que falava de terceiros.

E deve ser lida principalmente como narrativa de viagens, pois este infatigável viajante, apesar das dificuldades de deslocação no século XV, percorreu, além da Península Ibérica, a Alemanha, a Inglaterra, a Bélgica, a França, e no final da vida aventurou-se a visitar a Terra Santa, vindo a morrer no Egipto, de regresso à Pátria.

Lida como narrativa de viagens, porque nela a óptica do narrador não é a mesma do cronista, por dar maior atenção aos destinatários que à exactidão dos factos. Se algo se perde em objectividade factual, muito se ganha no entendimento das pessoas e das circunstâncias.

Porque o viajante nota rapidamente singularidades locais que escapam aos da terra, fazendo o contraste com as realidades conhecidas da sua pátria ou de outras nações, relativizando os absolutismos caseiros porque não se coíbe de fazer as críticas que ninguém ousa. Como no jornalismo moderno, o viajante regista sobretudo a novidade, o insólito, o que em alguma coisa pode contribuir para se tomarem ilações sobre o governo geral dos povos e sobre a própria condição humana. Só aparentemente o anedótico o é, porque tudo rima com qualquer outra coisa, em outro lugar.

Detemo-nos, por isso, em alguns aspectos, nesta óptica considerados mais relevantes para se entender a identidade portuguesa e a sua diferença em face de outras identidades.

1. As dificuldades de viagem

Viajar no século XV, mesmo na Europa, não era fácil, pois os meios de transporte eram lentos e rudimentares, se os compararmos com os dos dias de hoje. Além disso, a excessiva compartimentação de suzeranias e vassalagens implicando salvo-condutos, passaportes, pagamentos de direitos de passagem etc., não facilitava a mobilidade. O próprio cavaleiro assim definiu, em determinado aperto, a sua condição: "Um viajante estrangeiro que com perigo da minha vida e fortuna atravessei tantos reinos" para ver e homenagear alguns monarcas.

Chegou, vindo da Inglaterra, por barco, fazendo longas jornadas a cavalo antes e depois de Compostela. Retomou o barco para descer o rio Minho, voltou a cavalgar para Pontevedra e, no Porto, tomou um "barquinho que chamam caravela", para chegar a Lisboa.

Em Setúbal devolveu os cavalos alugados, para permanecer algum tempo e falar com D. João II, que então ali tinha a sua corte. Prosseguiu depois viagem atravessando a Espanha e a França, até alcançar a sua terra.

Às dificuldades e despesas de transporte juntavam-se as dos salvo-condutos que era necessário implorar ou comprar.

Trazia consigo cartas de recomendação do Imperador para os reis que visitasse, além de outras cartas de príncipes e personalidades eminentes.

Apresentou-as a D. João II depois de inúmeras dificuldades, e foi por este "cumulado de favores, com um salvo-conduto e passaportes por mar e terra, além de 100 cruzados", o que lhe valeu em Portugal livre trânsito em todo o território, mostrando que aqui, diferentemente de outras partes, a autoridade real era efectiva.

Mas não teve a mesma sorte em Espanha, porque logo a caminho de Sevilha lhe tiraram os dois escravos moiros oferecidos por D. João II, de um lote de 50 que tinham acabado de chegar de África.

Para os resgatar (apesar de serem judeus baptizados), teve de pagar três ducados. Quem lhe valeu foi o poder do Cardeal que, entretanto, visitou. Mas bastante agastado com as exigências da burocracia que nunca chegou a perceber muito bem.

Logo que teve oportunidade de ser recebido por D. Fernando, pediu-lhe o indispensável salvo-conduto, que lhe foi concedido juntamente com uma parrelha de cavalos, com grande desgosto e ciúme da rainha, pois as cartas de creditação do Imperador e do Duque da Burgonha era ao rei que se dirigiam, e não a ela.

A irritação de Isabel a Católica teve para o cavaleiro uma explicação fácil: "É preciso dizer aqui que há neste reino um contra-senso: a Rainha é que é o Rei, pois o Rei não passa de um servidor seu. Este sistema de governo era para mim desconhecido". Acrescentando: "o que se decide entre o Cardeal, conde espanhol muito poderoso, e a Rainha, o rei tem de executá-lo".

O facto é que só as ordens destes, ou melhor, da rainha, é que eram cumpridas.

Mas nem por isso terminaram as dificuldades, porque detendo os judeus a supervisão dos reais direitos alfandegários em cidades e portos marítimos, voltaram-lhe as preocupações antes de Valência, porque só conseguiu fazer valer os salvo-condutos reais depois de exigir, na justiça, a devolução do dinheiro que foi obrigado a pagar.

Nesta cidade conseguiu a isenção de pagamentos alfandegários mediante a apresentação de uma carta de recomendação de um dignatário de Sevilha, pois nem o rei está isento de impostos, devendo pagar sempre uma percentagem pelos rendimentos que dali recebe.

E o mesmo voltou a acontecer em Barcelona, "porque desprezam as cartas e selos do rei e ali ainda me fizeram pagar mais do que em qualquer parte". Bem protestou, mas não se livrou de pagar 5 florins do Reno, além da percentagem sobre todas as despesas que fazia, o que lhe provocou o desaba-

fo: "exigir a um barão e cavaleiro modesto, nos países amigos, um tal imposto, é injusto".

A somar aos obstáculos do livre trânsito, que só na idade moderna iriam ser vencidos, havia as dificuldades de hospedagem e de segurança.

Foi em Portugal que o cavaleiro os encontrou maiores, quanto ao alojamento, não se referindo a eles na passagem por Espanha.

Tendo chegado a Setúbal, onde se encontrava o rei, conseguiu lugar no albergue de um sapateiro onde ficou com os dois criados da sua comitiva. E logo a primeira coisa que fez foi mandar um deles a entender-se com o cozinheiro real para conseguir alojamento condigno. O resultado obtido foi exactamente o contrário do que esperava, porque os homens do palácio, com poderes reais para distribuir aposentos pelos viajantes, não só não concederam nenhum, como insistiram em que abandonassem o que ocupavam, porque "fora dos responsáveis reais ninguém podia dispor de uma casa de hóspedes".

Quem lhes valeu nesse submundo de pequenas influências foi o bobo da rainha que, por sinal, era brabante, e por compaixão lhes arranjou uma estalagem muito mal frequentada por ladrões e prostitutas. Para além do baixo estrato social da companhia, a sua proximidade física era incómoda, pois mesmo junto às camas deles discutiam e jogavam às cartas toda a noite, não tardando a envolvê-los também numa zaragata tal, que um criado de Nicolau ficou muito ferido. Agrediu-o uma "velha bruxa", "velha besta" desaverganhada, que por pouco não lhe espetava um ferro na barriga. As complicações foram tais que não tardou o dito criado a ir para a prisão onde ficou três dias e três noites.

Há algo de quixotesco nesta cena de albergue, em que tão esforçado e valente cavaleiro, capaz de manejar uma lança com a qual ninguém podia, só acudiu por palavras na defesa do seu criado, certamente porque mais não quadrava à sua tão elevada posição de grande fidalgo.

Tal como aconteceria ao cavaleiro da Triste Figura, na famosa estalagem da Maritornes, se viu desfeitoado.

Contudo, acabou por conseguir falar com D. João II, tendo cessado então todas as tribulações: o servo foi liberto, foram-lhe concedidos aposentos condignos e prestadas honras em conformidade com a sua condição. "Desde a sua real câmara era acompanhado por um doutor preceptor dos infantes, e também cavaleiro, assistido por outros dois nobres a outra casa de hóspedes".

E tal como numa bela crónica de cavalaria, ficou lavada a sua honra com este triunfo do bem. E também com o castigo do mal, porque o rei determinou que a velha bruxa Isabel e os dois cozinheiros, pouco zelosos em executar as ordens reais, fossem encaminhados para o cárcere.

Não mais em Portugal o cavaleiro e a sua comitiva foram incomodados, mas em Espanha, a caminho de Sevilha, os dois escravos foram metidos na prisão por três semanas, até que pela sua liberdade fosse pago generoso resgate.

Convém ainda observar, a propósito das circunstâncias desta viagem, que ela obedece ao modelo de muitas outras de estrangeiros a Portugal nesta época: entra-se no país pelo norte, depois de uma visita ao túmulo do apóstolo Tiago, em Compostela.

Portugal é assim, para uns tantos, itinerário complementar ou de passagem.

2. Preconceitos "europeus"

Um segundo aspecto a relevar neste relato é o da atitude preconceituosa do visitante traduzindo, aliás, a mentalidade vigente na Europa sobre a Península Ibérica até, praticamente, aos nossos dias.

O já citado Martinus Zeillerus, quase dois séculos depois (certamente por influência deste e doutros testemunhos semelhantes), ainda dirá que, na opinião geral, "mores consuetudines ac ratio vivendi hispaniorum [...] ad doctriam parum aut nihil conferunt".

Por outras palavras, para Popielovo e europeus em geral, os ibéricos correspondem ao estereótipo "feios, porcos e maus".

E dentro desta visão global generalizada é que devemos ler e entender o que o cavaleiro diz sobre os portugueses.

Com efeito, não há muito que distinguir entre os portugueses e os outros povos da Península, pois é assim que os descreve.

Galegos (normalmente considerados em conjunto com os portugueses): "grosseiros, tontos, incapazes de bons costumes, ignorantes".

Naturais da *Província de Lozia*: "grosseiros, néscios, avaros e de poucas virtudes";

Sevilhanos: "posso dizer, em abono da verdade, que nunca vi, em nenhuma parte, gente tão néscia e ignorante como aqui;

Andaluzes: "ainda são mais grosseiros que os portugueses e galegos, e dificilmente se encontrarão em todo o mundo outros tão grosseiros";

Barcelonenses: "uns rústicos e judeus que, em vez de apreciar a honra e a delicadeza, põem unicamente todo o seu cuidado em juntar grandes bens e tesouros";

Quanto aos *Catalães* em geral, basta dizer o seguinte: que ali os nobres têm o direito da primeira noite das noivas dos camponeses, e nas famílias numerosas de dez, um dos filhos era-lhes dado como escravo, além de outras imoralidades.

Neste contexto disfórico, a pintura que faz dos portugueses nem é das piores, e pode assim esboçar-se:

Como os galegos, e tanto os nobres, como os plebeus, são grosseiros, tontos, incapazes de bons costumes e ignorantes, apesar da pretensão de serem uns sábios.

Não sendo tão cruéis e insensatos como os ingleses, são mais fiéis entre si e para com o rei, do que eles, se exceptuarmos os nobres, que andam sempre a conspirar.

Porém, são mais feios que os ditos ingleses, de cor morena e cabelo negro. Folgazões, não gostam de trabalhar. É por isso que não sabem ganhar dinheiro hospedando os da sua terra ou os viajantes. Destituídos de bondade, é gente sem compaixão.

Quanto às mulheres, "poucas delas são belas, mais parecidas com homens do que com mulheres". Porém os olhos, geralmente, são negros e formosos. Ardentes no amor, andam muito decotadas, e usam tantas saias, que ficam de ancas tão volumosas "que nunca vi no mundo coisa maior". "Como os homens, são sensuais e tontas, e a avareza é a sua única preocupação, dia e noite".

Os portugueses moram em casas pouco providas de mobiliário e de apetrechos domésticos, além de menos limpas que noutros países.

Esta é uma opinião global que muito contrasta com a de Münzer sobre os mesmos: "As pessoas do povo, de ambos os sexos, são muito afáveis".

Clenardo viria a confirmar a caracterização de Popielovo, referindo que "se há algum povo dado à preguiça sem ser o português, então não sei onde ele existe". Anotando, igualmente, a facilidade de costumes: "Vénus, em toda a Espanha, tem culto público [...] a mocidade da Península [...] vive dissolutamente".

Em relação a outros indicadores sociais, ainda reduzidos no texto de Popielovo e mais visíveis no de Münzer, Clenardo acrescenta: "os escravos pululam por toda a parte, e todo o serviço é feito por negros e mouros captivos". E "Em Portugal todos somos nobres, e tem-se como uma grande desonra exercer uma profissão qualquer".

Quanto à corte, continua Popielovo, é também bastante rústica, os criados não têm maneiras (apoiam as mãos em cima da mesa do rei e encostam-se a ela), e mesmo na presença do monarca procediam "tão grosseiramente, e me olhavam tão descaradamente, que o rei, com os olhos, palavras e gestos, tinha de os afastar de mim", mas "logo voltavam correndo para me escutar e examinar o meu traje e condecorações".

O serviço de mesa real é modesto "de baixela ordinária, como se fosse príncipe de pouca importância. São dez criados a servir, e "debaixo da mesa, aos pés do rei, estão sentados seis ou oito garotos, além de um de cada lado da mesa para afugentar as moscas com abanos de seda. Com eles reparte o rei o seu primeiro prato de fruta, se não o come.

Se não há hóspedes à mesa, não se serve de facas, leva directamente à boca ou parte o pão com as mãos, tal como o rei da Polónia, mesmo quando tem faca".

Porém, sobre todo este fundo negativo ressalta um retrato cheio de cor, vivacidade e admiração, o do rei D. João II: entre todos, é o único senhor de alto entendimento [...] senhor de alta inteligência [...] entre todos os seus é o mais sábio e virtuoso".

Semelhante, será o retrato traçado por Münzer.

Nem os episódios sangrentos e cruéis da morte do Duque de Viseu e prisão do Arcebispo de Évora, que descreveu, diminuiriam a sua admiração,

pois se limita a observar que se o rei tivesse entregado o Duque à justiça, como fez com os outros conspiradores, "teria sido para ele mais digno e melhor".

Sendo tão pouco apreciada a maneira de ser portuguesa, não são mais positivos os juízos feitos sobre a cultura e a religião que aqui veio encontrar.

Os nobres não sabem latim como ele, os cortesãos comportam-se como gente que "pouco tinha visto do mundo, porque nem sequer sabiam o que convinha a um cavaleiro", até ignoram que um imperador (o seu) é a "cabeça da cristandade".

O juízo sobre a religião é muito severo.

Fundamentalmente, por um pecado original para que o cavaleiro não vê remédio: o dos povos ibéricos terem perdido boa parte da sua identidade cultural, misturando-se com judeus e pagãos, sarracenos e, pior ainda, adoptando-lhes costumes e vícios.

É desolado que afirma: "Em todas as terras de Andaluzia, Portugal e Algarve, os edifícios e os homens se assemelham, e a diferença na educação, costumes e porte entre sarracenos e cristãos só se pode notar na religião".

Religião que, afinal, não é muito levada a sério, visto que "os cristãos praticam muito mal a sua fé, porque muito poucos dentre eles se confessam antes de chegar o seu último pacadilho, e ainda menos jejuam.

Além disso, como os Lombardos e Wallhers, dizem que há apenas dois pecados: não roubar e não matar. Todos os outros, de fraude, engano, impureza, delitos e desvergonhas são, segundo eles, livres e sem punição. Tanto os enumerados, como outros grandes crimes que não preciso enunciar".

Nem mesmo o clero escapa à censura, sobretudo pela sua ignorância, pois referindo-se ao clero de Sevilha sentença: "com raras excepções, nem sequer sabem latim".

Porém, cristão tão circunspecto como ele, não hesitava em censurar o próprio Papa.

Quando descreve a cena de apunhalamento do duque de Aveiro, em vez de uma reprovação por tanta crueza, o comentário que a situação lhe merece é: "Em conclusão destes sucessos, não posso aprovar nem louvar de modo algum as licenças e indultos que concede o Santo Padre o Papa para que se façam casamentos entre parentes próximos, porque raramente se pode evitar que o demónio meta também a sua sizânia nesta questão".

Mas, o alvo preferido da sua aversão e desprezo são os judeus, referindo que para conservarem os seus bens "aceitaram a santa fé cristã. Entre cem, apenas se acha um que a pratique verdadeiramente.

Confessam e exercem a sua fantasia judaica ocultamente, e se os surpreendem em flagrante, prendem-nos e os queimam miseravelmente".

Este anti-semitismo não se fica pelos aspectos religiosos, assume aspectos verdadeiramente racistas ao censurar a não discriminação de que deviam ser objecto. Certa vez, aos ignorantes de coisas de cavalaria e de etiqueta respondeu, enfadado das perguntas que lhe faziam sobre os seus adornos:

"Fiquem sabendo que no meu país não é costume os pagãos, judeus e rústicos se adornarem de ouro, como aqui fazem no vosso. Só os cavaleiros é que podem usar essas coisas".

Popielovo não devia ignorar que também em Portugal judeus e mouros estavam sujeitos a legislação discriminatória, desde o tempo de D. Pedro I, que não se limitava a exigir que as suas comunidades vivessem afastadas da população cristã, em judiarias e aljamas, mas obrigava a identificação especial nos trajes (estrela de David e Crescente), e a múltiplas proibições em uso de vestuário, excluindo sedas, ouro, etc., tal como estava prescrito, nomeadamente, no *Livro de Leis e Posturas*.

Isto não impediu, aliás, a expansão dessas comunidades ao longo dos séculos XIV e XV¹⁰.

O próprio D. João II, dois anos antes da chegada do cavaleiro, tinha legislado restritivamente sobre o traje de judeus e mouros, contrariando os abusos frequentes de trajes de seda e de porte de espadas douradas.

Mas a tolerância portuguesa era grande para com os "infiéis", não só através de múltiplas exceções concedidas pelo rei, mas também pela prática da população cristã, sobretudo por motivos de comércio, não se coibindo de entrar nos bairros proibidos.

Aliás, é bem conhecida a importância da comunidade judaica entre nós, em contraste com a moura, sempre relativamente apagada e em decréscimo. Sob o ponto de vista financeiro, foram comerciantes e banqueiros. Nas profissões culturais foram "físicos", astrónomos e impressores. Ao Portugal das descobertas interessava, sobremaneira, o seu contributo.

A expulsão dos judeus e mouros só se daria 12 anos mais tarde, em 1496, com D. Manuel. Mesmo assim, não foi tão radical como a lei o fazia supor, o que traduz um espírito de tolerância e de convivência já manifestado, quatro anos antes, quando foram acolhidos os judeus expulsos de Castela.

Melhor tratamento que o concedido aos judeus não mereceram a Popielovo os "sarracenos ou pagãos", pois encontrando, eufemisticamente, uma desculpa para a grosseria dos andaluzes, conclui: "Não há que admirar, porque vivem com os brutos dos sarracenos, relacionam-se e negociam com eles, respiram o seu ar pagão, selvagem e rude, e em muitas coisas seguem os seus costumes".

Sendo esta a mentalidade e costumes dos povos ibéricos em geral, e dos portugueses em particular, que consideração lhe podiam merecer a ele, um defensor intrépido da pureza étnica e cultural?

3. Informações diplomáticas ou rumores e intrigas?

O terceiro aspecto do relato que desejamos evidenciar é o que poderíamos designar por informações de "mala diplomática".

¹⁰ Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, Lisboa, Universidade Nova, 1982, e *Judeus e Mouros no Portugal dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, 1982.

A narrativa de Popielovo regista um certo número de informações que, simultaneamente, documentam a política de expansão e combate aos sarracenos, a situação e capacidades do país, o estado de espírito da nação.

Apesar de o tradutor e editor serem espanhóis, tendo intervindo certamente muito na selecção e tradução dos textos, a parte mais importante do relato ocorre em território e assuntos portugueses, sendo pouco relevante o ocorrido em território espanhol, limitando-se o cavaleiro a registar aí itinerários, intrigas da corte em Sevilha, incidentes alfandegários, descrições breves dos povos por onde passou e, também, algumas, poucas, informações militares. O que indicia um interesse especial pelo nosso país e pelo que se passava nas duas cortes (em Setúbal e Sevilha). Aliás, não deixa de ter algum simbolismo o facto de o tratado de Tordesilhas vir a ser assinado, dez anos mais tarde, a partir dessas duas cidades.

De Lisboa, por onde passou rapidamente, dirá o cavaleiro que é cidade "tão grande como Colónia ou Londres", o que outros confirmaram, acrescentado que era uma das maiores cidades da cristandade.

Frei Nicolau de Oliveira, que visitou Sevilha e foi questionado sobre a grandeza de uma e outra cidade, afirmaria, lapidariamente, em 1551: "Pelo que me parece é assim, julgo (depois de haver bem considerado o sítio que ocupa uma e outra cidade), ser mui maior, de muros dentro, Lisboa que Sevilha, e na quantidade das casas e vizinhos assi dentro como fora dos muros em seus arrebaldes, ter Lisboa (quando for pequena) ao menos três Sevilhas, não falando em seu termo [...] acho ser a maior cidade da cristandade"¹¹.

Na corte portuguesa e em outros lugares registou Popielovo a existência de estrangeiros ao serviço do rei: o cozinheiro era flamengo, o bobo da rainha falava brabant. Entre os nobres da corte havia vários alemães, e em Tavira encontravam-se negociantes da Flandres fazendo compras de uvas e figos.

Com efeito, nesta época já se movimentavam em Portugal e na corte muitos estrangeiros, atraídos pela aventura da expansão ultramarina. No caso particular, os alemães eram numerosos entre nós. Desde o cavaleiro Henrique de Bona que ajudou D. Afonso Henriques no assalto à cidade, a outros cruzados que ajudaram a conquistar Alcácer do Sal, Alvor e Silves. Eram tão numerosos que se organizaram nos séculos XIV e XV em duas irmandades, com cemitério próprio. Artistas, cientistas, impressores cá se estabeleceram também, e não faltaram casamentos reais com princesas alemãs, por exemplo, o de Filipe, o Bom, da Burgonha, em terceiras núpcias, com D. Isabel, filha de D. João I, ou do próprio Frederico III, o imperador, que deu cartas credenciais a Popielovo para D. João II, casado com a infanta D. Leonor, filha de D. Afonso V.

Quando o cavaleiro refere que D. João II, à despedida, se recomendou "a S. M. imperial, ao rei da Hungria e ao príncipe o duque da Borgonha" agia não só por razões de Estado, mas também por razões familiares e dinásticas.

¹¹ Frei Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, 1804, p. 111.

Segundo o cômputo de Rainer Dachnhardt¹², o número de alemães em Portugal "calcula-se que tenham sido já algumas centenas, e que o seu número ultrapassasse o primeiro milhar em época manuelina".

Não admira, pois, que Popielovo privilegie a informação relativa aos descobrimentos que, não sendo nova para os portugueses, é objecto do maior interesse e de interrogação séria para os europeus, demasiado distraídos em relação ao que se passava em Portugal e Espanha.

Para essa desatenção contribuíam não só os preconceitos anti-ibéricos mas, sobretudo, o facto de andarem absorvidos e inquietos com a ameaça turca, em expansionismo crescente, que nada parecia deter.

Desse estado de espírito e falta de informação é eloquente documento o tratado de aliança que o rei boémio Jiri Podiebrad tinha proposto, uns anos antes, em 1464, aos soberanos europeus para combater os turcos sarracenos, antecipando, de mais de quinhentos anos, a actual União Europeia, por prever os mesmos mecanismos de governo e defesa: parlamento comum, governo central rotativo, moeda comum, exército de comando único, etc.¹³ Nesse tratado, não há qualquer referência aos países ibéricos, o que é tanto mais estranho quanto a sua importância em combater os infiéis era cada vez maior. Nessa data, era já irreversível a expansão: tinha sido conquistada Ceuta, descobertas as Ilhas Atlânticas, e o avanço em África não parava de progredir.

Se as nações do centro da Europa não prestavam grande atenção ao que se estava a passar, pela grande perturbação e medo que as atingia desde que Mehemed II conquistou Constantinopla, em 1453, e que iria aumentar ainda depois da viagem de Popielovo, o certo é que alguns, mais atentos, começavam a encarar com maior atenção o que se passava na Península Ibérica. Com efeito, os exércitos muçulmanos iriam cercar Viena em 1529, só sendo vencidos de forma convincente na batalha de Lepanto, em 1571. Um novo mundo estava a nascer, e todos os dados políticos, económicos e religiosos iriam ser reequacionados.

Ter-se-ia apercebido disso Popielovo?

Pelo menos é de notar que, proporcionalmente, é muito extensa a narrativa dos descobrimentos portugueses, informando os seus destinatários sobre a conquista de Ceuta, as guerras com o rei de Fez, os castelos e praças fortes construídos em África, o ouro e os escravos que vinham da Guiné e da Mina, a descoberta dos arquipélagos atlânticos e o seu povoamento. Popielovo remata com o comentário: "Estes são os motivos por que o rei de Portugal manda construir muitos grandes navios, de que vi alguns em Lisboa, e se propõe embarcar milhares de homens com outros tantos cavalos, trasladando-os para certos pontos da Barberia onde, reunidos com a gente do seu aliado, quer expulsar o usurpador de Fez, e apoderar-se assim de África".

¹² Rainer Dachnhardt, *Alguns Segredos da História Luso-Alemã*, Lisboa, Amoreiras, 1990, p. 30.

¹³ Jean-Pierre Faye, *L'Europe Une*, Paris, Gallimard, 1992, p. 51.

Que pensariam de tudo isto os soberanos europeus?

Mas nem só de História vive o relato do cavaleiro. Como relato de viagem que é, mais ou menos diplomático, Popielovo não perde a ocasião para contar as últimas novidades ou as situações apimentadas de ditos e mexericos da corte, que certamente iriam fazer as delícias da intriga e má língua dos destinatários.

Refere, por exemplo, como rumor da corte, o comportamento da rainha portuguesa quando seu irmão, o duque, foi assassinado; que, em consequência dos acontecimentos sangrentos, "os descontentes crescem em número, e pode acontecer que a partir daqui aconteçam outras desgraças"; que, na corte espanhola, se falava muito mal do Cardeal; que, na Catalunha, os camponeses premeditaram uma sublevação contra os senhores e cavaleiros... Nem mesmo hesitou em fazer eco de boatos infamantes para Isabel, a Católica, chamando-lhe o que o tradutor não tem coragem de traduzir¹⁴, e dando novas asas ao boato de que "a rainha é protectora dos judeus e filha de uma judia".

Aliás, se o cavaleiro detestava as mulheres, como é óbvio em todo o texto, é também patente que tinha por Isabel, a Católica, grande aversão, apimentada pela ironia machista de que, na corte de Castela, era a rainha quem madava, e não o rei.

Não é difícil de calcular o efeito destas notícias, tanto mais gravosas quanto, em resultado da política dos casamentos reais, os membros das diversas cortes eram aparentados. No caso, os laços entre a corte espanhola e a da Borgonha (também natural destinatária destas notícias) eram semelhantes aos que se mantinham com a corte portuguesa. Poucos anos depois da morte de Maria de Borgonha, em 1482, seu filho Filipe iria casar com Joana de Castela, filha dos Reis Católicos.

Este temperamento, a um tempo folgazão e ríspido, de Popielovo, leva-o não só a apreciações sarcásticas, a que é preciso dar algum desconto mas, por vezes, a destemperos de linguagem que obrigaram, várias vezes, o tradutor a não verter o texto, e a protestar.

Mas nem por isso o seu relato de viagem nos merece menor atenção, quer pelo que nos diz sobre nós mesmos quanto a defeitos e qualidades, quer, sobretudo, pela atenção que vai despertar sobre os povos ibéricos e sobre a sua expansão ultramarina, pouco importando, por isso, a forma como o fez, até porque ela se corrige a si mesma, pelos excessos.

Além disso, esta é, historicamente, uma das primeiras análises da nossa psicologia colectiva, feita do exterior e com algum pormenor, visto que o *Itinerário* de Münzer é de dez anos mais tarde, e apenas reflecte uma viagem ainda mais curta (não chegou a um mês), quase só circunscrita a Évora, onde se encontrava o rei. As cartas de Clenardo surgiram cinquenta e um anos mais tarde, representando já um certo momento da evolução do que Popielovo identificou.

¹⁴ Diz a nota do tradutor: "Tão dura é a expressão que aqui usa o autor desta viagem, que não nos atrevemos a traduzi-la literalmente. É o primeiro escritor coevo que trata tão injustamente a Grande Rainha de Castela".

O que caracterizava o cavaleiro polaco-alemão era uma concepção elitista, aristocrática e racista dos povos, agudizada pelo seu verbo sarcástico.

Não suportava a pouca conta em que eram tidas, entre nós, a autoridade e as praxes de cavalaria e, muito menos, a falta de maneiras.

Considerava verdadeira afronta ao imperador que representava, e a ele próprio, que a sua figura tão pomposa e decorativa, perfilada sempre em todo o seu esplendor ao lado de D. João II ajoelhado, nas igrejas de Setúbal, e na catedral de Sevilha "com armas, escudo, capacete e sobre ele uma coroa real", não fosse devidamente apreciada. E, muito menos, tolerava a grosseria de lhe fazerem perguntas tolas sobre o que aquele aparato representava. Na sua ingenuidade, não percebia que se riam dele, pois considerava esses sinais exteriores de nobreza, sagrados. Tão sagrados que, por ocasião de um temporal no mar, não receou só por ele, mas igualmente pela simbólica que ostentava: "por pouco teria ido a pique com todas as minhas condecorações".

Para além disso, tão nobre aristocrata era incapaz de entender este início de democracia racial que os portugueses começavam a ensaiar com os descobrimentos, misturando-se com os pagãos, muçulmanos e outros povos, adoptando-lhes os costumes, as técnicas de construção de casas e urbanizações. Porque os judeus eram entendidos como povo deicida, e os muçulmanos a grande ameaça para as monarquias cristãs.

Próximos destes sentimentos também andaram os de Clenardo, quando em Évora, "por toda a parte topava com negros, raça a que tenho uma tal aversão que eles, só por si, bastariam por me fazer abalar daqui¹⁵.

Como poderiam entender o polaco-alemão e o flamengo, dessa época, tamanho "abastardamento" racial, cultural e religioso que os portugueses ensaiavam, na convivência com outros povos, raças e culturas?

¹⁵ D. Manuel Gonçalves Cerejeira, *ibidem*, p. 153.

TRENTO E O TRIUNFO DA VULGATA EM PORTUGAL

José Nunes Carreira

Na quarta sessão do Concílio de Trento, a 8 de Abril de 1546, foi aprovado o decreto de "recepção" da Vulgata:

"Insuper eadem sacrosancta synodus, considerans non parum utilitatis accedere posse ecclesiae Dei, si ex omnibus latinis editionibus, quae circumferuntur sacrorum librorum, quatenam pro authentica habenda sit, innotescat: statuit et declarat, ut haec ipsa vetus et vulgata editio, quae longo tot saeculorum usu in ipsa ecclesia probata est, in publicis lectionibus, disputationibus, praedicationibus et expositionibus pro authentica habeatur, ut nemo illam reiicere quovis praetextu audeat vel praesumat."¹

Só um grande exegeta português, Frei Jerónimo da Azambuja (ab Oleastro), assistiu "de corpo presente" à discussão e aprovação deste decreto conciliar. Não participou activamente nas discussões, que as Actas da famosa sessão de 20 de Fevereiro de 1546 nada referem.

Outros dois, Frei Francisco Foreiro e Frei Luís de Sotomaior, também eles dominicanos, foram chamados a Trento na última fase do concílio (1562-1563). Foreiro, acumulando as funções de teólogo régio de D. Sebastião e de procurador do bispo de Silves, estava em Trento a 15 de Fevereiro de 1562 e aí se manteve até ao encerramento do Concílio (4.11.1563), em que assinou os decretos conciliares em nome do bispo algarvio. Foi não só o

¹ EHSES, *Concilium Tridentinum: diariorum, actorum, epistularum tractatum nova collectio* (CTr), EDIDIT SOCIETAS GOERRESIANA, Friburgi Brig., V, 1964, 91-92. Em português: "Além disso, o mesmo sacrossanto Concílio, considerando que não pouca utilidade poderia advir à Igreja de Deus, se de todas as edições latinas dos Livros Santos que por aí circulam se reconheça qual se deva ter por autêntica, decreta e declara que esta mesma antiga e divulgada (vulgata) edição, que foi consagrada pelo uso na mesma Igreja ao longo de tantos séculos, seja tida por autêntica nas lições, discussões, pregações e exposições públicas; e que ninguém a ouse ou presuma repudiar, seja a que pretexto for."

mais brilhante mas também o mais polémico dos três exegetas dominicanos tridentinos, com intervenções notáveis sobre a Eucaristia (13.6.1562), a Ordem (15.9.1562) e o Matrimónio (15.3.1563)².

Frei Luís de Sotomaior era também enviado de D. Sebastião. Possivelmente já a caminho de Trento, está em Veneza a 4 de Dezembro de 1561, a despedir-se de Frei Pantaleão de Aveiro, que embarcava para a Terra Santa. Terá uma intervenção discreta nas discussões da grande assembleia teológica³.

Nenhum dos três contribuiu activamente para a feitura do decreto conciliar sobre a Vulgata, mas nenhum o podia ignorar e todos sentiram as suas consequências, na pele... ou na obra. A vasta produção exegética dos três teólogos tridentinos, do *Comentário ao Génesis*, de Azambuja (1556) ao *Comentário ao Cântico dos Cânticos*, de Sotomaior (1599-1601), marca uma linha de crescente apreço pela Vulgata, concomitante de um brusco declínio da filologia e crítica do original hebraico. No que Sotomaior está bem acompanhado em Portugal. A que se deverá a evolução – ao passar das gerações, ao espírito do tempo ou a uma norma disciplinar?

I

Optando decididamente pela "hebraica veritas" e pelo recurso aos rabinos, Frei Jerónimo da Azambuja relegou automaticamente a Vulgata para o limbo do esquecimento. Como versão latina preferia a mais recente de Sanctes Pagnini. Ora isso pareceu muito mais grave do que retirar a Moisés a autoria do Pentateuco.

Razões para a opção tinha-as o exegeta de sobra. Havia o argumento da história e da autoridade: ninguém se poderia escandalizar por se abandonar a versão latina tradicional, se o papa S. Dâmaso não se escandalizou de encomendar a Vulgata a S. Jerónimo para substituir uma versão latina – a *Vetus Latina* – por outra mais próxima da "verdade hebraica"; se Paulo IV encomendara recentemente a revisão da Vulgata a "homens católicos peritos em línguas"; se Santo Agostinho escrevia a S. Jerónimo que se emendassem os livros do Antigo Testamento pelo original hebraico e os do Novo pelo grego, não ficasse a Escritura reduzida a uma "mentira oficiosa"⁴. Nem se devia

² Cf. *ibid.*, VIII, 546 n.1, 550-551, 731-733, 756; IX, 16-17, 441-443, 1104 n.1, 1119. Foi convidado a pregar aos padres conciliares na missa do 1º domingo do Advento de 1562? (28.11) e a integrar a comissão de redacção do *Index*. O nome de Francisco Foreiro ficou ainda ligado ao *Catecismo* do Concílio, de que terá sido o *spiritus rector*.

³ Só uma única intervenção no Concílio (11.6.1562), sobre a Eucaristia; *ibid.*, VIII, 528, 544.

⁴ J. DA AZAMBUJA, *Commentaria in Mosi Pentateuchum*, Antuérpia 1569, prefácio: "Neque id timeo quod multos timere video, magnum videlicet futurum scandalum, si vulgata editio nunc iuxta veritatem hebraicam emendetur, quippe qua ecclesia tot iam seculis vsa est. Quoniam hoc scandalum beatissimo Damaso Papae pertimescendum erat, qui Diui Hieronymi tempore rexit Ecclesiam, ne olim permitteret, ne dicam imperaret, vulgatam editionem, iuxta hebraicos fontes emendari. Cum vero constet eum huiusmodi scandalum non curasse, sanctum existimans veritatem opinionibus vulgi praeferre: sequitur nunc nullum

atribuir qualquer espécie de infalibilidade a S. Jerónimo, "homem e não profeta", que algumas vezes emendou a sua versão.

Outro motivo era a corrupção da Vulgata nas vicissitudes da transmissão textual: "saeculum pro saculo" (Prov. 14: na realidade, 16, 11), "fontem pro fortem" (Sl 26; 42/41, 3), "Exultationes pro Exaltationes" (Sl 149, 6), "malitia pro militia" (Is 40, 3), entre os erros que aponta no prefácio. Mais valia seguir o texto hebraico do que perder um tempão a corrigir a Vulgata, que, mesmo assim, não ombreava com o original⁵.

Frei Jerónimo, que estudara em Lovaina e assistira⁶ em Trento às acaloradas discussões que precederam a proclamação da autenticidade da Vulgata, devia imaginar o vespeiro em que se ia meter. A polémica estalara efectivamente em Lovaina meio século atrás, quando Erasmo decidiu publicar (1505) as *Annotationes in Novum Testamentum* de Lourenço Valla; aquecera em Trento, com uns Padres a seguir o caminho defendido pelo humanista italiano e pelo seu editor flamengo – crítica textual, filologia, recurso às fontes – e outros a defender a divina inspiração da versão latina; chegaria ao rubro na Península Ibérica dos fins do século XVI – princípios do século XVII, a ponto de se apelar a controvérsia de "spagnolismo" (Bonnacorsi)⁷.

À cautela e "per transenam", o exegeta foi crismando a "edição vulgar" de "aliás muito recomendável"⁸. Quis precaver-se das "línguas dos mordazes e detractores", que mesmo agora cremos não faltarem dedicando o *Comentá-*

incommodum esse, si sanctissimus Dominus noster Paulus quartus Pontif. Max. prouinciam hanc viris Catholicis, & linguarum peritis, qui hoc facile et incorrupte praestare possent: demandaret. Est etiam ad hoc aperta Augustini sententia, in epistola ad Hieron. & habetur dis. 9. vbi August. dicit sic. Quemadmodum veterum librorum fides, ad hebraea volumina examinanda est, ita nouorum veritas graeci sermonis normam desiderat. Si enim (vt ille ait) ad scripturas sacras admissa fuerint officiosa mendacia, quid in eis remanebit autoritatis?"

⁵ *Ibidem*: "Feci enim hoc, ne quod multis male cecidisse video, mihi accideret. Qui dum frequentissime vulgatam editionem in suis commentariis castigare volunt, dicentes, sic, aut aliter in Hebraeo haberi, & lectorem remorantur, & illi perpetuo fastidio sunt. Qui meo quidem iudicio consultius facerent, quando vulgata non placet, aliquam ex vulgatis, quam exponerent, deligere: ne in corrigenda veteri totam operam absumerent: & tempus ad meliora lectori relinquere". Riscado nas edições de Lisboa e Antuérpia, este trecho manteve-se nas de Lião.

⁶ Sem participar activamente nas discussões, que as Actas da famosa sessão de 20 de Fevereiro de 1546 nada referem. Acolhido com bastante frieza na congregação de 18 de Dezembro de 1545, em que discursara, o representante de D. João III só intervirá nas congregações dos teólogos menores sobre a justiça imputativa e a certeza da fé (16.10.1546), sobre os sacramentos (22.10.1547) e sobre a Eucaristia (3.2.1548). Cf. EHSES, *Concilium Tridentinum: diarium, actorum, epistularum tractatum nova collectio*, EDIDIT SOCIETAS GOERRSIANA, Friburgi Brisg., I, 1965, pp. 7, 53, 381; IV, 1964, p. 543; V, 1964, pp. 53, 546, 851, 873.

⁷ Cf. A. A. MARTINS MARQUES, "A obra exegetica de Fr. Jerónimo de Azambuja: Breve comparação dos comentários", em *Theologica*, II Série, I (1966) 293-297.

⁸ J. DA AZAMBUJA, *Pent.*, "Ad Lectorem", a encerrar: "omissa vulgata editione multis modis commendabili."

rio ao Génesis ao Cardeal D. Henrique⁹. Mas nem assim evitou todos os sarilhos. O mesmo "quidam Doctor" que o acusava de citar os rabinos, reprovou-lhe a ofensa a Trento. Mas quem era ele, que assistira ao parto do decreto, para o não seguir ou interpretar mal?! "Desejaria que o homem visse primeiro as palavras do sínodo, antes de censurar". Cita textualmente o decreto e conclui: "Onde vês que o santo Concílio não proíbe interpretar outras, mas manda ter-se (aquela) por autêntica nas lições públicas, e que ninguém a rejeite. Nós, porém, embora interpretemos outra, temo-la por autêntica, sem a rejeitar em algum lado; antes, a aprovamos em muitos lugares, como já explicámos no cânone primeiro e no prefácio ao leitor." E prossegue mais abaixo meio azedo: "Por que razão não nos será lícito o que foi a muitos?" E nestes inclui explicitamente o Cardeal Caetano, Erasmo, Campense, Vatable e "muitos mais". "A própria edição de Sanctes, continua, não se imprimiu sem beneplácito e licença dos Pontífices. Vêm dois diplomas no início da obra, um de Clemente VII outro de Adriano VI, em que o exortam e lhe concedem a faculdade de editar. Por isso, a ninguém deve desagradar se fazemos o que a ninguém foi vedado e que homens tão graves fizeram antes de nós"¹⁰.

Em suma: Oelastro não rejeita a Vulgata; aprova-a em muitos lugares, mas ignora-a soberanamente a maior parte do tempo.

Mas não fora a sombra tutelar discreta do Cardeal D. Henrique e o apoio explícito de grandes nomes da Teologia e da cultura do seu tempo¹¹, para além do estatuto de Frei Jerónimo na Inquisição, e talvez estes arrazoados claros e sensatos não travassem a oposição às ousadias do exegeta.

II

Editando o seu *Comentário a Isaías* no ano da conclusão do Concílio (1563), Frei Francisco Foreiro procura fazer desde o título um casamento da filologia hebraica com o respeito pela Vulgata. Se estivesse satisfeito com a tradicional versão latina, não faria outra a partir do original. Ora é para a novidade que o título começa por chamar a atenção: *Iesaiæ prophetæ nova et vetus ex Hebraico versio cum commentario...* Venetiis, ex officina Iordani Zileti, 1563¹². Mas já aí estão as concessões a Trento, totalmente omissas nos

⁹ *Ibidem*: "Praeluait hic mos (clarissime Princeps, ac Christianissime Praesul) vt qui alicuius momento libros in lucem essent edituri, tutelarem aliquem Deum eligerent, qui recentem foetum a mordentium, & detractorum linguis (quas nunc non deesse credimus) sua autoritate, & patrocinio tueretur."

¹⁰ *Ibid.*, fol. 80v ("Quorundam locorum").

¹¹ O *Comentário ao Êxodo* vem precedido de uma carta de D. Jerónimo Osório ao autor (*ibid.*, fl. 82v) e do prefácio ao leitor do teólogo Jerónimo de Brito (*ibid.*, fl. 83).

¹² Aos juízos mais favoráveis dos investigadores, católicos e protestantes, seguiu-se a consagração da obra em duas coleções que a transcreveram integralmente: *Critici sacri sive clarissimorum virorum in sacrosancti utriusque Foederis Biblia doctissimae adnotationes atque tractatus theologici-philologici*, Londres, 1660, Frankfurt, 1695, Amsterdão, 1698; MIGNE, *Sacrae scripturae cursus completus*, XVIII, Paris, 1861.

títulos programáticos do Oleastro: *in quo utriusque ratio redditur, vulgatus interpres a plurimorum calumniis vindicatur; et loci omnes, quibus sana doctrina adversus haereticos, atque Iudaeos confirmari potest, summo studio, ac diligentia explicantur*, ou seja, refutação dos "herejes" e dos "judeus", defesa da Vulgata contra as "calúnias de muitos".

Não sei até que ponto o dominicano estava a par das acaloradas discussões que precederam o decreto tridentino sobre a Vulgata. Não podia era ignorar a deliberação conciliar – e que esta era conhecida do público especializado vê-se da controvérsia que Oleastro teve de aguentar com o "quidam doctor" em Lisboa. A atitude básica de Francisco Foreiro ante a Vulgata é, antes de mais, de respeito e veneração. A versão é fiel ao sentido dos textos. Mas nem sempre o é à letra. São ainda de considerar dois níveis de discussão do problema. Aos especialistas, pode explicar que há outras versões possíveis e melhores do mesmo lugar, todavia fiel ao sentido na Vulgata. Confessa, pois, aos Padres Conciliares na carta-dedicatória:

"Ob eam enima caussam rursus Hebraea in Latinum sermonem converti, ut verbum pro verbo redens, quoad eius fieri potuit, ostenderem in commentario sententiam, quam vulgatus interpres reddidit, ab Hebraeis verbis non abhorre-re. Non tamen eo inficias, esse aliquot locos, qui ab eo fortasse magis commo-de converti potuerint."¹³

Ao leitor comum, que não compreenderá tão facilmente as ousadas e liberdades do cientista, insiste ainda mais nas qualidades da versão de S. Jerónimo, fiel ao "sentido". Se faz nova tradução, é para "confirmar" a tradicional, que só "curiosos em excesso", "ignorantes" e "talvez mal intencionados" não gostam de ouvir:

"Sunt enim quedam alia lectoribus significanda et illud inprimis, non aliam ob caussam rursus Hebraea vertisse, quam ut veteris interpretis auctoritatem confirmarem: ille enim fere, ut docti homines facere solent, non tam verba quam sensum expressit, et eo nomine a nimium curiosis, a parum doctis, mentisque fortasse non bonae, saepissime male solet audire."¹⁴

E adianta logo um exemplo de nova expressão: a Vulgata verteu sempre o tetragrammaton divino YHWH por "dominus", levada pela "superstição" dos judeus em evitar o nome divino, imitada até pelos apóstolos, "para não os ofenderem". Agora não há mais razão para evitar. E assim aparece sempre

Pena é que se tenha perdido tão grande parte do labor filológico e exegético de Frei Francisco Foreiro. Era autor de um *Lexicon Hebraicum*, referido no prefácio "ad amicos" do *Comentário a Isaías*, com a observação: "... incredibile dictu est quantum negotii mihi facessent". Escreveu ainda *Commentaria in omnes libros Prophetarum, ac Iob, Davidis ac Salomonis*, mencionado na carta aos Padres do Concílio do *Comentário a Isaías*. O *Comentário a Job*, que Foreiro estimava particularmente, ainda se conservava no tempo de Frei Luís de Sousa (*História de S. Domingos*, IV, livro VI, c. VIII, p. 481).

¹³ F. FOREIRO, *Iesaiae*, "ad Sanctissimos Patres".

¹⁴ *Ibid.*, prefácio "ad amicos".

"Jehova" na nova versão de Foreiro¹⁵. Outra divergência vinha já do título: Foreiro escreve "Isaias", mais próximo do hebraico, em vez do tradicional "Isaias".

Oleastro ignorara pura e simplesmente a versão latina tradicional. Foreiro não só enuncia cada versículo por ela; faz da Vulgata aproveitamento crítico, sobretudo para restituir o próprio texto hebraico. Aqui está uma salutar novidade de Foreiro em relação ao confrade mais velho. Oleastro analisava a "hebraica veritas" com inexcusável minúcia filológica, explorando gramática, léxico e linguística semítica comparada até à exaustão. Foreiro introduz nova linha metodológica, que se poderia condensar na pergunta preliminar: mas onde está a "hebraica veritas"? A resposta seria: no texto hebraico expurgado das corrupções que o invadiram no decurso da sua milenar transmissão. Nesta tarefa inexcusável, presta a Vulgata os seus bons serviços. Assim em Is 18, 2 a Vulgata tem um inciso a mais que o texto hebraico: *Ad montem nominis domini exercituum, montem Sion*. Que lição seguir? À primeira vista, poder-se-ia admitir que o exemplar hebraico de S. Jerónimo tivesse o inciso. Mas é possível outra hipótese: que o inciso seja acréscimo de um escriba distraído, tanto mais que também falta nos LXX¹⁶.

Também acontece o oposto – a Vulgata omitir parte do texto hebraico (Is 3, 24). E como um exemplar hebraico também não contém essas palavras, corrija-se o texto hebraico pela Vulgata¹⁷.

III

A polémica foi esmorecendo... em favor da Vulgata. O lente coimbrão Paulo de Palácios e Salazar, sem dizer porquê, mostra grande relutância em deixar as lições da Vulgata ou tomar demasiada liberdade nos seus confrontos. E chegou ao ponto de preferir a Vulgata ao texto grego do Eclesiástico, sem outra justificação que o decreto tridentino – a que distância ia a crítica. Trata-se de Sir 24, 34:

"Esta frase não vem no grego. Como, porém, o concílio de Trento manda ter esta parte como canónica, temo-la como canónica."¹⁸

Na viragem do século, curva-se à Vulgata outro grande exegeta português – Sebastião Barradas, que dedicou o melhor do seu talento ao estudo dos Evangelhos. Foi nos anos de cátedra de Sagrada Escritura (1578-1590)

¹⁵ *Ibidem*, com a asserção enfática: "Nostris temporibus... ubi inveniatur pronuntiandum videtur."

¹⁶ *Ibid.*, fl. 64v: "nisi quis dicat, illinc a librario sciolo desumpta. neque enim apud Hieronymum hoc loco leguntur, neque a 70."

¹⁷ *Ibid.*, fl. 18.

¹⁸ P. DE PALÁCIOS E SALAZAR, *In Ecclesiasticum commentarius pius et doctus*, Vila Verde dos Francos, 1581, p. 142: "Hanc clausulam graeca non habent. (...) Cum autem Concilium Tridentinum iubeat hanc etiam particulam, ut canonicam haberi, ut canonicam habemus."

na Universidade de Évora – a década de 80 foi decisiva para a elaboração fundamental da *Concordia Evangelica*. Em Coimbra, para onde se retirara em 1590, não teve mais que dar os retoques finais para a imprensa¹⁹.

A Vulgata continua a triunfar. "Conforme as determinações do Concílio Tridentino, Sebastião Barradas segue o texto da Vulgata"²⁰ "Não critica a Vulgata, como tinham feito Valla ou Erasmo, mas parte dela como texto já corrigido, autorizado e ordenado pela Igreja."²¹

Em grande parte contemporâneo de Barradas é Frei Luís de Sotomaior, que no *Comentário ao Cântico dos Cânticos*²² verteu o melhor do seu labor exegetico de lente coimbrão.

Parece definitivamente encerrada a polémica à volta dos judeus e da Vulgata, não há mais a questão quente das décadas de 50 e 60. Na Vulgata é que o exegeta exercitou o seu pequeno pendor crítico, não se contentando com qualquer códice ou edição. Tinha vários códices²³ em seu poder e manuseava-os familiarmente. Confrontou as lições variantes e rejeitou as que lhe pareciam criticamente mais débeis²⁴. A regra é confrontar a Vulgata com a "hebraica veritas", para discutir e aperfeiçar a versão de S. Jerónimo, dificilmente para a abandonar. Como nota M. Augusto Rodrigues, "para Sotomaior a Vulgata é o texto preferido e que serve de base ao seu comentário, não se afastando dele quase nunca e procurando a cada momento justificar a tradução feita por S. Jerónimo"²⁵.

Até se gastam dezassete colunas compactas²⁶ para interpretar um inciso que se afasta do hebraico a ponto de "velar o sentido"²⁷. Sotomaior conhece as discrepâncias entre o Texto Massorético, a versão dos LXX e o *absque eo quod intrinsecus latet* da Vulgata latina (Cant 4, 1). Mas é muito sucinto na interpretação das variantes hebraica e grega. Tenta justificar a versão latina

¹⁹ *Commentariorum in Concordiam et Historiam Evangelicam tomus I*, Coimbra, Antonius de Maris, 1599; *tomus II*, Lisboa, Pedro Crasbeck, 1605; *tomus III*, Lião, H. Cardon, 1608; *tomus IV*, *ibid.*, H. Cardon, 1612. A primeira edição conjunta dos tomos I-IV é de Veneza, 1612-15, 1617. Cf. A. PINTO CARDOSO, *Da Antiga à Nova Aliança: Relações entre o Antigo e o Novo Testamento em Sebastião Barradas (1543-1615)*, Lisboa, 1987.

²⁰ A. PINTO CARDOSO, *o. c.*, p. 53.

²¹ *Ibid.*, p. 54.

²² Dois grossos tomos para oito capítulos, com o título de *Cantici canticorum interpretatio*, Lisboa, 1599-1601.

²³ Cf. *ibid.*, p. 245, col. 1.

²⁴ Assim rejeita, e bem, *ibid.*, 1237, col. 2, *et in cubiculum genitricis meae* (Cant 8, 2), que é harmonização suspeita com 3, 4.

²⁵ M. A. RODRIGUES, *A Cátedra de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra*. Primeiro século (1537-1640), Coimbra, 1974, p. 235.

²⁶ *Cant.*, pp. 736, col 1-744, col. 2.

²⁷ M. H. POPE, *Song of Songs* (AB 7C), Garden City, N.Y., 1977, p. 457: "Vulgata *absque eo quod intrinsecus latet*...veils the meaning."

com a ambiguidade da palavra hebraica²⁸ e com a "módica ou mesmo nula" (!) discrepância entre a versão latina e grega²⁹. Sabe que *sammah* significa propriamente franja, madeixa de cabelo ou véu³⁰, mas comenta *absque eo quo intrinsecus est*, sete vezes repetido.

* *
*

A evolução é patente: voltados para a análise filológica do texto hebraico (e também para a crítica textual), Oleastro e Forerio deixam a Vulgata na sombra, com várias razões e subterfúgios. Passadas duas décadas, Palácios e Salazar abandona a crítica textual e segue a Vulgata. Na viragem do século, Barradas e Sotomaior esbatem todos os arrojados críticos e filológicos na sombra protectora da Vulgata.

Porquê este retrocesso da "hebraica veritas" e dos originais gregos ante a promoção da Vulgata? Culpado foi o decreto de Trento, como vimos em Palácios e Salazar e vemos em Sotomaior: "Id autem faciemus quemadmodum praecipit Sacrum Concilium Tridentinum, sess 4. iuxta editionem Latinam, id est, translationem D. Hieronymi."³¹ Culpados foram ainda mais os intérpretes restritivos do decreto conciliar. A diferença não assenta na calma maturidade contraposta à relativa juventude, pois um Azambuja a caminho dos sessenta opõe-se à Vulgata com o "jovem" (40 anos) Foreiro, enquanto o septuagenário Sotomaior a defende com unhas e dentes. Também não será o tributo ao impiedoso passar das gerações, em que Foreiro (nascido em 1522/1523) e Sotomaior (nascido por volta de 1526) se distanciam da geração de Oleastro (nascido nos princípios do século).

Era o espírito do tempo... pós-tridentino. Como o experimentaram Oleastro e Foreiro... depois de mortos.

A Inquisição – ironia do destino! – não se cansou de "castigar" os *Commentários ao Pentateuco*³². Censores oficiais ou críticos por conta própria semearam a introdução de advertências adicionais. "Hic autor scripsit ante Conc. Triden." anotou uma caligrafia primorosa no verso de um exemplar. E ao fundo da p. 32: "Caute legendum in hac editione ubi auctor serpenti tribuit quemdam rationis usum et facultatem naturalem sermonis, quod postea idem

²⁸ L. DE SOTOMAIOR, *o. c.*, p. 736, col. 2: "Nihilominus tamen, quia veritas hebraica hoc loco valde est ambigua, atque perplexa, idcirco liberum fuit tam Graecis, quam etiam Latinis aliter, & aliter vertere...".

²⁹ *Ibidem*: "... quamuis si diligenter & recte inspiciamus, modica discrepantia est, vel etiam nulla inter vulgatam editionem nostram Latinam, & Graecam...".

³⁰ *Ibid.* p. 741, col. 1.

³¹ L. DE SOTOMAIOR, *o. c.*, p. 1.

³² Conserva-se na Biblioteca Nacional de Lisboa um exemplar da 1ª edição dos *Commentaria in Mosi Pentateuchum*, 1556 (?) (Res 3138 V), com decretos e datas, exarados à mão, aparentemente das próprias autoridades censórias.

auctor (*sic*) merito sane sententiam retractavit in posteriori Lugdunensi"... como se Azambuja, já morto (!), fosse o autor das correções de Lião! A maior vítima foi o prefácio ao leitor. Antes ou depois das edições de Lião, passagens referentes à impossibilidade de todas as bíblias hebraicas terem sido corrompidas pelos rabinos e às razões de deixar a Vulgata ou foram riscadas a preceito (no Res 3138 V da Biblioteca Nacional de Lisboa), a ponto de não se ler uma única letra, ou talhadas sumariamente a golpes de tinta, deixando o texto nefando a espreitar³³. Os cortes foram parcialmente consagrados nas duas edições de Lião com a chancela do inquisidor espanhol³⁴. Que nem assim ficaram descansados os guardiães da ortodoxia, vê-se pelas subseqüentes determinações, anotadas religiosamente em exemplares de todas as edições³⁵. Aí ficaram as tabuletas de guarda ao casal: "cave canem!" Era um perigo para as almas piás e ignorantes.

O mais precatado Foreiro não escapou ileso. O revisor dos livros na Inquisição portuguesa de Quinhentos sofreu a censura dos seus sucessores no officio. Caiu no *Índice* de 1624, na segunda classe de autores proibidos ("pro regnis Lusitaniae", pp. 77 ss): "Francisci Forerii Commentariorum in Isaiam ad cap 63. in id.: "*Quis est hic qui venit de Edom* etc. ibi *Sic enim omnino vertendus est locus; dele Omnino vertendus est, et substitue Verti etiam potest*"³⁶.

Culpado foi o decreto... e sobretudo a interpretação semi-normativa e restritiva do mesmo, levando a melhor sobre a crítica, não só no plano específico da crítica textual, mas até no sentido mais amplo da mentalidade crítica. Uma norma destinada a regular uma questão pragmática travou infelizmente a razoável liberdade crítica. De pouco valeu a Oleastro clamar (com verdade) que a respeitava. Pouco aproveitou a Foreiro o equilíbrio da razão com a tradição, da crítica com o respeito.

Foram cessando arrojados filológicos e ousadias críticas. A pouco e pouco, a exegese católica entra num marasmo repetitivo... Até outra ousadia

³³ Exemplar com a cota R 7110 A (Antuérpia, 1569) da Biblioteca Nacional de Lisboa. Intactas estão Res 1015 (Lisboa, 1556), R 7098 (Antuérpia, 1568) R 7096 (Antuérpia, 1569). Em dois exemplares das Bibliotecas Municipais do Porto e Braga "encontram-se esses textos irreconhecíveis, impiedosamente riscados por mãos 'ortodoxas'" (A. VILELA, "Um exegeta português no Concílio de Trento; Oleastro. No IV centenário da sua morte (1563-1963), em *Brotéria* 78 (1964) 23. Todo o artigo, pp. 16-28.

³⁴ "*Recens* (na 2ª ed. *SECVNDA*) *Operis editio, mendis omnibus, quibus antea scatebat, expurgata, & reformata iuxta indicem expurgatorium amdato illustriss. & Reueren. D. D. GASPARIS A QVIROGA Cardinal. Archiep. Tolet. ac in regnis Hispan. Generalis Inquisitoris.*

³⁵ No exemplar Res 3138 V da Biblioteca Nacional de Lisboa indicam-se determinações de 1583, 1613, 1632, 1640, 1701; noutro (R 7134 A, Lião, 1686): "fuit expurgatus secundum expurgationem anni 1632... a) D.or Geronimus"; "fuit...iuxta expurgationem anni 1641". O comentário "ad mores" a Ex 20, 24 está completamente riscado (p. 349).

³⁶ *Index auctorum damnatae memoriae, tum etiam librorum, qui simpliciter, vel ad expurgationem usque prohibentur, vel denique iam expurgati permittuntur*, Ulyssipone, 1624, p. 120.

crítica mal recebida, a de Richard Simon³⁷. Até se gastarem quatrocentos anos e de novo finalmente se usufruir da liberdade crítica de Oleastro e Foreiro³⁸ e ver aclarada oficialmente a autenticidade da Vulgata³⁹. Os mesmos quatrocentos anos necessários ao aparecimento das primeiras traduções completas da Bíblia em português a partir dos textos originais.⁴⁰

³⁷ *Histoire critique du Vieux Testament*, Roterdão, 1685.

³⁸ Talvez a encíclica "Divino afflante Spiritu" de Pio XII (1943) se possa classificar de carta de alforria da exegese católica.

³⁹ Com a mesma encíclica: "eiusmodi *authentia* non primario nomine *critica*, sed *iuridica* potius vocatur" (*Ench. Biblicum* 549).

⁴⁰ Descontando a versão de João Ferreira de Almeida, feita no estrangeiro e em condições especiais: *A Bíblia*. Antigo e Novo Testamento, da Liga dos Estudos Bíblicos, Agir, Rio de Janeiro, 1955 (só nos anos oitenta ficou completa); *Bíblia Ilustrada*, Editorial Universus, Porto, 1957-1970); cf. J. A. RAMOS, "Tricentenário da morte do primeiro tradutor da Bíblia para português", em *Cadmo* 1 (1991) 168-170; "Tradução interconfessional da Bíblia em português", em *ibid.*, 3 (1993) 88-89.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO POPULAR NO PORTUGAL OITOCENTISTA

*Sérgio Campos Matos**

No século XIX, a elite intelectual portuguesa encarava a escola como um instrumento de regeneração e integração social eficaz, dela fazendo depender, em larga medida, as possibilidades do progresso moral e material do país. Tal atitude é bem patente nos relatórios que antecedem as reformas da instrução primária, nomeadamente os da autoria de Passos Manuel (1836) e de D. António da Costa (1870)¹. Apesar das inegáveis transformações operadas no sistema de ensino ao longo da centúria, reconhecidas aliás por diversos observadores coevos, a sua função educativa alargada parece falhar aos olhos dos mais profundos críticos: é o caso de Adolfo Coelho ou de Oliveira Martins².

A crença generalizada na difusão da instrução popular como panacea redentora para as dificuldades com que a sociedade portuguesa se defrontava, após as sequelas das invasões francesas e do longo e atribulado processo de estabilização do regime monárquico-constitucional, assentava em pressupostos teóricos de raiz iluminista: optimismo moral, crença no progresso, ideia de homem perfectível. Por outro lado, os exemplos de realizações conseguidas por outras nações europeias instigavam a *intelligentsia* nacional a debater o problema. É o caso do ressurgimento da Prússia, para que teria contribuído o poderoso incentivo do sistema de ensino, após a derrota da França do I Império. Em França, e também em Portugal, difundia-se a ideia de que as vitórias de Sadowa e Sedan, que precederam a hegemonia política da Alemanha

* Faculdade de Letras de Lisboa

¹ Cf. o decreto de 15-XI-1836 que antecede o plano da instrução primária de 17-XI-1836, *Reformas do ensino em Portugal, 1835-1869*, t. 1, vol. 1, Lisboa, 1989, p. 37 e "Reforma da instrução primária de 16 de Agosto de 1870. Relatório", in D. António da Costa de Sousa Macedo, *Instrução nacional*, Lisboa, 1870, pp. 263-264 (nota 1).

² Cf. F. Adolfo Coelho, *A questão do ensino*, Porto/Braga, 1872 e P. de Oliveira, "Portugal e Brasil", *Revista Ocidental*, vol. I, 15-III-1875, pp. 378-384.

nha no continente, se teriam ficado a dever à eficácia do mestre-escola. A alusão a pequenas potências – por exemplo a Bélgica e a Suíça – que mantinham a sua independência pelo respeito moral que haviam conseguido impor e pela adequada administração dos seus recursos e o conhecimento directo que muitos políticos e intelectuais tinham das sociedades britânica e francesa, forneciam elementos de análise e reflexão comparadas muito invocados³.

Pensava-se na instrução como meio imprescindível para desenvolver o espírito de cidadania e inculcar os "bons costumes" na população, pela ilustração e pela emulação⁴, mas também como estímulo para o desenvolvimento económico, a prosperidade e a própria independência da nação⁵. Considerava-se a escola pública como lugar de socialização e integração social, meio de estruturação do espírito nacional, que estaria a atravessar uma crise de confiança⁶. Perante a profunda alteração do lugar de Portugal no panorama internacional, na passagem do séc. XVIII para o séc. XIX, e especialmente a partir das invasões francesas, mais do que nunca se impunha valorizar outros factores que não o político e militar: a alfabetização, o grau de generalização da instrução primária, em suma, os valores culturais. D. António da Costa, por exemplo, considerará que "a importância de uma nação se avalia pelas suas escolas"⁷. No século passado, a uma pequena potência europeia periférica como Portugal, o contraste entre o presente e o passado e uma longa experiência histórica de sete séculos impunham uma reflexão global aprofundada, que encontramos, em termos diversos, nas obras de Alexandre Herculano ou Oliveira Martins⁸. De resto, a voga da ideia iberista e os processos de unificação económica e política da Alemanha e Itália – que, em

³ Veja-se D. António da Costa de Sousa Macedo, *Op. cit.*, pp. 27-28; "Considerações sobre a educação, tanto científica como popular, tanto pública como privada", *O Panorama*, vol. III, 26-X-1839, pp. 338-339 e M. Pinheiro Chagas, "Algumas reflexões sobre instrução pública", *Arquivo Pitoresco*, vol. VIII, 1865, pp. 11-13 e pp. 31-32 (exemplo inglês, respeitante ao papel da iniciativa particular na instrução).

⁴ Cf. Alexandre Herculano "Da educação e instrução das classes laboriosas", *Composições várias*, 4ª ed., Lisboa, s.d. (1838), pp. 57-60; Id., "Instrução pública", *Op. cit.*, pp. 40-41 (texto de 1838).

⁵ João Ferreira Pinto de Figueiredo, "Instrução popular – II", *O Conimbricense*, nº 2772, 18-II-1874, p. 2.

⁶ Ibid. Cf. também, por exemplo, "Da instrução em relação aos deveres do homem", *O Panorama*, vol. V, 6-XI-1841, pp. 351-352, em que o ensino público é considerado como "doutrina de deveres", na sua função social e moral. A respectiva eficácia traduzir-se-ia no facto de as "classes pobres" deixarem de ser ignorantes, e as ricas procurarem instruir-se mais, com o objectivo de conservarem a sua superioridade.

⁷ D. António da Costa de Sousa Macedo, *Instrução nacional*, Lisboa, 1870, p. 229. No mesmo sentido se pronunciaria, pouco depois, um colaborador d'O Instituto: cf. J. A. Serrano, "Ciências Morais e Sociais. A instrução popular", *O Instituto*, vol. XV, n.º 8, 1872, p. 169.

⁸ Veja-se, por exemplo, Alexandre Herculano, "Cogitações soltas de um homem obscuro", *Opúsculos IV*, Lisboa, 1985 (1846), pp. 329-335 e J. P. Oliveira Martins, *História de Portugal* (ed. crítica, introd. de Isabel de Faria e Albuquerque, pref. de Martim de Albuquerque), Lisboa, s.d., (1ª ed., 1879), especialmente o vol. II, pp. 292-298.

parte, lhe serviam de argumentos – careciam de uma resposta estratégica que mobilizasse os Portugueses de todas as camadas sociais e os mais diversos sectores políticos e ideológicos numa plataforma de convergência nacional.

1. Analfabetismo e escolarização. Resistências sociais e aspirações de mudança

Ora, além da imprensa periódica, do folheto, da conferência pública e do comemorativismo histórico num sentido alargado, o sistema de ensino poderia contribuir poderosamente para construir consensos e fomentar a coesão nacional.

O longo contencioso acerca da localização do Conselho Superior de Instrução Pública em Coimbra (1835) ou em Lisboa (onde ficaria definitivamente instalado o rebaptizado Conselho Geral de Instrução Pública, em 1859), a frequência com que foram alteradas as competências e a composição dos organismos responsáveis pela Instrução Pública e sucessivamente adoptadas e revogadas as reformas do sistema de ensino entre 1835 e 1895, nos seus diferentes graus, revelam a intenção e ao mesmo tempo, as limitações das políticas de ensino no século XIX⁹. Muitos dos decretos que as legitimaram evidenciam a cedência a interesses particulares – caso da manutenção em Coimbra, sob a alçada da Universidade, do Conselho Superior de Instrução Pública –, ou a políticas de circunstância – caso das reformas do curso liceal decretadas pelos governos de José Luciano de Castro em 1886 e 1888. Mas, subjacente a quase todos eles, encontramos o propósito de, através da escola, se incutirem valores doutrinários e morais à juventude. Propósito que se acentuará de um modo notável com a estruturação e entrada em funcionamento do ensino normal primário (1862), a criação da inspecção das escolas (1878) e a uniformização dos manuais escolares – no quadro do regime do livro múltiplo, e a partir de 1895, do livro único. Importará esclarecer em que medida a primazia que a maior parte das reformas da instrução pública concederam a essa intenção moralizante – sobretudo por via das "Humanidades", no caso do ensino liceal –, em detrimento de uma feição profissionalizante e prática do ensino, terá contribuído para bloquear a procura da escolarização por parte das camadas sociais a quem a cultura de elite era mais estranha. Problemática complexa, esta da escolarização, que teremos de considerar na multiplicidade dos seus condicionalismos, tanto no que respeita à oferta de estabelecimentos escolares, como à procura.

Como referimos, no século XIX, a escolarização e alfabetização populares foram encaradas como panaceia redentora do progresso social e da

⁹ Sobre os diversos organismos políticos responsáveis pela instrução pública, veja-se Joaquim Ferreira Gomes, "Da Directoria-Geral dos Estudos ao Ministério da Educação", *Estudos de história e pedagogia*, Coimbra, 1984, pp. 7-39. Sobre as reformas veja-se Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal*, Lisboa, s.d. [1986], 559-650.

prosperidade económica. Mas a questão deve também ser colocada em termos inversos: não terá sido precisamente na medida em que o desenvolvimento económico revelou acentuadas limitações – manifestas, nomeadamente, num muito baixo rendimento *per capita*, em comparação com outros países europeus, e na permanência de estruturas sociais do Antigo Regime – que a procura da escolarização encontrou obstáculos dificilmente superáveis?¹⁰ De acordo com diversos testemunhos da época, a frequência da escola era encarada, sobretudo pelas populações rurais, mais como um sorvedouro económico e descaminho da mão-de-obra infantil do que como uma via de ascensão social e procura de outras saídas profissionais.

Por outro lado, escolarização e alfabetização não deverão ser consideradas nos termos de uma relação de causa/efeito, nem sequer talvez a primeira possa ser vista como factor decisivo do crescimento da segunda¹¹. Sem aprofundar a distinção, sempre possível, entre diversos graus de analfabetismo – incapacidade de ler e/ou escrever, analfabetismo funcional, etc. – poderá, contudo, questionar-se se o iletrismo é incompatível com o desenvolvimento do sentimento nacional e até da consciência histórica. Em 1910, Adolfo Coelho não tinha dúvidas em reconhecer que o sentimento e a ideia de pátria não era estranha aos iletrados¹², todavia alheios à cultura transmitida pelo livro e pela instrução pública. Facto da maior relevância, ao qual procurava corresponder na sua intervenção o escol intelectual. Este último encarava a escola como instrumento de coesão e unificação social, ao serviço do Estado liberal.

Sejam quais forem os meios e instrumentos de que se serve – passando ou não pela escola –, a alfabetização constitui, de algum modo, "a história da penetração de um modelo cultural elitista na sociedade"¹³. E, nessa medida, do maior interesse se revela o estudo do fenómeno do analfabetismo para avaliar as dificuldades de penetração da cultura de elite entre a população, especialmente entre as classes populares. Não poderão, contudo, esquecer-se outras vias de vulgarização cultural que dispensam as aptidões para ler e escrever. Referimo-nos ao hábito de leitura em voz alta, ao serão, nas aldeias,

¹⁰ Veja-se Jaime Reis, "O analfabetismo em Portugal no século XIX: algumas reflexões em perspectiva comparada", *1.º Encontro de História da Educação em Portugal "Comunicações"*, Lisboa, 1988, p. 77.

¹¹ François Furet e Jacques Ozouf, *Lire et écrire. L'alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*, Paris, 1977, pp. 117 e 305-306. Em 1908, Borges Grainha considerava, tão-só, como principais factores do analfabetismo as insuficiências da rede escolar e do sistema de ensino português: falta de escolas e deficientes condições materiais para o seu funcionamento, falta de professores, limitações da sua formação, centralismo e fraqueza da iniciativa particular (M. Borges Grainha, *O analfabetismo em Portugal. Suas causas e meios de as remover*, Lisboa, 1908, p. 57).

¹² Adolfo Coelho, "A cultura mental do analfabetismo", *Obra Etnográfica*, vol. II, *Cultura popular e educação* (pref. de João Leal), Lisboa, 1993, pp. 253-271.

¹³ F. Furet e J. Ozouf, *Op. cit.*, p. 176.

tradição que em França se manteve até à I Guerra Mundial, e que, em Portugal, muito provavelmente se terá prolongado até mais tarde¹⁴.

Numa carta de Paris a Oliveira Martins, datada de 1892, Eça de Queiroz informava o historiador de que as senhoras reunidas em casa, à noite, liam alto a sua *História de Portugal*¹⁵. É certo que isto se passava num meio de elite intelectual portuguesa, a viver em França. Em que medida era prática corrente, entre as classes médias, em Portugal, é questão para a qual não pudemos encontrar resposta. Mas não é impossível que esta leitura em grupo – que facilitava o entrosar com a tradição oral – fosse, em certos meios populares, mais frequente do que a leitura individual silenciosa¹⁶. Não deve esquecer-se que numerosos casos de alfabetização não se traduzem no acesso à cultura letrada, nem tão-pouco no seu "consumo" – é o caso do jovem Manuel da Idanha, da *História alegre de Portugal* de Pinheiro Chagas, "moço de lavoura" que, mal iniciara a leitura de uns livros de história emprestados pelo patrão, logo fora acometido pelo sono¹⁷.

Importa lembrar alguns dados estatísticos essenciais, referentes ao analfabetismo e à escolarização no Portugal de Oitocentos. Ainda no início do século XX, Borges Grainha chamava a atenção para as insuficiências da estatística oficial neste domínio: o facto de nos anuários estatísticos não se atender, para efeito de dedução no cômputo global, ao número de "anormais" (alienados, idiotas, surdos-mudos, etc.); a falta de recenseamentos escolares detalhados e elaborados por entidades para tanto habilitadas (párcos, professores, etc.); a falta de estatísticas parciais (nubentes, emigrantes, recrutas, operários, presos, etc.) e ainda o facto de se considerar a idade dos seis anos (deveria ser de sete, de acordo com a legislação vigente na época) como ponto de partida para a quantificação¹⁸. Todavia, a margem de erro decorrente de tais limitações, não deve, contudo, impedir-nos de ter em conta alguns dados que merecem reflexão. Além disso o recenseamento de 1890 e os censos seguintes devem considerar-se fiáveis e ao nível do rigor dos seus congéneres da Europa Ocidental, na época¹⁹.

¹⁴ Alain Corbin, "O segredo do indivíduo", *História da vida privada* (dir. de P. Ariès e G. Duby), vol. IV, Lisboa, 1990, p. 492. A tradição de contar histórias entre um auditório popular, acto social de grande significado num país com elevada taxa de analfabetismo como Portugal, traduziu-se na própria estrutura de alguns livros de divulgação histórica, caso de M. Pinheiro Chagas, *História alegre de Portugal*, 4ª ed. Lisboa, s.d. (1ª ed., 1880).

¹⁵ Eça de Queiroz, Carta a Oliveira Martins de 14-IX-1892, *Correspondência* (pref. e notas de Guilherme de Castilho), vol. II, Lisboa, 1983, p. 249.

¹⁶ Rui Ramos, "Culturas de alfabetização e culturas de analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo", *Análise Social*, vol. XXIV, nº 103-104, 1988, p. 1113.

¹⁷ M. Pinheiro Chagas, *Op. cit.*, pp. X-XI.

¹⁸ M. Borges Grainha, *Op. cit.*, p. 9.

¹⁹ António Candeias, "Ritmos e formas de alfabetização da população portuguesa na transição de século: o que nos mostram os censos populacionais compreendidos entre os anos de 1890 e 1930", *Educação, Sociedade e Culturas*, vol. 5, 1994, pp. 43-44.

Cerca de 1850, Portugal situava-se entre o grupo de países europeus das áreas periféricas do Sul e Leste da Europa – Sul de Espanha, Itália, Grécia, Bulgária, Roménia e Rússia – que apresentava mais elevada taxa de analfabetismo adulto, acima dos 50%. Carlo Cipolla considera diversas variáveis correlacionadas com a alfabetização: a industrialização e as inovações tecnológicas, com a conseqüente exigência, em ramos diversos, de assalariados letrados e devidamente preparados; a predominância do protestantismo – os protestantes, de uma maneira geral mais letrados que os católicos; a urbanização – geralmente a população urbana é mais letrada do que a rural²⁰; os tipos de povoamento e de exploração da terra e, por último, o próprio clima podem, em certos casos, favorecer a leitura – por exemplo nas regiões dos Alpes e do Norte da Europa, pela maior frequência das neves e tempo frio a imporem o recolhimento²¹. Há, todavia, que matizar alguns destes factores, e, sobretudo, a dicotomia entre uma Europa protestante e alfabetizada dotada de uma cultura do livro alargada e uma Europa católica, menos alfabetizada, mais voltada para a aprendizagem da doutrina por via oral e da imagem²². Na verdade, a complexidade dos problemas em causa na história da alfabetização e a necessidade de análises concretas, historicamente situadas, aconselha que se relativizem certas ideias gerais, adoptadas à partida.

Ao contrário do que se verificou noutras nações do Norte e Noroeste europeu, no nosso país só muito morosamente a alfabetização se foi alargando na segunda metade do século XIX, prolongando-se tal ritmo durante boa parte do século seguinte. E nos finais de Oitocentos, enquanto a Espanha e a Itália tinham já alcançado taxas de alfabetização de cerca de 50%, Portugal apresentava ainda 76% de analfabetos²³.

²⁰ Nem sempre a industrialização e a urbanização são acompanhadas de uma maior alfabetização relativa. Em 1860, o caso da Meseta Norte, região atrasada, de predominância agrícola e escassamente urbanizada na vizinha Espanha, indicia precisamente o contrário: registava das mais altas taxas de alfabetização, enquanto o País Basco e a Catalunha apresentavam taxas mais baixas. Veja-se Clara-Eugénia Núñez, "Alfabetização e crescimento económico em Espanha, 1860-1877", *Colóquio Educação e Sociedade*, nº 3, Fev. de 1993, p. 94. Também a alfabetização da população sueca se desenvolveu no contexto de uma fraca urbanização.

²¹ Carlo Cipolla, *Instrução e desenvolvimento no Ocidente*, Lisboa, s.d., pp. 115-116, 74-77 e 89-90.

²² Justino Pereira de Magalhães, *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime, um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*, Braga, 1994, p. 130. A caracterização de múltiplos modelos, tendo em conta as variáveis atrás inventariadas (entre outras), a partir de estudos regionais, parece ser o caminho mais pertinente em história da alfabetização. Veja-se Id., *Idem*, pp. 130-137.

²³ Para a população maior de 7 anos, em 1890, a percentagem total de analfabetos em Portugal seria de 76% e, em 1900, 74,1%, para, em 1911, descer a 69,7% [Rui Grácio, "Ensino primário e analfabetismo", *Dicionário de História de Portugal* (dir. de Joel Serrão), vol. II, Porto, 1981, p. 395]. Ora, em 1900, a Bélgica apresentava uma percentagem de 19% de analfabetos, a Espanha de 56% (acima dos 10 anos; quando em 1860, para todas as idades, essa taxa ascendera a 76%) e a Itália, em 1901, de 48% (entre os maiores de 6 anos; enquanto em 1871, tal percentagem ascendera a 69%) (Carlo Cipolla, *Op. cit.*, pp. 129-130).

Entre as populações urbanas e entre os homens, a alfabetização era, em geral, mais elevada, o que, em parte, se prende com as necessidades e expectativas profissionais dessas fracções populacionais. O mesmo sucedia, aliás, noutras regiões da península, nomeadamente em Múrcia e Lorca (Espanha)²⁴.

Em 1877, as áreas de maior analfabetismo masculino (contabilizado para os maiores de 6 anos), em Portugal, situavam-se sobretudo a Sul do Tejo (enquanto, pela mesma época, o feminino se acentuava mais a Norte), o que se verifica igualmente para a Espanha (nos maiores de 10 anos). Mas o que mais significativo se nos afigura em tal disparidade é o facto de uma elevada componente de proprietários agrícolas na população activa corresponder a percentagens muito significativas da alfabetização – concelhos do Norte litoral e do Nordeste montanhoso –, aumentando, em contrapartida, o analfabetismo em regiões onde predominam os assalariados (concelhos do Alentejo interior como Portel, Alandroal e Campo Maior, entre outros)²⁵. A necessidade e as vantagens da cultura letrada eram mais sentidas pelos lavradores que precisavam de assinar uma multiplicidade de papéis (administrativos, comerciais, fiscais, etc.), ler cartas, contabilizar, etc., relacionados, de algum modo, com a detenção de propriedade²⁶. Não admira, por conseguinte, que procurassem mais a escola para os seus filhos do que os assalariados agrícolas, mais numerosos nas regiões de povoamento concentrado. Aliás, diversas disposições jurídicas estabeleciam que, para aceder a cargos públicos, nomeadamente aos de jurado, juiz de paz, juiz ordinário e juiz pedâneo era indispensável saber ler, escrever e contar²⁷. Pode dizer-se que a consciência dessa condição *sine qua non* para o exercício de determinados direitos de cidadania era uma constante no pensamento liberal. O elitismo, a lógica do sufrágio censitário e a consequente distinção entre cidadãos activos e cidadãos passivos assim o impunham. Compreende-se pois que os analfabetos fossem impedidos de votar de acordo com os princípios da Constituição de 1822.

Em que sentidos terá esta tendência condicionado as políticas de instrução adoptadas, é uma questão que está por esclarecer. Um confronto com a oferta de escolas (número de escolas criadas) nos diversos distritos, para o

²⁴ Justino Pereira de Magalhães, "Apontamentos sobre componentes estruturais da história da alfabetização", *Forum*, nº 9/10, Jan/Jul. 1991, pp. 60-65. O autor baseia-se em dados carreados por A. Viñao Frago e Moreno Martinez em *Alfabetización y Educación de Adultos en Murcia. Pasado, presente y futuro*, Murcia, 1988.

²⁵ Rui Ramos, "Culturas de alfabetização...", pp. 1080-1088; cf. mapas da alfabetização masculina (1877) e feminina (1878) e em confronto com a Espanha, pp. 1139-1141 e 1143.

²⁶ Id., *Idem*, p. 1084; Fernando Luís Gameiro, "O analfabetismo no Alentejo, 1860/90: um estudo de caso", *Colóquio Educação e Sociedade*, nº 2, Fev. de 1993, p. 82; Justino Pereira de Magalhães, "Alfabetização e funcionamento do regime liberal. Frequências de alfabetização da população bracarense em 1836", *Revista Portuguesa de Educação*, 3 (2), 1990, p. 124 e François Furet e Jacques Ozouf, *Op. cit.*, pp. 149-150.

²⁷ É o caso do decreto de 16 de Maio de 1832: Vd. Justino de Magalhães, "Alfabetização e funcionamento do regime liberal...", *Revista Portuguesa de Educação*, 3 (1), 1990, p. 125.

período que medeia entre 1843-63 e 1888-99, sugere que a sua distribuição geográfica foi condicionada pela alfabetização – ou seja, pela procura. É assim que nesse grande período, alguns distritos do Norte interior (Vila Real, Viseu, Guarda) e litoral (Porto, Aveiro) terão, de uma maneira geral, assistido à criação de um maior número de escolas por ano²⁸. Mas o problema só poderá clarificar-se tendo em conta as ocupações profissionais das populações, as suas práticas e expectativas culturais.

Como explicar a resistência à escolarização, a escassa procura e frequência escolar, em suma, o relativo atraso da chamada instrução popular no Portugal Oitocentista, quando confrontado com outros pequenos países europeus? Negligência dos pais, carência de livros escolares²⁹, ausência de motivação e de vontade por parte das classes populares – as fainas agrícolas impunham, aliás, acentuadas flutuações sazonais na frequência das aulas –, pobreza e ignorância, desleixo dos professores no cumprimento da sua função, baixos salários destes e conseqüente procura de outros modos de subsistência³⁰, falta de empenhamento de elementos do clero na educação³¹, tais são as razões apontadas pelos observadores da época, alguns deles profundamente envolvidos, em diversos aspectos, na instrução popular. Certo é que a questão não poderá compreender-se tão-só pela ausência de sensibilidade por parte das classes populares relativamente à cultura de elite, pela insuficiência de vontade política – "a vontade dos que podem", como sugeria o jovem Antero de Quental em 1860³² –, ou ainda por uma "causa das causas", ainda que de magnitude – a desorganização da instrução –, como pretendia um crítico tão conhecedor da matéria como D. António da Costa, em 1871³³.

A consciência da complexidade do problema emerge, de um modo esclarecido, pela voz de um empenhado obreiro da instrução popular, António Feliciano de Castilho:

"...nem os que sabem ler, e governam, e dirigem e podem muito, curam como devem da instrução do povo, nem o povo a cobiça, a aprecia, nem lhe suspeita sequer a utilidade: é uma dívida milenar dos grandes aos pequenos, que nem os grandes pagam, posto que já a confessem, nem a maioria dos pequenos reivindica, e nem mesmo aceita o pouquinho que por conta se lhe oferece.

²⁸ Rui Ramos, "Culturas...", p. 1133.

²⁹ Carlos José Caldeira, "Instrução primária. Escola instituída pelo Sr. Casal Ribeiro", *Arquivo Pitoresco*, vol. V, 1862, p. 381.

³⁰ F. A. Rodrigues Gusmão, "Estado da instrução primária no concelho de Alpedrinha no ano lectivo de 1848-1849", *Revista Universal Lisbonense*, vol. II (2ª série), 18-VII-1850, pp. 490-491; M. Pinheiro Chagas, "Algumas reflexões sobre instrução pública", *Arquivo Pitoresco*, vol. VIII, 1865, p. 19 e Id., "Bibliotecas populares", *Arquivo Pitoresco*, vol. VIII, 1865, p. 131.

³¹ A falta de empenhamento do clero era reconhecida pelos autores citados na nota anterior. Veja-se também, adiante, a nota 50.

³² Antero de Quental, "Leituras populares", *Prosas da época de Coimbra*, Lisboa, 1973 (1860), p. 12.

³³ D. António da Costa de Sousa Macedo, *Instrução nacional*, p. 75.

É pois um mal complexo de dois males quando menos. O tratamento é difícilíssimo, sem dúvida, e cheio de perplexidades"³⁴.

Em 1864 (ano em que escreveu o citado texto), após uma longa campanha em prol da educação do povo português, sobretudo por meio da divulgação do seu método de leitura, bem consciente da insuficiência da multiplicação da oferta de escolas para dar um impulso à instrução popular, e embora apontasse uma série de medidas para a incrementar, o poeta confessava todavia o seu desalento e cepticismo quanto à terapia a adoptar³⁵. Na verdade, sabia-se que a escola primária não era atractiva, não motivava as classes populares rurais, para quem o trabalho nos campos era, no imediato, mais rendível. De resto, num meio em que a esmagadora maioria da população era iletrada – e a alfabetização alarga-se, em grande medida, por arrastamento, pelo exemplo³⁶, prolongando-se de pais para filhos as atitudes culturais –, não seria muito evidente, sobretudo nas comunidades rurais, em que havia menor número de detentores da terra, qual a utilidade de saber ler e escrever.

As razões da escassa procura e frequência da escola elementar tinham pois que se atribuir não só aos governantes e à ausência de eficácia das suas políticas, mas também aos governados³⁷. É de admitir que a profissão fosse factor relevante como motivação para a aprendizagem da leitura e da escrita. Contudo, entre os factores apontados pelos intelectuais da época, o baixo rendimento económico da maioria da população poderá ter desempenhado um papel de primeiro plano. Acresce que, em Portugal, a ambição de promoção social foi em larga medida canalizada para a emigração e não para a escola. Lembre-se que a esmagadora maioria dos contingentes humanos que saíram da metrópole eram constituídos por analfabetos³⁸.

Compreende-se que uma escola instituída pelo Estado, embora em certos casos gratuita³⁹, fosse vista mais como lugar improdutivo e até de prejuízo económico, do que como meio de ascensão social e cultural. Como afirmava Oliveira Martins em 1875: "A gratuidade do ensino converte-se numa carestia tamanha, que torna inexecutável a obrigação"⁴⁰ Note-se, aliás, que em muitos casos a frequência da escola primária não era, de facto, gratuita. O Estado limitava-se a financiar o pessoal, as instalações e o material neces-

³⁴ A. Feliciano de Castilho, "Escola Casal Ribeiro. Carta do Sr. A. Feliciano de Castilho ao redactor do *Arquivo Pitoresco*", *Arquivo Pitoresco*, vol. VII, 1864, p. 54.

³⁵ Id., *Ibid.*

³⁶ François Furet e Jacques Ozouf, *Lire et écrire...*, p. 180.

³⁷ M. Pinheiro Chagas, "Algumas reflexões...", p. 12.

³⁸ Joel Serrão, *A emigração portuguesa. Sondagem histórica*, 3ª ed., Lisboa, 1977, p. 132.

³⁹ Diversos almanaques publicaram relações de escolas primárias, públicas e particulares gratuitas. Veja-se, por exemplo, o *Almanaque Arsejas para 1875*, Lisboa, Ed. Arsejas, s.d., pp. 35 e ss, *Idem para o ano de 1877*, Lisboa, 1876, pp. 84-85.

⁴⁰ Oliveira Martins referia-se à obrigatoriedade de frequência. P. de Oliveira, "Portugal e Brasil", *Revista Ocidental*, vol. I, 15-III-1875, p. 382.

sário para o ensino. Os pais é que suportavam as despesas necessárias com os seus filhos. Daí que o ensino gratuito constituísse uma reclamação de republicanos e socialistas desde o decénio de 1870⁴¹.

Para além disso, o universo escolar, com destaque para a linguagem nele utilizada, eram geralmente alheios às realidades concretas das populações rurais. Oliveira Martins insistia precisamente na necessidade de descentralizar o sistema e, conseqüentemente, de tornar o funcionamento das escolas primárias mais versátil, adequando-o à vida real das gentes do campo no que respeita a horários, espaços de aulas e programas (ou ausência deles)⁴².

Referindo-se ao escassíssimo número de alunos que frequentavam as escolas do concelho de Alpedrinha, em meados do século, um colaborador assíduo da *Revista Universal Lisbonense* verificara:

"É muito comum nas pessoas do campo ufanarem-se de não saberem ler nem escrever, refutando estas prendas inúteis e prejudiciais; alguns pais há que não querem que seus filhos aprendam a ler e escrever, para que, de futuro, não sejam incomodados por regedores, juízes eleitos, jurados, etc"⁴³.

Se recordarmos o alheamento popular relativamente aos actos eleitorais generalizado em extensas regiões – caso, precisamente do concelho de Alpedrinha – e a profunda hostilidade para com as chamadas leis da saúde adoptadas por Costa Cabral (1845) que proibiam os enterramentos nas igrejas, instituíaam os cemitérios e obrigavam à intervenção dos médicos na passagem de certidões de óbito – movimento que se consumou na revolta popular da Maria da Fonte⁴⁴ –, podemos admitir que também a resistência à escolarização oficial, manifesta, inclusivamente nas flutuações sazonais da frequência escolar, com baixa na época das colheitas, se inscreve num conjunto de práticas e atitudes características das sociedades de Antigo Regime.

41 Silvestre Pinheiro Ferreira, "Conhecimentos úteis. Reflexões sobre o estado actual da instrução e educação pública", *Revista Universal Lisbonense*, vol. V, 18-IX-1845, p. 157. Veja-se o "Programa do Partido Republicano de 1891" reproduzido na *História Contemporânea de Portugal* (dir. de João Medina), vol. I, tomo II, Lisboa, 1990, p. 45. Nele se sustenta o "ensino elementar obrigatório, secular e gratuito". Veja-se ainda, a este respeito, Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal da formação ao 5 de Outubro de 1910*, vol. I, Coimbra, 1991, pp. 77-89.

42 P. de Oliveira., *Op. cit.*, pp. 381-382.

43 F. A. Rodrigues de Gusmão, "Estado da instrução primária no concelho de Alpedrinha no ano lectivo de 1848-49", *Revista Universal Lisbonense*, vol. II (2ª série), 18-VII-1850, pp. 490-491.

44 Sobre a revolta popular da Maria da Fonte, motivada igualmente por outros factores, veja-se Joyce Riegelhaupt, "Camponeses e estado liberal: a revolta da Maria da Fonte", *Estudos contemporâneos*, nº 2/3, 1983, pp. 129-139 e Rui Feijó, "Mobilização rural e urbana na "Maria da Fonte", *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do séc. XIX*, 2º vol., Lisboa, 1982, pp. 183-193. Sobre as atitudes de resistência ao enterramento nos cemitérios, veja-se João de Pina Cabral e Rui Feijó, "Um conflito de atitudes perante a morte: a questão dos cemitérios no Portugal contemporâneo", Rui Feijó e outros, *A morte no Portugal contemporâneo. Aproximações sociológicas, literárias e históricas*, Lisboa, 1985, 193- 208.

O sector do ensino terá constituído tão-só uma das múltiplas áreas de intervenção em que o Estado Liberal deparou com uma surda, mas tenaz recusa – outra foi a da uniformização dos pesos e medidas – da sua acção pedagógica, definida a nível nacional e de intenção homogeneizante.

Alguns dados estatísticos essenciais fornecem uma imagem mais precisa da evolução da escola elementar e média portuguesa no século passado. Se entre 1852-53 e o final da centúria o número de escolas primárias quase quadruplica, a taxa de escolarização das crianças do sexo masculino – considerando o número de alunos matriculados, relativamente à população masculina em idade escolar, e não o dos alunos que de facto a frequentaram – aumenta, lentamente, de 17,8% em 1864, para 25,7% em 1890, vindo a regredir em 1900 para 21,3%⁴⁵, o que atesta bem em que medida a escolaridade obrigatória, consagrada em diversos diplomas desde 1835⁴⁶, não era cumprida.

Por outro lado, o facto de, no mesmo período, o número de alunos das escolas públicas ter aumentado relativamente ao das escolas privadas – estes últimos representavam 35% do total em 1852-53 e apenas 22% em 1899-1900⁴⁷ –, revela que o alargamento da rede escolar representou sobretudo um esforço estatal, e não tanto da iniciativa particular. Já em 1865, tendo presente o exemplo inglês, Pinheiro Chagas lamentava a fraqueza desta última em Portugal: por " vaidade " e " egoísmo ", os detentores do capital preferiam dar " esmola grande e pomposa " aos estabelecimentos pios de Lisboa do que investir nas escolas. Todavia, a situação tenderia a modificar-se para o final do século, sobretudo nos maiores centros urbanos: Lisboa e Porto apresentavam já então uma forte componente de escolas particulares no número total de estabelecimentos de ensino (respectivamente de 82,9% e de 85%)⁴⁸.

No relatório que precede a reforma da instrução primária de 16-VII-1870, o seu autor, D. António da Costa, então ministro da Instrução, numa perspectiva comparada com outros países europeus, fornecia números chocantes relativos à densidade da rede escolar e à escolarização no nosso país: por essa época, enquanto a Espanha teria, em média, 1 escola para 600 habitantes e a França, Baviera, Itália e Holanda 1 para 500, Portugal possuía

⁴⁵ António Nóvoa, *Le temps des professeurs*, vol. I, Lisboa, 1987, p. 336 e p. 330 e V. Pulido Valente, *O Estado liberal e o ensino. Os liceus portugueses (1834-1930)*, Lisboa, 1973, p. 112.

⁴⁶ Cf. dec. de 7-IX-1835, "Regulamento da instrução primária", *Reformas do ensino em Portugal 1835-1869*, t. I, vol. I, Lisboa, 1989, p. 7.

⁴⁷ António Nóvoa, *Op. cit.*, vol. I, p. 349.

⁴⁸ M. Pinheiro Chagas, "Algumas reflexões...", p. 56; Rui Ramos, *Op. cit.*, p. 1130. Também D. António da Costa em 1870 e J. A. Serrano, em 1872, reconheceriam que, apesar de alguns progressos, a iniciativa particular estava muito aquém das necessidades da educação em Portugal (cf. D. António da Costa, "Reforma da instrução primária...", *Instrução nacional*, p. 280 e J. A. Serrano, "Ciências Morais e Sociais...", p. 197).

1 escola para 1100 habitantes. No que respeita à relação número de habitantes/número de alunos, o contraste era ainda maior⁴⁹.

Como seria de esperar, a densidade da rede escolar era muito desigual consoante as regiões do país. Já na época pombalina (1772) o Alentejo, a Beira e Trás-os-Montes apresentavam uma mais elevada relação entre o número de escolas e o número de habitantes. Mas, a partir de meados do séc. XIX, assiste-se a um significativo aumento relativo deste valor nos distritos do Noroeste, Trás-os-Montes e Beiras, em que havia maior procura, sobretudo nos centros urbanos⁵⁰. Os níveis de frequência, tanto em 1863 como em 1872, permaneciam muito irregulares e abaixo dos 60% na maior parte dos distritos⁵¹.

Se acrescentarmos que, de acordo com o inquérito de 1875, apenas 9,4% dos professores de instrução primária possuíam o curso completo do ensino secundário ou o curso da Escola Normal – só em 1901 se instituiria a exigência do diploma deste último para se poder ter acesso à profissão –, e que cerca de 20% tinham frequentado um seminário (sendo quase todos eles padres), ficamos com uma ideia de conjunto, mais aproximada, da situação do ensino primário na segunda metade de Oitocentos⁵².

Ante as carências deste quadro geral, que medidas propunham os autores da época no sentido da estruturação e alargamento do sistema de instrução pública nacional, aumento da frequência e melhoria da qualidade do ensino? Em primeiro lugar, saliente-se a primazia que, de uma maneira geral, se atribuía ao ensino primário, em detrimento do superior, como ponto de partida para a reforma da instrução⁵³. A larga projecção e debate que encon-

⁴⁹ D. António da Costa, "Reforma da instrução primária de 16 de Agosto de 1870. Relatório", *Instrução nacional*, p. 265. Segundo o autor, na situação portuguesa, o número total de alunos, relativamente ao número de habitantes era de 1 para 32 habitantes, o que colocava o país na cauda de uma extensa lista de nações europeias (Espanha, 1 para 14, França, 1 para 8, Inglaterra, Holanda e Bélgica, 1 para 7, etc.) (*Ibid.*). Recentemente, Jaime Reis verificou que o nível de escolarização primária em 1910 se aproximava do da Espanha entre 1850-60 e do da Itália entre 1860-70 (Jaime Reis, "O analfabetismo em Portugal no séc. XIX: uma interpretação", *Colóquio. Educação e sociedade*, nº 2, Fev. de 1993, p. 17).

⁵⁰ Rui Ramos, "Culturas...", p. 1123 e p. 1108.

⁵¹ *Id.*, *Id.*, quadro nº 14, p. 1128. Em 1872, só os distritos de Viana, Braga, Porto, Coimbra, Lisboa e Évora apresentavam uma percentagem de alunos com frequência regular acima dos 60%.

⁵² António Nóvoa, *Op. cit.*, vol. I, pp. 379-380 e 391. Não se perca de vista, todavia, que os números citados, nomeadamente os relativos ao analfabetismo e à frequência escolar são meras aproximações, susceptíveis de revisão, facto reconhecido pelos autores coevos e actuais que os reproduzem.

⁵³ Alexandre Herculano, "Instrução pública", *Composições várias* (texto de 1838), pp. 33-34; "Da instrução em relação aos deveres do homem", *O Panorama*, vol. V, 6-XI-1841, pp. 351-352, Monteiro de Campos, "Secção doutrinal. Instrução pública", *Jornal da Associação dos Professores*, 5ª série, nº 3, I-VIII-1861, p. 17 (este último autor criticava a fundação do Curso Superior de Letras, que considerava de mera "ostentação" perante o estrangeiro); A. Feliciano de Castilho, *Felicidade pela instrução*, Lisboa, 1854, p. 2 e Z. Consiglieri Pedroso, *Propaganda democrática*, XVIII. *A separação da Igreja do Estado*, Lisboa, 1887, p. 11.

traram os métodos de leitura de António Feliciano de Castilho (adoptado em diversas escolas a partir de 1847) e de João de Deus (desde 1876)⁵⁴, sobretudo o deste último, difundido pela Associação das Escolas Móveis (de 1882 em diante) e aceite oficialmente, mostram o alcance que a problemática da alfabetização e da instrução popular adquiriram, em círculos cada vez mais amplos.

Outro tema muito discutido era o da secularização, designadamente no que respeita ao pessoal docente. Em 1865, Carlos José Caldeira e Pinheiro Chagas, entre outros, apelavam ao concurso do clero para sensibilizar a população no sentido de que as crianças frequentassem a escola, para a moralização e instrução do povo. O primeiro destes autores divulgava até um exemplo que contribuíra para o aumento da frequência às aulas: a acção do prior da freguesia do Beato no seio das famílias locais, persuadindo-as das vantagens do ensino. Como consequência positiva apontava o facto de a percentagem de alunos faltosos se ter reduzido para a proporção de cerca de 1/3 do total. Pinheiro Chagas, por seu lado, reconhecia o dinamismo que então revelava o "partido clerical" na difusão de livros acessíveis, fundação de bibliotecas paroquiais, etc.⁵⁵. Também António Feliciano de Castilho admitira a relevante função que os párocos poderiam ter como mestres das comunidades rurais. Mais tarde (1875), Oliveira Martins considerava essa função, designadamente enquanto magistério moral, na persuasão da necessidade de frequência da escola⁵⁶.

Alguns diplomas relativos ao ensino primário recomendavam aos párocos que incentivassem as comunidades locais a mobilizar os jovens para as escolas (reforma de 1835) e a criarem comissões promotoras de beneficência e ensino (1878)⁵⁷. É de crer, todavia, que tais disposições e as vozes dos

⁵⁴ Veja-se Rómulo de Carvalho, *História do ensino em Portugal*, Lisboa, 1986, pp. 582-584 e 607-612 e Luís de Albuquerque, "Castilho e o ensino em Portugal", *Notas para a história do ensino em Portugal*, Coimbra, 1960, pp. 169-234.

⁵⁵ J. M. Gouveia Pinto, "Instrução elementar", *Revista Universal Lisbonense*, vol. VII, 12-X-1848, pp. 532-533; Carlos José Caldeira, "Relatório anual da escola instituída pelo Sr. Casal Ribeiro", *Arquivo Pitoresco*, vol. VIII, 1865, p. 215 e M. Pinheiro Chagas, "Algumas reflexões...", p. 56. Outros autores que defendiam a acção dos párocos no ensino e na "propaganda educativa" eram D. António da Costa (cf. *História da instrução popular...*, p. 241) e J. A. Serrano ("Ciências morais..." p. 197). A Associação Promotora da Educação Popular, fundada em 1856, adoptava igualmente tal posição (cf. José Silvestre Ribeiro, *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal...*, vol. X, 1882, pp. 216-217). Com a apologia da instrução ministrada pelos membros do clero, coexistiam vozes críticas sobre a alegada ausência de empenhamento dos párocos na acção pedagógica, tanto religiosa como civil: cf., por exemplo, António F. Moreira de Sá, "Educação e instrução primária", *Jornal da Associação dos Professores*, 1856, in *Antologia de textos pedagógicos...* vol. II, p. 221.

⁵⁶ António Feliciano de Castilho, *Felicidade pela instrução*, Lisboa, 1854, p. 43; P. de Oliveira, *Op. cit.*, p. 381

⁵⁷ Rui Barbot Costa, *Para o estudo do analfabetismo e da relutância à leitura em Portugal*, Porto, s.d. [1979], p. 53.

publicistas atrás referidos não alcançassem quaisquer efeitos práticos e permanecessem relativamente isoladas. O confronto entre os adeptos da secularização do Estado (e consequentemente do sistema de ensino) e os defensores da união entre o Estado e a Igreja, muitos deles legitimistas e clericais, remeteu para um crescente isolamento tais posições realistas. Na verdade, numa sociedade com as insuficiências em matéria de alfabetização, sistema de ensino e, em geral, no domínio dos quadros que Portugal apresentava, prescindir da colaboração do clero secular e regular que, durante tanto tempo tivera quase o monopólio do ensino público, terá decerto constituído um dos entraves à elevação cultural das classes populares.

A radicalização do combate anticlerical contra as Irmãs de Caridade e outras ordens religiosas entretanto regressadas a Portugal levava, em 1862, à apresentação de um projecto de lei pelo governo do histórico Duque de Loulé (Anselmo José Braamcamp era o ministro do Reino), visando proibir a existência de quaisquer congregações religiosas e o exercício do ensino público e particular pelo clero regular de ambos os sexos. Tal projecto obteve uma resposta negativa por parte da maioria da Comissão da Câmara dos Deputados que havia sido encarregada do assunto. A Comissão era presidida por Fontes Pereira de Melo, então na oposição⁵⁸. Diversos deputados legitimistas, defensores da união entre o Estado e a Igreja e do chamado ensino livre (leia-se, de um ensino confessional), pronunciaram-se em termos muito críticos a seu respeito, valorizando o papel social e cultural da Igreja e das ordens religiosas. Entre eles destacou-se A. Pereira da Cunha, dirigente do partido legitimista⁵⁹. No entanto, acabou por ser promulgado. Apesar da tentativa

⁵⁸ *Parecer da maioria da comissão especial da Câmara dos Deputados sobre a proposta do governo acerca das congregações religiosas e do ensino apresentado na sessão de 26 de Abril de 1862*, Lisboa, 1862. Foi publicado originalmente no *Diário de Lisboa*, nº 97, 1-V-1862. Pelo conhecimento profundo da tradição educativa portuguesa e de vários outros países europeus, pela sólida argumentação invocada em defesa da secularização dos professores ao serviço do Estado, da liberdade de ensino (com algumas restrições) e da possibilidade de as congregações religiosas desempenharem um papel no ensino livre, este parecer constitui uma fonte essencial para o estudo do debate acerca da laicização do ensino em Portugal no século passado. Além do dirigente regenerador, da comissão faziam parte Casal Ribeiro (relator), Vicente Ferrer Neto Paiva (que votou "em separado"), António de Serpa Pimentel, António Alves Martins, Rodrigo N. Soares Vieira e José Maria de Abreu (secretário). Veja-se a argumentação anticlerical e anti-ultramontana de Vicente Ferrer Neto Paiva no seu *Relatório e projecto de lei sobre as congregações religiosas*, Lisboa, 1862. Sobre a polémica acerca das Irmãs de Caridade veja-se Maria do Céu Cristovão, *A questão das Irmãs de Caridade*, Lisboa, 1972 (dactil.).

⁵⁹ A. Pereira da Cunha, *Discurso proferido na sessão do dia 30 de Maio de 1862 na Câmara electiva contra o projecto de lei tendente a privar de liberdade de ensino as pessoas pertencentes a quaisquer congregações religiosas*, Lisboa, 1862. Cf. também Carlos Zeferino Pinto Coelho, *Discurso proferido na sessão do dia 30 de Maio de 1862 na Câmara electiva contra o projecto de lei tendente a privar de liberdade de ensino as pessoas pertencentes a qualquer congregações religiosas*, Lisboa, 1862. O opúsculo *Question des soeurs de la charité en Portugal (1857-62) d'après la presse et les documents officiels*, Lisboa, 1863, em defesa das Irmãs de Caridade, traçava um quadro muito negativo das carências do ensino em Portugal para justificar o estabelecimento desta congregação entre nós (cf. pp. 41-50).

apaziguadora dos regeneradores, a campanha a favor da laicização do ensino, quer no que respeita às matérias, quer aos professores, seria relançada, em 1871, pela voz de Adolfo Coelho nas Conferências do Casino e, no decénio seguinte, já sob a influência das reformas promulgadas pela III República francesa da autoria de Jules Ferry, com outra eficácia, pelos positivistas portugueses⁶⁰. Em 1864, a presença de professores eclesiásticos no ensino primário particular, sobretudo clérigos regulares, era já extremamente reduzida (6,5%) – muito inferior à que se registava no ensino público (em 1875, neste último sector, o clero secular representaria cerca de 18,1% do total)⁶¹. O que, decerto, não terá deixado de condicionar o alargamento da instrução popular restringindo-o. E a quase totalidade dos liberais era unânime em não permitir o crescimento do chamado ensino livre, exigência dos ultramontanos, na sua oposição ao laicismo.

Mas, além do apelo à participação dos párocos na campanha em prol da instrução popular, muito frequente em jornais como *O Panorama* ou a *Revista Universal Lisbonense*, diversas outras propostas tinham, no essencial, o mesmo objectivo de a desenvolver e melhorar: as multas, no sentido de que se cumprisse, embora com restrições e sem eficácia, a obrigatoriedade de frequência das aulas, sistema adoptado pelo governo de Costa Cabral em 1844 e retomado, daí em diante, com algumas variantes, em todas as reformas da instrução primária (1870, 1878, 1894)⁶²; os cursos nocturnos, subsidiados

⁶⁰ Sobre a conferência de Adolfo Coelho, veja-se Rogério Fernandes, *As ideias pedagógicas de F. Adolfo Coelho*, Lisboa, 1973, pp. 64-97, e João Medina, *As Conferências do Casino e o socialismo em Portugal*, Lisboa, 1984, pp. 79-80. O texto da conferência foi publicado dois anos depois: F. Adolfo Coelho, *A questão do ensino*, Porto/Braga, 1872. Está ainda por estudar o movimento a favor da escola laica em Portugal e a resposta dos defensores do ensino religioso e da não separação do Estado e da Igreja. Em prol da laicização do ensino destacuem-se, além da obra pedagógica de Adolfo Coelho, Z. Consiglieri Pedroso, *Propaganda democrática*, XII, *A secularização do ensino*. Lisboa, 1889 e F. Teixeira Bastos, *Interesses nacionais. O ensino público, o trabalho e as colónias*, 1897. Em defesa da posição adversa, entre muitos outros textos, cf. P. M. de Aguiar, "O ensino religioso nas escolas primárias. Cartas a um professor", *Arquivo Pitoresco*, vol. VI, 1863, pp. 191-192 e 215-216 e Joaquim da Silva Serrano, "A escola", *Almanaque do legitimista para 1873*, Lisboa, 1872, pp. 52-53. Sobre o caso francês, veja-se Mona Ozouf, *L'école, l'église et la République 1871-1914*, Paris, 1963, Marcel Launay, *L'église et l'école en France XIX-XX siècles*, Paris, 1988, pp. 49-91 e René Remond, *L'anticléricalisme en France de 1815 à nos jours*, Paris, 1976, pp. 187-197.

⁶¹ António Nóvoa, *Op. cit.*, vol. I, pp. 406-407 e p. 391.

⁶² Cf. o dec. de 20-IX-1844, *Reformas do ensino em Portugal...*, t. I, vol. I, p. 119 (artº 32, parágrafo único); dec. de 16-VIII-1870, in D. António da Costa, *Instrução nacional*, p. 229 (artigos 35º e 36º); lei de 2-V-1878, *Diário do Governo*, nº 110, 16-V-1878, p. 1213 (art. 11º) e *Regulamento do ensino primário, Parte I* dec. de 18-VI-1896), Lisboa, 1896, pp. 69-70 (artº 1º). Note-se, contudo, que a obrigatoriedade de frequência das escolas não era extensível aos casos de "excessiva pobreza" e ainda às crianças que residissem a mais de 2 (legislação de 1870 e de 1878) ou 3 quilómetros de distância de alguma escola (regulamento de 1896). Excepções que, tendo em conta o baixo rendimento *per capita* da população portuguesa e a fraca densidade da rede escolar, contrariavam, à partida, o rigoroso cumpri-

pelo Estado desde 1858 e regulamentados posteriormente (1867, 1878 e 1880); a formação de professores convenientemente habilitados por meio da frequência de escolas normais (criadas desde 1862, em maior número a partir de 1881)⁶³; a implementação da inspecção das escolas entregue a funcionários competentes⁶⁴; as bibliotecas escolares, consideradas uma das condições para desenvolver o gosto da leitura, imprescindível complemento da instrução primária⁶⁵; a produção de uma literatura popular e a vulgarização da história de grandes feitos heróicos, em linguagem acessível e amena, com recurso à imagem⁶⁶.

Em todas estas propostas e medidas, tendentes a melhorar a instrução elementar, sobressai a intenção de alargar a frequência do ensino, torná-lo mais atraente e eficaz e as escolas mais convidativas. A generalização da instrução a nível nacional, a par da sua progressiva uniformização, era o grande propósito em causa. Para generalizar a aplicação rigorosa do princípio do ensino obrigatório, Castilho chega a propor que se fizesse coincidir o calendário dos trabalhos escolares com os períodos de maior folga dos trabalhos agrícolas e industriais em cada localidade⁶⁷. Alvitre que não encontraria qualquer eco entre os responsáveis pelo ensino em Portugal. Alguns anos depois, o ministro da Instrução reconhecia que o ensino obrigatório, instituído em 1844 por Costa Cabral, nunca passara "de letra morta"⁶⁸. E a situação não se alteraria significativamente pelo findar do século, apesar de um significativo movimento associativista no sentido de dinamizar a educação popular de adultos em que a iniciativa particular ultrapassou o papel do Estado⁶⁹.

mento do princípio da escolaridade universal. Dever-se-ão atribuir, em parte, a estas particularidades da legislação escolar portuguesa os limites das taxas de escolarização que acima referimos. Um ponto de vista crítico acerca da suposta eficácia das multas foi o de Oliveira Martins: cf. P. de Oliveira, "Portugal e Brasil", *Revista Ocidental*, vol. I, 15-III-1875, pp. 381-382.

- ⁶³ António Nóvoa, *Op. cit.*, vol. I, pp. 389 e 423 e ss. As leis de 28- XI-1867, 2-V-1878 e 11-VI-1880 regulamentaram o ensino nocturno que já diversos autores propunham, anos antes (Cf. António Feliciano de Castilho, "Escola Casal Ribeiro...", *Arquivo Pitoresco*, vol. VII, 1864, p. 54 e M. Pinheiro Chagas, "Bibliotecas populares", *Idem*, p. 124).
- ⁶⁴ Tal medida era já proposta pelo Conselho Superior de Instrução Pública no seu relatório anual de 1849-50 ("Relatório anual 1849-50", *Antologia de textos pedagógicos...*, vol. III, p. 93) e defendida, entre outros autores, por Carlos José Caldeira, ele próprio inspector da escola primária feminina do Beato, instituída pelo seu irmão José Maria Casal Ribeiro (cf. Carlos José Caldeira, "Relatório anual...", *Arquivo Pitoresco*, vol. VII, 1864, p. 39).
- ⁶⁵ M. Pinheiro Chagas, "Bibliotecas populares", pp. 126 e 131.
- ⁶⁶ J. C. N. e C. [João da Cunha Neves e Carvalho Portugal], "Educação. Da utilidade das imagens nas escolas", *O Panorama*, vol. VII, 28-I-1843, pp. 23-24.
- ⁶⁷ A. Feliciano de Castilho, "Escola Casal Ribeiro...", p. 54. Oliveira Martins retomaria esta ideia em 1875 (*Op. cit.*, pp. 281-282).
- ⁶⁸ D. António da Costa, "Reforma da instrução primária...", *Instrução nacional*, p. 279.
- ⁶⁹ Rogério Fernandes, "Marcos do processo histórico da alfabetização de adultos em Portugal", *Colóquio Educação e Sociedade*, nº 2, Fev. de 1993, pp. 115-128.

Todavia, se atendermos à imensa profusão de artigos, livros e revistas que, ao longo de Oitocentos, se ocupam com a problemática da educação e instrução populares, não deixa de ser surpreendente que, a essa verdadeira obsessão da elite intelectual e política tenham correspondido afinal, no plano das realizações concretas, magros resultados, bem patentes nas estatísticas disponíveis. Tanto mais que a ideia de que a instrução primária constituía um dos principais, senão o principal meio de reforma social – quer no plano moral e intelectual, quer no político e económico – era um pressuposto de consenso, geralmente aceite. De algum modo, assim o entendiam, em 1844, o antigo secretário de Estado dos Negócios do Reino de D. João VI, Araújo e Castro, em 1866, Andrade Corvo, então ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria ou, em 1870, D. António da Costa, que inaugurou os efémeros serviços no Ministério da Instrução Pública⁷⁰. Assim o entendia igualmente, em 1875, Oliveira Martins, crítico sagaz da Regeneração.

Paradoxalmente, talvez as carências e limitações da instrução pública oitocentista se prendam precisamente com o facto de tantas expectativas e propósitos se terem nela depositado. De tal modo se generalizou a crença de que a instrução popular era a mais sólida garantia da autonomia e prosperidade nacionais, o mais eficaz instrumento de doutrinação moral, de inculcação de *habitus* e valores patrióticos, um dos fundamentos, por meio da educação cívica, do regime constitucional e da ordem pública, de tal modo se terá privilegiado a função doutrinária e moral do ensino⁷¹, que se subalternizaram os propósitos de desenvolver aptidões técnicas, capacidades práticas voltadas para o exercício concreto de determinadas profissões. A par do baixo rendimento *per capita* da população portuguesa, do arcaísmo e isolamento em que viviam vastas regiões, este terá sido, porventura, um dos entraves ao alargamento da procura das escolas e, conseqüentemente, ao acesso à cultura letrada.

Em 1838, ainda durante o regime setembrista, Alexandre Herculano considerava que o ensino popular não existia em Portugal e que a instrução elementar então ministrada se encontrava totalmente desligada da sociedade civil e da realidade concreta da nação. Reconhecia a necessidade de se desenvolver uma instrução especial, profissionalizante, voltada para a forma-

⁷⁰ Filipe F. de Araújo e Castro, "Estudos morais e políticos dum velho ministro de Estado ou cartas familiares", *O Panorama*, vol. VIII, 1844, p. 114; Andrade Corvo, "A instrução pública (discurso pronunciado nas sessões de 9, 10 e 11 de Abril de 1866)", *Antologia de textos pedagógicos...*, vol. I, p. 205 e D. António da Costa, *História da instrução popular...*, p. 175.

⁷¹ Recentemente, Jaime Reis frisou a primazia atribuída à educação moral e religiosa, sem esquecer a inculcação do respeito pela ordem social e a doutrinação patriótica, sobretudo por meio da História Pátria, como principais componentes da pedagogia adoptada oficialmente pelo sistema liberal português no séc. XIX: cf. "O analfabetismo em Portugal no séc. XIX: uma interpretação", *Colóquio. Educação e sociedade*, n.º 2, Fev. de 1993, pp. 26-29. Veja-se também Sérgio Campos Matos, *Memória e nação: historiografia portuguesa de divulgação e nacionalismo (1846-1898)*, Lisboa, 1995 (dactil.).

ção dos ofícios e actividades produtivas. Mas, também na sua perspectiva, a educação e a instrução popular eram sobretudo entendidas como "cultivação do espírito" e não como o ensino dos ofícios fabris ou mecânicos⁷². Ou seja, mesmo uma das mais lúcidas consciências críticas da vida cultural portuguesa da época, não deixava de atribuir primazia a uma instrução elementar para todos, essencialmente voltada para a transmissão de valores espirituais e morais.

2. Uniformização pedagógica e coesão nacional

A tendência no sentido da uniformização da orientação pedagógica dos professores e dos livros escolares, evidente desde meados do século⁷³, vem acentuar a ideia-mestra de que a educação deve ter o carácter nacional. Ideia que já Almeida Garrett exprimira durante o seu exílio em Londres⁷⁴. Lembrem-se que até aí, os professores da instrução primária escolhiam livremente e sem quaisquer condicionalismos os livros que deveriam adoptar. Mas diversos autores vinham de há muito fazendo a apologia dessa educação nacional que devia proceder de um modo uniforme em relação a toda a população⁷⁵, abrangendo as múltiplas categorias de cidadãos. Afirmava-se a convicção de que "a uniformidade do ensino produz a das ideias e esta a unidade nacional, de que é congénita a opinião pública..."⁷⁶. Homens de tendências ideológicas tão diversas como Luís Filipe Leite, Custódio José Vieira, A. Monteiro de Campos, ou António Feliciano de Castilho, invocando diferentes argumentos, advogavam a uniformização dos métodos e compêndios, como meio de integração do indivíduo no todo social que é a nação⁷⁷.

Tal intenção não deixava de encontrar eco no Conselho Superior de Instrução Pública que, de resto, entre as incumbências que lhe eram atribuídas, regulamentadas por Costa Cabral em 1845, deveria "dar providências eficazes para, nas escolas públicas e privadas, se estabelecer a uniformidade

⁷² Alexandre Herculano, "Da Escola Politécnica e do Colégio dos Nobres", *Opúsculos II*, Lisboa, 1984 (1841), pp. 63-64, Id., "Instrução pública", *Composições várias*, pp. 43 e 48; Id., "Da educação e instrução das classes laboriosas", *Op. cit.*, p. 50 e ss.

⁷³ Veja-se Áurea Adão, *A criação e instalação dos primeiros liceus portugueses. Organização administrativa e pedagógica (1836/1860)*, Oeiras, 1982, p. 176.

⁷⁴ Almeida Garrett, *Da educação*, Londres, 1829, p. X.

⁷⁵ Filipe F. de Araújo e Castro, "Estudos morais e políticos", p. 114.

⁷⁶ Luís Filipe Leite, "Instrução pública. Ilustração do Exército", *O Panorama*, vol. IX, 20-XI-1852, p. 364.

⁷⁷ Id., *Idem*, vol. X, 3-IX-1853, p. 286; Custódio José Vieira, "Instrução Pública", *A Península*, nº 35, 23-IX-1852, p. 420; Monteiro de Campos, "Método", *Jornal da Associação dos Professores*, nº 23, 1-XII-1858, pp. 179 e Id., "Secção doutrinal. Instrução primária. Compêndios", *Jornal da Associação dos Professores*, 4ª série, nº 3, 1-VIII-1860, p. 17. Castilho ia mais longe do que estes autores: defendia o livro único, aprovado em concurso por um "tribunal competente, admitindo, além disso a sua prévia experimentação por professores competentes, eventualmente na Casa Pia (*Felicidade pela instrução*, pp. 41-42).

de doutrina, e método em todos os ramos de ensino", promover a publicação de livros escolares e aprová-los⁷⁸. O ministro do Reino aplicava no domínio da instrução pública a política centralizadora e pragmática que no domínio fiscal ou, no respeitante às chamadas leis da saúde, tão intensas resistências regionais suscitaria pouco depois. Esta política de instrução seria, no essencial, prosseguida durante a Regeneração.

No seu relatório anual de 1850-51, o Conselho Superior de Instrução Pública dava conta das reflexões em curso acerca "dos meios de estabelecer a uniformidade de doutrina e método nas escolas públicas e particulares"⁷⁹. E em 1852, o Conselho apresentava uma proposta para que a escolha dos compêndios passasse a ser da sua competência, como órgão centralizador da política de instrução pública⁸⁰. Por seu lado, o *Jornal da Associação dos Professores* publicava em 1856 umas "Bases para o plano de reforma da instrução primária" em que, entre outros pontos, se defendia o referido princípio da "unidade de métodos e de compêndios", admitindo, contudo, a sua multiplicidade⁸¹.

Generalizava-se, pois, a consciência da necessidade de adopção de uma política nacional de ensino, dotada de instrumentos pedagógicos comuns a todas as escolas. Todavia, só após diversas insistências do Conselho Superior de Instrução Pública (em 1854, 1858 e 1860), o governo de Fontes Pereira de Melo acabaria por aprovar, em 31 de Janeiro de 1861, um regulamento nesse sentido. Com o argumento de intentar evitar "abusos" na adopção de compêndios para os diversos graus de ensino que, "ou pela sua deficiência, pelos erros de doutrina, ou pelos vícios de uma linguagem menos acurada, possam ser prejudiciais à educação moral da mocidade, ao aperfeiçoamento do ensino e ao progresso das ciências"⁸², centralizava-se no Conselho Geral de Instrução, agora definitivamente sediado em Lisboa, a capacidade de classificar as obras didácticas – adoptadas, aprovadas e proibidas. As primeiras eram as únicas oficialmente autorizadas no ensino público. Os livros escolares adoptados, constantes de uma lista elaborada pelo Conselho, tinham uma validade de três anos e tornavam-se assim comuns a todos os liceus. No ensino particular mantinha-se, contudo, a liberdade de escolha, muito embora dentro de certos limites: as obras proibidas não podiam, em qualquer caso, ser aconselhadas aos alunos. Quanto ao critério a seguir na classificação destes livros escolares, os considerandos do regulamento eram bem explícitos: tratava-se muito claramente de erradicar das escolas aqueles que fossem

⁷⁸ "Regulamento do Conselho Superior de Instrução Pública" (10-XI-1845), *Reformas do ensino em Portugal...*, t. I, vol. I p. 148.

⁷⁹ *Conselho Superior de Instrução Pública*, "Relatório anual – 1850-1851", *Antologia de textos pedagógicos...*, vol. III, pp. 103-104.

⁸⁰ Áurea Adão, *Op. cit.*, p. 180.

⁸¹ "Bases para o plano de reforma da instrução primária", *Jornal da Associação dos Professores*, nº 3, 1-XII-1856, p. 1.

⁸² *Jornal da Associação dos Professores*, 3ª série, nº 19, 31-III-1860, pp. 150-151.

considerados "subversivos dos bons princípios da sociedade, da moral e da religião fundamental"⁸³. Com este diploma que, no essencial, se mantém em vigor até ao final dos anos 80, o Estado liberal assumia, inequivocamente, uma função moralizadora, no âmbito de uma política de centralização educativa. As disposições nele contidas são tanto mais significativas, quanto é sabido que, por essa época, a ausência de programas para a instrução secundária liceal e para o nível primário, acentuava o papel normativo dos compêndios⁸⁴.

Mas, como seria de esperar, a qualidade dos livros escolares não terá sofrido grandes alterações, e as críticas que dos mais diversos sectores lhes eram dirigidas suceder-se-iam com maior frequência a partir dos anos 70⁸⁵. Em 1887, invocando a experiência francesa, Manuel Ferreira Deusdado, professor auxiliar do Curso Superior de Letras e membro do Conselho Superior de Instrução Pública, alertava que a unidade no ensino não poderia alcançar-se, de modo algum, por via dos planos de estudo e da uniformidade dos livros escolares, mas tão-só, e dentro de certos limites, pela formação dos professores em escolas normais. Em qualquer caso, acentuava, tal "unidade fundamental" não poderia nunca anular a irreduzível diversidade de cada professor⁸⁶. Todavia, a crença de que seria possível construir a unidade de métodos e conteúdos de ensino por meio dos programas e livros escolares acentuar-se-á próximo do final do século, com a tão debatida reforma de Jaime Moniz (1894-96). Já nos anos 80, este professor de História Universal e Filosofia no Curso Superior de Letras e vice-presidente do Conselho Superior de Instrução, defendia a adopção de um regime de classe no curso liceal, isto é, de uma estrutura integrada em que todas as disciplinas e os respectivos programas constituíssem um todo coerente⁸⁷. Note-se que o plano de estudos de José Luciano de Castro (1880) é o primeiro que prevê o regime de classe. Mas haveria que esperar pela reforma dos liceus de 1895 (Jaime Moniz) para que tal regime fosse levado à prática. Até aí manteve-se uma orgânica de disciplinas isoladas, cujas matérias chegaram a ser estudadas, de um modo

⁸³ *Ibid.*; veja-se também Áurea Adão, *Op. cit.*, p. 182.

⁸⁴ Áurea Adão, *Op. cit.*, p. 175. Quer de acordo com a reforma da instrução pública do Bispo de Viseu (dec. de 31-XII-1868), quer dos decretos de 14-X-1880 (Anselmo José Braamcamp) e de 30-VI-1888 (José Luciano de Castro), competia aos conselhos escolares a elaboração da lista dos compêndios por eles aprovados e remetê-la ao governo.

⁸⁵ Criticavam-se não apenas as suas características internas, mas também a alegada especulação e os compadrios que os promoviam perante os conselhos escolares e o Conselho Superior de Instrução. Veja-se, por exemplo, Adolfo Coelho, *A questão do ensino*, pp. 30-32 e 38; Cândido de Figueiredo, "A escola", *O Ocidente*, vol. I, n.º 7, 1-IV-1878, p. 55 e J. P. Oliveira Martins, *Dispensos*, vol. II, Lisboa, 1924, pp. 14-30 (artigos publicados n.º *O Repórter* em 1888).

⁸⁶ Manuel Ferreira Deusdado, "A necessidade da preparação pedagógica no professorado português", *Antologia de textos pedagógicos...*, vol. II, p. 338 (texto de 1887).

⁸⁷ Jaime Moniz, "Relatório do Conselho Superior de Instrução Pública", 1886, *Antologia de textos pedagógicos...*, vol. III, pp. 320-323.

concentrado, apenas num ano do curso (caso da reforma de Anselmo Braamcamp, em vigor de 1863 a 1872).

Independentemente das diferentes estratégias para atingir o grande objectivo, aliás de impossível concretização, de uma idêntica orientação pedagógica para todos os professores em todas as escolas estatais, fosse por meio do ensino normal, do desenvolvimento de um mais rigoroso sistema de inspecção, da reestruturação interna dos cursos ou da adopção do regime de livro único, o que na verdade estava em causa era um dos debates políticos que percorre toda a contemporaneidade: a alternativa da centralização ou descentralização do sistema. O que não há dúvida, é que, no último decénio do século XIX, também no terreno da instrução pública, se acentua a primeira tendência. E não será mera coincidência o facto de as reformas da instrução primária (1894) e dos liceus (1895), ambas da autoria de Jaime Moniz, de inspiração germânica, terem sido adoptadas em ditadura pelo governo de Hintze Ribeiro e João Franco⁸⁸.

Não alheia de todo a esta problemática é a ideia da criação de um Ministério da Instrução, separado do Ministério do Reino. Desde meados do século, multiplicavam-se as vozes que advogavam tal necessidade: Rebelo da Silva em 1848, António Feliciano de Castilho em 1854, Latino Coelho em 1862, D. António da Costa em 1868⁸⁹. Mas, como é sabido, as concretizações deste anseio em 1870, e posteriormente em 1890-92, seriam muito fugazes e insuficientes.

Torna-se evidente que, independentemente das diferentes estratégias e meios administrativos adoptados, a assunção de uma política escolar unificada constituiu uma constante desde a instalação do regime constitucional em 1834. Lembre-se que a reforma pombalina dos estudos menores (1772) não significou um esforço de uniformização pedagógica. E se nos finais da época pombalina a Real Mesa Censória se preocupara com a questão, a verdade é que até aos finais do Antigo Regime político continuou a dominar a diversidade de planos de estudo, normas e métodos nas escolas primárias e nos

⁸⁸ Decretos de 22-XII-1894 e de 18-VI-1896. Na verdade, na própria administração dos estabelecimentos de ensino primário verificava-se aquela alternativa. Ao sistema descentralizador adoptado em 1832 (decreto de 29-III, referendado por Palmela) e em 1835 (Rodrigo da Fonseca), que previa a administração das escolas pelos municípios, sucede o sistema centralizador adoptado pelos setembristas (1836), para só em 1878-81, Rodrigues Sampaio regressar à ideia descentralizadora. Também na localização, competências, e no próprio modo de composição do organismo que orientava a política educativa se verificava tal divergência. Cf., a propósito, Silva Pereira, "Instituições sociais portuguesas", *O Ocidente*, vol. XIII, 11-IV-1890, pp. 86-87 e 21-IV-1890, p. 95.

⁸⁹ L. A. Rebelo da Silva, "Instrução Pública", *Antologia de textos pedagógicos...*, vol. III, p. 81 (texto de 1848); A. Feliciano de Castilho, *Felicidade pela instrução*, pp. 66-69 e D. António da Costa, "Necessidade de um Ministério da Instrução Pública", in *Antologia...*, vol. III, p. 174 (texto de 1868).

colégios⁹⁰. Com a estruturação do Estado Liberal assiste-se a um muito claro investimento, por parte do poder político, na competência de "normalizar" a formação da juventude. Para além das profundas divergências e dissensões políticas e doutrinárias que separaram os responsáveis pela instrução pública, levando-os, por vezes, a seguir políticas de circunstância de transformação meramente formal das estruturas existentes, para além dessas dissensões, dizíamos, a crença nas possibilidades e virtudes da instrução para criar um homem e, acima de tudo, um cidadão ideal, configura, sem dúvida, uma atitude de convergência, herdada do séc. XVIII.

Quer do ponto de vista dos apologistas de uma educação religiosa nas escolas oficiais, quer do ponto de vista dos partidários de uma radical laicização do sistema de ensino, a escola era acima de tudo entendida como um meio ao serviço da construção da unidade nacional, um instrumento de coesão e integração social. Só que, enquanto os primeiros não prescindiam do poderoso concurso de uma componente religiosa, tanto no que respeita aos conteúdos de ensino como ao corpo docente – em consonância, aliás, com o espírito da Carta Constitucional –, os segundos, adeptos da separação do Estado e da Igreja, faziam da secularização uma condição imprescindível para a estruturação de um espírito nacional laico. Se até ao decénio de 1870, a primeira atitude é claramente dominante, a partir dessa época, e sobretudo do decénio seguinte, com a crescente difusão das ideias positivistas e do espírito cientista, a propaganda a favor de um ensino laico, de larga projecção e eficácia, ganha cada vez maior número de adeptos, nomeadamente, entre os professores. No entanto, o confronto entre ultramontanismo e anticlericalismo não favoreceu um esforço continuado e convergente no domínio da instrução pública. É de admitir que ao procurar prescindir-se do concurso da Igreja e das ordens religiosas na instrução se tenha entravado o alargamento da alfabetização e, conseqüentemente, da esfera de influência da cultura letrada.

Em 1882, Teixeira Bastos podia já admitir, com algum optimismo, que a educação e a instrução em Portugal se haviam secularizado. E se nas escolas primárias, "por uma derradeira transigência", ainda se ensinava a Doutrina Cristã e a História Sagrada, nos liceus, dominaria já a vulgarização dos "conhecimentos positivos", esse "antídoto salutar contra o mefitismo religioso". Também nas escolas superiores e especiais predominaria a instrução científica⁹¹. Mais prudente era a visão de Teófilo Braga, ao reconhecer em 1892, que a secularização ainda não havia sido "unanimemente adoptada", divergindo assim da apreciação do seu discípulo dilecto⁹². As estatísticas

⁹⁰ Áurea Adão, *Estado absoluto e ensino das primeiras letras: as escolas régias (1772-1794)*, t. I, Lisboa, 1995, pp. 92-93.

⁹¹ Teixeira Bastos, "A sociedade portuguesa e a filosofia positiva", *O Positivismo*, vol. IV, 1882, pp. 313 e 317.

⁹² Teófilo Braga, "Preliminar", *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*, vol. I, Lisboa, 1892, p. IX.

que referimos, relativas aos professores do ensino primário, confirmam, todavia, nesse particular, a maioritária componente laica no sistema de instrução pública. E as conclusões do Congresso Católico, realizado aquando das comemorações do centenário de Santo António (1895), ao recomendarem o empenho dos párocos quer na instrução, quer na sua fiscalização, e o incremento do ensino da Religião nos colégios, confirmavam a necessidade de as organizações católicas, por meio de uma estratégia ponderada, procurarem inverter tal *statu quo* no terreno escolar⁹³.

Na perspectiva daqueles intelectuais republicanos, influenciados pela experiência da III República francesa, o essencial seria alargar quanto possível os consensos, incrementar a unanimidade nacional, assente na crença positivista, republicana e laica. A crise, a todos os níveis, em que consideravam mergulhada a sociedade portuguesa, só poderia ser superada por essa via, evolucionista e consensual, independente da vontade dos indivíduos, os quais podiam, contudo, acelerar a transição social através de uma enérgica acção, assente numa sólida "disciplina mental e moral": "O acordo unânime das opiniões depende da uniformidade de crença, isto é da generalização universal de uma doutrina filosófica ou concepção do mundo"⁹⁴. Parecia conciliar-se, assim, a estratégia evolucionista do republicanismo português com um certo voluntarismo cultural, sobretudo focalizados (pelo menos, até 1890) nos problemas da instrução pública. Mas a insistência na problemática educativa como principal meio de regeneração nacional não constituía novidade da parte dos republicanos. Fora uma das grandes preocupações dos monárquicos liberais e, antes deles, dos iluministas portugueses de Setecentos: Luís António Verney, Ribeiro Sanches⁹⁵ e tantos outros. No entanto, o republicanismo faria da escola e da memória histórica nela transmitida um dos lugares, por excelência, de construção da nova unidade do Estado-Nação, prolongando o esforço anterior nesse sentido. Um lugar dessacralizado, laico, dotado de novas referências de integração social.

⁹³ E. P., "O Congresso Católico", *O Ocidente*, vol. XVIII, 5-VII-1895, pp. 146-147.

⁹⁴ Teixeira Bastos, "A sociedade portuguesa...", pp. 318-319.

⁹⁵ Cf. Luís A. Verney, *O verdadeiro método de estudar* (ed. crítica org. por A. Salgado Júnior), 5 vols., Lisboa, 1949-52 e António Ribeiro Sanches, *Cartas sobre a educação da mocidade*, Coimbra, 1959.

O TRADICIONALISMO MIGUELISTA PERANTE O ULTIMATUM INGLÊS DE 1890¹

José Brissos

Nota introdutória

Este estudo visa determinar o alcance e especificidade da proposta legitimista de reconversão do Império, no contexto da crise enunciada pelo ultimatum inglês de 11 de Janeiro de 1890.

Período de um intenso inquérito aos fundamentos usuais da vida portuguesa, esta conjuntura faculta-nos um rico campo de observação. No seio dos debates da opinião pública acerca da questão colonial, o partido tradicionalista, intransigente defensor da nossa "inata" vocação ultramarina, evidenciava posições críticas consentâneas com o discurso geral da oposição.

Assim, mediante o confronto do enunciado produzido no periódico oficial do Partido Legitimista Português, *A Nação*² com as posições coevas mais significativas, procuraremos apreender o grau de originalidade da aposta miguelista no Império.

Começaremos por focalizar o momento do ultimatum, dado o significado especial desse tempo de sobressalto. Em seguida o agitado processo das negociações luso-britânicas, desde o malogrado convénio de 20 de Agosto até ao tratado de 11 de Junho de 1891, será objecto da nossa atenção, pois nele se inscreve o traçado definitivo da geografia colonial portuguesa em África, com o fim doloroso das miragens transcontinentais. Por último

¹ A base inicial deste trabalho constituiu um relatório apresentado, em 1985, no curso de mestrado em *História dos Séculos XIX e XX* (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U.N.L.), no âmbito da disciplina de História da Política Colonial Portuguesa no Século XIX, ministrada pelo Prof. Doutor Valentim Alexandre. Posteriormente, em 1990, o autor serviu-se das suas conclusões para uma comunicação proferida no Colóquio *Portugal e o Ultimatum. Um Século Depois*, promovido pelo Centro de História da Universidade de Lisboa.

² Ao longo do texto e nas notas utilizaremos, sistematicamente, a sigla A.N.

delimitaremos os pontos fundamentais da solução legitimista para a crise do Império.

I. O ultimatum: realidades e posições

"O nosso maior inimigo não é o inglês, somos nós mesmos. Só um falso patriotismo, falso e criminosamente vaidoso, pode afirmar o contrário."

ANTERO DE QUENTAL, "Expição" [26.1.1890],
Prosas sócio-políticas, p. 447.

A crise do conceito tradicional de Império aberta pela partilha de África, enuncia-se na sua máxima expressão através do ultimatum britânico de 11 de Janeiro de 1890.

Este evento diplomático não representava mais do que um corolário na disputa colonial anglo-portuguesa. As exigências formuladas, a não ser o curtíssimo prazo da resposta e a ameaça de ruptura entre os dois países, não eram novas³. Aliás, este procedimento de intimidação visava limitar-se ao âmbito de uma reclamação e exigência verbais. Só a pedido do ministro português, Henrique de Barros Gomes, foi passado a escrito⁴. Estava a partir daí aberto o processo que conduziria à sua discussão pública.

Neste sentido importa distinguir o destino do ultimatum de 11-1-1890 enquanto enunciado da luta política, partidária, ou de simples comoção nacionalista e o real significado diplomático da nota inglesa.

O significado decisivo do documento em apreço não é tanto o seu alcance político imediato, pois expressava exigências conhecidas e esperadas, mas o impacto numa opinião pública escassamente preparada, desligada das negociações com a Inglaterra⁵ e nas camadas dirigentes, algo distantes das reais condições em que se materializava o movimento de ocupação europeia do continente africano⁶.

³ Para a sucessão das diversas intimações britânicas imediatamente anteriores ao ultimatum de 11-1-1890, veja-se José de Almada, *Tratado de 1891*, Lisboa, 1947, pp. 296-309.

A diplomacia imperial portuguesa defrontou condições cada vez mais difíceis depois da *Conferência de Berlim (15-11-1884 - 16-2-1885)*. Cf. Luís Vieira de Castro, *D. Carlos I*, 3.ª ed., Lisboa, 1943, pp. 41-79, e Marcello Caetano, *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, 4.ª ed., Lisboa, 1971, pp. 97-140.

⁴ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 310.

⁵ Cf. M. Pinheiro Chagas, *As negociações com a Inglaterra (1887-1890)*, Lisboa, 1890, pp. 27 e 35.

⁶ O significado geral do ultimatum e a sua projecção efectiva na sociedade portuguesa tem sido estabelecido, quase exclusivamente, a partir dos enunciados da retórica contra a Inglaterra e contra a monarquia. A manutenção desta perspectiva impede o encontro das reais condições políticas, diplomáticas e sociais subjacentes à crise anglo-portuguesa. Jorge Borges de Macedo chamou à atenção para o itinerário artificial deste problema de política externa, manobrado através de táticas partidárias verosímeis ou mesmo de intenção subversiva (republicanos), completamente alheias aos dilemas concretos que se impunham à vida

Os destinos insondáveis do Império encontraram uma inquietação generalizada na sociedade portuguesa, com uma amplitude inédita no Portugal contemporâneo.

Como não podia deixar de ser, o intenso questionário vivido, acabou por voltar-se para as realidades nacionais, metropolitanas, inquirindo-se onde estava o centro da crise que, inesperadamente, para a opinião pública, se manifestava.

Neste debate um ponto estava fora de discussão, as ingénitas capacidades nacionais, aptas a forcejar um país novo (ou renovado), projectado numa escala imperial.

A crítica das condições em que se marasmava a vida portuguesa trouxe, necessariamente, a discussão para os libelos da luta política. A análise da situação e a urgência de redefinir um projecto nacional de ressurgimento, era submetida ao foro das diversas sensibilidades partidárias. A única diferença era que, entre os partidos políticos dois situavam-se, por razões diferentes, fora do sistema rotativo constitucional: o partido legitimista, defensor do ramo miguelista da Casa de Bragança e o partido republicano, cuja solução se inscrevia igualmente numa mudança de regime.

Neste sentido importa desde já salientar que a apreciação legitimista do ultimatum e sequente caminhada das relações luso-britânicas, expressava uma oposição exterior ao sistema, envolvida num programa de luta anti-constitucional de mais de quatro décadas⁷. A *Nação* defendia a urgência de uma monarquia corporativa, encimada por um Rei tutelar e ordenada pela vinculação espiritual e moral do catolicismo. Para viabilizar, politicamente, este ideário sustentava-se uma alternativa dinástica.

A gravidade da situação declarada pelo ultimatum inglês impunha-se, mais do que pelas exigências formuladas, pelos perigos que pairavam sobre o disputado Império colonial português.

Com efeito a nota intimidatória de 11-1-1890 era acompanhada de uma agressiva movimentação da marinha de guerra britânica: chegada a Cabo Verde de um couraçado inglês e partida, com destino a Quelimane e Lourenço Marques, da esquadra inglesa estacionada em Gibraltar⁸.

A força do ultimatum residia na manipulação simultânea de dois fortes

nacional. Cf. por exemplo "Para um estudo estrutural dos movimentos revolucionários portugueses. Ensaio de formalização concreta", *Estudos Portugueses. Homenagem a António José Saraiva*, Lisboa, 1990, pp. 193-213.

⁷ Para uma visão de conjunto do tradicionalismo miguelista na segunda metade do século XIX veja-se Luís Reis Torgal, "Tradicionalismo absolutista e contra-revolução", *Do Antigo Regime ao Liberalismo. 1750-1850*, org. de Fernando Marques da Costa, Francisco Contento Domingues e Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, [s.d.], pp. 93-103, e José Brissos, "Contraliberalismo e prática política no século XIX", *História de Portugal. Desde os tempos pré-históricos aos nossos dias*. Dirigido por João Medina, vol. VIII, Alfragide, [1993], pp. 169-188.

⁸ Cf. Eduardo Brasão, *Portugal no continente africano. A questão colonial portuguesa na segunda metade do século XIX*, Lisboa, 1935, p. 83.

meios de pressão: a ameaça do corte das relações diplomáticas e a hipótese de ocupação de algumas parcelas do império português.

Este duplo cenário não era inédito neste conflito, pois foi encarado pela Grã-Bretanha em finais de Dezembro de 1889, em face do agravamento das relações com Portugal⁹.

A hipótese de tomar, em caso de ruptura, algumas possessões portuguesas como garantia de força estava claramente prevista pelo governo britânico. Apenas o que não estava decidido era qual ou quais os territórios a ocupar¹⁰.

Na reunião do Conselho de Estado que preparou a resposta de cedência à Inglaterra, as duas vozes discordantes, António de Serpa Pimentel e Barjoana de Freitas¹¹ ingressariam na alternativa regeneradora ao ministério progressista sucumbido ante o peso do ultimatum.

Na resposta portuguesa ao ultimatum¹² entregue por Barros Gomes a Mr. Petre, a satisfação das exigências da Inglaterra era acompanhada pela pertinente invocação do art. 12.º do Acto Geral de Berlim, respeitante a uma definitiva solução do conflito através da mediação ou arbitragem.

Esta referência a uma resolução internacional do conflito luso-britânico havia sido feita, pela primeira vez, na resposta (8.1.1890) à intimação inglesa de 2 de Janeiro de 1890¹³.

Trata-se de um procedimento que congregava apoio unânime nas diversas sensibilidades da opinião pública. As divergências, neste aspecto, situavam-se, como veremos, no momento em que o apelo era considerado oportuno.

Todavia esta complexa hipótese de envolver os signatários de Berlim¹⁴ ficava distante da opinião pública. O peso da cedência impunha-se como fenómeno brutal, mesmo que não se fizesse a mínima ideia dos territórios em jogo.

É precisamente na definição de uma atitude perante a Inglaterra que se delimitaram as críticas e os apoios à postura do governo de José Luciano de Castro.

Mau grado os aproveitamentos partidários, a reacção contra o ultimatum e, conseqüentemente, contra a Inglaterra, manifestou-se numa textura social alargada, índice seguro da sua ligação a um sentimento nacional, robustecido na consciência do Império e dos custos da dependência inglesa.

Lisboa, capital deste império à procura de definição era o cenário simbólico do protesto nacional.

⁹ Cf. Eric Axelson, *Portugal and the scramble for Africa. 1875-1891*, Johannesburg, 1967, pp. 221, 224 e 229.

¹⁰ Cf. R. J. Hammond, *Portugal and Africa. 1815-1910. A Study in Uneconomic Imperialism*, Standford, California, 1966, pp. 111-112.

¹¹ Cf. José de Almada, *op. cit.*, pp. 310-311, nota 1.

¹² O texto da resposta portuguesa ao ultimatum britânico de 11-1-1890, assinada por Henrique de Barros Gomes, pode ser vista, por ex., em José de Almada, *op. cit.*, pp. 313-314.

¹³ Cf. José de Almada, *op. cit.*, pp. 305-306.

¹⁴ Cf. Nuno Severiano Teixeira, *O ultimatum Inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, 1990, pp. 72-74.

A *Nação*, órgão oficial do partido legitimista, fazia salientar a questão africana, dado o seu inesperado alcance, no quadro da argumentação anti-liberal. O ambiente geral de inquietação proporcionava efeitos fáceis de propaganda.

Procurando extrair inevitáveis consequências políticas, o periódico miguelista apresenta um registo, por assim dizer, sistemático, das manifestações contra o ultimatum¹⁵.

Na opinião dos tradicionalistas o governo progressista, ao ceder perante a intimação inglesa, actuou "sem vislumbre de respeito pela honra da Pátria, deliberou indignamente engulir mais uma affronta, sujeitar-nos a mais uma humilhação!"¹⁶.

Apesar da violência desta condenação, se exceptuarmos o esforço retórico de um correspondente de Setúbal¹⁷ defensor de uma confrontação directa, propunha-se uma atitude de resistência baseada na guerra económica aos produtos ingleses¹⁸.

Este procedimento de hostilização calculada, isenta de violências, encontrava como modelo de actuação o exemplo da classe comercial¹⁹.

A eficácia do bloqueio às exportações inglesas é medida por uma escala que sai fora dos estreitos limites do conflito luso-britânico:

"Como todos sabem, a Inglaterra é essencialmente manufactura, e a sua imensa riqueza provem-lhe da sua descomunal exportação. Pois bem, inutilisemos-lhe uma parte dessa exportação e, a Europa inteira se maravilhará da correcção severa que uma nação pequena inflingiu no arrogante colosso."²⁰

Na realidade a incidência prática, na Inglaterra, do comportamento proposto era ilusória. Contudo apreciado do ponto de vista nacional evidencia um enunciado proteccionista, coincidente com os manifestos antibritânicos de diversas associações de interesses económicos: Associação Comercial de Coimbra²¹, Associação Comercial de Setúbal²², Associação Comercial dos Logistas²³ e Associação Industrial Portuguesa²⁴.

¹⁵ Para uma visão de conjunto das reacções ao Ultimatum, veja-se Nuno Severiano Teixeira, *op. cit.*, pp. 106-134.

¹⁶ "O nosso protesto", *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.282, 14-1-1890, p. 1.

¹⁷ "Correspondencia", *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.300, 25-2-1890, p. 1, colns. 4-5.

¹⁸ Cf. *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.286, 25-1-1890, p. 1, colns. 4-5.

¹⁹ Cf. *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.284, 18-1-1890, p. 2, coln. 1; *ibidem*, n.º 11.286, 25-1-1890, p. 1, colns. 4-5; "O conflito", *ibidem*, n.º 11.291, 4-2-1890, p. 1, colns. 4-5; *idem*, *ibidem*, n.º 11.295, 13-2-1890, p. 2, colns. 1-2; *ibidem*, n.º 11.300, 25-2-1890, p. 2, coln. 5; *ibidem*, n.º 11.309, 15-3-1890, p. 1, colns. 1-2.

²⁰ "O conflito", *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.295, 13-2-1890, p. 2, coln. 2.

²¹ Manifesto transcrito in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 9.ª série, n.ºs 1 a 5, Lisboa, 1890, pp. 39-46.

²² *Idem*, *ibidem*, pp. 57-63.

²³ *Idem*, *ibidem*, pp. 220-232.

²⁴ *Idem*, *ibidem*, pp. 83-91 e 110-117.

Para estas agremiações urgia ensaiar um esforço persistente de desenvolvimento económico autónomo de forma a diluir os entraves e distorções impostos pela dependência face à Inglaterra.

A.N. transcreve integralmente o *Memorial dirigido pela Associação Industrial Portuguesa ao Presidente do Conselho de Ministros*²⁵. Este documento, de importância capital para aferir as expectativas suscitadas pela crise anglo-portuguesa nos meios industriais, sugere um caminho que corresponde aos anseios de, pelo menos, algumas faixas da burguesia comercial e industrial: uma emancipação económica centrada em novos mercados e, sobretudo, o cumprimento do destino colonial, apenas considerado viável através de um sistema pautal protector.

A defesa da autonomia possível face à hegemonia inglesa encontrava eco, igualmente, noutros sectores de opinião. É o caso de António Enes²⁶ e Joaquim Pedro de Oliveira Martins²⁷, arautos do jornalismo progressista, empenhado em justificar a cedência da diplomacia de Barros Gomes, como o único meio de evitar perdas maiores no património do Império²⁸.

Outro problema que ganhava acuidade era o da defesa nacional, na sua extensão ultramarina. Carecia-se de uma rápida definição, de forma a canalizar esforços militares para as áreas mais disputadas.

Contudo uma organização militar viciada pela rotina e pelas deficiências administrativas, não era susceptível de responder, com eficácia, às instantes preocupações do momento.

A urgente remodelação dos esquemas defensivos aplicáveis ao espaço africano, era uma exigência que se impunha acima das clivagens partidárias²⁹. Aliás, numa opinião ligada aos meios castrenses³⁰ propunha-se uma neutralização política das questões militares, mediante a restauração do posto de Comandante em Chefe, a ocupar por um membro da família real.

Momento de inquietação e diagnóstico o ultimatum inglês abalou a vida portuguesa, transformando-se, a breve trecho, no seio dos agitados debates que então se verificaram, numa espécie de correctivo para o país oficial, evidenciando o desgaste das fórmulas institucionais em vigor³¹.

²⁵ "O conflito", A.N., XLIV ano, n.º 11.295, 13-2-1890, p. 2, cols. 1-2.

²⁶ Cf. "As manifestações" [16.1.1890], in F. A. Oliveira Martins, O "ultimatum" visto por António Enes, Lisboa, 1946, pp. 214-215.

²⁷ Cf. J. P. de Oliveira Martins, *Carteira de um jornalista. I. Portugal em África. A questão colonial. O conflito anglo-portuguez*, Porto, 1891, pp. 60-64.

²⁸ Cf. J. P. de Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 49, 52, 54 e 72; António Enes, "O conflito" [13.1.1890], in F. A. Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 200-205.

²⁹ Cf. A.N., XLIV ano, n.º 11.292, 6-2-1890, p. 1, cols. 1-2; J. P. de Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 63 e 66; António Enes, "O problema nacional" [23.1.1890], in F. A. Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 223-224.

³⁰ Cf. Major Libanio Northway do Vale, *O conflicto luso britânico e a reorganização do Exército*, Funchal, 1890, p. 4.

³¹ Cf. Jorge Borges de Macedo, *op. cit.*, p. 207.

Assim, não admira que as oposições viessem à liça exigir responsabilidades e extrair conseqüências.

Para o Partido Legitimista, as raízes da debilidade da posição portuguesa face às imposições da Inglaterra, encontravam-se no sistema político vigente, incapaz de coordenar, com eficácia, as inegáveis possibilidades nacionais.

O intenso movimento de protesto, na sua múltipla incidência social, prova que "Meio século de preversão e ruins exemplos, em que a corrupção, systematicamente empregada como meio de alhear o paiz dos seus mais vaites interesses, não poude felizmente apagar-lhe o nobre sentimento patriótico, tantas vezes e tão gloriosamente affirmado pelas heroicas gerações que nos precederam."³²

Os articulistas de *A.N.* deslocavam o debate para a questão dinástica e, por conseqüência, do regime, responsabilizando a "dynastia bastarda" pela "enormissima vergonha nacional"³³ em questão.

No seu ponto de vista impõe-se "Que o paiz comprehenda, pois, que tanto se deve revoltar contra os piratas ingleses, como contra quem nos tem vendido a elles."³⁴

Sustenta-se a ideia de que o constitucionalismo liberal, inquinado desde a sua implantação pela tutela britânica³⁵, impedia o cumprimento das virtualidades nacionais, nomeadamente de "desenvolver o nosso domínio ultramarino e de conservar-mos no logar em que a antiga monarchia nos collocou entre as demais nações cultas".³⁶

Neste discurso de propaganda, o momento presente vinha apenas confirmar advertências há muito formuladas. O dilema em que o país se debatia estava, por assim dizer, previsto. Era a conseqüência inevitável do funcionamento do sistema liberal.

Num sentido próximo ao do ideário legitimista, os republicanos desocultavam na afronta inglesa os vícios inerentes ao regime político vigente, negando-lhe um projecto nacional galvanizador das capacidades portuguesas. No seu entender, apesar da abolia institucionalizada pela Casa de Bragança, o país tinha conseguido manter a sua histórica vocação colonial de "órgão transmissor de civilização junto das raças atrasadas, ou menos bem dotadas que a nossa."³⁷ A Monarquia era, irremediavelmente, acusada de menospre-

³² *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.283, 16-1-1890, p. 1, coln. 1.

³³ *Ibidem*, n.º 11.285, 21-1-1890, p. 1, coln. 1.

³⁴ *Idem*, *ibidem*, coln. 2.

³⁵ Cf. *Idem*, *ibidem*, coln. 1.

³⁶ *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.297, 18-2-1890, p. 1, coln. 1.

³⁷ Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro. Esboço d'história política*, Porto, 1905, p. 225. Este testemunho memorial, elaborado com base numa evocação posterior da época em apreço, contém, apesar disso, elementos significativos para a definição da "doutrina" republicana sobre o ultimatum.

zar os interesses nacionais. Um tal discurso, mau grado a sua elementaridade, tinha um efeito imediato de propaganda, fabricando culpados verosímeis.

A Dinastia era vinculada, embora num âmbito diverso, por legitimistas e republicanos, aos interesses tutelares da Inglaterra³⁸.

Num horizonte unitário, exterior a estas propostas de subversão institucional, o país que tinha opinião aglutinava-se contra as ameaças da Inglaterra, numa fortalecida apologia do Império, cimentando-se, em definitivo, o pendor colonial na afirmação da Grei³⁹.

Desde a respeitável Sociedade de Geografia⁴⁰, palco de convergência, em torno do seu prestígio, de um alargado movimento de protesto anti-britânico⁴¹ até ao múltiplice teatro das facções partidárias, a sociedade portuguesa envolvia-se num destino africano, desde logo encarado como razão de ser, condição e essência da nacionalidade.

Contudo este novo relançamento do Império teria de resignar à miragem do "mapa cor de rosa" e cingir-se às exigências dos outros imperialismos. As agitadas negociações com a Inglaterra enraizarão os postulados ideológicos atrás referidos, marcando-lhe igualmente os limites de actuação.

II. A cedência adiada

"Quando a Índia se perdeu, ficou o Brasil, quando se perdeu o Brasil, ficou a África. Perdida esta, que resta agora? Nada."

J. P. de OLIVEIRA MARTINS, *Carteira de um jornalista. I. Portugal em África. A questão colonial. O conflito anglo-português*, Porto, 1891, p. 192.

As imposições britânicas, pela óbvia impossibilidade real de as ignorar, conferiam outras bases às negociações com a Inglaterra. A fase da invocação dos direitos históricos para sustentar pretensões de soberania, mau grado o seu brilhantismo erudito, tinha desembocado no ultimatum. As novas condições impostas pela concorrência dos interesses coloniais britânicos careciam de alternativa e indiciavam um caminho de transigência que, em face de desequilíbrio das duas potências envolvidas, só podia situar-se do lado português.

Para o recenseamento da atitude republicana e respectivas vias de mobilização no contexto do Ultimatum veja-se Jorge Borges de Macedo, *op. cit.*, especialmente pp. 199-202 e 207-213, e Nuno Severiano Teixeira, *op. cit.*, pp. 106-134.

³⁸ Cf. Basílio Teles, *op. cit.*, p. 245.

³⁹ Cf. Valentim Alexandre, *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*, Lisboa, 1979, p. 64; *idem*, "Portugal em África (1825-1974): Uma Perspectiva Global", *Penélope. Fazer e desfazer a História*, n.º 11, Lisboa, 1993, pp. 58-59; Gervase Clarence-Smith, *The third Portuguese empire. 1825-1975. A Study in economic imperialism*, Manchester, 1985, p. 83.

⁴⁰ Cf. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 9.ª série, n.ºs 1 a 5, Lisboa, 1890.

⁴¹ Cf. Ângela Guimarães, *Uma corrente do colonialismo português – A Sociedade de Geografia de Lisboa. 1875-1895*, [s.l.], 1984, pp. 189-190.

O novo governo (regenerador), presidido por António de Serpa Pimentel, inquieto perante uma opinião pública vigilante e alheia às limitações negociais em presença, não tinha grande margem de manobra. Iria utilizar a estratégia do silêncio, cujas incertezas só podiam exaltar os ânimos.

Como vimos, na resposta ao ultimatum o governo progressista havia assinalado o direito que nos assistia de recorrer a uma mediação ou arbitragem internacional, de acordo com o espírito do artigo 12.º do Acto Geral de Berlim.

Insistindo neste caminho o ministro Ernesto Hintze Ribeiro defrontou uma total oposição da Inglaterra e um interesse muito vago da parte das potências europeias e dos E.U.A. em envolver-se nas pretensões portuguesas⁴².

Lord Salisbury não aceitava a aplicação das doutrinas de Berlim, pois, segundo afirmava, não estavam em vigor os princípios de liberdade comercial e de trânsito nos territórios em litígio e, além disso, Portugal tinha recorrido às armas através da expedição de Serpa Pinto⁴³.

Em face desta atitude da Grã-Bretanha e do isolamento em que se movia a diplomacia portuguesa⁴⁴, o gabinete regenerador era obrigado a encetar o caminho que lhe era mais desfavorável, as negociações directas.

Esta postura seria facilmente manipulada pelos diversos sectores da oposição partidária como uma simples submissão, dadas as cedências territoriais envolvidas.

Contra a orientação do governo, defendendo a idoneidade do recurso ao Acto Geral de Berlim, os legitimistas⁴⁵ enfileiravam no consenso geral de oposição⁴⁶, a qual tendia a considerar a conduta do ministro dos negócios estrangeiros como uma sujeição declarada aos dictames da Inglaterra⁴⁷.

Pinheiro Chagas assumia neste debate a defesa do lado regenerador. Acusava Barros Gomes de ter mantido um diálogo de surdos com a Grã-Bretanha desprezando o momento oportuno para a invocação do Acto de Berlim, os finais do ano de 1888, ponto alto da tensão entre os dois países⁴⁸.

A ideia de procurar na Europa um contraponto para a debilidade negociadora portuguesa, conferindo ao conflito em presença uma implicação interna-

⁴² Cf. Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, *Portugal e a Inglaterra. As negociações do tratado sobre os domínios de África. Discurso proferido na Camara dos Dignos Pares do Reino em sessão de 9 de Junho de 1891*, Lisboa, 1891, pp. 6-7.

⁴³ Cf. José de Almada, *op. cit.*, pp. 315 e 322.

⁴⁴ Cf. Eduardo Brasão, *op. cit.*, pp. 86-87.

⁴⁵ Cf. *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.304, 6-3-1890, p. 1, colns. 1-2; *ibidem*, n.º 11.331, 8-5-1890, p. 1, colns. 1-3.

⁴⁶ Cf. António Enes, "O estado da questão" [20.1.1890], in F. A. Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 219-222 e "O problema nacional" [23.1.1890], *idem, ibidem*, p. 225; J. P. de Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 73 e 82.

⁴⁷ Cf. *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.310, 18-3-1890, p. 1, colns. 1-2.

⁴⁸ Cf. M. Pinheiro Chagas, *As negociações com a Inglaterra. (1887-1890)*, Lisboa, 1890, pp. 9-11.

cional ditada pela hegemonia do imperialismo inglês em África⁴⁹ tornava pertinente a questão das alianças na nossa política externa.

Neste âmbito ganhava singular audiência a defesa de uma aliança com a Espanha, de forma a prover ao robustecimento da posição dos interesses peninsulares nos grémios europeus⁵⁰.

O partido tradicionalista distanciava-se desta aposta na aliança ibérica⁵¹ e sugeria que Portugal só poderia motivar potências com a França e a Rússia sua aliada, se, dotado de uma adequada organização militar, conseguisse contrabalançar a aproximação entre a Espanha e a Alemanha⁵².

A marcha das negociações luso-britânicas, vedada à opinião pública pela barreira do silêncio governamental, contribuía para fomentar um clima de desconfiança, isolando o ministério das sensibilidades nacionais atentas à questão africana.

As notícias que circulavam acerca da ocupação inglesa do Chire⁵³ impunham uma marca de descrédito aos ofícios de Barjona de Freitas e denunciavam, vários meses após o ultimatum, a manutenção da debilidade das condições de segurança no Império. *A.N.* exprimia claramente o clima de incerteza:

"Lavraram-se ahi uns decretos dictatoriaes, nomearam-se varias comissões para estudarem assumptos varios; mas do que se tem passado nas chancelarias, e das providencias, que se tenham adoptado para assegurar em Africa o resto do nosso dominio, nem o governo ainda o disse pela voz dos seus jornaes, nem ninguem o tem podido saber. Os nossos portos africanos continuam desguarnecidos e desmantellados como na vespera do fatal dia 11 (...).⁵⁴

A política repressiva seguida pelo governo evidenciava um divórcio acentuado entre a opinião pública e as instituições⁵⁵, criticadas em quase todos os quadrantes pela sua manifesta incapacidade de coordenar a agitação

⁴⁹ Para António Enes, "se a Grã-Bretanha conseguir ligar as suas possessões do nordeste com as do sul, apertando contra o mar as de Portugal e da Alemanha, toda a África virá algum dia a ser inglesa, o colosso britânico assoberbará o mundo, e Manchester e Birmingham esmagarão com a concorrência o trabalho de todos os povos. No fundo da questão que se debate está o futuro do continente africano, e talvez o futuro económico da Europa.", "O estado da questão" [20.1.1890], in F. A. de Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 121-122.

⁵⁰ Cf. J. P. de Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 65-66; António Enes, "O problema nacional" [23.1.1890], in F. A. de Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 225-226 e Basílio Teles, *op. cit.*, p. 245.

⁵¹ Cf. *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.307, 11-3-1890, p. 1, colns. 1-2.

⁵² Cf. "O tratado", *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.496, 9-6-1891, p. 2, coln. 1.

⁵³ Cf. *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.310, 18-3-1890, p. 1, colns. 1-2; *ibidem*, n.º 11.346, 12-6-1890, p. 1, colns. 1-2; *ibidem*, n.º 11.348, 19-6-1890, p. 2, coln. 2.

⁵⁴ *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.331, 8-5-1890, p. 1, colns. 1-3.

⁵⁵ Para o ambiente político geral no contexto das negociações veja-se Nuno Severiano Teixeira.

antibritânica, indicando objectivos e recursos susceptíveis de a tornar socialmente operatória para as necessidades e imperativos nacionais⁵⁶.

O partido republicano encaminhava-se abertamente no caminho da subversão⁵⁷. O pessimismo quanto ao resultado das negociações era total.

Na opinião do articulista de *A.N.* "é, infelizmente certo, que nos achamos a braços com uma crise medonha. Não ha ahi ninguem que acredite na possibilidade sequer, de que as negociações, que o governo preferiu tratar directamente com a Inglaterra, tenha o exito favoravel que o Sr. Hintze tem annuciado com palavras mysteriosas."⁵⁸

Oliveira Martins alinha na mesma previsão, pois "A subserviencia perante a Inglaterra foi um ponto de partida de tal modo errado que nenhuma habilidade pode agora evitar-lhe as consequências (...)."⁵⁹

Em tais condições o tratado negociado em Londres por Augusto Barjoana de Freitas veio a merecer a rejeição unânime da opinião pública exterior à área política do governo.

No contexto da campanha contra o malogrado tratado de 20 de Agosto de 1890, *A.N.* desempenhou um papel de singular relevo, presidindo um dos seus redactores, Fernando Pedroso, a uma liga de imprensa contra o convénio⁶⁰. Este foro de contestação agremiada, em torno do órgão tradicionalista, reúne múltiplos periódicos de Lisboa e da província, com saliência para os do campo progressista e republicano.

Quer em relação às bases divulgadas pelo *Times*⁶¹ quer em relação ao texto oficial⁶², a crítica legitimista não apresenta, em relação às restantes oposições, qualquer especificidade digna de registo.

Assim, no entender dos arautos do Senhor Dom Miguel⁶³ e de políticos como António Enes⁶⁴ e J. P. de Oliveira Martins⁶⁵, as perdas territoriais, previstas no convénio, em Moçambique agravavam substancialmente os efeitos do ultimatum. A cedência alcançava a margem setentrional do Zambeze (de Mavuse ao Zumbo, incluindo diversos prazos da coroa). A sul do

⁵⁶ Cf. A. Enes, "A situação" [6 e 8-2-1890], in F. A. de Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 245-246.

⁵⁷ Cf. Basílio Teles, *op. cit.*, pp. 204-205.

⁵⁸ *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.353, 1-7-1890, p. 1, coln. 1.

⁵⁹ *Carteira de um jornalista. I. Portugal em África...*, p. 82.

⁶⁰ Cf. *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.386, 13-9-1890, p. 1, coln. 1; "Convite", *ibidem*, p. 1, coln. 2; *ibidem*, XLIV ano, n.º 11.387, 16-9-1890, p. 1, colns. 1-2.

⁶¹ Cf. "A deshonra nacional", *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.362, 22-7-1890, p. 1, colns. 1-2; *ibidem*, n.º 11.363, 24-7-1890, p. 1, colns. 1-2; A. Enes, 2 "As negociações com a Inglaterra" [21.7.1890], in F. A. de Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 324-327.

⁶² O texto oficial do convénio de 20 de Agosto de 1890 pode ser visto, por ex., em José de Almada, *op. cit.*, pp. 342-351.

⁶³ Cf. "A deshonra nacional", *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.377, 23-8-1890, p. 1, colns. 1-3.

⁶⁴ "O tratado" [22.8.1890], in F. A. de Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 346-352.

mesmo rio, disputadas regiões auríferas nos distritos de Sofala e Manica, seriam entregues à Inglaterra.

As cláusulas da liberdade de navegação, trânsito, comércio e cultos mereciam igualmente uma rejeição geral⁶⁶, dadas as implicações virtuais das excessivas facilidades concedidas aos ingleses em Angola e Moçambique.

A questão da liberdade religiosa (art. X do Tratado) tinha, para os tradicionalistas, especial significado. A seu ver instaura a "invasão dos missionários protestantes em território português." Tais "apostolos", "agentes políticos de nefanda influencia", não deixarão de constituir uma "armadilha traiçoeira e ignobil, com que se prepara a perda absoluta e total do nosso domínio africano."⁶⁷

Este quadro era, porventura, exagerado. Todavia os homens de *A.N.* (e não só) estavam, como veremos, convencidos da validade do instrumento religioso na política colonial.

A disposição do prévio consentimento da Inglaterra⁶⁸ em caso de cedência dos territórios africanos atribuídos a Portugal, constituía um dos enunciados mais polémicos do tratado. A sua posterior revisão não logrou diluir a repulsa inicial produzida na opinião pública.

A gravosa paridade prevista na África portuguesa entre ingleses e portugueses sancionava um "regime de condominio"⁶⁹, inaceitável para os diversos sectores de oposição ao convénio, até porque atingia Angola, área onde tendiam a projectar-se as esperanças de uma exploração autónoma no Império⁷⁰.

Como que tributando uma irónica homenagem ao "mapa cor de rosa", o tratado de 20 de Agosto (artigo XI) previa a existência de um "corredor" transcontinental, onde Portugal poderia estabelecer a ligação entre os seus domínios africanos, através de estradas, caminhos de ferro e linhas telegráficas.

O duvidoso alcance prático desta cláusula não passou despercebido, dada a sua escassa viabilidade técnica e, sobretudo, os avultados recursos que

⁶⁶ Cf. "A deshonra nacional", *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.377, 23-8-1890, p. 1, coln. 3; J. P. de Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 91, 97, 158, 160-165; A. Enes, "O tratado" [22.8.1890], in F. A. de Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 348-351 e "O comércio português e o tratado" [25.8.1890], *ibidem*, pp. 363-365.

⁶⁷ *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.382, 4-9-1890, p. 1, colns. 1-2.

⁶⁸ Cf. "Sob o protectorado inglez" *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.382, 4-9-1890, p. 1, coln. 3; J. P. de Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 152 e 154; A. Enes, "O tratado" [30.8.1890], in F. A. de Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 367-368 e "O consentimento da Inglaterra" [1.9.1890], *ibidem*, pp. 371-375; Basílio Teles, *op. cit.*, p. 300.

⁶⁹ Cf. "A deshonra nacional", *A.N.*, n.º 11.378, 26-8-1890, p. 1, coln. 2; J. P. de Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 90 e A. Enes, "O tratado" [22.8.1890], in F. A. de Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 346-347.

⁷⁰ Trata-se de uma orientação isolável a partir do início da década de 80 do séc. XIX. Cf. Jorge Borges de Macedo, *A Conferência de Berlim, Cem Anos Depois*, Lisboa, [s.d.], Sep. da Revista *Democracia e Liberdade*, n.º 35, Out.-Dez. 1985.

envolveria⁷¹. Era neste quadro ilusório que o famoso plano colonial de Angola à contracosta se despedia definitivamente da história diplomática portuguesa⁷².

Os tradicionalistas procuravam desvincular o Exército e a Armada do apoio ao governo⁷³, incitando-os a não aceitar o convénio:

"Estamos convencidos que os vendilhões da patria, socios da Inglaterra não juntarão à sua firma deshonrada, nem o bravo exercito portuguez nem a mari-nha nacional os dois principaes factores do Império Africano."⁷⁴

A oposição ao tratado evidenciava, mais uma vez, uma expressão nacional. O protesto da reservada Sociedade de Geografia⁷⁵ indicava a vitalidade dos interesses que convergiam para África, terra-destino que a robustecida ideologia colonial vinculava, de forma indissociável, à viabilidade da Nação portuguesa.

Apesar de ter visto a sua ratificação rejeitada na Câmara dos Deputados (15 de Setembro), o tratado de 20 de Agosto de 1890 tem um significado essencial, que pelos limites que propunha para Moçambique, quer para uma nova definição da política colonial portuguesa, impondo ao escol dirigente a revisão dos procedimentos de ocupação económica e administrativa.

António Enes assumirá esta postura renovadora, ao integrar o ministério do general João Crisóstomo, resultante da prolongada crise política aberta pela rejeição parlamentar do convénio.

Com a nova situação criada pela recusa do tratado de 20 de Agosto os legitimistas retomavam, por assim dizer, um caminho que só os aproximava de outros dissidentes do sistema, os republicanos.

Com efeito se defendiam, tal como Oliveira Martins e António Enes, uma conduta negocial face à Inglaterra⁷⁶ de forma a evitar o pior, os tradicionalistas rejeitarão o *modus vivendi* de 14 de Novembro de 1890, considerando-o apenas uma reprodução abreviada do convénio recusado.

Assim, para A.N. o *modus vivendi* seria aceitável "se n'esse accordo se

⁷¹ Cf. J. P. de Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 94, 110 e 162; A. Enes "O tratado" [22.8.1890], in F. A. de Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 347 e "As vantagens do tratado" [23.8.1890], *ibidem*, pp. 359-361.

⁷² Cf. Charles E. Nowell, *The Rose-Colored Map. Portugal's attempt to build an African empire from the Atlantic to the Indian Ocean*, Lisboa, 1982, p. 201.

⁷³ Cf. "O governo e o exercito", A.N., XLIV ano, n.º 11.387, 16-9-1890, p. 1, coln. 6.

⁷⁴ A.N., XLIV ano, n.º 11.383, 6-9-1890, p. 1, coln. 1.

Para o problema dos recursos militares postos ao serviço do Império na segunda metade do século XIX, veja-se António José Telo, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, 1994, pp. 141-197.

⁷⁵ Cf. *O Convenio Luso Britannico. Representações da Sociedade*, Lisboa, 1890. Nestas mensagens ao Rei e à Câmara dos Deputados a S. G. subscreve as objecções feitas pelos diversos sectores de opinião ao tratado de 20 de Agosto.

⁷⁶ Cf. "A crise e as soluções", A.N., XLIV ano, n.º 11.393, 30-9-1890, p. 1, colns. 3-5.

estabelecesse o *statu quo ante* nos territorios em litigio e que deram pretexto ao brutal ultimatum de 11 de Janeiro" e "se com elle se estipulasse por igual para a Inglaterra e para nós uma attitude espectante com relação às regiões que o tratado de 20 de Agosto nos arrebatava."⁷⁷

Numa análise de superior quilate crítico Oliveira Martins sustentava um apoio claro ao *modus vivendi*, salientando a inevitabilidade de Portugal aceder à liberdade de navegação no Chire e Zambeze, bem como a certas facilidades de trânsito através de Moçambique. Além de estarem ausentes as anteriores disposições polémicas ou gravosas, um aspecto se lhe afigurava fundamental, a exclusão de Angola das negociações⁷⁸.

Mau grado a resistência legitimista e republicana⁷⁹ ganhava audiência na opinião pública a ideia de que a geografia do Império, bem como a sua segurança e viabilidade implicavam um acordo com a Inglaterra. Os homens que personificavam este novo ambiente são António Enes, agora ministro da Marinha e Ultramar, e Oliveira Martins.

Os legitimistas, cuja ideologia do Império nunca abdica do sonho transafricano, passavam a sustentar no debate da questão africana a defesa do apostolado missionário (aspecto nuclear) e a política de ocupação militar.

As insistentes incursões da British South Africa Company em Moçambique, especialmente em Manica, tornavam urgentes, para o grupo de *A.N.*, medidas para a defesa e ocupação do sertão moçambicano. Para tal propunha-se a organização de um exército de indígenas recrutados pelas entidades locais (por vezes senhores de prazos) e dirigido por quadros europeus⁸⁰.

Era com base numa extensiva utilização do conceito de *hinterland*⁸¹, bem como numa persistente invocação dos direitos históricos, que os legitimistas rejeitavam a configuração do Império proposta pela diplomacia liberal, nas suas negociações com a Inglaterra.

O regime constitucional era acusado de ter amputado a medida transafricana do Império, através da qual "Portugal seria hoje a primeira potencia africana e portanto uma das primeiras da Europa."⁸². Daí que a seu ver, se torne "indispensavel acabar com esta orgia liberaleira que nos arruinou, nos aviltou e nos deitou a perder a grande aspiração, aliás bem realisavel do império africo-portuguez que fosse desde a foz do Zaire até à do Rovuma; desde Mossamedes às grandes cataratas do Zambeze e d'ahi até Lourenço Marques."⁸³

⁷⁷ "O 'Modus Vivendi'", *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.412, 13-11-1890, p. 2, coln. 2.

⁷⁸ Cf. J. P. de Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 198-207.

⁷⁹ Cf. Basílio Teles, *op. cit.*, pp. 323-326.

⁸⁰ "A questão africana", *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.424, 13-12-1890, p. 1, coln. 4.

⁸¹ Cf. *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.367, 29-7-1890, p. 1, colns. 1-2 e "O tratado", *idem*, XLV ano, n.º 11.496, 9-6-1891, p. 2, coln. 1.

⁸² "A situação", *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.400, 16-10-1890, p. 1, coln. 2.

⁸³ "Reus confessos", *ibidem*, XLIV ano, n.º 11.427, 20-12-1890, p. 1, coln. 3.

Neste sentido, as realidades africanas, ou melhor, a política portuguesa de ocupação, é aferida por um discurso ideológico mobilizado para uma alternativa dinástica e institucional, perante a qual as cedências territoriais impostas pela real projecção internacional do país, são consideradas inevitáveis resultados nefastos do funcionamento do sistema constitucional.

Deste modo a rejeição do tratado de 1891 estava, por assim dizer, prevista. Este documento é encarado como "a resultante ignominiosa dos desviados erros e dos monstruosos crimes da política liberal."⁸⁴

A.N., na sua crítica ao tratado, não apresenta argumentos novos. O tratado das fronteiras e a cedência de Manica são os gravames ressaltados com algum pormenor.

Na realidade, se exceptuarmos, mais uma vez, os republicanos⁸⁵, o novo convénio não encontrou animosidade na opinião pública. A crise económica e financeira impunha uma solução durável para a questão africana.

Com a aprovação parlamentar do tratado luso-britânico de 11 de Junho de 1891, encerra-se o longo processo de definição da geografia contemporânea do império colonial português.

O conflito com a Inglaterra, intensificado a partir de meados da década de 80 marcou uma viragem na percepção das realidades africanas. A indefinição de uma restrita presença costeira e os sonhos do "mapa cor de rosa" eram as duas faces de uma visão tradicional de África, alheia à intensidade dos diversos imperialismos e às condições das realidades locais. Era um império legal, uma tutela imaginária guiada pelos ditames da Carta Constitucional.

A crise em que se inscreve o ultimatum opera uma completa reformulação nas ideias e vivências do Império. África transforma-se no critério supremo da afirmação nacional.

Nesta altura já não se trata de exarar brilhantes argumentos para um conceito de soberania consagrada pela História. Entre o enunciado repetitivo dos diversos discursos patrióticos contra a Inglaterra, é possível entrever diversos segmentos de solução para viabilizar a exploração económica dessa África possível que nos coube na partilha. Tais propostas não constituem um mero exercício de retórica. Inscrevem-se na crise económica sentida particularmente nos finais dos anos oitenta⁸⁶. A exploração colonial ingressa de forma decisiva no programa do desenvolvimento português.

⁸⁴ *Ibidem*, XLV ano, n.º 11.497, 11-6-1891, p. 1, coln. 1.

⁸⁵ Cf. Basílio Teles, *op. cit.*, p. 145.

⁸⁶ Cf. Gervase Clarence Smith, *op. cit.*, pp. 81-83. Este autor distancia-se da tese clássica de R. J. Hamond sobre o carácter "não económico" da orientação imperial portuguesa, no contexto da chamada "partilha" de África. A mais recente proposta de interpretação sobre as condições económicas e diplomáticas do Império colonial português da época é da autoria de António José Telo. Cf. *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, 1994, pp. 201 e ss.

III. Colonos e missionários

"A questão africana não é um facto transitório da nossa vida nacional: é o ponto culminante da nossa razão de ser, porque d'ella depende a nossa anulação ou a nossa prosperidade."

"Soluções", *A Nação*, XLIV ano, n.º 11.390, 23-9-1890, p. 1, coln. 1.

Se é certo que a análise tradicionalista da diplomacia do Império tendia a isolar-se das pulsações dominantes da opinião pública, o mesmo não acontece com alguns aspectos do seu projecto colonial. É o caso da questão das missões.

A ideia de que o missionário católico era um elemento decisivo na estratégia portuguesa de afirmação em África, nada tinha de circunstancial. Era um dos postulados usuais da área de opinião católica de que, neste ponto, os tradicionalistas eram extremados paladinos.

O agravamento da questão africana, na conjuntura do ultimatum, tornava urgente o debate sobre os recursos disponíveis para o Império. Neste contexto os legitimistas reafirmavam as virtualidades humanas, espirituais e políticas das missões religiosas. Faziam-no retomando a contenda⁸⁷ com o pensamento laicista de raiz anticlerical⁸⁸, marcado pelo cientismo positivista. As implicações desta polémica não tinham apenas um alcance doutrinário. Ao

⁸⁷ *A Nação*, através da pena de Fernando Pedroso, manteve, em 1880, uma interessante e prolongada polémica com *O Progresso. Jornal do Partido Progressista*, sobre a questão colonial. Os legitimistas acusaram, com insistência, o governo liberal de desprezar a importância da acção missionária, enquanto instrumento para alargar e manter a presença portuguesa em África. Cf. "Ao Progresso – A proposito das colonias", *A.N.*, Anos XXXII-XXXIV, n.ºs 11.499, 11.502, 11.540, 11.542, 11.543, 11.548, 11.549, 11.551, 11.556, 11.551 [sic], 11.553 [sic], 11.556 [sic], 11.563, 11.565, 11.567, 11.570, 11.572, 11.574-11.576, 11.584, 11.585, 11.585 [sic], 11.587, Lisboa, respectivamente 16, 20, 22, 24, 25 e 31 de Julho, 1, 4, 10, 11, 13, 17, 25, 27 e 29 de Agosto e 4, 7, 8, 9, 21, 22, 24 e 26 de Setembro de 1880.

⁸⁸ Para uma perspectiva global do anticlericalismo no século XIX, na sua base doutrinária e diversas vias de expressão, veja-se Joel Serrão, "O Anti-clericalismo na Literatura Portuguesa. Esboço de pesquisa", *Portugueses Somos*, Lisboa, [s.d.], pp. 185-210 e Jorge Borges de Macedo, "O Anti-clericalismo em Portugal no século XIX. Ensaio de uma perspectiva sociológica", *Communio. Revista Internacional Católica*, Ano II, n.º 5, Lisboa, Setembro/Outubro 1985, pp. 440-450.

O discurso anticlerical nos últimos anos da monarquia tomava uma virulência particular, constituindo um dos esteios fundamentais da agitação republicana. Subjacente ao primarismo sugestivo de grande parte desses enunciados, estava a significativa intenção de operar uma metamorfose laicista para os recursos simbólicos do catolicismo. Os republicanos dispensavam a religião de Estado, mas não deixavam de fomentar uma mística oficial. (Cf. João Medina, "Oh! a Republica!...". *Estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, Lisboa, 1990, pp. 30-32).

contrário da antropologia determinista, subscrita pelas teorias científicas em voga, que sustentava um irremediável atraso na evolução cerebral das populações africanas, o tradicionalismo miguelista, de acordo com a leitura cristã, advertia que o negro, enquanto pessoa humana, continha todas as possibilidades de elevação moral e intelectual. O que estava em causa era um problema prático de formação acompanhada e orientada. Esta só podia ser conseguida, na sua opinião, através de quadros preparados para o sacrifício e dedicação que as circunstâncias impunham, – os missionários⁸⁹.

Ao missionário católico compete a "condução e civilização do indígena"⁹⁰, incutindo-lhe valores morais susceptíveis de facilitar a implantação da soberania portuguesa⁹¹. Aliás, o empenhamento das populações africanas, disciplinadas na instituição cautelar da "família cristã", é considerado vital:

"A raça negra exerce portanto um papel absolutamente indispensável à constituição da nossa Africa em forma de grande Estado civilizado."⁹²

Esta defesa do apostolado missionário integra-se no debate acerca da restauração das ordens religiosas⁹³.

De especial significado é o facto de ter sido Fernando Pedroso,⁹⁴ um dos redactores de *A.N.*, o mentor, a partir de 1880, de uma campanha pelo desenvolvimento das missões ultramarinas, no âmbito da Comissão Africana da Sociedade de Geografia⁹⁵.

A importância decisiva da actividade missionária enquanto instrumento de implantação colonial não oferecia dúvidas. A manifesta insuficiência do seminário oficial (Sernache do Bom Jardim)⁹⁶ salientava o problema do recrutamento que, para os legitimistas e outros segmentos da opinião católi-

⁸⁹ Cf. Fernando Pedroso, *A Civilização Africana. Observações ao folhetim, com o mesmo título, publicado no "Diário da Manhã" de 23 de Março e devido à penna do Sr. Ramalho Ortigão*, Lisboa, [1881].

No folhetim em epígrafe Ramalho Ortigão havia partido da completa inadequação da mensagem proposta pelo cristianismo ao "estado rudimentar da [...] evolução cerebral" do "selvagem", que "carece absolutamente do poder d'abstracção indispensavel para fazer a menor idéia do que nós entendemos pelos dogmas e pelos mistérios do christianismo". ("A Civilização Africana", *Diário da Manhã*, 7.º Anno, n.º 1.701, Lisboa, 23-3-1881, p. 2, coln. 1).

⁹⁰ "Desorientação e descarrilamento. Orientação e renovação", *A.N.*, XLVI ano, n.º 11.566, 24-11-1891, p. 1, coln. 3.

⁹¹ Idem, *ibidem*, XLV ano, n.º 11.540, 29-9-1891, p. 1, coln. 3.

⁹² Idem, *ibidem*, XLVI ano, n.º 11.545, 6-10-1891, p. 1, coln. 1.

⁹³ Cf. *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.340, 29-5-1890, p. 1, colns. 1-2 e "Missionarios protestantes e missionarios catolicos", *ibidem*, n.º 11.354, 3-7-1890, p. 1, col. 3.

⁹⁴ Para uma resenha biográfica de Fernando Maria de Almeida Pedroso, veja-se o *Album Legitimista*, 4.º anno, n.º 29, Lisboa, 1889, que lhe é integralmente dedicado.

⁹⁵ Cf. Ângela Guimarães, *op. cit.*, pp. 72-76 e 214-215.

⁹⁶ Os aspectos fundamentais da história deste estabelecimento religioso podem ser vistas em Candido da Silva Teixeira, *O Collegio das Missões de Sernache do Bom Jardim. Traços monographicos*, Lisboa, 1905.

ca⁹⁷, deveria ser resolvido a partir do estabelecimento de congregações religiosas regulares.

Nos anos de 1891, 1892 e 1893 a questão das missões ganhava um alcance efectivo na Sociedade de Geografia, sendo discutidos e aprovados um parecer e uma proposta elaborados por uma sub-comissão própria, presidida por Henrique de Barros Gomes. Um dos dois relatores era, significativamente, Fernando Pedroso⁹⁸.

Deste modo a opinião católica⁹⁹, onde *A.N.* se situa, colocava em evidência as vantagens políticas da presença missionária¹⁰⁰, verdadeira prope-dêutica da ocupação branca e fatora de uma nova codificação social:

"(...) os missionários catholicos (...), são os mais honrosos, energicos e effica-zes agentes a que se pode ahi confiar a obra do melhoramento dos usos e cos-tumes. São elles os factores que mais proficuamente podem influir na consti-tuição da sociedade doméstica, nos contractos, na propriedade, na formação de um direito privado culto, abrindo sendas para futuras manifestações de um direito publico viavel."¹⁰¹

Para os legitimistas a edificação económica do Império no seu conjunto precioso, assenta sobretudo na colonização de Angola (Moçamedes) e Moçambique (com especial atenção para Lourenço Marques). Trata-se da "parte central e dominadora do nosso dominio d'almém-mar – (...) – provincias consideradas sempre unidas, porque quando o seu desenvolvimento pedir a sua união, essa será feita pela via ferrea, (...)."¹⁰²

Neste sentido defende-se o fomento e orientação da emigração portu-guesa rumo às colónias. O governo deverá assegurar as condições de trans-porte e estabelecimento dos colonos¹⁰³.

⁹⁷ Cf. por exemplo Quirino Avelino de Jesus, *As Ordens Religiosas e as Missões Ultramarinas*, Lisboa, 1893, pp. 97, 101, 125-126 e 137. Para o enquadramento histórico e biográfico de Quirino de Jesus cf. o recente trabalho de Ernesto Castro Leal, "Quirino Avelino de Jesus, um católico «pragmático»: notas para o estudo crítico da relação existente entre publicismo e política", *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo VI, Lisboa, 1994, pp. 355-389.

⁹⁸ Cf. "Missões em Africa. Parecer e proposta da Comissão Africana [27-3-1893]", *Actas das Sessões da Sociedade de Geographia de Lisboa*, vol. XIII – Anno de 1893, pp. 30-76; Henrique de Barros Gomes, *Missões em Africa. Discurso do Ex.^{mo} Conselheiro [...] nas sessões de 20 e 25 de Abril de 1893*, Lisboa, 1893.

⁹⁹ Uma apresentação das incidências do ultimatum no meio católico pode ser vista em António Matos Ferreira, "Repercussões do Ultimatum no meio católico (Notas acerca do nacionalismo católico)", *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo VI, Lisboa, 1994, pp. 31-45.

¹⁰⁰ Cf. Quirino Avelino de Jesus, *op. cit.*, 79-81.

¹⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 88.

¹⁰² "Desorientação e descarrilamento. Orientação e renovação, *A.N.*, XLVI ano, n.º 11.543, 1-10-1891, p. 1, coln. 1.

¹⁰³ Cf. *A.N.*, XLIV, n.º 11.354, 3-7-1890, p. 1, colns. 1-2; Miguel Raymundo de Moura "Questões africanas", *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.336, 20-5-1890, p. 1, coln. 6; idem, *ibidem*, n.º 11.341, 31-5-1890, p. 1, colns. 4-5; "A emigração", *A.N.*, XLIV ano, n.º 11.417, 25-11-1890, p. 1, colns. 2-3.

Para a realização destes objectivos o grupo de *A.N.* promoveu a formação de uma "Empresa colonizadora", baseada na subscrição de cotas que podiam ir até à acessível quantia de 500 réis mensais¹⁰⁴. O funcionamento desta sociedade assentava na articulação entre o missionário e o colono¹⁰⁵.

Deste modo o plano legitimista para a edificação de um novo Brasil em África¹⁰⁶ procurava responder às expectativas criadas pelo movimento de crescente interesse pelas colónias. Sustentava-se abertamente uma política colonial capaz de assegurar nas parcelas do Império "o dominio e influencia portugueza e abram às industrias e commercio da metropole novos mercados que serão outros tantos mananciaes de riqueza pública"¹⁰⁷.

A exploração colonial portuguesa, afectada por uma carência de recursos, teve de transigir, em Moçambique, com interesses estrangeiros e poderosas influências locais. Para o efeito serviu-se, respectivamente, de companhias majestáticas e do aproveitamento do tradicional sistema dos prazos.

As pautas proteccionistas de 1892 montaram a vigilância possível para os interesses portugueses.

Neste Império, apesar de tudo gigante, Angola tendia a desempenhar uma função central, a compensação das demasiadas cedências obrigatórias em Moçambique.

Numa tal atmosfera o discurso de *A.N.* era porventura mais retórico, mas não deixava de acentuar o que era, na sociedade portuguesa da época, tido por essencial, o cumprimento do nosso Destino africano.

Conclusão

No seio do debate que mobilizou a opinião pública portuguesa acerca do peso agressivo da dependência inglesa e das insondáveis virtualidades da nossa expansão colonial, a posição miguelista apresenta uma reduzida especificidade, em termos de crítica e propostas de alternativa.

É certo que o discurso em presença adquiriu manifestamente um tom subversivo, ao exigir a derrocada do regime liberal e da dinastia reinante.

¹⁰⁴ Cf. "Colonização africana", *A.N.*, XLV ano, n.º 11.527, 25-8-1891, p. 2, colns. 3-4.

¹⁰⁵ "Bastará que alguns milhares de portuguesas queiram auxiliar a ideia mais sympathica e patriótica que sobre as questões africanas tem apparecido para em breve vermos os colonos escolhidos instruidos pelas missões, encaminhados para os pontos salubres, dotados com habitação, terra alfaia agricola, alimentos e crédito, exercer toda a sua actividade, rivalizando com os estrangeiros no campo do commercio e da agricultura e tomando a direcção e tutela do gentio (...).

Veremos as nossas missões religiosas, desenvolvidas e multiplicadas com as percentagens que a empreza lhes destina, derramar copiosamente a civilização na África (...)." ("Colonização africana", *A.N.*, XLV ano, n.º 11.527, 25-8-1891, p. 2, coln. 3).

¹⁰⁶ Cf. "Missões ultramarinas", *A.N.*, XLV ano, n.º 11.441, 22-1-1891, p. 1, colns. 3-5.

¹⁰⁷ "O problema colonial", *A.N.*, XLV ano, n.º 11.440, 20-1-1890, p. 1, coln. 2.

Todavia, tais enunciados radicais contra o sistema encontravam-se, com as devidas distinções, no campo republicano.

No caso específico da questão africana, o tradicionalismo comunga as ideias gerais da época e desconfia, de forma convicta, dos resultados da diplomacia liberal, a seu ver, inquinada à partida pela subserviência face à Inglaterra.

A defesa dos inegáveis recursos de dominação facultados pelas missões religiosas, em termos de política colonial, não era original, pois integrava-se na corrente de opinião católica.

A montagem da "Empresa colonizadora", em que as missões, além de pólos de difusão da influência portuguesa seriam escolas de formação para os colonos, revelava uma clara consciência das dificuldades da implantação europeia em África.

A preparação dos colonos e o correlato empenhamento das populações indígenas eram, a seu ver, os dois pólos de enraizamento do "imperio africo-portuguez".

Promover a emigração para as colónias, defendida com insistência pelo órgão legitimista, era um procedimento que não merecia a concordância unânime dos meios ligados aos interesses africanos (ex. Oliveira Martins).

No seu conjunto o discurso miguelista em prol do Império mantinha uma coerência indiscutível (nunca chega a considerar ilusório o plano transafricano), não apresentando, na conjuntura estudada, grandes divergências com as tensões dominantes da opinião pública.

Contudo os legitimistas condenaram o *modus vivendi* de 14 de Novembro de 1890 e tratado de 11 de Junho de 1891, mantendo os seus postulados ideológicos, apesar das condições políticas se terem alterado. É a característica profunda de um ideário habituado a viver à margem das maiorias.

Apesar da sua dissidência face ao país oficial, os tradicionalistas souberam aproveitar as vantagens políticas que a questão africana lhes proporcionava. Neste debate figuram entre os mais intransigentes mentores da ideologia imperial portuguesa. Dessa forma, contribuía para fortalecer a opção dominante da sociedade portuguesa, África.

UMA PÁGINA DA HISTÓRIA DE ANGOLA. MORTE DE MUTU-YA-KEVELA E ANIQUILAMENTO DA REVOLTA DO BAILUNDO (1902) NUMA LEITURA DO *RELATÓRIO DO TENENTE PAIS BRANDÃO*

António Faria

O objectivo deste trabalho é proceder a uma leitura do *Relatório* elaborado pelo tenente Pais Brandão no qual é descrita a morte de Mutu-ya-Kevela e, em consequência disso, o fim da Revolta do Bailundo, no Planalto Central de Angola. Mais do que a narrativa militar e a matéria dos telegramas do Governador-Geral para Lisboa e dos relatórios de outros comandantes militares, constantes na documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino, interessou-me delimitar apenas um pequeno conflito¹.

O tenente Pais Brandão, mandado deter a revolta de Mutu ya Kevela com uma pequena força militar, esteve poucos meses na região do Bailundo².

O seu relatório *Campanha do Bailundo* está dividido em três capítulos:

- I – Organização da expedição e descrição da marcha;
- II – Estacionamento e serviços;
- III – Marcha de regresso.

¹ As notas foram recolhidas de uma cópia do documento existente no Arquivo Histórico Ultramarino, com o nº 398, pasta nº 2, dos "Gerais Militares" com o título *Campanha do Bailundo. Relatório do Tenente Pais Brandão*, constantes nos Gerais Militares, páginas 111 a 113. Essa cópia em papel almaço pautado existiu outrora na Biblioteca do Museu Municipal de Nova Lisboa, hoje Huambo.

² A "Coluna do Libolo" comandada pelo tenente Pais Brandão era constituída pelo tenente Joaquim Gonçalves, o alferes Carlos de Noronha Montanha, dois sargentos, trinta e oito cabos e soldados de primeira linha, um sargento e trinta e seis soldados de segunda linha, um sargento enfermeiro.

Apresenta ainda uma conclusão, documentos anexos e uma relação dos refugiados na fortaleza durante o seu comando.

Numa obra de autor anónimo intitulada *História de Angola*, publicada no Porto há duas décadas atrás, levantavam-se algumas dúvidas sobre o destino desse chefe militar Mutu-ya-Kevela, palanca (ministro) do soba (rei) Calundula.

Bello de Almeida refere que o conflito no Bailundo deflagrou por razões pouco habituais num conflito armado que arrastou vários reinos do Planalto³

O rei Calundula foi mandado prender pelo capitão Teixeira da Silva. Tal acto motivou a retirada da população para a serra do Bimbe, a partir de onde se desencadeou a revolta. Foram tomados vários postos comerciais e contactados reis das regiões vizinhas. Concentraram-se essas forças em 1902 para conquistar a fortaleza do Bailundo que protegia a vila de Catepe.

A capitania-mor do Bailundo existiu a partir de 1891 e resultou da divisão da capitania-mor do Bié, sendo o seu primeiro capitão-mor o capitão Teixeira da Silva. Ocupava toda uma vasta zona geográfica do Huambo, de Benguela e de Cuanza-Sul. Estavam-lhe adstritos os postos militares de Balombo, Huambo, Luimbale, Galangue, Cassongue e Sambo.

Contra a revolta do Bailundo foram enviadas três colunas militares. A "Coluna do Libolo" comandada pelo tenente Pais Brandão que foi organizada no posto de Libolo; a "Coluna do Norte" sob o comando do capitão Massano de Amorim que partiu de Benguela seguindo pelo Bocoio e Luimbale; a "Coluna do Sul" do capitão Teixeira Moutinho que se concentrou em Caconda e dali partiu para o Huambo.

Terminado o levantamento armado foram construídos vários redutos militares em diversos pontos estratégicos do planalto nos quais, a par das competências militares, os comandantes passaram a exercer funções do foro civil.

Mais tarde, as lendas contaram que Mutu-ya-Kevela foi preso e lançado num caldeirão de água a ferver para que cozesse, mas ele saiu ileso, a rir dos que o rodeavam – porque ele era como a abóbora gelada, encaroçada que, por mais fervida que seja, não coze.

Daí o nome de Mutu-ya-Kevela, insubmisso, indomável até ao fim, na versão lendária, o homem que permaneceu na memória das gentes do Planalto como no tempo em que organizou a retirada para as montanhas do Bimbe, até voltar ao Bailundo e aí se anunciar, tal como prometera, com dois tiros diante da fortaleza, para logo iniciar o movimento de ataque a fim de a conquistar, como havia prometido dois anos antes.

A lenda é o que sobra da pequenez e do isolamento do homem perante a montanha ou o que se conta para suportar a ignorância de tudo o que nos aflige.

³ "A falta de pagamento de umas ancoretas de aguardente para festejar a elevação ao sobado de um novo soba, foi a faúlha que produziu a explosão de rebeldia entre as tribus do Bailundo, ameaçando alastrar ao Bié e ao Moxico", Bello de Almeida, *Meio Século de Lutas no Ultramar*, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1937.

Na linguagem do *Relatório* consta assim:

"Às oito horas e vinte minutos chegava a coluna ainda em linha desenvolvida e a marche-marche, ao acampamento inimigo que recuara espavorido atravessando o rio Luvo numa outra ponte, cortando para Norte com o fim muito visível e para mim previsto de atravessar novamente a ponte oculta e atacar-me pela rectaguarda, mas próximo desta ponte estava emboscado o segundo pelotão do comando do tenente Joaquim da Silva Gonçalves e o qual rompendo o fogo pôs o gentio em debandada mais pela surpresa do que pelas baixas: todavia ficou um grupo de gentio com o chefe principal da revolta Mutu Aquebera à frente, tentando um supremo esforço, tentativa frustrada porque é visado a menos de cem metros pelo soldado nº 34 da 1ª Companhia do extinto Batalhão de Caçadores nº 3, Mateus Bartolomeu da Costa que, com a máxima paz de espírito lhe despedaçou o osso frontal com uma bala; em seguida é derrubado o importante seculo Cacuata e o gentio desaparece quase por encanto"⁴.

É esta a descrição da morte de Mutu-ya-Kevela feita pelo tenente Pais Brandão, comandante da "Coluna do Libolo", enviado ao Bailundo para pôr termo à rebelião. Essa coluna saiu do forte do Libolo e era constituída por soldados, degredados e "gente de guerra preta".

Mas para além das manifestações de regozijo dos soldados face à vitória na ponte do rio Luvo e ao anúncio da morte do organizador da Revolta do Bailundo, havia que fazer prova disso.

Pais Brandão descreve:

"Após esta cena que jamais esquecerei e que é um pouco evidente no que no soldado africano disciplinado e instruído nos deveres militares e táticos temos elemento real e de valor ainda nas circunstâncias mais críticas, mandei decapitar o famoso chefe e cortar a perna em cujo pé tinha alguns dedos defeituosos, não para dar largas a ódios ou exercer represálias mas para proceder ao reconhecimento do cadáver, visto me ser impossível transportá-lo completo".

O *Relatório* do comandante da coluna prossegue:

"O reconhecimento fez-se na capitania perante os europeus ali refugiados e os chefes das missões católica e protestante, os quais declararam que as referidas partes pertenciam ao citado chefe, do que se lavrou o auto em triplicado"

O tenente Pais Brandão conclui:

"Feito isto iniciei a perseguição aos rebeldes, no que fui acompanhado pela Coluna do Norte e pela Coluna do Sul".

A resistência na serra do Bimbe, de onde foi dirigida a revolta e a concentração contra o Bailundo durou até 1904 e foi aniquilada pelo capitão Romeiras de Macedo.

O próprio comandante da coluna atesta que Mutu-ya-Kevela foi morto às oito horas e vinte minutos do dia 3 de Agosto de 1902, no *Relatório*

⁴ Pais Brandão, *Campanha do Bailundo*, cópia manuscrita, p. 40

manuscrito⁵. A derrota de Mutu-ya-Kevela na ponte do rio Luvo ocorreu porque Pais Brandão soube dos movimentos e do envolvimento que chegou a ser iniciado para tomar o forte onde estava estacionada a "Coluna do Libolo" e se haviam refugiado os colonos das redondezas.

Como o próprio Pais Brandão revela:

"em campanha tenho eu a maior dedicação pelo serviço de informação e espionagem, e por esse motivo, toda a pessoa que me merece confiança é encarregada de me dizer tudo o que há de seu conhecimento, embora sejam cousas que parecem não merecer importância. Devido a esta minha curiosidade pedi ao padre Gaepp para me dar as informações do seu contacto com o gentio vizinho da missão, chegasse ao meu conhecimento. Foi em satisfação ao meu pedido que ele me dirigiu o bilhete que transcrevi e outros anteriores de que tirei magnífico resultado"⁶.

Pais Brandão transcreve a mensagem do padre Gaepp e o procedimento que tomou:

"Sucedeu porém que no dia 2 de tarde recebi um bilhete do padre Gaepp, cujo assunto era o seguinte: 'Sr. Brandão – Ahi vão dois rapazes que dizem ter visto os dois europeus ainda presos entre as mãos do gentio bem como o próprio acampamento de Mutu Aquebera. Pode V. mandar interrogá-los pois prontificaram-se a dar informações sobre o que viram – De V. Excia José Gaepp 2-8-902'. Chamei os dois pretos ao meu quarto e sujeitei-os a um longo interrogatório cujas respostas me satisfiziam plenamente inclusive à cerca da configuração topográfica do terreno. Mutu Aquebera tinha estabelecido acampamento para reorganizar as suas forças e para esse fim despachara, antes do ataque, dois escoteiros para Galangue, Quipeio, Sambo e outros pontos pedindo reforços"⁷.

A Revolta do Bailundo de facto cortava o acesso ao chamado *hinterland* a Leste do Planalto Central de Angola. As "colunas", foram dirigidas ao Planalto a fim de conseguir a "pacificação" necessária ao avanço do Caminho de Ferro de Benguela em direcção à fronteira demarcada por Paiva Couceiro em 1891 e decidida pelo Congresso de Berlim.

O Caminho de Ferro de Benguela era uma companhia inglesa, propriedade da Tanganhica Concessions, e ligava o porto do Lobito a Dilolo, no Katanga, onde se encontraria com o ramal da projectada linha que devia unir o Cabo ao Cairo.

Em Maio de 1899 foi constituído o monopólio British South Africa Chartered, empresa que abrangia territórios pertencentes a Portugal pelo

⁵ Idem, *Ibidem*.

⁶ Idem.

⁷ Um telegrama confidencial do Governador Geral de Angola, constante nos documentos avulsos refere: "Segundo informação Chapman numero de rebeldes em armas 60.000 a 100.000" acrescentando "É singular facto missões estrangeiras ser poupadas e faz suspeitar fomento rebelião".

acordo de Berlim. Os ingleses consideraram os protestos e a Câmara dos Pares sublinhou que os direitos dos portugueses se baseavam na descoberta, na conquista e na ocupação efectiva, na exploração comercial e constante demonstração de influência política durante séculos⁸.

Em Agosto de 1889 o ministro inglês lamentou "a intolerância das autoridades portuguesas" que nunca passaram de queixas, na prática, face ao tráfico de armas e de influências a pretexto de protecccionismo. A exploração mineira e a construção de uma rede de caminhos de ferro eram prioridades britânicas para ligar os extremos Norte e Sul do continente africano. Tal era o projecto de Cecil Rhodes⁹.

Os ingleses contribuíram de sobremaneira para que as tropas portuguesas obtivessem uma série de vitórias militares, mas não abdicaram das terras. Logo que as fronteiras se definiram no terreno foi iniciada a construção do Caminho de Ferro de Benguela.

O engenheiro que orientou os trabalhos da ferrovia até ao Planalto foi indicado por Cecil Rhodes e o seu nome seria perpetuado em 1929 numa pequena cidade do Huambo, Caala (Vila Robert Williams).

Até ao suicídio de Silva Porto em 1890 e à "Campanha do Bié" no ano seguinte organizada por Artur de Paiva a partir da Chibia (Huila) contra o rei do Dunduma do Bié, a expansão no interior não obedecia a qualquer plano sistematizado.

João Andrade Corvo lamentava: "Grande parte dos portugueses que vão para as colónias africanas estão longe de ser os representantes da civilização europeia (...) Não recorremos aos viajantes estrangeiros para formar esta triste opinião, mas unicamente aos factos narrados por portugueses; e ao deplorável uso que temos de povoar os territórios, que são nossos, com criminosos degredados. Um dos grandes males das nossas colónias é este. Faltam verdadeiros colonos"¹⁰.

Grande parte das conclusões dos políticos de Lisboa revelam um apanhado sintético de preconceitos relativamente à vida em África e às relações sociais que aqui se estabeleciam.

O padre Carlos Duparquet, da Congregação do Espírito Santo e do Sagrado Coração de Maria, Vice-Prefeito Apostólico da Cimbebásia, enviou para a Europa um minucioso relatório sobre o Sul de Angola e o Norte da Namíbia, onde se lê:

⁸ José de Almada, *O Tratado de 1891*, Lisboa, Edições do Estado Maior do Exército, 1947.

⁹ Cf. José de Almada, *ibidem*. Cecil Rhodes era presidente da British South Africa Chartered e em 1890 foi indigitado como primeiro ministro da colónia sul africana. Os seus interesses, pode dizer-se, decidiram a capitulação de Portugal na ocupação territorial e na partilha de terras. Nenhuma resolução era tomada em Londres sem que Rhodes fosse ouvido. O seu objectivo era excluir Portugal de todo o espaço africano onde houvesse minas a explorar. As suas ordens expressas aos batedores eram no sentido de ocupar as terras que Portugal reclamava à mesa das chancelarias e que envolvem a chamada "questão do mapa cor de rosa".

¹⁰ João Andrade Corvo, *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas*, cf. José de Almada, *op. cit.*

"Os portugueses do Humbe não têm carroças; todos os transportes daqui para Moçâmedes se fazem com o auxílio de carregadores. Estes levam 2500 reis fortes (cerca de 12 francos e 77 cêntimos) para transportar duas arrobas (60 libras) de Moçâmedes ao Cunene"¹¹.

Com a perspicácia característica denuncia também a situação dos portugueses e o tráfico de escravos:

"Os portugueses compram ainda alguns nas tribos vizinhas mas cedem-nos aos indígenas do Humbe a troco de gado. Compram cada escaravo por um barril de aguardente (cerca de 60 francos) e revendem-nos por três cabeças de gado aos indígenas do Humbe. Estes portugueses são, na sua maioria, pobres e trabalham por conta de dois negociantes de Moçâmedes, senhores Narciso e Bastos, aos quais mandam o gado em troca de mercadorias e provisões enviadas por eles"¹²

Se se acrescentar o insulto do missionário David Livingstone a Silva Porto, comerciante e representante do Governo de Lisboa no reino do Bié, depois de ter obtido do sertanejo português as informações preciosas que tanto contribuíram para criar o mito do viajante solitário, chamando-lhe "mulato" (designação pejorativa aplicada aos traficantes de escravos), decerto se compreenderá melhor que a imagem que se procurava difundir acerca dos portugueses não era famosa. Sobretudo para os compatriotas que em Lisboa só sabiam o que lhes diziam os jornais e os livros daqueles que disputavam o futuro da Europa debruçados sobre os mapas de África.

A Espanha e Portugal, ao contrário da Inglaterra, empobreceram com os monopólios, como referiu Adam Smith, para quem "as colónias não são objectos de exploração mas províncias", designação de João Andrade Corvo retomada no século XX.

Adam Smith escreve: "Os principais benefícios dos monopólios concentram-se nas mãos de pequenos grupos de negociantes e não se espalham pela nação", situação que provoca a diminuição do trabalho produtivo da terra, cria o luxo e a mania das grandezas entre os empresários, cada vez mais ricos, o que tem um efeito desmoralizador nas massas do povo, como se constata em Espanha e Portugal"¹³.

De 1885 ao fim do século XIX as rebeliões são contínuas por todo o território angolano, "fechado" pela concertação de Berlim nas fronteiras que perduraram por mais de um século. Foram enviadas colunas militares para pacificar os caçadores das anharas e os pastores das margens verdejantes, de modo a garantir a livre circulação das mercadorias por caminho de ferro.

O sistema permitido de carregadores fazia-se de forma bem mais pesada e violenta que nos antigos tempos do tráfico da escravatura. Este sistema que

¹¹ Padre Carlos Duparquet, *Viagem na Cimbebásia*, Luanda, Museu de Angola, 1953.

¹² Idem, *Ibidem*.

¹³ José de Almada, *op. cit.*

"Os portugueses do Humbe não têm carroças; todos os transportes daqui para Moçâmedes se fazem com o auxílio de carregadores. Estes levam 2500 reis fortes (cerca de 12 francos e 77 cêntimos) para transportar duas arrobas (60 libras) de Moçâmedes ao Cunene"¹¹.

Com a perspicácia característica denuncia também a situação dos portugueses e o tráfico de escravos:

"Os portugueses compram ainda alguns nas tribos vizinhas mas cedem-nos aos indígenas do Humbe a troco de gado. Compram cada escaravo por um barril de aguardente (cerca de 60 francos) e revendem-nos por três cabeças de gado aos indígenas do Humbe. Estes portugueses são, na sua maioria, pobres e trabalham por conta de dois negociantes de Moçâmedes, senhores Narciso e Bastos, aos quais mandam o gado em troca de mercadorias e provisões enviadas por eles"¹²

Se se acrescentar o insulto do missionário David Livingstone a Silva Porto, comerciante e representante do Governo de Lisboa no reino do Bié, depois de ter obtido do sertanejo português as informações preciosas que tanto contribuíram para criar o mito do viajante solitário, chamando-lhe "mulato" (designação pejorativa aplicada aos traficantes de escravos), decerto se compreenderá melhor que a imagem que se procurava difundir acerca dos portugueses não era famosa. Sobretudo para os compatriotas que em Lisboa só sabiam o que lhes diziam os jornais e os livros daqueles que disputavam o futuro da Europa debruçados sobre os mapas de África.

A Espanha e Portugal, ao contrário da Inglaterra, empobreceram com os monopólios, como referiu Adam Smith, para quem "as colónias não são objectos de exploração mas províncias", designação de João Andrade Corvo retomada no século XX.

Adam Smith escreve: "Os principais benefícios dos monopólios concentram-se nas mãos de pequenos grupos de negociantes e não se espalham pela nação", situação que provoca a diminuição do trabalho produtivo da terra, cria o luxo e a mania das grandezas entre os empresários, cada vez mais ricos, o que tem um efeito desmoralizador nas massas do povo, como se constata em Espanha e Portugal"¹³.

De 1885 ao fim do século XIX as rebeliões são contínuas por todo o território angolano, "fechado" pela concertação de Berlim nas fronteiras que perduraram por mais de um século. Foram enviadas colunas militares para pacificar os caçadores das anharas e os pastores das margens verdejantes, de modo a garantir a livre circulação das mercadorias por caminho de ferro.

O sistema permitido de carregadores fazia-se de forma bem mais pesada e violenta que nos antigos tempos do tráfico da escravatura. Este sistema que

¹¹ Padre Carlos Duparquet, *Viagem na Cimbebásia*, Luanda, Museu de Angola, 1953.

¹² Idem, *Ibidem*.

¹³ José de Almada, *op. cit.*

O relato de Pais Brandão é mais do que a fria descrição militar. Surpreende pela sensibilidade literária, na descrição dos ambientes e a narrativa psicológica combinam com o apontamento militar para nos situar plenamente e com a maior proximidade no clima emotivo do cerco do Bailundo.

"Estavam as coisas assim dispostas e o gentio avançava arrojadamente sem disparar um tiro. Nós como se havia combinado, não romperíamos o fogo sem que os atacantes chegassem a dez metros mas alguém se precipitou e uma peça de fogo estando ainda o gentio a distância superior a quatrocentos metros. Todavia o gentio sem se desconcertar continuou o movimento de avanço, estendendo desde E até NSW, mas sem romper fogo. Depois de ocupar o monte da antiga embala, e do chefe de guerra Mutu Aquebera ter disparado dois tiros, como havia prometido no dia em que o capitão-mor prendeu o soba e mais seculos, é que o gentio avançou até duzentos e cinquenta metros mas sem se descobrir, e rompeu violento fogo sobre a fortaleza"¹⁶.

Entre o relato deste ataque concentrado, das escaramuças e o confronto final na ponte do rio Luvo, Pais Brandão dá o perfil de Mutu-ya-Kevela que, na sua óptica, é sanguinário (castigava com o chicote "ao mais fútil pretexto", até para obrigar a beber aguardente), mandava urinar na boca dos prisioneiros, além de ser " vaidoso e ambicioso". Essa caricatura do inimigo não está à altura da narrativa militar nem da descrição dos ardis e dos combates que afinal não terminaram com a morte de Mutu-ya-Kevela junto ao rio Luvo naquela manhã fria de Agosto.

¹⁶ Pais Brandão, *op. cit.* O Governador Geral numa obra acerca rebelião descreveu os perfis de Paes Brandão e de Mutu-ya-Kevela: "Mutu-a-Quebera, que tem partido do Queve com 3000 homens, arrasa alambiques, plantações, casas, fazendas; o que pode servir-lhe rouba, guarda e consome, o que não pode utilizar destroi e como um temporal assolador leva consigo a ruína e o exterminio (...) Depois da sua morte os fieis debandam. É nesta altura que com a notícia do que a gente do Libolo pensava em aproveitar a oportunidade para se levantar contra a autoridade local e, por este motivo, Paes Brandão, que eu contava ainda poder aproveitar, retira para a sede do seu comando militar" Cabral Moncada, *A Campanha do Bailundo em 1902*, Luanda, Imprensa Nacional, 1903. A punição prosseguiu e a importância política, comparada com a "coluna" de Massano de Amorim ou de Teixeira Moutinho, pode ser avaliada pelos valores apresentados na mesma obra, aqui em anexo.

OS INTEGRALISTAS NO SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL

Cristina Pacheco

Se a definição do contributo teórico integralista no processo de estruturação ideológica do Estado Novo, nomeadamente nos grandes núcleos temáticos relativos ao Corporativismo, à Família, etc., tem constituído objecto de estudo de vários autores, a eventual influência integralista numa das esferas específicas responsáveis pela propaganda do regime – o S.P.N. – não tem sido, talvez, das mais relevadas. Uma leitura nesse sentido poderá ganhar alguma pertinência se tivermos em conta que muitos dos elementos que colaboraram e preencheram a estrutura desse mesmo organismo eram de extracção integralista e que o resultado da captação de alguns desses elementos por parte do S.P.N. terá acabado por ultrapassar o mero desejo de neutralização de esforços pelo oferecimento de espaços de colaboração – em consonância com a estratégia mais geral do regime – para constituir algo de mais complexo. O processo de colaboração entre estas duas realidades é, como veremos, multifacetado, num plano – o plano da propaganda de "vanguarda", conceito operatório que veremos com mais atenção e cujo conteúdo, à partida, colidiria com o tradicionalismo irredutível dos integralistas – que terá sido fundamental para o regime no sentido da captação de uma mínima adesão social legitimadora; e se para isso se forja, num primeiro momento, determinada imagem física e abstracta do regime que se estruturava para consumo externo e interno, aos poucos, e uma vez consolidada, essa mesma imagem torna-se uma estrutura integrante da própria elite que pensa o regime, passando um determinado número de coisas a ser pensado *em função* dessa imagem *crystalizada*, parada no tempo, que perdurou, num certo sentido, até aos nossos dias.

Este momento inicial de arranque criativo será, por tudo isto, fundamental e a constatação da colaboração integralista nesse processo constitui um foco potencial de análise, uma vez que significaria que poderíamos estar na presença de mais um dos elementos a ter em conta na estratégia de construção da forma representativa do regime mais largamente propagandeada. A definição parcial da forma que pode ter assumido tal colaboração é o objecto desta breve abordagem.

Em primeiro lugar cabe dizer que uma análise deste tipo necessita de uma delimitação conceptual: se nos ativermos formalmente aos conteúdos para que nos reenviam as designações em questão – Integralistas e S.P.N. – a nossa investigação teria resultados bastante pobres, uma vez que parece não haver notícias de uma relação particular de cariz oficial entre o Integralismo Lusitano fundado em 1914 e o organismo criado em 1933. Propomos, então, encarar ambas as partes na sua *multiplicidade* de significados: por *Integralistas* entenderemos não só o conjunto de nomes que forma o núcleo duro fundador de 1914 mas também os relativos às ramificações e dissidências que sucessivamente partiram desse movimento até ao ano de 1933, como sejam a Acção Realista e o movimento Nacional-Sindicalista, tendo sempre presente a relação ambivalente de todas elas com o regime que se estruturava. De salientar ainda que nesta breve análise deixamos de fora, correndo o risco de cairmos num paradoxo interpretativo, os *Monárquicos*, categoria mais geral onde indubitavelmente o Integralismo se insere mas que, apesar de uma aparente, precária e sobretudo muito pontual conjugação de pontos de vista, foi geralmente encarada com reserva pelo núcleo integralista, minoria que, como teremos ocasião de ver, apresentava um programa bastante mais radical e mesmo superativo da lógica monárquica.

Também relativamente ao S.P.N. iremos encará-lo numa perspectiva que supera a acção propagandeada pelo próprio organismo relativamente a ele próprio e que se consubstancia na concepção tradicional da sua célebre trave-mestra ideológica, a Política do Espírito, elemento que, aureolado pelos conceitos de Equilíbrio e Bom-Gosto, se queria responsável por algumas das mais significativas realizações do Secretariado, como fossem a participação em Exposições Internacionais, a realização de variadíssimas manifestações culturais, recreativas, etc. Para além dessa vertente largamente glosada ao longo dos tempos, iremos ter em conta determinadas iniciativas efémeras patrocinadas directamente ou indirectamente pelo Secretariado e seus funcionários – como sejam a AEV, o semanário *Bandarra*, a Liga de Acção Universal Corporativa, etc. – que, com um grau de autonomia variável e alvo de maior ou menor divulgação pública ao longo dos tempos, terão constituído, numa leitura, peças estratégicas e balões de ensaio no processo de estabelecimento da rede de propaganda do regime,

Em segundo lugar, uma delimitação cronológica. O período que escolhemos para detectar o significado de uma eventual articulação entre os Integralistas e o S.P.N. compreende os anos de 1933 – ano da criação do

Secretariado, da dissolução formal do Integralismo Lusitano pela Junta Central do Integralismo e do endurecimento da acção de rua do movimento Nacional Sindicalista de Rolão Preto criado havia um ano – até aproximadamente 1940, data algo aleatória mas que corresponde ao momento da deportação para os Açores de Hipólito Raposo, o "mestre" dos integralistas vivos, facto que serve de pretexto para se efectuar um precário balanço da possível forma da colaboração multifacetada entre as duas realidades sociais e institucionais referidas. É, para além disso, talvez o período mais rico para se detectar o significado de tal colaboração, sobretudo os anos que medeiam 1933 e 1938, anos conturbados da construção do Estado Novo, pautados por um movimento duplo de *combate* e de *integração* de forças que conduzisse a uma homogeneização da miríade de correntes e grupúsculos que pontuavam na Situação. O S.P.N., com toda a sua larga e ambígua esfera de acção¹, é um dos elementos desse abrangente movimento tendente a uma homogeneização das vontades, desenvolvendo vários mecanismos de combate, a maior parte deles deliberadamente efémeros, mas nem por isso menos importantes porque criados com um propósito muito específico, nem que fosse o de contribuir para a progressiva *mise-en scène* do regime.

Em terceiro lugar, e antes de dar início à breve resenha que efectuámos, umas breves palavras relativas aos critérios de estruturação da presente abordagem do tema. Começaremos por proceder a uma identificação dos elementos mais significativos cujos nomes encontrámos de alguma forma ligados ao S.P.N., indicando sucintamente a sua proveniência e percurso político-ideológico para, em seguida, identificarmos os espaços de colaboração de cada um, bem como a forma dessa colaboração, que pode ir da forma mais intermitente e pontual à mais institucional, traduzida na ocupação de cargos específicos na estrutura organizativa do Secretariado, para, por fim, tentarmos compreender, numa perspectiva de conjunto, o significado de toda esta articulação e, concomitantemente, da influência do possível contributo integralista na estruturação da estratégia da propaganda do regime.

Talvez possamos começar por dizer que encontramos representantes de todos os desdobramentos integralistas no S.P.N.

Vejamos o caso de **Alfredo Pimenta**, um dos nomes que, se não alinha no núcleo fundador do Integralismo Lusitano, cedo se liga ao movimento após um variado e atribulado percurso político-ideológico – fora, sucessivamente, anarquista e republicano – constituindo um dos casos mais paradigmáticos do binómio interpretativo em questão.

Alfredo Pimenta nasceu em 1882, contando 51 anos por altura da formação do S.P.N. Assumira-se Integralista em 1915 e fundara em 1921 a

¹ O decreto-lei fundador do organismo (DL n.º 23.054 de 25 de Setembro de 1933) não só estabelece o S.P.N. como o órgão *central* e superintendente dos diversos serviços de propaganda que à época existiam em diferentes esferas institucionais, como lhe atribui competências vastíssimas quer a nível interno quer externo. O próprio António Ferro descreverá o programa do S.P.N. como "vastíssimo" e "ondulante" (*Arte Moderna*, Lisboa, S.N.I., 1949).

Ação Tradicionalista Portuguesa que permaneceu fiel a D. Manuel II na sequência da cisão dinástica de 1919. A ATP passará a ser conhecida por Ação Realista Portuguesa a partir de 1926 e se podemos constatar que a maior parte dos integralistas da "primeira geração", depois de um período de expectativa inicial, se quedou, nos anos trinta, pela oposição ao Estado Novo, vemos que A. Pimenta se integra amplamente nas esferas do regime de Salazar, ainda que mantendo a sua dimensão polemizante: em 1931 é nomeado 2º conservador dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, sendo posteriormente seu director a partir de 1949 ao mesmo tempo que era director do Arquivo Municipal de Guimarães. Em 1932 seria ainda nomeado vogal da Comissão Central do Conselho Superior da Instrução Pública, ano que marca também o início de uma série de publicações de obras suas sobre D. Manuel, sobre os bens da Casa de Bragança e sobre temas da História de Portugal.

O seu relacionamento quase imediato com o S.P.N., a partir do momento em que este é criado, faz-se por diversas vias, nomeadamente por uma das iniciativas mais estratégicas do organismo, a saber, o concurso anual de Prémios Literários que engloba diferentes categorias com as respectivas compensações pecuniárias. Uma das categorias destes prémios que mais nos interessa, por praticamente constituir um "feudo" dos integralistas nestes primeiros anos, é a do Prémio Alexandre Herculano, concedido à melhor obra de História de Portugal apresentada a concurso². Logo em 1934 faz parte do júri responsável pela atribuição desse galardão, sendo ele próprio premiado em 1937 com a sua obra *Subsídios para a História de Portugal*. Mas já antes, em 1935, fora galardoado com o prémio Ramalho Ortigão, concedido ao melhor livro português de ensaios apresentado a concurso e a segunda categoria de prémios que mais interessa para esta análise – prémio cujo nome é já de si significativo, pela carga simbólica que comporta³ – pela sua obra *Novos Estudos Filosóficos e Críticos*.

Esse ano de 1935 assiste ainda à participação de A. Pimenta em mais uma das iniciativas do S.P.N. concebida como foco de integração e de mobilização de forças e aureolada por uma pseudo dimensão polemizante: falamos do lançamento do semanário *Bandarra* em Março desse ano, periódico portador de um conteúdo multifacetado que, no contexto muito específico da liquidação do movimento N/S, parece constituir um espaço de colaboração

² Uma descrição detalhada das categorias dos Prémios do S.P.N./S.N.I e dos respectivos galardoados até 1966 pode ser consultada no *Catálogo da Exposição dos Prémios do S.N.I.*, Lisboa, SNI, 1966.

³ Ramalho Ortigão é erigido como o "mestre póstumo" do Integralismo por alguns dos nomes indefectíveis do movimento, assunção que tem na base o conteúdo do documento escrito por aquele autor a João do Amaral nos alvares da vida do movimento, intitulado *Carta de um Velho a um Novo* (Lisboa, s.n., 1947) e que terá servido de suporte teórico à acção de alguns dos seus elementos. Alberto de Monsaraz, responsável pela compilação dos vários documentos que constituem a obra referida, considera Ramalho Ortigão "(...) não apenas um mestre, mas também (...) um vidente, um profeta e um precursor".

para os dissidentes do movimento e para as mais variadas personalidades que se iam encaminhando para as fileiras do regime, revestindo-se de um discurso combativo que pugnava basicamente pela formação de uma elite intelectual afecta ao Estado Novo que fizesse de Portugal o "Quinto Império digno dos seus sonhos e ambições", parafraseando Augusto da Costa nas páginas dessa mesma revista⁴. A. Pimenta contribui com variados textos de opinião, dos quais salientamos um que pensamos dar uma ideia do género da colaboração prestada: o artigo intitulado "Panorama Intelectual"⁵ onde, num tom virulento, o autor glosava um tema desde sempre caro aos Integralistas, a saber, a pugna por uma elite social e intelectual responsável pelo "reaportuguesar" de Portugal, num momento em que, na sua óptica, o país vivia assolado pela proliferação de artistas, escritores e pensadores que nada valiam, "fedelhos que mal sabem soletrar o nome", atacando de seguida a Democracia, a seu ver a entidade responsável por este estado de coisas: "A Democracia, rasoirando os valores, pregando uma falsa doutrina de que o saber está ao alcance de todos, chamando saber ao que não é mais do que falácias, e chamando pensar ao que não é mais do que papaguear, a Democracia portuguesa anarquizou a Inteligência portuguesa (...)", acabando por denunciar o lógico e subsequente "triste panorama da vida mental portuguesa." Neste mesmo semanário, A. Pimenta era responsável pela recensão crítica de livros, cabendo-lhe precisamente a tarefa de recensar – favoravelmente – o então recém-lançado volume dos *Discursos de Salazar*.

Esta colaboração de Alfredo Pimenta em algumas das iniciativas do S.P.N. é paradigmática se pensarmos que pode fazer parte da estratégia de conjunto que, segundo o próprio, presidia à sua forma de relacionamento com o Estado Novo e em particular com Salazar. A este nível as suas palavras em carta a José Ferrão de 13 de Abril de 1940 são bastante significativas. Diz A. Pimenta a propósito de uma das razões que definem o problema do apoio dos integralistas ou ex-integralistas e de muitos monárquicos ao regime: "Quanto a Salazar: sou o primeiro a verificar os erros, os males de que enferma o *statu quo*. Mas o objectivo final que pretendo alcançar levante-me, impõe-me o dever de fechar os olhos – cerrar os ouvidos – para chegar ao fim. Esses males, esses erros são os pormenores, os desaires momentâneos

⁴ *Bandarra*, nº 8 de 4 de Maio de 1935. Tendo como redactor principal Pedro Correia Marques e contando com um alargado leque de colaboração que englobava nomes como os de Manuel Múrias, João Ameal, Hernâni Cidade, Fernanda de Castro, António Ferro, António Lopes Ribeiro, Leitão de Barros, etc., etc., *Bandarra* constitui, ainda que não declaradamente, uma das iniciativas efémeras lançada pelo S.P.N. nos seus primeiros anos de funcionamento do organismo com o objectivo dual de arregimentação de forças e de mobilização das vontades. O próprio título – que pretendia provocar um efeito de choque – condensa a complexidade do conteúdo de um semanário inelutavelmente associado à Política do Espírito: utilizando uma matriz messiânica heterodoxa para a formulação de um *lógica de acção* e de *combate* no processo de institucionalização do regime, assumia-se como uma "profecia activa" que promovia a intervenção activa de cada um na obra de reconstrução nacional.

⁵ 16 de Março de 1935.

da campanha. Por ora, viso-o nitidamente, instrumento discreto do Rei. O que é indispensável é rodeá-lo, animá-lo a ir em frente. "Porquê, podemos nós perguntar? Porque "Se ele não o faz, se ele não nos dá o Rei – não são os monárquicos, os tais, que no-lo darão. Na quase sua totalidade são da raça dos que mataram D. Carlos. Deus me livre dos monárquicos, que dos republicanos me livre eu"⁶.

De facto, e reportando-nos a este seu proclamado "objectivo final", A. Pimenta ao longo da sua vida nunca deixou de ir fazendo inúmeras conferências, publicando artigos a favor da Monarquia e da sua restauração; paralelamente, e provavelmente para ajudar Salazar a "ir para a frente", participava paulatinamente nas iniciativas do regime, não só na vertente ligada à História e conservação de fontes⁷, com os seus cargos de director de Arquivos e obra historiográfica, como também na feição mais dinâmica que é a da propaganda oficial.

Isto apesar de, e esta é a segunda vertente que gostaríamos de salientar porque julgamos reveladora dessa relação ambivalente com o S.P.N., entrar em conflito com a personalidade do seu director, António Ferro, com quem tenta polemizar no que ficou conhecido na época como o "caso dos Prémios Literários de 1936" e que, em breves palavras, consta do seguinte: em Fevereiro de 1937 A. Pimenta publica um folheto do seu próprio bolso intitulado *Os Prémios Literários do S.P.N.: Reparos discretos*, que de discretos teriam pouco, uma vez que nestas páginas denuncia o que considerava uma grande injustiça e uma farsa, a saber, a pouca integridade que presidira ao processo de atribuição do prémio Alexandre Herculano, relativo à melhor obra portuguesa de História, pelo facto deste ter sido concedido à obra de Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa* que, segundo o mesmo A. Pimenta, não preenchia os requisitos necessários para tal apuramento uma vez que não fora publicada dentro do prazo estabelecido pelas bases do concurso e porque pura e simplesmente não podia ser considerada uma obra de História. A partir deste caso, amplamente glosado, extrapola para a crítica pessoal a A. Ferro, concluindo que, afinal, tudo não passava de um *complot* do Director para não lhe atribuir o prémio a ele, A. Pimenta.

Toda esta situação é, a um tempo, irónica e significativa se pensarmos que A. Pimenta será o autor premiado no mesmo ano em que escreve estas palavras, em 1937, pela sua obra *Subsídios para a História de Portugal*, no que pode constituir uma tentativa de contemporização relativamente a um autor que afirmava desassombadamente que concorria aos prémios do S.P.N. para obter os prémios: "Sim, eu não concorri para que não mos dessem: foi para que mos dessem"⁸.

⁶ Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CO/IN – 8B, pasta 1.

⁷ Para um estudo alargado deste tema ver a obra de Sérgio Campos Matos, *História, mitologia, imaginário nacional. A História no curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

⁸ Alfredo Pimenta, *Os Prémios Literários do S.P.N. Reparos Discretos*, Lisboa, Edição do Autor, 1937, p. 21.

Numa breve visão de síntese, podemos perceber melhor através deste exemplo, porventura menor e pontual, a teoria exposta por A. Pimenta na carta a José Ferrão há pouco mencionada: uma rápida análise da lista dos prémios literários concedidos pelo S.P.N. nestes primeiros anos – nomeadamente os prémios Alexandre Herculano e Ramalho Ortigão – mostra-nos que podemos estar perante uma espécie de "feudo" dos integralistas no interior da máquina de propaganda do regime: não só A. Pimenta e Manuel Múrias fazem alternadamente parte do júri responsável pela atribuição dos prémios, como João Ameal, que veremos mais adiante, está encarregue da organização e expediente dos prémios literários no geral. O resultado é que os contemplados são sucessivamente Caetano Beirão, os próprios – Alfredo Pimenta, Manuel Múrias e João Ameal – e, noutras categorias, Luís Forjaz Trigueiros e Augusto da Costa, usufruindo estes elementos duma posição privilegiada que pode ter tido alguma influência no processo de apresentação do rosto da produção historiográfica e literária oficial nos termos que os integralistas sempre definiram: é o próprio A. Pimenta que afirma que quando tinha feito parte do júri dos referidos prémios em 1934 se fixara a orientação de que o prémio de História devia ser concedido, de preferência, a trabalhos que *tratassem duma figura histórica ou dum período histórico em sentido revisionista*, como foram os casos das obras *D. Maria I* e *D. Sebastião*⁹.

Vejamos agora o caso de **Caetano Beirão**, director das Juventudes Monárquicas de Lisboa, integralista e autor de textos doutrinários sob a forma de livros e artigos que, acompanhando A. Pimenta na fundação da Acção Tradicionalista Portuguesa serve, apesar disso, de contraponto directo à posição daquele, revelando paradigmaticamente o que poderia ser a posição ambivalente que caracterizaria a atitude de alguns integralistas face ao regime que se fortalecia. No ano em que é premiada pela S.P.N. a sua obra historiográfica revisionista *D. Maria I* – logo em 1934 – e pouco depois de ter recebido o seu prémio, exprime a sua posição de desacordo relativamente ao EN numa carta a António Homem de Melo¹⁰ considerando que "estamos em frente duma República muito mais *republicana* do que a de 1910, pois não admite aos monárquicos a mínima parcela de actividade política. Estamos em face duma ditadura que só pensa em comprar monárquicos para os calar, para

⁹ *Ibidem*, p. 18.

¹⁰ António Homem de Melo, filho do político Albano de Melo, dirigia nessa época em Águeda o jornal fundado por seu pai, *Soberania do Povo*, mais conhecido simplesmente por *Soberania*, periódico de carácter monárquico e ferozmente salazarista – o seu redactor gabava-se, em carta a Salazar, de ter sido um dos primeiros a empregar e definir o termo "salazarismo" (carta de 11 de Maio de 1934, AOS/CO/PC – 3F, p. 4). Mas não era só a este nível que António Homem de Melo parecia colaborar com Salazar: o conteúdo da presente carta de Caetano Beirão é-nos dado a ler porque o seu destinatário a enviou a Salazar, apresentando-a como um "documento do contra-salazarismo integral". Ainda que cortasse deliberadamente o nome do amigo, não seria muito difícil a identificação do autor da presente missiva uma vez que este se apresenta por diversas vezes como o autor da obra então recém-publicada *D. Maria I*.

consolidar a República, o que o Afonso Costa, António José e Camacho não conseguiram fazer". Admoestando amigavelmente o seu interlocutor pela sua desafeção do movimento integralista, afirma que, se a ele lhe satisfazia esta República e este ditador – adjectivo a que junta um ponto de interrogação – "não valia a pena ter combatido a outra República e o outro Ditador (Afonso Costa) indubitavelmente mais *ditador* e com mais prestígio do que este." Termina ironicamente dizendo que se pensasse aderir à República o teria feito quando a outra se proclamou, "cheia de radiosa esperança, de promessas, de prestígio, de popularidade... Mas e esta? Não, confesso-lhe, agora é tarde".

Noutra carta a António Homem de Melo, o autor premiado de 1934 expressa ainda mais frontalmente o seu desacordo relativamente ao Estado Novo e muito especialmente a Salazar: "O que não posso é concordar com a política 'salazarista' que ele (*Soberania*) continua a fazer. Os jornais monárquicos não têm senão uma política a fazer: a política da Monarquia. (...) Depois, a política pessoalista que se está fazendo do homem, como duma bailarina de café-concerto, sem doutrina, sem mística, sem sequência, sem nada, é além de ridícula, perigosa, além de perigosa, anti-monárquica. Somos pelo poder pessoal, sim, mas pelo poder pessoal do Rei que é a única pessoa que tem legitimidade para o exercer; agora poder pessoal do primeiro aventureiro que se apodera do poder, não! Repúblicas presidencialistas, são piores que as democráticas. Ditaduras em República só as aceito pré-monárquicas".¹¹

Porém, esta extrema reserva face ao regime não impediu Caetano Beirão, ainda que de forma diminuta e sem a verbosidade de A. Pimenta, de colaborar em algumas das iniciativas do S.P.N., nomeadamente no núcleo do semanário *Bandarra* com artigos de recorte histórico e ainda no Concelho Directivo da Liga de Acção Universal Corporativa, espécie de resposta portuguesa às propostas da propaganda fascista italiana consubstanciadas nas iniciativas dos "Comitati d'Azione per l'Universalità di Roma" nesse mesmo ano de 1935.

Diferente é já o caso de **Manuel Múrias**, integralista da "2ª geração" que, vindo do contexto concreto da cisão no movimento N/S de Novembro de 1933 – dois meses após a criação do S.P.N. – vai apoiar declaradamente o regime republicano de Salazar, começando por dirigir a revista *A Revolução Nacionalista* que pretendia, segundo Manuel Braga da Cruz¹², drenar o movimento para a corrente do EN e retirá-lo à inflexibilidade de Rolão Preto antes dos confrontos mais centrais de 1934/35.

Figura amplamente integrada no regime, desempenhou vários cargos institucionais, como o de secretário da Junta de Educação Nacional, secretário geral do Congresso da Expansão Portuguesa no Mundo, membro da

¹¹ Carta de 14 de Abril de 1934, AOS/CO/PC – 3F, p. 4.

¹² *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, D. Quixote, 1986.

Comissão Nacional das Comemorações Centenárias de 1940, secretário geral da Comissão dos Congressos do Mundo Português e ainda director do Arquivo Histórico Colonial. Autor premiado pelo S.P.N. em 1940 com a obra panegírica *Portugal: Império*¹³, na categoria do prémio Ramalho Ortigão, cedo começa a colaborar com o S.P.N., nomeadamente no semanário *Bandarra*, fazendo parte da comissão que, com António Ferro a presidir, recebe a Embaixada Cultural de 1935¹⁴ e ainda, como já referimos, do polémico júri do prémio Alexandre Herculano de 1936. Em 1938 encontramos-lo à frente da direcção da revista *Ocidente* que, privilegiando a colaboração ensaística sobre a vida económica e política, reproduzia discursos de A. Ferro, entrevistas a Salazar, conferências da União Nacional, etc.

Porém, outros nomes são mais conhecidos neste processo de associação específica ao S.P.N., nomeadamente os de Augusto da Costa, de João Ameal e de António Eça de Queiroz.

Augusto da Costa nasceu em 1899, contando 34 anos por altura da criação do S.P.N. Pertenceu ao IL, assumindo em 1918 a direcção do jornal dos integralistas *A Monarquia* e foi um dos que, à semelhança de Manuel Múrias, aderiu mais rapidamente ao salazarismo. No ano da criação do Secretariado, vêmo-lo secretário da Presidência do Conselho, sendo referido como um dos mais activos cooperadores da legislação corporativa, ocupando posteriormente um posto no Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência. Foi, para além disso, colaborador em diversos jornais e revistas e a sua relação mais directa com o S.P.N. começa, aparentemente, em 1934 quando a sua obra *Portugal Vasto Império* – constituída pela sùmula de respostas a um inquérito dirigido a várias personalidades acerca da importância das colónias para o país e respectiva afirmação nacional – é premiada pelo Secretariado com o Prémio António Enes; em 1939 receberia de novo um prémio pelas suas obras *A crise da Inteligência Portuguesa* e *O Pecado Nacional da Política*. Antes disso, porém, redigira, expressamente para a fundamentação teórica da organização mobilizadora da juventude que então se formava sob a égide do S.P.N. a Acção Escolar Vanguarda, o opúsculo *Contra todas as Internacionais*, onde glosava já um tema que ganhava corpo e que constituiria pouco depois, de forma mais geral, o eixo estruturante do discurso de Salazar, a saber, que o Estado Novo, ainda que coexistindo pacificamente com os

¹³ *Portugal: Império*, Lisboa, Clássica Editora, 1939. Autor de uma alargada obra historiográfica, investe sobretudo na *temática colonial*, participando no processo de criação duma consciência colonial do povo português, levada conscientemente a cabo pelas esferas institucionais desde o início da década de trinta e contribuindo para o eventual fortalecimento do imaginário imperial de índole integralista a um público mais alargado (para o desenvolvimento deste tópic ver o artigo de Jorge Seabra, "O Império e as Memórias do Estado Novo. Os Heróis de Chaimite", *Revista de História das Ideias*, vol. 17, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1995, pp. 33-78).

¹⁴ Para uma análise desta original iniciativa propagandística de António Ferro, que consistiu em trazer a Portugal um conjunto dos nomes mais significativos do panorama intelectual da época, ver a obra de João Medina, *Salazar em França*, Lisboa, Ática, 1977.

diversos regimes autoritários e fascistas seus contemporâneos, não deveria manter com as organizações de índole activa e militante nenhum género de contacto ou plano conjunto de acção¹⁵. O autor faz, apesar disso, parte do Concelho Directivo da Liga de Acção Universal Corporativa, juntamente com os elementos há pouco referidos.

É ainda um dos colaboradores permanentes e mesmo nucleares do semanário *Bandarra* onde, a par das longas apologias à Política do Espírito de A. Ferro, contribui com um dos artigos que mais define o já referido carácter combativo e mobilizador do semanário, artigo precisamente intitulado "Mobilização do Espírito", no qual descreve o momento que então se vivia como uma verdadeira guerra das ideias que é o ano de 1935 como o ano do extremar dos campos ideológicos. Diz ele, "os portugueses que o Espírito conduz têm por dever assumir atitudes claras, dizer abertamente pelo que se batem – se pela Anarquia se pela Ordem, se pela Nação, se pela Anti-Nação e, conseqüentemente, se desejam criar em Portugal condições que nos levem à vitória ou condições que nos levem à derrota.", estabelecendo o já referido imperativo de "reaportuguesar Portugal para que Portugal seja o Quinto Império digno da sua história e legítima ambição.", tudo isto só é possível diga-se, com o Estado Novo até porque, "O século XX (...) para Portugal começou em 1926"¹⁶...

Também **Luís Forjaz Trigueiro**, bastante jovem, é um elemento fundamental para a elaboração desta retórica de combate mobilizador que caracteriza algumas das primeiras iniciativas do Estado Novo e do S.P.N. nestes anos de integração de forças: elemento activo do movimento N/S, filho de Luís Trigueiros, jornalista e escritor que fora companheiro de João Franco, surge ligado ao S.P.N. através desse núcleo central que é o do semanário *Bandarra* onde escreve crónicas, publica inéditos, faz publicidade das suas obras, entrevista as mais diversas personalidades, etc. É também um dos elementos que recebe, com Manuel Múrias e A. Ferro, a Embaixada Cultural de 1935, efectuando ainda conferências na Emissora Nacional. Em 1936 recebe mais um dos prémios literários do S.P.N., o prémio Fialho de Almeida, pela sua obra de contos *Caminho sem Luz*; em 1940 escreve artigos no Diário de Notícias sobre a Exposição do Mundo Português, inicia um ciclo de conferências sobre Cultura Popular na Emissora Nacional em 1938 que dura até 1945 e nesse ano, a convite ainda do S.P.N. é secretário geral da comissão organizadora das comemorações do Centenário de Eça de Queiroz.

A propósito deste escritor, aliás, tivera ocasião de efectuar, bastante anos antes, em 1935, uma conferência da Emissora Nacional intitulada "O Nacionalismo de Eça de Queiroz" que passamos a analisar brevemente pelo

¹⁵ *Contra todas as Internacionais*, Lisboa, Editorial Vanguarda, 1934. Segundo Simon Kuin, Augusto da Costa terá recebido do S.P.N. a quantia de 482 escudos por este serviço ("O Braço Longo de Mussolin: os "Comitati d' Azione per l'Universalità di Roma" em Portugal 1933-1937", *Penélope*, nº11, Lisboa, Edições Cosmos, 1993.

¹⁶ *Bandarra*, nº 8 de 4 de Maio de 1935.

que de significativo tem em relação com os tópicos que temos vindo a apontar. Nesse texto, uma figura relevante do panorama literário português serve de pretexto para se falar "dessa legião de guerreiros de uma mesma guerra santa atravessando os séculos e as idades, legião de iluminados em cujas páginas de oiro refulgem ao sol do triunfo os nomes de D. Frei Fortunato de S. Boaventura, o Padre Agostinho de Macedo, Gama Barros, França Galvão, José Acúrsio das Neves (...)" e para teorizar sobre um tema, a nosso ver fundamental neste período, que, algo paradoxalmente, constituirá um dos maiores contributos da retórica de índole integralista para a definição do carácter do nacionalismo do Estado Novo, questão de primordial importância para o regime *a de saber se se tratava de um nacionalismo fechado no passado ou virado para o futuro*. À partida, o tradicionalismo integral que era apanágio dos integralistas poderia apontar para a primeira dimensão; mas não! Vejamos o que diz Luís Forjaz Trigueiros, provavelmente imbuído ainda por alguma energia N/S: "Há nacionalismo e nacionalismo. Há o nacionalismo vibrante, dinâmico – esse nacionalismo que gerou com a sua seiva fecunda as Ditaduras italiana, alemã ou portuguesa, esse nacionalismo – emoção, fruto duma reacção justa contra as mentiras do liberalismo burguês, e há o outro nacionalismo, o nacionalismo passadista, amorfo e anódino, que se traduz em manifestação sem lógica nem sentido contra não se sabe bem o quê, um nacionalismo – teoria, feito daquele tradicionalismo passivo que Marinetti tanto criticou. O primeiro é o nacionalismo-fé; o segundo será o nacionalismo-esperança... o primeiro gera os grandes movimentos colectivos, violentos, galvanizadores. O segundo provoca romagens fúnebres, conferências solenes, manifestações saudosistas..."¹⁷. O primeiro gerara o 28 de Maio, acabava por concluir o autor.

Este problema do nacionalismo dinâmico e projectivo adaptado aos tempos modernos, como aliás preconiza Salazar na década de trinta, aparece mais explicitamente elaborado em **João Ameal**, seguramente o mais conhecido publicista integralista colaborador do S.P.N., último autor que iremos abordar e a partir do qual faremos a transposição para a visão de conjunto sobre o contributo integralista nesta esfera institucional do regime relativa à propaganda. Antes disso, porém, cabe uma referência a uma das figuras de extracção integralista que, ainda que das menos paradigmáticas a nível doutrinário, é uma das mais significativas e longevas na sua colaboração com S.P.N. a nível da estruturação da dinâmica interna do organismo: **António Eça de Queiroz**.

António Eça de Queiroz nasceu em 1891, contando quarenta e dois anos por altura da criação do S.P.N. Monárquico activo nas incursões de Paiva Couceiro de 1918, participante do movimento de 18 de Maio de 1925 e depois no 28 de Maio de 1926, pode-se-lhe detectar uma filiação integralista, ainda que não muito conhecida, decorrente da variante manuelista de Alfredo

¹⁷ O Nacionalismo de Eça de Queiroz, Lisboa (s.n.) 1935.

Pimenta: A. Eça de Queiroz terá sido o responsável pela formação dum pretérito corpo miliciano da Acção Realista vocacionado para dotar o grupo da possibilidade de uma participação política mais activa. Apesar desta filiação de índole mobilizadora não se lhe conhecem textos de feição doutrinária integralista propriamente dita, prosseguindo a sua acção combativa noutro tipo de actividades, nomeadamente no campo da luta contra o comunismo: em 1927 é redactor principal da *Revista Antibolchevista*, publicação mensal do Secretariado Português da Entente Internationale contre la IIIème Internationale e em 1933 é um dos elementos do núcleo fundador do S.P.N. ao lado de António Ferro, desempenhando o cargo de chefe dos Serviços Externos em 1935 e de sub-director em 1943, assumindo ainda efemeramente a direcção do S.N.I. em 1950 por ocasião da saída do seu antigo e primeiro director.

Nessas condições participa e organiza numerosas iniciativas no campo da propaganda, sobretudo as que, de alguma maneira, estavam mais directamente ligadas ao campo da extrema-direita, ocupando o lugar que Ferro talvez não pudesse assumir pela sua já alargada visibilidade oficial: é indicado, em 1934, para fazer parte do Comité Português dos C.A.U.R. e encarregue das ligações com essa organização, sendo mesmo enviado ao Congresso de Montreaux de Dezembro desse ano. Terá sido também um dos responsáveis pela organização do que poderá ter constituído a modesta e efémera resposta portuguesa às actividades dos C.A.U.R. em Portugal, a já referida Liga de Acção Universal Corporativa, tendo já antes sugerido a Salazar, em Fevereiro de 1935, por ocasião da vinda da segunda missão a Portugal do delegado daquela organização italiana, a formação de um núcleo português, escolhido entre personalidades do meio intelectual, com uma acção perfeitamente autónoma que se poderia intitular "Liga de Acção Corporativa Latina", em ligação com a sua homóloga italiana. A grande vantagem de tal iniciativa residiria na potencial mútua propaganda: "Os C.A.U.R. têm-se mostrado bons amigos do nosso país e bons propagandistas das nossas realizações. Foram eles que deram brilho às recepções feitas em Itália aos Vanguardistas (...). Em Montreaux o nome de Portugal foi exaltado como um exemplo em todos os discursos promovidos pelos representantes italianos"¹⁸.

António Eça de Queiroz estará ainda envolvido directamente na estruturação da Acção Escolar Vanguarda em 1933, colocando especial empenho na definição das fardas e contribuindo assim para a aura fascizante da organização: "Privado do azul NS, do negro italiano e do castanho alemão, escolhi um verde carregado (...) Camisa verde escuro, boné de bivaque negro (por enquanto) calção e bota negros mais tarde, formarão o todo duma farda sóbria, séria (...)".¹⁹ – fardas, segundo João Medina, copiadas dos Grupos Universitários fascistas italianos²⁰.

¹⁸ Carta a Salazar de 13 de Fevereiro de 1935, AOS/CO/PC – 12A, p. 1.

¹⁹ Carta a Salazar, sem data (1933/34), AOS/CO/PC -12, p. 5.

²⁰ *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo. A história dum conflito (1932-1935)*, Lisboa, Bertrand, 1977, p. 64.

Para além disto, é ainda, entre outras actividades, o comissário geral às Exposições Coloniais de Nápoles (1934) e de Trípoli (1935), onde, diga-se, não terá obtido os melhores resultados a nível do aproveitamento de um recurso privilegiado de propaganda como era este da participação numa Exposição Internacional, coadjuvando posteriormente António Ferro na representação portuguesa à Exposição de Paris de 1937 e à de Nova Iorque de 1939.

Se muita desta acção de António Eça de Queiroz se quedou por um nível essencialmente prático, ainda que fosse publicando simultaneamente inúmeros artigos em diferentes jornais – nomeadamente no *Diário da Manhã* – e proferindo conferências na Emissora Nacional, o mesmo já não se passa com **João Ameal**, figura pública do regime e também funcionário do S.P.N. no período inicial deste organismo, responsável pela veiculação da ideia do nacionalismo dinâmico e projectivo à imagem do regime que se estruturava.

Em primeiro lugar deve dizer-se que, para além de todas as contribuições teóricas da sua lista alargada de obras, João Ameal, integralista que acompanhou a cisão de 1923 para integrar a Acção Realista de A. Pimenta, sendo ainda, posteriormente, simpatizante N/S, foi funcionário do S.P.N. com o cargo de Redactor, competindo-lhe especialmente nessa função, pelo menos em 1934, a leitura da imprensa de Lisboa e Porto e redacção dos respectivos boletins de informação, a organização de edições, manifestos e cartazes de propaganda de política geral, a redacção de comunicações radiofónicas de natureza política, das notas e notícias a fornecer aos jornais de Lisboa e do Porto e a organização e expediente dos Prémios Literários. É, portanto, alguém que, como A. Eça de Queiroz, faz parte da dinâmica interna do Secretariado, mesmo nas suas funções menos propagandeadas como sejam as relativas à informação, contribuindo para a estruturação do organismo e participando, para além disso, em outras iniciativas do mesmo: foi indigitado para fazer parte, juntamente com António Eça de Queiroz, do comité português dos C.A.U.R. ainda em 1934 e, já em 1935, para secretário-geral adjunto da Liga de Acção Universal Corporativa. Participa também no semanário *Bandarra* e beneficia dos prémios literários do organismo a que estava ligado, logo em 1934 com o prémio Ramalho Ortigão pela sua obra *No Limiar da Idade Nova* e depois em 1940, com o prémio Alexandre Herculano para a obra *História de Portugal. Das origens a 1940*. Desempenha posteriormente diversos cargos em várias estruturas afectas ao regime.

Vejamos então mais concretamente o contributo teórico deste autor, ideólogo desde os anos vinte. Historiador e publicista do regime, considerado simultaneamente um autor integralista durante toda a sua vida, orientado por uma filosofia neotomista e admirador de Jacques Maritain, João Ameal construiu muito da sua obra em torno dos paradigmas da **Ordem** e da **Unidade** integrais – o binómio Ordem/Desordem aparece frequentemente nos seus escritos – enunciando um pouco por toda a parte a seguinte ideia que nos parece fundamental: assumindo-se como um nacionalista tradicionalista,

tomista e católico considera que tal facto não implica um regresso ao passado, ou, melhor, que esse regresso não é um regresso puramente nostálgico, um retrocesso ou um anacronismo porque, regressando aos valores intemporais que se encontravam no passado e recolhendo-se deles a inspiração e a imagem da perfeição, procedia-se à plena realização do *resgate* dos homens do presente.

Ora, este seria um dos principais argumentos de que se servia o Integralismo Lusitano: se, no dizer de Manuel Braga da Cruz²¹, o IL não passava de um movimento tradicionalista, conservador e contra-revolucionário, a verdade é que aparecia dotado de uma verbosidade revolucionária e de um pretensão carácter inovador – afirmava-se não só como um projecto de restauração monárquica mas ainda como um projecto de *superação do Estado liberal*, classificação onde cabia tanto a República como a Monarquia Constitucional, ultrapassando-se assim a dita "questão do regime" e propondo-se a instauração de toda uma nova orgânica. Mais que monárquicos, os Integralistas seriam nacionalistas e tradicionalistas. Ora, aquele entendimento fazia com que a tradição fosse entendida não em sentido saudosista ou passadista, como eles gostavam de dizer, mas em termos *actualizantes*

Outra das suas características do movimento foi, durante algum tempo, a vertente do *combate*, que atingiu o seu pico no período pós-Pacto de Paris (Agosto 1922). É certo que posteriormente, e depois do seu isolamento político, o movimento entra numa fase eminentemente doutrinária, influente sobretudo a nível ideológico; mas é também depois dessa data que se verifica, através de alguns sectores do movimento, uma aproximação aos tópicos fascistas que se desenvolviam na Europa, formando-se o movimento N/S de grande dinâmica combativa.

Ora, é todo este mosaico canalizador, assente, em parte, numa longa tradição de combate, a nível teórico e prático, que, filtrada, poderá, numa hipótese, transmitir o que podemos chamar, com alguma reserva, o principal contributo integralista para uma a esfera específica de uma das máquinas de propaganda do regime, o S.P.N.: nestes primeiros anos apela-se à mobilização, ao dinamismo construtor – é uma fase breve mas essencial – extremam-se os campos para precipitar tomadas de posição. Para quê? Para construir o Estado Novo. Mas vejamos: que *Novo* é este? É um novo muito especial. Voltemos de novo a João Ameal e consideremos o primeiro núcleo do seu *Decálogo do Estado Novo*²², obra elaborada para fins de grande divulgação: "Quando se diz que o EN 'representa o acordo e a síntese de tudo o que é novo' – ou, em duas expressões rápidas e claras, da *Tradição* e do *Progresso* – enuncia-se uma verdade útil e necessária (...)"; mais à frente: "Longe está do nosso espírito o intuito de conservar a Nação em dormente apatia! Ao contrário. Queremos um aproveitamento *dinâmico* da tradição – que chame o

²¹ *Op. Cit.*

²² Lisboa, S.P.N. (s.d.).

país às suas responsabilidades históricas, que lhe recorde o orgulho legítimo de antigas glórias e o estimule a igualar hoje, ou mesmo a ultrapassar, os seus mais belos períodos de grandeza." Mas, para isto, tem de efectuar-se uma transposição indispensável: "tentar subir à mesma altura a que subimos outrora *mas dentro do quadro de valores do nosso tempo*". Enuncia-se, pois, uma união entre passado e presente projectada para o futuro – outro não será, aliás, o discurso histórico da Exposição do Mundo Português de 1940.

Ora, este binómio fundamental de Tradição/Progresso poderá estar na base de um dos termos que o S.P.N. mais repisa para classificar o Estado Novo e, concomitantemente, ele próprio: o termo *Vanguarda*. O Estado Novo representa a vanguarda moral, social e política porque se encontra num estádio superior aos velhos argumentos marxistas da luta de classes uma vez que, no seu *equilíbrio* – outro termo-chave – superou essa visão para propor antes uma estrutura da colaboração de classes em proveito da produção e do bem-comum sob a moderada arbitragem do Estado.

É certo que esta retórica de combate e mesmo esta "obsessão da modernidade" tem um existência muito localizada no contexto de construção do Estado Novo e da sua necessidade de mobilização da população. Há medida que o regime se fortalecia, os temas mobilizadores dão progressivamente lugar àquilo a que José Gil define, relativamente a Salazar, como a "retórica da invisibilidade"²³, em que é pedido à população um apagamento progressivo na calma proporcionada pelo regime, que espere sem tumultos e sem intervenção a chegada dum Quinto Império cada vez mais vago e tardio.

Porém, e esta é a ideia fundamental, a temática revolucionária integralista, numa feição moderada e largamente filtrada, pode ter servido os propósitos propagandísticos do regime. A junção do binómio Tradição/Progresso, só aparentemente contraditório – a verdade é que tem que se ser moderno para captar o público ou, melhor, só as técnicas modernas propiciam essa captação com maior eficácia, factor que Salazar tinha em atenção – aponta para o tão almejado *equilíbrio* repetido por A. Ferro, conceito erigido como porta-estandarte da sua mensagem definidora do regime.

Uma outra vertente desta ligação do S.P.N. com o integralismo pode ser encontrada no desejo deste organismo constituir mais um veículo de neutralização de focos potencialmente hostis ao regime pela disponibilização de espaços de colaboração e contrapartidas, sobretudo a partir do momento em que o Estado quer definir as suas competências dirigistas no campo da cultura – como diz A. Pimenta, ele concorre aos prémios do S.P.N. para os ganhar, não para os não ganhar... e vimos que o quadro de colaboradores do S.P.N. engloba, entre muitos outros, elementos dos vários quadrantes passíveis de serem considerados integralistas. Aliás, se nos ativermos detalhadamente à composição desse mesmo quadro, constatamos que sendo o S.P.N. o organismo dum regime que se afirmava, para todos os efeitos, republicano, mais

²³ Salazar: *a Retórica da Invisibilidade*, Lisboa, Relógio D'Água, 1995.

parece constituir um espécie de "feudo" monárquico, integralista, sidonista, nacional-sindicalista, em que o único republicano quase acaba por ser somente o seu próprio director e pólo aglutinador, António Ferro. Todos trabalhando para o funcionamento de uma das máquinas de propaganda do Estado Novo que, dada a sua natureza específica assumida, maior dimensão pública alcançou e maior curiosidade historiográfica suscitou pela *imagem* localizadamente modernizante do regime que projectou na memória colectiva.

Elementos responsáveis, de alguma forma, para a definição da *forma* do nacionalismo que deveria presidir a esse regime que se alicerçava: um nacionalismo tradicional baseado numa lógica de acção moderada vocacionada para o combate da indiferença e mesmo da hostilidade da população relativamente a algumas das iniciativas do Estado Novo nestes tempos iniciais²⁴ e articulado com o tema nuclear projectivo do "Resgate da Nação".

Por outro lado, qual então o reverso da medalha, isto é, o que podiam pensar alguns destes elementos ganhar com a colaboração prestada? Será forçado pensar que consideravam este um dos meios para servir os seus projectos de restauração duma monarquia integral, à maneira da campanha pessoal conduzida pacientemente por A. Pimenta. Porém, e este é um mero exemplo, a actividade editorial do S.P.N. – uma das principais atribuições do organismo é a da *divulgação* através de todo o género de obras impressas – terá conferido uma certa visibilidade oficial a certo tipo de obras de cariz mais vinicamente integralista, como o eram as obras historiográficas de cariz revisionista premiadas na década de trinta, contribuindo eventualmente para uma maior familiarização do público com estas temáticas. O processo de atribuição de prémios, lembremos, tinha numa primeira fase um integralista – João Ameal – à frente da sua organização. É esta uma outra vertente muito rica de pesquisa – constatar até que ponto alguns dos integralistas colaboradores do S.P.N., para além de Alfredo Pimenta, considerariam este um elemento da sua estratégia, dispondo realmente de uma esfera de acção – mas que não coube analisar aqui.

²⁴ Um sinal do eventual clima receptivo pouco encorajante às iniciativas do regime em 1933 pode ser encontrado na situação descrita a Salazar por Júlio Mesquita, administrador do *Diário da Manhã*, acerca da difícil comunicabilidade deste periódico da União Nacional junto da população: "O assinante receia, muitas vezes, por cobardia moral, ter aqui o seu nome registado; o cliente avulso quase o compra a medo e guarda-o só para o ler em casa; em alguns pontos chegaram a ser apupados os vendedores que compram o *Diário da Manhã*; a expedição pelo correio era propositadamente feita ao contrário, isto é, o correio do Norte era enviado para o Sul e vice-versa, de forma a demorar a entrega do jornal pelo menos um dia (...). O anunciante ou declara abertamente que não lhe pode dar publicidade, ou, ironicamente, diz que estando em compressão de despesas como lhe é aconselhado, não pode fazer despesas com anúncios !!!" (carta de 7 de Agosto de 1933, AOS/CO/IN-G).

VARÕES REPUBLICANOS

QUATRO RETRATOS DE VULTOS POLÍTICOS DA I REPÚBLICA: MACHADO SANTOS, AFONSO COSTA, JOÃO CHAGAS E SIDÓNIO PAIS

João Medina

1. Machado Santos, o republicano recalitrante

Machado Santos, o homem que fez triunfar a República nas horas decisivas da revolução, durante as quais, na Rotunda, a sorte das armas vacilou e a vontade dele, mais a que uns quantos heróis ali presentes, com destaque para meia dúzia de sargentos que decidiram unir os seus destinos aos daquele comissário naval, fez pender a sorte para a causa verde-rubra, e assim – na medida em que, em dados momentos decisivos uns quantos homens podem fazer inflectir a marcha da História –, alterou de modo decisivo os fados nacionais no sentido que quis fossem os nossos, – Machado Santos teve um destino político e pessoal muito contraditório, cheio de paradoxos. Um deles estava no facto de que, uma vez triunfante a causa pela qual se batera com denodo e galhardia inegáveis – uma vez que não se pode levar a sério a tese de que o 5 de Outubro foi um "bambúrrio", como já então várias vezes foi dito e foi escrito –, acabaria por viver marginado nesse regime que fundara: marginado e sempre recalitrante, eterno conspirador contra a própria República que fundara resistindo no alto da Avenida da Liberdade, topónimo tão adequado para designar os avanços e retrocessos da Liberdade entre nós, liberdade tantas vezes jogada na Rotunda, em 1910 como em 1917...

Tendo portanto liderado, como um dos três membros da Alta Venda, a conspiração carbonária para derrubar pela força a monarquia constitucional, nisso chocando desde logo com os preconceitos e os escrúpulos ou temores legalistas dos que, como Bernardino Machado, julgavam ser possível arrebatam o poder aos monárquicos pela simples pressão do voto – esquecendo-se aliás que a máquina eleitoral estava viciada desde há décadas de modo



"O sr. Antonio d'Azevedo Machado Santos, commissario naval, que commandou as forças revolucionarias no Alto da Avenida onde heroicamente formou o baluarte da Republica".
Legenda da fotografia publicada na *Ilustração Portuguesa* de 17-X-1910.

a favorecer os grandes cacicatos dos poderes estabelecidos – e tendo, pelo seu heroísmo, fundado a República com um golpe de audácia e de fé, este modesto comissário da administração naval – ou seja, com um posto equivalente ao de tenente no exército – sentiu-se deslocado dentro dela, começando por fazer-se jornalista nas colunas do seu *O Intransigente*, e liderando, daí até

à sua morte trágica, na noite infame de 19 de Outubro de 1921, uma fracção político-partidária bastante minoritária e até irrelevante no xadrez eleitoral – a Federação Nacional Republicana –, estando assim condenado a não poder influir deveras nos mecanismos do novo regime a não ser pela mesma via de que se servira para liquidar a situação anterior a ele, ou seja, pela conspiração, pelo golpe de força, pela força das armas...

E, assim, isolado no seu radicalismo, com os galões inúteis de almirante e a absurda recompensa monetária que o Parlamento lhe concedeu e com a qual fundou um jornal donde esperava poder orientar o novo regime, fazendo ecoar o protesto de um Basílio Teles, que sonhara com uma República semelhante àquela que os Jacobinos tinham levado a cabo com a Convenção e o Comité de Salvação Pública, Machado Santos era uma espécie de estátua do comendador a lembrar aos políticos que tinham vindo em tropel assenhorear-se do seu carro triunfal de 5 de Outubro de 1910, para o expulsarem do novo templo onde agora pontificavam os habilidosos, os "adesivos" e sobretudo os expeditos como Costa ou Almeida ou Camacho, em suma, os da eterna conspirata palavreira e politiqueira contra a carcomida e tão apupada e desacreditada monarquia que só ele, o pouco falador e inábil comissário naval administrativo, lograra atirar, com a ajuda da sua espada de oficial não combatente, para a lixeira da História. Mas nunca lhe perdoaram o heroísmo e o triunfo da República na Rotunda, pois foi um comando de facínoras manipulados e pagos por conspiradores monárquicos – lembremos os nomes de Gastão de Melo Matos, o padre Lima, Carlos Pereira... –, disfarçados de radicais, que, aproveitando-se da conturbada noite de mais uma revolução, a de 19 de Outubro de 1921, o haviam de sequestrar, meter numa camioneta – a famigerada "camioneta fantasma" – e o levar ao Largo do Intendente, onde o fuzilaram, como o faziam ainda a outros heróis de 1910, como Carlos da Maia e António Granjo. Evocando esta morte ignóbil, Cunha Leal escreveu na altura:

"Como é triste morrer esmagado pelo desabar do sonho de toda uma experiência! Sentir a República grudada a todo o nosso ser, senti-la nas mais íntimas células do organismo, sacrificar-lhe os interesses sagrados da Família, e ser chacinado em nome dessa mesma República por facínoras, armados em bons republicanos! Oh, os miseráveis, os miseráveis!"

De facto, como o diz neste texto Cunha Leal, os seus assassinos na chamada "noite sangrenta" – essa mesma que um escritor como Raúl Brandão evocou de modo tão pungente nas suas memórias –, os mesmos que também mataram Carlos da Maia e Granjo, eram cabos da Marinha e civis pagos e manejados por conspiradores monárquicos que, com altas protecções na finança e nos jornais, sobretudo no diário *Imprensa da Manhã*, tinham planeado vingar-se da morte de D. Carlos e da implantação da República, aproveitando-se para este intento criminoso de uma qualquer nova perturbação da ordem pública, tão frequentes na época, o que se proporcionou naquele sinistro 19 de Outubro.

Isolado, pois, durante a República parlamentar que desde então vingou contra os seus propósitos de radicalismo reformista republicano, Machado Santos viveria para conspirar, recalçar, para criticar com cólera e espreitar as ocasiões azadas para retomar o poder que o seu heroísmo lhe concedera de modo tão efêmero nos começos do novo regime, funcionando neste como um constante conspirador destinado sobretudo a dar apoio aos que, de um modo ou de outro, haveriam de tramar pela via conspirativa contra a onipotência das forças partidárias do novo regime, ou seja, os democráticos de Afonso Costa, o Partido Democrático. Lembrou-o Rocha Martins, o jornalista monárquico que tanta amizade tinha pela vítima da Noite Sangrenta, ao evocá-lo nestas palavras:

"Tu eras o doido herói dragonado, vestindo-se para a rebelião como para uma boda, o crente que ficava na barricada enquanto os chefes fugiam; tu eras o idealista duma conciliação da família portuguesa, como se cevados pudessem deixar de grunhir diante das pias ou dos chiqueiros. Eles nunca te perdoaram, meu amigo, e por isso, no dia de hoje [Rocha Martins escrevia isto em 1923, na ocasião de mais um aniversário do 5 de Outubro], quando lançam nos ares os seus foguetes e acendem os seus inofensivos morteiros, é como se festejassem a tua morte, o teu assassinio, o teu desaparecimento. Saúdam-se a si próprios. São eles os verdadeiros fundadores desta República."

Chegaria mesmo Machado Santos, para efeitos conspirativos contra aquela torpe República parlamentar e, apesar disso, eternamente regida pela onipotência arbitrária de Afonso Costa, esse regime que não se amoldava ao sonhado esplendor da visão entrevista na madrugada de Outubro, ao ponto de coligar-se com alguns dos mais resolutos e eternos inimigos do próprio regime, desde os monárquicos aos católicos e aos anarco-sindicalistas, passando por alguns sectores de formação ditatorial e que, desde a teorização solitária de Basílio Teles aos tentames protofascistas dos anos vinte, sonhariam com um regime de tipo castrense ou, pelo menos, de cariz acentuadamente autoritarista, antiliberal, dirigista ou cesarista, fundado na chefia pessoal dum líder todo carismático, regime que teria no Sidonismo a sua primeira realização evidente.

Assim o iremos encontrar, logo em 1915, ao lado da ditadura de Pimenta de Castro e, desde a instauração da República Nova, em 1917, como apoio essencial da ditadura sidonista, que serviu com sinceridade e alguma contradição, primeiro como ministro do Interior, desde Dezembro de 1917 a Março do ano seguinte, e, depois, como ministro das Subsistências e Transportes, de Março de 1918 a Maio desse mesmo ano, para continuar no governo da República Nova, agora como Secretário de Estado das Subsistências e Transportes – note-se que, ao acumular o Presidente da República o cargo de primeiro-ministro, os ministros passavam todos, como sucedia no sistema norte-americano, que Sidónio quis copiar, a ser simples secretários de Estado –, de Maio a Junho desse ano, momento a partir do qual o vemos inclinar-se para criticar o seu amigo Sidónio e colocar-se cada vez mais ao lado dos que

abertamente contestavam a via autoritarista e retrógrada do novo regime que o major-ditador liderava com carismática suficiência e evidente cegueira política. De agora em diante, o recalitrante republicano Machado Santos volta a aproximar-se daqueles mesmos que durante anos a fio implacavelmente criticara ou combatera.

De facto, após os assassinatos cometidos pela polícia sidonista durante a chamada "leva da morte", em Lisboa, em Outubro de 1918, Machado Santos, regressado ao Parlamento, critica as prepotências policiais, as perseguições políticas e os dez mil e tantos prisioneiros políticos nas enxovias do regime deembrista, ao mesmo tempo que, pondo-se de acordo com outras figuras desiludidas com a evolução da ditadura de Sidónio – entre as quais o também antigo ministro desta, o oficial da marinha e herói do 5 de Outubro, Carlos da Maia, que também seria abatido na "noite sangrenta" –, adverte a República Nova de que se prepara uma insurreição monárquica para reimplantar o regime caído em 1910, o que não tardaria a confirmar-se no Porto e, logo em seguida, às portas da capital, uma vez assassinado, em Dezembro de 1918, o Presidente da República. Por isso o vemos então enfileirar ao lado dos que irão combater os insurrectos monárquicos em Monsanto e, depois, no Norte. Aqui, mas só aqui, estaria Machado Santos ao lado dos demais republicanos de ontem, no comum combate contra os que queriam restaurar a deposta realza, agora que estava morto Sidónio Pais, esse republicano sincero mas equivocado – tal como o seu contraditório amigo Machado Santos...

Mas recuemos um pouco e recordemos ainda que, em 13 de Dezembro de 1916, em Tomar, Machado Santos, regressando amnistiado dos Açores, para onde o atirara a sua participação na ditadura pimentista, conspirara de um modo que não pode deixar de lembrar (pelos apoios solicitados e pelas esperanças então acalentadas, bem como pelos princípios antiafonsistas que tencionava pôr em prática, nesse golpe militar que acabaria por fracassar, e que o levaria a ser preso uma vez mais pela República que ele mesmo fundara, ficando doravante encarcerado no antigo palácio do Fontelo, em Viseu) o sidonismo triunfante na Rotunda – de novo tudo se jogara no reduto entrincheirado ao alto da Avenida da Liberdade!... –, que o iria buscar em 1917 para o levar para as cadeiras do poder.

Restaurada a República velha, com o governo de José Relvas, Machado Santos retira-se praticamente da vida política. Envelhecera precocemente este homem que, ao ser abatido a frio, por uma horda de facínoras, apenas com 46 anos, era já, de facto, um velho. Numa República de dúbios republicanos, maciçamente composta de "adesivos" de tão suspeita sinceridade ideológica, Machado Santos, ao desaparecer da maneira trágica que foi a sua, deixou de algum modo para sempre maculado e irremediavelmente truncado o próprio ideal que servira em momentos de diamantina fé, de forte esperança e de efémera glória. Aquele admirante que não chegara sequer a meio século de vida quando o "Dente de Ouro", um cabo da marinha, o fez varar de balas, ao cair estoicamente no Largo do Intendente, onze anos depois de proclamada a

República, era a vítima suprema duma revolução que assim devorava os seus melhores filhos, imolando-os num altar onde o sacrifício de Abraão se repetia com um sentido macabro e absurdamente suicida: ao permitir que o seu filho fosse prostrado pelo cutelo, sem que nenhum anjo salvador suspendesse o gesto homicida, os deuses lusos deixavam que acabasse, no opróbrio, na ignomínia e no sangue, que nunca mais seca na memória colectiva, o próprio ideal que levava homens puros e abnegados como Machado Santos a resistirem na Rotunda, sob a metralha inimiga, apostados em mudarem os destinos dum país.

País que, afinal, acabara governado por aqueles que tinham fugido, minados pela descrença, nesse mesmo 4 e 5 de Outubro de 1910 – e são eles, os Sá Cardosos e os Afonsos Pala, que têm os nomes perpetuados nas ruas da capital, enquanto o nome de Machado Santos não foi ainda dado a nenhuma esquina da cidade... –, e que depois, recuperados a tempo e de parceria com a legião grunhadora dos "adesivos" ou conversos por interesse, formariam o essencial da nova ordem dirigente no poder. Como poderia então manter-se activo, influente ou sequer existir um homem de um só rosto, ainda que contraditório como o de Jano, chamado António Maria Machado Santos...?

2. Afonso Costa, o Costa Cabral da República

Havia neste jurista de estatura pequena e olhar duro, algo de um ditador, talvez mesmo de um déspota, como alguns dos melhores analistas do seu tempo não hesitaram aliás em escrever. Disseram-no, por exemplo, em tons diferentes e por motivos talvez distintos, com maior ou menor severidade, espíritos lúcidos e elevados como João Chagas, Carlos Malheiro Dias, Francisco Rocha Martins, Fernando Pessoa e Raúl Proença, ou seja, homens com as mais diversas formações político-ideológicas. De facto a sua semelhança com estadistas como Costa Cabral ou João Franco ou até Robespierre – pois a todos eles foi o nosso beirão repetida e insistentemente comparado em vida – não se inscreve num mero exercício de metaforismo histórico, de imagens literárias mais ou menos felizes ou fórmulas sumárias para usos comicieiros. Não, elas exprimem uma ideia profunda, que não foi suficientemente sublinhada pelos estudiosos do fenómeno Afonso Costa (depois de uma historiografia rapidamente adversa ao político de Seia, durante o Salazarismo, tivemos uma outra, igualmente sectária, portanto falseada, porque toda em louvor do homem da lei da separação das Igrejas e do Estado, apresentado até como um "social-democrata"...).

O facto é inegável: havia nele um temperamento de déspota, uma alma de ditador, e foi de facto uma ditadura que Afonso Costa exerceu, ainda que temperada por alguns escrúpulos legais e contida dentro de certas baias constitucionais, durante os 16 trepidantes anos que durou a I República. Ele dirigiu com mão de ferro vários gabinetes, ou foi dentro deles o *homem forte*



Dr. Afonso Costa, ministro da justiça. Fotografia publicada na capa da *Ilustração Portuguesa* de 21-X-1910.

do novo regime, a começar pelo primeiro, o do Governo provisório, de Outubro de 1910 a Setembro do ano seguinte, sendo ali o homem basilar nas reformas, sobretudo na invenção da implacável máquina de guerra montada contra a Igreja, sendo seu escopo confesso o de acabar com o Catolicismo em duas gerações, como triunfalmente o anunciou, em vésperas de proclamar "a Basilar" – assim era designada a lei de separação de 20 de Abril de 1911 –, numa reunião maçónica (e já agora note-se que o seu nome maçónico era de "irmão Platão", o que dá bem a sua imodéstia ou a sua falta de sentido das

proporções...). Nesse primeiro gabinete, foi ele a alma do novo regime e foi durante ele que pôde actuar com certo desembaraço quanto a restrições parlamentares, que só começariam em Maio do ano seguinte, após a eleição das Constituintes.

Chefiou depois três gabinetes, sempre com mão férrea, primeiro em 1913, em seguida em 1915 e, por fim, em 1917, tendo sido apeado deste último pela revolução sidonista de Dezembro desse ano, sendo então preso num hotel no Porto, trazido para Lisboa, metido no cárcere de Elvas e mandado finalmente para o estrangeiro alguns meses depois, aliás sem nunca ter sido submetido a julgamento, exílio de onde só voltaria de quando em quando, preferindo ter homens de confiança sua a comandar o partido hegemónico do regime republicano, o chamado Partido Democrático, também designado popularmente como afonsista ou "formiga branca". Entre estes lugares-tenentes figurava o antigo carbonário António Maria da Silva, que também liderou diversos governos até que a contra-revolução do 28 de Maio pôs fim não só à sua carreira mas também ao regime republicano, e, por quase meio século, à existência da própria Liberdade em Portugal...

A par da sua rigidez dogmática, voluntariosa e destemida, reforçada pela *secura* toda abstracta de um espírito essencialmente jurídico, ou seja, formalista e sem grandes asas ou imaginação, este homem temerário e insensato soube, como ninguém, depois de João Franco ou antes de Salazar, despertar ódios e sentimentos rubros, tanto de devoção beata – teve uma estatueta de prata feita por um ourives do Porto e foram-lhe dados inúmeros presentes de admiradores políticos, ficando célebre o tinteiro de prata executado pelo grande medalhista João Silva, e no Carnaval as crianças mascaravam-se de Afonso Costa... – como no extremo oposto. No campo da execração, foi detestado a ponto de o seu nome ser dado a cães e de se ter engendrado em redor do "anti-Cristo de Seia", uma verdadeira lenda negra: por exemplo, corria vulgarmente a atoarda de que receberia dinheiro por cada soldado português que partisse para a guerra. E um fado, em 1915, falava dele integrado numa sucessão catastrófica de homens de apelido Costa:

"Um Costa matou o rei [D. Carlos]
Outro Costa o Presidente [Sidónio]
Vem agora outro Costa [Afonso Costa]
dar cabo da gente".

Uma outra variante rezava:

"E um Costa que eu cá sei
É a desgraça de muita gente".

O profetismo desta versalhada fadista seria perfeito se pensarmos que o tal Costa que veio mesmo "dar cabo da gente" se chamaria, na realidade Gomes da Costa: era a espada que parturejou o golpe liberticida de Braga, em 1926, pondo fim deste modo caseireiro, ao atadíssimo nó górdio da I República.

A brutalidade de Afonso Costa – Fernando Pessoa não hesitou em achar-lhe mesmo um ar "patibular" e de o designar por "jesuíta vermelho", "destemperada besta" que "não merece a consideração devida a qualquer vulgar membro da humanidade", "pobre idiota", "escroque-nato" e outros vitupérios de igual rudeza... –, a brutalidade de Afonso Costa, dizíamos, e a sua agressividade nos processos de actuação tinham aliás a comprová-lo, do modo mais rotundo, um evento que o actual biógrafo deste político nefasto preferiu omitir no seu estudo: o facto de, uma vez, ter ido ao Porto expressamente, em Janeiro de 1902, para agredir fisicamente o célebre escritor e intelectual republicano Sampaio Bruno. Costa era, na altura, catedrático de Direito em Coimbra – estranho facto se pensarmos que usava da agressão física para provar os seus pontos de vista ideológicos ou de estratégia do partido, pois foi por causa disto que se decidiu a ir espancar aquele vulto cimeiro do pensamento democrático – e tinha o professor apenas 31 anos. Quanto ao agredido Bruno, tinha então 45 anos mas era já um homem envelhecido.

Costa fez a agressão em plena rua Sá da Bandeira, no Porto, munido dum "box" de ferro, deixando o escritor português bastante ferido. Na confusão que se gerou após a agressão perpetrada – "tentativa de homicídio" lhe chamou um jornal no dia imediato –, Costa refugiou-se numa loja, escondendo-se no interior dela, sendo esta logo fechada. O caso, relatado pela imprensa da época, e que pode ser lido, por exemplo, na reportagem que dela fez um influente jornal republicano do Porto, *A Voz Pública* do dia seguinte, 12 de Janeiro de 1902, foi em larga medida esquecido nos anos subsequentes, sobretudo devido aos elevados postos ministeriais ocupados pelo docente e feroz agressor: três vezes presidente do ministério, ministro da Justiça – da Justiça!... – no Governo Provisório, ministro das Finanças em 1913-14, dos Negócios Estrangeiros em 1913, de novo das Finanças em 1915 e 1916... O único escritor que, anos a fio, com particular sanha anti-Costa, se aplicou a recordar esta cobarde agressão nos começos do nosso século, foi o truculento jornalista Homem Cristo Pai, autor de inúmeras obras contra o regime republicano e o seu chefe mais notório. E já que abordámos este capítulo de violências, lembremos que um senador republicano tentou assassinar Costa, logo após a revolução do 14 de Maio de 1915, mas não o encontrando no comboio Lisboa-Porto, onde julgava que ele viajaria, desfechou vários tiros sobre João Chagas: chamava-se João José de Freitas.

Depois do Sidonismo, Costa manteve-se quase sempre no estrangeiro, como diplomata luso nas negociações do tratado de Versalhes e, sobretudo, como advogado de importantes companhias ligadas a negócios africanos e a bancos, como o Banco Nacional Ultramarino. Vivia no hotel Vernet em Paris levava a vida confortável dum grande advogado europeu de largos proventos, ao serviço das multinacionais, só condescendendo em vir até ao seu país estudar a hipótese dum "come back" político, em 1923, tendo entretanto sido eleito para a Presidência da República um homem que era afecto ao seu partido, Manuel Teixeira Gomes, o nosso jurista truculento encarou a pro-

habilidade de chefiar um gabinete, que, a ter-se constituído, teria sido o quarto ministério consigo à cabeça. Gorou-se porém este tão aguardado tentame e Costa voltou ao confortável exílio na "cidade luz", a tratar dos seus negócios e a enriquecer o seu pecúlio.

Em Portugal, a sua figura suscitou sempre dedicações excessivas e ódios não menos ferozes, sendo motivo de uma profusão de diatribes, caricaturas e sátiras de todo o género. Houve mesmo um longo poema satírico contra ele, duas vezes aplicado, a *Afonseida*, do poeta Octávio de Medeiros, que cantou em tom sarcástico a sua fulgurante carreira, sem se esquecer do caso do famoso desastre de 3 de Julho de 1915, quando Costa, ao julgar-se vítima de mais um atentado num eléctrico a caminho do Dafundo, se atirou pela janela do mesmo, fracturando o crânio e ficando alguns dias no hospital de São José, às portas da morte, enquanto numa maldosa adivinha rimada se perguntava: "Qual é a coisa, qual é ela, que entra pela porta e foge pela janela?" Este pseudo-atentado do eléctrico e o acidente que ia custando a vida ao ilustre político – porque já houvera outros, falsos ou verdadeiros, sobretudo no seu governo de 1913, quando o "racha-sindicalistas" (como era conhecido pelos operários) se empenhou em destruir a União Operária Nacional e partir a espinha ao sindicalismo revolucionário luso da altura, mandando prender e expulsar para o estrangeiro vários dirigentes sindicais, como o anarco-sindicalista Pinto Quartim, despachado de barco para o Brasil, sob o pretexto de que lá nascera... – foi razão para que um obscuro poeta da altura passasse também um mau bocado precisamente por causa deste episódio, porquanto, sob o pseudónimo (aliás, heterónimo) de Álvaro de Campos – Eng.º Álvaro de Campos – entregou a 6 de Julho a um jornal de Lisboa uma carta-manifesto futurista onde, a dada altura, cometia a *gaffe* prodigiosa de se referir ao caso célebre, ocorrido três dias antes, escrevendo, a dada altura da sua prédica a favor da revista *Orfeu* e dos camaradas futuristas:

"(...). De resto, seria de mau gosto repudiar ligações com o futurismo numa hora tão deliciosamente mecânica em que a própria Providência Divina [com maiúsculas!] se serve dos carros eléctricos para os seus altos cometimentos".

Esta nota dada ao jornal *A Capital* suscitou tal indignação entre os fanáticos do ilustre político ferido que o poeta teve mesmo de se esconder por uns dias para fugir às esperadas represálias da "formiga branca" – a polícia do partido democrático ou afonsista, um verdadeiro serviço atrabiliário de ordem, disposto a castigar todos quantos discrepassem do aparente unanimismo que rodeava a figura devotamente aplaudida do chefe republicano – e que alguns futuristas, talvez menos dados a crerem em "delícias mecânicas" ou mais atreitos a recearem serem punidos com pugilatos por simples punhos humanos, preferiram ir a correr ao jornal para lhe comunicarem que não se solidarizavam com a tal carta do Sr. Eng.º Álvaro de Campos, aliás Fernando Pessoa: assim o fizeram os valentes e esfusiantes modernistas chamados António Ferro, Mário de Sá Carneiro, Almada Negreiros e Alfredo Guisado, todos muito receosos de se verem envolvidos no escândalo da carta de Pessoa

satirizando o caso do eléctrico... Quanto ao pintor Almada Negreiros – autor da maior imprecação de toda a História da cultura em Portugal – o célebre *Manifesto anti-Dantas*, desse mesmo ano de 1915 –, foi também ao jornal apresentar a sua palinódia, insistindo no facto de que, segundo lhe tinham contado amigos íntimos de Pessoa, este teria confessado que escrevera a referida carta "em manifesto estado de embriaguez": eram desta têmpera os briosos moços da *Orfeu*...

Mas não estava decerto em estado de etilização o ponderado seareiro Raúl Proença quando, alguns anos volvidos, mais exactamente em 1923 – constando que Costa tornara a Portugal para estudar a hipótese de voltar enfim a formar governo, e que teria sido o primeiro por si tentado desde o fim da primeira guerra mundial e após a experiência traumática do Sidonismo, que lhe valera ser preso no Porto e metido numa prisão militar no Alentejo –, deixou nas páginas da *Seara Nova* um retrato de Afonso Costa, no qual dizia esperar que o político fosse capaz de "fazer tábua rasa da velha e desconceituada política de expedientes e falso radicalismo a que ligou o seu nome. A sua figura – continuava Proença –, deve reconhecer-se, sempre sobressaiu como a mais alta afirmação política da República. Dotado de excepcionais faculdades de trabalho, de um belo temperamento obstinado de actividade entusiasta, o Sr. Afonso Costa bem depressa se ergueu acima das energias frouxas, dos temperamentos moles e dessorados, das almas sem confiança dos políticos que o rodeavam ou o combatiam, alguns dos quais, tidos como mais inteligentes ou mais cultos, se inutilizavam no entanto numa simples actividade crítica e dissolvente."

E prosseguia Proença, afirmando que Costa nunca viu os nossos problemas como um conjunto, nunca concebendo portanto a política como um todo orgânico e a salvação nacional como um sistema de soluções interdependentes, e que nunca a ideia duma reforma completa na estrutura mental e económica do País preocupou o seu espírito. Governara "rodeado de uma centena de imbecis e de incompetentes", e agora queria voltar à ribalta e reassumir a chefia do governo, sendo porém de suspeitar, rematava Proença, que havia de voltar aos erros e cair nos mesmos vícios em que anteriormente incorrera nos sucessivos ministérios seus, desde 1910 a 1917, ou seja, desde os primeiros dias da República ao Sidonismo ou "República Nova" (artigo na *Seara Nova* de Outubro-Novembro de 1923).

Como dissemos já, Costa não chegou então – nem nunca mais – a formar ministério, preferindo voltar para o exílio doirado em Paris e deixando que homens da sua confiança, do seu partido democrático, o eterno ganhador das eleições, tomassem conta do País, e o governassem por ele – mal, já se vê. Homens de vista curta e entendimento estreito, anões como o eterno António Maria da Silva, se encarregariam, assim, de lhe perpetuar os vícios mentais e políticos à frente do Governo, a ponto de se ter cunhado na altura a expressão de enfado total – "Tudo, tudo, menos António Maria da Silva!", a qual se chegou a somar a de "Antes Afonso XIII do que Afonso Costa". Sim,

a fadiga e a desilusão suscitadas pela I República tinham levado os Portugueses da altura a desejarem mesmo TUDO, realmente tudo, qualquer panaceia de resultados garantidos e radicais para pôr fim à balbúrdia sangrenta daquele regime de prepotências constantes e incapacidades provadas, mesmo uma ditadura militar, mesmo uma qualquer ditadura de contornos indecisos e de perfil brumoso, cujo significado exacto, catastróficas consequências e terrível hipoteca para as gerações futuras se ignoravam na altura. Foi esse, em suma, o principal resultado da governação do antigo agressor de Sampaio Bruno: criar na esmagadora maioria dos seus compatriotas tal asco ao seu nome, ao seu vulto e à sua política que lhe preferiam tudo, mesmo serem devorados pela Besta ditatorial, cujos dentes todavia não imaginavam – mas como podiam imaginar? – que fossem tão duros, tão tenazes...

3. João Chagas, de conspirador a diplomata

João Chagas constitui uma das figuras mais interessantes do movimento republicano português entre 1890 e os finais da República, ou seja, desde o momento em que o Ultimato britânico o lançou na agitação contra o regime monárquico-constitucional a que estava tão íntima e familiarmente ligado – seu tio era o célebre deputado e escritor Manuel Pinheiro Chagas –, até ao momento em que falece no Estoril, em 28 de Maio de 1925, a um ano do movimento bracarense que decapitou o regime que este jornalista, panfletário, conspirador e diplomata tão esforçada e activamente servira. Chagas era uma figura simpática de literato bem vestido e de estilo fluente, de homem muito lúcido, culto e destemido, de espírito todo elegante, grande "jouisseur", mas um hedonista que sabia arriscar o seu futuro nas situações mais dramáticas. Ficaria sobretudo lembrado como político, mas foi também um grande escritor que merecia ser recordado e reeditado ainda hoje, porque manejava com igual facilidade tanto a pluma do crítico literário como o florete do panfletário. Como escritor, Chagas está hoje, infelizmente, esquecido de todo, a ponto de só ser mencionado de raspão na *História da Literatura Portuguesa* de Óscar Lopes e António José Saraiva, o que é, no mínimo, injusto, já que as suas crónicas literárias e os seus artigos de crítica social e de combate político, sem falar nas suas cartas espirituosas e lúcidas, lhe garantem um indelmentível posto de destaque nas letras nacionais.

De facto, ele deixou uma das obras mais importantes – e por isso mesmo mais injustamente esquecida – do nosso jornalismo político e de ideias, ou de doutrinação democrática, sendo o autor de alguns dos documentos basilares para se compreender a formação, a evolução e os parâmetros ideológicos do nosso republicanismo – obras como as *Cartas Políticas*, de 1909-1910, os livros *Homens e Factos* e *De Bom Humor*, ambos de 1905, a *História da Revolta do Porto* (de colaboração com António Maria Coelho), *As Minhas Razões*, de 1906, o *Diário de um Condenado Político*, de 1892-93, *Trabalhos Forçados*, de 1900, os quatro volumes do seu *Diário* político, publicados



João Chagas – Presidente do Conselho de Ministros da República Portuguesa (*Cliché Vasques*)", fotografia publicada na capa da *Ilustração Portuguesa* de 11-IX-1911.

postumamente, sem esquecer as elegantes e espirituosas cartas que trocou com figuras do seu meio e do seu tempo – nomeadamente com o seu grande amigo, o humorista Jorge Cid. O seu *Diário* merece realce nesta bibliografia de Chagas, já que constitui um acervo precioso de reflexões, testemunhos, retratos morais e psicológicos de homens e situações da sua vida, escrito a partir do posto diplomático parisiense, do qual duas vezes se teve de demitir para não servir ditaduras.

João Chagas é ainda um dos políticos que mais sofreu pela sua causa, que era a da República liberal, a da Liberdade, tendo estado preso na cadeia da Relação do Porto, em 1891, e logo depois degredado em Moçâmedes, de onde se evadiu, para ser de novo capturado e enviado outra vez para a "costa de África", agora na fortaleza de São Miguel, em Luanda, sendo mais tarde amnistiado, tornando às lides jornalísticas no final do século XIX. Uma vez ainda conheceria, por alguns dias, os cárceres, em começos de 1905, na derradeira fase da ditadura franquista: salvou-o, desta feita, o acto isolado de Buiça e Costa, os tiros do Regicídio...

Chagas foi um dos mais activos e eficientes preparadores da conspiração republicana, destacando-se sobretudo como inimigo virulento da ditadura de João Franco, de 1906 a 1908, sendo uma vez mais preso, agora no Quartel dos Paulistas, em 1908. Contra João Franco e a sua dementada ditadura – que se havia de traduzir na derrocada da própria realza – escreveu Chagas crónicas que, reunidas, formam os dois mais belos e vigorosos livros de reflexão política em época – os livros *1908* e *João Franco*. Triunfando a República em 1910, teve Chagas o seu momento de glória, vendo os seus esforços de conspirador e panfletário vigoroso e imensamente lido por um público fidelíssimo, consagrados enfim com o lugar de representante diplomático português em Paris, do qual se havia, porém, de demitir duas vezes, ambas por causa de dois militares que o tinham ambos servido no efémero primeiro governo constitucional, precisamente por ele dirigido, de Setembro a Novembro de 1911: o general Pimenta de Castro e o major Sidónio Pais, protagonistas de duas ditaduras castrenses, primeiro em 1915 e, depois, em 1917. Assim, pois, Chagas como fundibulário e depois diplomata da causa da Liberdade republicana, teve no seu activo honroso o repúdio de três ditaduras que encontrou no caminho da sua vida, tendo-lhe o destino misericordioso poupado o desgosto de ver uma nova experiência ditatorial despontar no ano seguinte ao da sua morte.

Em suma, jornalista combativo, cronista literário e de ideias, panfletário, degredado, diplomata, efémero primeiro ministro, diplomata ligado sobretudo aos esforços que haviam de conduzir, em 1916, à entrada de Portugal na primeira guerra mundial – o que pode ser visto como uma política funesta ou, pelo menos, desnecessária para os reais interesses do nosso país na altura –, João Chagas ostenta no seu brasão de "jacobino" janota um impressionante conjunto de prisões que começam nos tempos da monarquia e duas demissões do seu lugar em Paris, já durante a República, agora por causa de duas ditaduras republicanas que se recusou a servir, prosseguindo o combate que o levava a escrever contra João Franco, o qual, como republicano, intransigentemente combatera também. Ao transmitir para Lisboa a sua recusa em servir a revolução sidonista, Chagas lembrou no seu telegrama a fidelidade aos ideais que já o tinham levado, dois anos antes, a demitir-se aquando da ditadura de Pimenta de Castro. Leiamos este texto que telegrafou para Sidónio, ao cuidado do Ministério dos Negócios Estrangeiros:

"Não me sendo lícito declinar as minhas funções nas mãos da Junta Revolucionária, aguardei, logo que tive conhecimento completo dos acontecimentos de Lisboa, que estivesse constituído Governo. Está constituído sob a sua presidência, e pergunta-me qual a minha atitude. Não pode ser diferente daquela que determinou o meu pedido de demissão ao gabinete Pimenta de Castro, visto que as circunstâncias que me levaram a dá-la se renovam agora e agravam com a deposição e expulsão do Chefe de Estado eleito [Bernardino Machado], acto inadmissível que reputo profundamente prejudicial ao cargo que a República me confiou e que durante seis anos procurei desempenhar, não como homem de partido, que não sou, mas como português e como republicano. Só acrescentarei a esta comunicação a expressão da minha profunda mágoa por ver desfigurada a obra a que votei a minha vida e pela qual fiz tantos sacrifícios. — João Chagas."

(Telegrama datado de 14-XII-1917, Arquivo do M. N. E.).

Por fim, na trajectória intensa desta vida vivida ao serviço intransigente dum ideal, há que lembrar que, nomeado pela segunda vez, em seguida à revolução do 14 de Maio de 1915 — aquela que depôs a experiência ditatorial de Pimenta de Castro —, chefe do Governo, foi então João Chagas vítima dum atentado que lhe ia custando a existência e que se saldou afinal pela perda do olho direito: no comboio que o trazia do Porto para vir à capital tomar posse da chefia do gabinete para o qual fora nomeado após o triunfo da revolução que derrubara a ditadura pimentista, João Chagas teve a desdita de ser alvejado, durante a viagem, por um tresloucado que, procurando em vão Afonso Costa para o abater, acabaria por desfechar o seu revólver sobre o autor das *Cartas políticas*. Este episódio contou-o o próprio Chagas, de maneira aliás muito serena e nobre, no seu diário — um livro que é pena não ter sido reeditado com um prefácio digno dele, uma vez que a recente edição que por aí corre é de facto inferior nesse aspecto. Este episódio que teve João José de Freitas, um antigo senador republicano, como protagonista, merece ser lembrado, sobretudo porque, através dele, e transcendendo o mero *fait divers* sangrento, ao lado de tantos outros em que os 16 anos de atribulada vida a I República foi pródiga, se pode colher uma ideia dos ódios virulentos que avassalaram esse período. Os atribulados anos desse regime tornariam aliás quase que pacífica a existência dos derradeiros anos da monarquia constitucional mesmo nos seus momentos mais desatinados como os da ditadura franquista. Neste aspecto de ordem pública e de vivência quotidiana da política, aqui como em tantos outros, a I República foi de facto incapaz de assegurar a prosperidade do seu lema inicial de "Ordem e trabalho". Aquele homem de olhar desvairado que entrava na carruagem onde viajava Chagas, a mulher e Paulo Falcão, para lhe disparar à queima-roupa vários tiros que só por milagre não abateram João Chagas, não era contudo um simples alucinado ou um banal criminoso, pois distinguira-se sempre como um verdadeiro republicano que combatera também pelos seus ideais e que, desiludido depois com o rumo que o novo regime tomara sob o comando atribulado de Afonso Costa,

decidira vingar-se dum fado que achara inquinado. Fê-lo de maneira absurda e cruel, e acabou linchado pela multidão, na estação do Entroncamento, onde até um soldado disparou sobre o agressor, que ali ficaria, à espera que o enterrassem, enquanto Chagas seguia para Lisboa, entre a vida e a morte, para ser operado de urgência e salvo pelos cirurgiões, para, desiludido com aquele tão amargo e sangrento regresso ao Poder, preferir tomar ao seu posto de diplomata em Paris, definitivamente ferido na pureza das suas esperanças e anseios de democrata...

4. Sidónio Pais, chefe carismático

"Longe da fama e das espadas
Alheio às turbas, ele dorme,
Em torno há claustros ou arcadas?
Só a noite enorme."

Assim começava Fernando Pessoa uma longa, majestosamente patética e messiânica ode fúnebre dedicada ao "grande Morto" – como então era habitual chamá-lo na retórica dos jornais –, ou seja, Sidónio Pais, embalsamado no seu esquife nos Jerónimos, e para ali levado algum tempo depois da sua morte trágica, às mãos de José Júlio da Costa, na noite de 14 de Dezembro de 1918, à entrada da estação do Rossio, varado por duas balas que aquele alentejano exaltado lhe desfechara, convencido de ser um novo Bruto que vinha salvar assim a República implantada em 1910.

Aquelas palavras solenes do grande poeta e sidonista póstumo servem-nos para introduzir a questão de sabermos que espécie de regime foi afinal aquele que Pessoa, neste mesmo poema, dizia chefiado por um "Presidente-Rei", curioso monárquico-republicano na perspectiva do autor da *Mensagem*, porquanto, não tendo herdado a realeza dos pais, fora unguído monarca pelo sacramento da morte, ideia romântica mas, afinal, muito interessante do ponto de vista histórico, politológico e messiânico.

A curta experiência temporal – cerca de um ano apenas – do chamado Sidonismo, ou Dezembrismo, ou "República Nova" pode ser encarada de vários ângulos, consoante a virmos com olhos de politólogo, interessado este, sobretudo, em saber da natureza mesma do regime político que Sidónio representou a meio da primeira República demoliberal e parlamentar, ou com olhos de mero historiador, mais preocupado em situar a sua ditadura a juzante de outros tentames ditatoriais, nomeadamente o de João Franco, dez anos antes, e o de Pimenta de Castro, dois anos atrás, além de ser ainda ditadura a montante duma outra que, oito anos depois da sua morte, poria fim àquela primeira forma republicana para inaugurar entre nós um regime autoritarista, nacionalista e conservador que havia de durar cerca de meio século.

Pessoa, no mesmo poema que serviu de epígrafe a este texto, esse longo poema intitulado "À memória do Presidente Rei Sidónio Pais", dizia, a dada



"Dr. Sidónio Paes – Illustre Presidente da Republica, libertador da Patria Portuguesa". Legenda de um postal da época (1918?). Dimensões reais: 14x9,5cm.

altura, que ele tornaria "feito qualquer outro". É cómodo, nesta perspectiva histórica, ver em Sidónio (e no Sidonismo) um óbvio precursor de Salazar (e do Estado Novo, que de algum modo, até numa forma republicana, prolongava o nacionalismo republicano conservador da "República Nova"). Mas semelhante constatação exigiria, para não lhe ficar por uma evidência banal, que sublinhássemos, por exemplo, a especificidade do tipo ditatorial encarnado pelo major e ditador minhoto, tão diferente em tudo e até no estilo

de actuar e pensar, do frio professor católico coimbrão que havia de começar a dirigir Portugal desde 1928 e, de modo mais claro, a partir de 1932; e que separássemos os estilos e os cânones mentais e até ideológicos das duas ditaduras, afinal tão distintas se atendermos sobretudo aos seus dois protagonistas respectivos. Para começar, é difícil confundir o brioso militar e catedrático de Matemática, sinceramente republicano e até antigo "maçon", com o quase-sacerdote e ex-seminarista, depois catedrático de Direito e dirigente da "democracia cristã», frio misantropo sempre...

Por fim, ao falarmos de Sidónio, há que ter em conta o sentimento sebastianista e até claramente messiânico que a sua figura e governo então – e depois – suscitarão. O próprio poema de Pessoa citado no começo é exemplo flagrante desse veio sebastianista associada à figura daquele que teria caído num "novo Alcácer Kibir na noite" (como se exprimiu na mesma ode fúnebre). Um dos mais lúcidos colaboradores do major-ditador, o republicano Egas Moniz – futuro prémio Nobel da Medicina –, disse uma vez que Sidónio fora um homem cheio de virtudes e qualidades que um desvario messiânico perdera. Era preciso examinarmos até que ponto o Sidonismo não foi, de facto e em si mesmo, um messianismo consequente, vivido e perpetuado na memória transfiguradora de muitos como um lampejo sebastianista, um "aviso", como gostam de falar os crentes em milagres e ocultismo. A propósito, convém advertir que Pessoa, apesar do seu poema que temos vindo a citar, não considerava Sidónio como um D. Sebastião, mas sim como um pseudo-D. Sebastião¹.

Como se vê, muitas são as componentes do Sidonismo ou "República Nova" susceptíveis de nos fornecerem pistas de pesquisa histórica ou politológica, muitas delas interessantes e sem dúvida fecundas. Vamos, pois, observar de modo sucinto algumas delas.

Começemos por uma constatação: o tipo mesmo de chefia política inaugurado por Sidónio Pais, para além de ser de cariz obviamente ditatorial, remete para uma forma específica a que Max Weber chamou "carismática". Já o veremos.

Sublinhe-se ainda que, em relação ao conceito e à prática da ditadura – que tanta voga havia de ter nos anos vinte, fazendo eclodir regimes de tipo fascista ou apenas autoritarista, cesarista, como verdadeiros cogumelos durante os anos trinta, pela Europa e pelo mundo todo –, Sidónio preferiu sempre falar de *presidencialismo*, pensando sobretudo no modelo norte-americano em que o Chefe de Estado é também chefe de Governo, de modo que todos os ministros passam a ser seus secretários de Estado. A ideia duma República não-demoliberal, antes ditatorial, algo de semelhante ao que sucedera em França no período da Convenção da I República francesa, tivera

¹ Veja-se o nosso estudo "Fernando Pessoa e o Messias: sobre a Visão messiânica de Pessoa e do seu ideário político", in *Encontro Internacional de Fernando Pessoa*, Actas do Colóquio "Um Século de Pessoa", Lisboa, SEC, 1990, pp. 229-239; texto retomado no vol. XI da nossa *História de Portugal*, Alfragide, Ediclube, s.d. (1993), pp. 17-31.

aliás entre nós um teorizador ainda nos finais do regime monárquico-constitucional – Basílio Teles, um ideólogo "sui generis" que viveria à margem de toda a I República lusa, começando por recusar figurar no Governo provisório após o 5 de Outubro, só saindo do seu isolamento estudioso e um tanto extravagante precisamente durante o Dezembrismo, pelo qual mostrou verdadeiro interesse, a avaliarmos pelo que então escreveu Joaquim Madureira, seu amigo e confidente.

Quanto à inegável forma de poder pessoal exercida por Sidónio, há que recordar a tipologia das formas de legitimidade apresentada pelo citado sociólogo e politólogo germânico Max Weber (1864-1920), que as distinguia em *legal*, *tradicional* e *carismática*, consoante tinham maior ou menor fundamento nesta ou naquela tendência: o domínio legal era de carácter racional e fundava-se na observância dos regulamentos ou regras estabelecidas pela razão, sendo a legitimidade dos dirigentes fundada na designação de acordo com leis pré-estabelecidas; os regimes democráticos e liberais pertenciam todos a este tipo de legitimidade, a legal. Quanto à legitimidade tradicional, mais própria dos regimes dinásticos ou monárquicos, ela baseava-se na crença na santidade da tradição em vigor em dada sociedade e na legitimidade dos que eram investidos segundo o costume.

Quanto ao domínio carismático, de que tinham sido exemplos flagrantes os profetas hebreus, os tiranos gregos, os "condottieri" italianos e alguns chefes militares como Napoleão, baseava-se ele na graça especial – e graça, em grego, diz-se *charisma* – que permitia ao chefe perpetuar-se no poder por dons próprios derivados da sua personalidade inabitual, extraordinária, suscitadora de adesões entusiásticas e de seguidores fiéis.

O herói carismático alcançava o poder e mantinha-se nele porque suscitava precisamente essa adesão derivada de qualidades sobrenaturais, extraordinárias, inacessíveis ao comum dos mortais. O carisma, segundo Weber, podia vir a conjugar-se com as outras duas formas de legitimidade da chefia, na medida em que nada impede pensar que um chefe carismático obtivesse depois a rotinização legal do seu poder ou viesse a constituir uma legitimidade de tipo reverencial, monárquica, fundando ele mesmo nova dinastia: era essa, de algum modo, o sentido da denominação de "Presidente-Rei" que lhe deu Fernando Pessoa. E era também esse o desejo de muitos que, ao receberem com entusiasmo as suas visitas pelo país, uma vez, pela boca de uma velha, no Norte, lhe gritaram: "Faça-se rei! Faça-se rei!".

Neste ponto convém advertir que estamos perante uma das dificuldades ou aporias essenciais do Sidonismo, uma vez que este, apoiado pelos monárquicos integralistas, aparecia porém aos sequazes do Pelicano real como um mero bonapartismo, sendo Sidónio encarado sobretudo como um usurpador que só tinha aberto a via para a restauração da realeza, mas que teria por força de dar, um dia, o lugar ao Rei legítimo, já que nunca podia, ele mesmo, ser legítimo, como presidente *eleito* da República que afinal era. Foi este, aliás, o sentido das advertências que, em pleno regime desembriista, lhe lança-

ram ideólogos monárquicos como António Sardinha e Alfredo Pimenta. Em Janeiro de 1918, o chefe de fila dos integralistas, Sardinha, observara que Sidónio estabelecera uma ditadura anti-legal – Max Weber diria antes *carismática*... – e que esta ditadura só seria viável e nacional quando deixasse de ser República. E logo a seguir ao golpe de Dezembro de 1917 que deitara abaixo a República de Afonso Costa, a ditadura "racional" do partido democrático, o mesmo Sardinha observava que a República não podia deixar de ser visceralmente afonsista – ou seja, dizemo-lo nós, fundada nos princípios demoliberais que tinham presidido à sua instauração em 1910, ainda que esses mesmos princípios fossem claramente atropelados na prática semiditatorial da governação afonsista, tão cheia de arbítrios e de prepotências, sem falar já no indecoroso cacicato, baseado sobretudo na colaboração dos "adesivos", e que lhe permitia ganhar todas as eleições. E um ano volvido sobre a revolução que guindara Sidónio ao poder e expulsara Afonso Costa do país, depois de o ter mantido preso em Elvas, o mesmo teórico integralista lembrava também:

"Se César é ditador, não é, porém, monarca."

Mais tarde, com Sidónio já morto, concluía mesmo que, até na sua morte, ele morrera como republicano, como um herói de Carlyle ou de D'Annunzio, mas não, em suma, como Rei... Seria preciso a imaginação sebastianista do Poeta para conceber que tinham sido as balas do assassino a ungi-lo Rei *in articulo mortis*...

Temos aqui, portanto, um dos paradoxos centrais da experiência sidonista: ela foi uma espécie de impossível quadratura do círculo republicano a partir de um cânone monárquico, uma tentativa de criar uma República realmente nova, ou seja, presidencialista e não-liberal, não-parlamentar, com um Parlamento, sim, mas um Parlamento que, além de estar assistido por uma câmara sócio-profissional – o que era já o claro prenúncio da futura câmara corporativa do Salazarismo –, era dominado por um quase-partido único (ou *partido quase-único*...), assistido de algumas minorias irrelevantes, de monárquicos e até de socialistas... O novo partido sidonista, criado a partir de uma antiga formação liderada por Egas Moniz e outros grupúsculos de cariz radical, onde avultavam os abrilistas e os machadistas (isto é, partidários de Machado Santos) – em suma, sectores republicanos que tinham combatido a quase absoluta hegemonia de Afonso Costa e do seu partido no Parlamento e na vida da primeira fase do novo regime –, o novo partido sidonista, dizíamos, era retintamente republicano e assim excluía os indefectíveis sequazes da causa monárquica que eram os jovens integralistas, elementos basilares, do ponto de vista doutrinário e prático, da experiência sidonista, e nunca se declarou com intuítos de *partido único*, o que então nunca fora pensado nem formulado ainda na vida política da Europa do tempo.

No fundo, é evidente que este partido, criado a partir do poder – o que nunca seria boa táctica –, pelo próprio poder, tinha já, em germe, a ideia do

partido único, da ideologia única, exclusiva, embora o Sidonismo não possa ser considerado como uma doutrina de grande clareza ideológica, até porque nele confluíam, além de adesões dos meios operários e sindicalistas, malquistados com a República demoliberal de Afonso Costa – por eles alcunhado de "racha-sindicalistas"... –, tendências raivosamente anti-republicanas, antiliberais, de par com um *presidencialismo* de contornos vagos, aparentemente de extracção norte-americana, na verdade precursor dos sistemas fascistas em voga a partir dos anos vinte. Este mesmo hibridismo haveria aliás de transitar para a ditadura do "Estado Novo", que em parte se podia definir como um republicanismo integralista – ou um *integralismo republicano* –, ou seja, como uma República formalmente estabelecida, sem rei nem dinastia, mas escorada, quanto ao essencial, em pressupostos colhidos na doutrinação e na acção concreta dos que, desde 1914, vinham combatendo com fúria e persistência o regime existente em Portugal, acervo a que haveria que agregar o cesarismo corporativo imaginado já por Oliveira Martins e o tentame ditatorial de João Franco, universo de experiências ou tentativas que ficaria completo com a doutrinação social da Igreja desde Leão XIII a Bento XV.

Agora, com Sidónio na chefia do Estado e renovada a República com a experiência carismática dum chefe que vivia do seu poder de seduzir, conduzir, ser amado e seguido, e uma vez mudado de todo em todo o estilo de governar e de agir – aos velhos patriarcas formalistas como Teófilo Braga ou Manuel de Arriaga ou mesmo Bernardino Machado, em geral de chapéu alto e poses solenes, opunha agora Sidónio um estilo populista de actuação quotidiana, com banhos de multidão, aparecendo quase sempre fardado – ou mesmo montando um cavalo branco – em cerimónias públicas onde o seu garbo viril seduzia todos, a começar pelas mulheres, viajando muito pelo país, visitando doentes da epidemia do tifo, mandando soltar presos dos cárceres... –, alterada a encenação e a natureza da República e substituída até a fraseologia demoliberal por uma retórica onde os temas autoritaristas e nacionalistas substituem, progressivamente, os velhos conceitos que, no fundo, vinham da revolução de 1820, emendada e ampliada a forma republicana anterior, a República Nova constituía-se, em suma, como uma espécie de enorme paradoxo político e social: porque, por um lado, era uma omelete sem ovos – ou seja, uma República cada vez mais dirigida por monárquicos, que aliás acabariam conspirando contra o major e ditador e tentariam, em começos de 1919, restaurar a realeza no Porto, fazendo-o aliás por cerca de 25 dias, sendo secundados por alguns dias nas imediações de Lisboa, na serra do Monsanto –, e porque, por outro, tentava articular adesões e interesses divergentes, às vezes opostos, como se viu com a progressiva desafeição que lhe foram mostrando os sectores operários, que acabariam também por tentar opor ao novo regime uma agressiva greve geral, em Novembro de 1918, fazendo o *Dezembrismo* orientar-se de modo claro para as direitas.

A estes paradoxos havia que somar outros, como o de querer mostrar-se aliadófilo, ao mesmo tempo que sabotava o nosso esforço de presença militar

combatente na Flandres, deixando de mandar para lá novos homens ou deixando de render os que por ali tinham a desdita de ficar, morrendo ao frio e na solidão apinhada das trincheiras.

A desafeição de alguns republicanos sinceros que lhe tinham dado colaboração desde o início – figuras indiscutivelmente republicanas como Machado Santos, o herói da Rotunda, e Carlos da Maia, outro herói do 5 de Outubro de 1910 (ambos seriam depois, como vimos já, assassinados durante a "noite sangrenta", em 1921) – foi reduzindo a base de apoio da República Nova, deixando-a tão só com a restauração do trono, ainda que se fossem servindo deste pseudo-rei que não passara dum Bonaparte transitório: um "Presidente-Rei", como lhe chamara Pessoa... O paradoxo final, a amarga ironia da sorte, quis que Sidónio tivesse sido assassinado precisamente quando partia para o Norte, para indagar e fazer abortar a conspiração monárquica então em marcha. E foi morto, não o esqueçamos, por um republicano ardente e fanático que via nele – nisto sem qualquer razão – o restaurador da realeza. Quem foi abatido à entrada da estação do Rossio era alvejado como o ditador que pervertera o regime implantado em 1910, traindo a causa dos Aliados, servindo a Alemanha e favorecendo os adeptos da realeza deposta. Aliás, pouco importa saber se o exaltado tiranicida chamado José Júlio da Costa tinha completa (ou alguma) razão na escolha dos motivos que o levaram a disparar e abater o presidente-rei Sidónio Pais, na noite de 14 de Dezembro de 1918, deixando-o, desde então, petrificado na eternidade e no Mito, e, como escreveu Pessoa no poema lido ao começo desta charla, rodeado pela "noite enorme": o facto é que o crime se deu e o mistério sidonista despertou então para uma nova vida, ainda mais fantástica e estranha que a primeira, – agora toda no plano do Mito²

² Veja-se o nosso estudo *Morte e Transfiguração em Sidónio Pais*, Lisboa, Cosmos, 1994.

RECENSÕES E DEBATE

MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA: A CHAMA DAS IDEIAS RADICAIS

*Maria Arminda do Nascimento Arruda**

Os livros de Florestan Fernandes, *A Contestação Necessária: Retratos Intelectuais de Inconformistas e Revolucionários* e *Em Busca do Socialismo: Últimos Escritos e Outros Textos*, publicados postumamente, representam o coroamento da sua trajetória de intelectual e militante. Congregando reflexões escritas em momentos diversos, estas duas obras expõem a face engajada da sociologia de Florestan, nas quais salientam-se o carácter crítico e a sua adesão incondicional ao socialismo.

Um problema comum percorre as páginas dos dois livros, manifesto na tentativa de conciliar, a todo o momento, a condição de sociólogo e de socialista. Perspectiva, aliás, que já reafirmara no prefácio de *A Revolução Burguesa no Brasil* e referendara em inúmeros depoimentos. Essas edições arrematam, por esse motivo, percurso que remonta, pelo menos, há vinte anos, período de explicitação da sua perspectiva política, quando se defrontou com a imposição do novo exercício intelectual, a partir da aposentadoria compulsória da Universidade de São Paulo.

Se é certo que as concepções socialistas nunca estiveram ausentes do horizonte de Florestan, atestadas na sua relação com o Partido Socialista Revolucionário, de orientação trotskista, durante o decénio de 1940 até o início de 1950, o peso da militância foi diferenciado no decorrer dos anos. O próprio sociólogo esclarece: "Não podia ser um militante devotado a todos os papéis e obrigações, ao mesmo tempo, pois logo entraram em cena as teses (de mestrado e de doutorado), que iriam ser uma fonte de atrito constante com os companheiros" (*A Contestação Necessária*, p. 159).

* Professora do Departamento de Sociologia da USP e Pesquisadora do IDESP.

Considerar, portanto, a contribuição de um autor da envergadura de Florestan no panorama da sociologia brasileira, pressupõe localizar rupturas, pontos de viragem na sua densa e multifacetada produção. Tal reconhecimento exige leitura cuidadosa, suficientemente alerta para evitar a tentação de se agarrar a um único fio condutor, monotemático, como se os últimos escritos já estivessem necessariamente contidos nos primeiros trabalhos. Risco dessa natureza seduz, comumente, avaliações mais ligeiras ou iminentemente politizadas que resvalam para o desenho de um perfil intelectual mal concebido. Se é verdade que o académico não foi permanentemente o militante, o sociólogo, não obstante, traduziu, já em 1946, a *Contribuição à Crítica da Economia Política* de Marx, para cuja edição elaborou competente introdução, buscando os fundamentos do materialismo histórico, perquirindo as questões metodológicas, reflectindo, enfim, sobre a importância da dialéctica para as Ciências Sociais.

Se a sua relação com o marxismo, nesse momento, possui conexão mais directamente intelectual, nas etapas posteriores afluí com outra intensidade, requalificando o seu significado, pois mescla-se fortemente ao empreendimento analítico, ao desenvolver a perspectiva de um diálogo intelectual e político com Marx. Segundo as suas palavras: "os problemas que ele debateu, os procedimentos de investigação e de acção revolucionária que perfilhou e as conclusões a que chegou fazem parte dos quadros de reflexão científica e de actividade política revolucionária que se reconstituem a cada instante" (*Em Busca do Socialismo*, p. 33).

A conciliação do intelectual e do político faz-se no prisma da compreensão aguda da sociedade brasileira, dos impasses do desenvolvimento capitalista no país, do drama de uma revolução burguesa frustrada que convive com a ausência de direitos ampliados e da democracia substantiva. É a partir dessa avaliação que se põe o socialismo, enquanto possibilidade única de realizar, efectivamente, a condição de cidadania e de real democratização. "Só do socialista o sociólogo pode retirar uma autêntica vocação sociológica crítica, susceptível de romper com o monolitismo cultural do pensamento conservador e com uma visão do mundo intrinsecamente contra-revolucionária, que exclui a ciência do momento de vontade política, que tende a unir o inconformismo intelectual às propensões revolucionárias das classes despossuídas. É nesses termos, aliás, que se coloca a tão discutida "imaginação sociológica"". (*Em Busca do Socialismo*, p. 162).

Florestan, desse modo, une indelevelmente a actividade intelectual à política, mas resguardando o papel do sociólogo por estar obrigado a "impedir, por todos os meios possíveis, toda e qualquer corrupção da investigação sociológica... No conjunto, não são os "donos do poder", mas os sociólogos que devem determinar a natureza e o alcance de sua contribuição à crítica e à transformação da sociedade" (*Em Busca do Socialismo*, p. 164). Não se abandona, portanto, o espaço da reflexão intelectual, mas se lhe confere novo estatuto.

Compreende-se, assim, o conteúdo desses livros recém-publicados. Ambos versam sobre a problemática da posição do intelectual crítico e procuram, através das ideias, a luz "de aspirações utópicas, que foram destroçadas pelas classes dominantes e pelo recurso extremo às duas ditaduras. Assinala esperanças frustradas, que se encontram pairando sobre a sociedade brasileira" (*A Contestação Necessária*, p. 12). O sentido dos livros subjaz na busca de um socialismo ou de um inconformismo que não morreram, pois sobrevivem na pena e na actuação de determinados intelectuais, entre os quais o próprio Florestan é exemplo paradigmático.

Em *A Contestação Necessária*, as três partes compõem-se de perfis variados de intelectuais radicalizados, não necessariamente socialistas, mas que conformaram uma herança que não pôde ser elidida. Os significados político e intelectual são evidentes: expressam-se na necessidade de impedir que as visões críticas sejam diluídas pela onda conservadora a varrer o mundo. Na primeira secção do livro – *O Intelectual e a Radicalização das Ideias* – são retomadas concepções críticas, inconformistas ou rebeldes, representadas por personalidades como Lula, José Martí, José Carlos Mariátegui, Caio Prado Júnior, Roger Bastide, António Cândido, Octávio Ianni, Richard Morse. Na segunda – *Prática Política Radical* – foram escolhidas figuras de militantes numa acepção alargada, como Luís Carlos Prestes, Gregório Bezerra, Carlos Marighella, Hermínio Sacchetta, Claudio Abramo e Henfil. Na terceira – *Reforma Educacional* – analisou-se Fernando de Azevedo, representante das forças intelectuais reformistas vigentes na sociedade brasileira.

O redimensionamento da concepção de intelectual permitiu-lhe constatar a presença do socialismo que "existe e vive na ótica reformista ou revolucionária de subalternos, operários ou não, e nas actividades dos intelectuais que alimentam as correntes das idéias contestadoras" (p. 24). No texto dedicado a Lula, Florestan pergunta-se sobre as condições que fizeram nascer as ideias de transformação do lider sindical em um ambiente carente de cultura socialista sedimentada, elaborando uma análise espessa sobre a realidade do Brasil de hoje. Em outras passagens, combina a observação arguta à sua própria memória, o que lhe permite tratar desses intelectuais como parte da sua trajectória. O livro constrói histórias compartilhadas, cujo ângulo de visão ora se aproxima, ora se distancia.

Em *Busca do Socialismo* reúne escritos tanto de cunho mais académico, como a republicação da introdução da *Crítica da Economia Política*, quanto mais de circunstância como artigos de jornal, entrevistas e textos ligados à actuação de Florestan como deputado do Partido dos Trabalhadores. Na primeira parte – *A Tradição Revolucionária* – o autor analisa as contribuições de Marx e Engels, de Lenin e Trotski. Apesar de atribuir a Marx posição incontestável no rol dos maiores pensadores do Ocidente, rejeita "converter seus escritos em catecismo", (p. 36) mas, concomitantemente, desconsidera as tentativas de transformá-lo num autor preso às investigações puramente

intelectualistas. As relações entre teoria e prática são, para Florestan, intrínsecas ao marxismo e fundamentais ao compromisso com a transformação da sociedade. Na segunda parte – *As Contradições do Capitalismo Dependente* – o sociólogo trata fundamentalmente do Brasil, das contradições do capitalismo dependente, da revolução autocrática burguesa, da questão democrática, dos problemas da modernização. Na última – *A Luta pelo Socialismo* – o carácter militante ressurge com vigor e a condição de intelectual orgânico da classe trabalhadora é reiteradamente tematizada. Ou seja, é preciso "proletarizar-se em seu coração em sua consciência" (p. 196). No limite emerge, mesmo, uma crítica aos intelectuais: "Mas, como Lênin, desconfio dos intelectuais" (p. 247). O intelectual de partido deve anular as hierarquias no âmbito da instituição e nublar as distinções apoiadas nas competências: "Essas tarefas definem o comportamento político do operário e, por sua vez, também definem o comportamento político do intelectual" (p. 197). O terreno da prática política reverbera posições reconciliadas e o intelectual radical e socialista pode, por fim, encontrar o abrigo para as suas ideias contestadoras.

No fim da sua vida, Florestan Fernandes acolheu a união entre o sociólogo e o socialista e manteve viva a chama das suas concepções humanistas e radicais. "Em consequência, repõe o imperativo de salvar esperanças, que sobrevivem e crescem no substrato de uma sociedade capitalista fomentadora de contradições que convertem a radicalidade em estilo de pensamento e de acção, indispensável à construção de um futuro limpo da canga arcaica e ultraconservadora" (*A Contestação Necessária*, p. 13). Essas frases, por si só eloquentes, entranham os seus últimos escritos.

EXPERIÊNCIA DE CLASSE E EXPERIMENTO HISTORIOGRÁFICO EM E. P. THOMPSON

*José Jobson de Andrade Arruda**

"aqui me sento com meu estudo, aos cinquenta anos de idade, a escrivaninha e o chão empilhados com cinco anos de anotações, xeroxes, rascunhos deixados de lado, o relógio mais uma vez marcando a madrugada, e vejo-me, num instante de lucidez, como um anacronismo. Por que gastei esses anos tentando descobrir algo que, em sua estrutura essencial, poderia ser conhecido sem nenhuma investigação?"¹

Jamais uma linhagem historiográfica deveu tanto a um só historiador, a história da classe operária e seu *modus faciendi*, o procedimento ancorado na ideia de *experiência*. E. P. Thompson, refinado credor desta formulação, compõe, ao lado de Eric Hobsbawm e C. Hili, a trindade maior dos historiadores marxistas aglutinados pelo Partido Comunista inglês. De facto, foi somente com a divisão do Partido Trabalhista em 1920 que o comunismo começou a trilhar o seu próprio caminho na Inglaterra. Quando as interpretações da História baseadas nos princípios definidos por Marx e Engels, sobre a inevitabilidade da preponderância do material, do lugar da luta de classes na determinação do padrão geral das mudanças económicas e sociais, do papel do motor do proletariado na História, começaram a ter um impulso significativo.

Nos anos 30, momento no qual o **Left Club Book** engajou-se na campanha pela aliança com a União Soviética, teve início a formação da ala

* Professor Titular de História Moderna da Universidade de São Paulo.

¹ E. P. THOMPSON, *Senhores & Caçadores*, trad. port., Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987, p. 350.

intelectual do Partido Comunista inglês. O **Communist Party Historians' Group**, era formado por historiadores marxistas que, tão logo terminada a II Guerra Mundial, retornaram à academia. Eram quase todos professores universitários, ou desejavam sê-lo. O seu número praticamente quadruplicara. Comungavam um grande ardor político, imensa paixão pela História, intensa actividade intelectual que se desdobrava em reuniões, debates, nos quais discutiam a interpretação marxista da História, dando o máximo de si mesmo nesta verdadeira batalha de ideias, cuja finalidade última era romper o discurso 'empírico' da tradicional historiografia inglesa.

Em 1956, o C. P. Group implodiu. Sob o impacto da denúncia dos crimes de Stálin, feitas por Nikita Kruchev, teve início a desestalinização. A invasão da Hungria, pela União Soviética, agravou a crise. E. P. Thompson e John Saville foram os primeiros a denunciar o atrelamento do Partido Comunista inglês ao Partido Comunista soviético. Foram também os primeiros a deixá-lo. Mas Thompson não havia ingressado na carreira universitária, optando pelo ensino básico, tornara-se professor de educação para adultos no bojo do movimento operário e foi nesta condição que escreveu o clássico *The Making of the British working Class*, em 1963². Dando aulas nocturnas, aproveitava a oportunidade para discutir as ideias mestras do seu livro com os seus alunos. Encontrava-se totalmente tomado pela militância política, actuando no movimento pacifista inglês como personalidade destacada. O seu livro, reeditado em 1968, acrescido de um capítulo adicional com respostas aos seus críticos mais acerbos, é hoje um clássico da historiografia inglesa, um marco na história social. Hobsbawm considera o título do livro de Thompson mais do que acertado, aliás o mesmo que deu a um dos seus artigos componentes do **Mundos do Trabalho: O Fazer-se da Classe Operária, 1870-1914** que assim justifica: "O Fazer-se da Classe Operária não é porque eu pretenda sugerir que a formação desta ou de qualquer outra classe seja um processo com início, meio e fim, como a construção de uma casa. As classes nunca estão prontas no sentido de acabado, ou de terem adquirido sua feição definitiva. Elas continuam a mudar. Entretanto, como a classe operária foi historicamente uma classe nova – não reconhecida como um coletivo social ou institucional, interna ou externamente, até um período específico – faz sentido delinear sua emergência enquanto grupo social durante um certo período". E aduz: "Foi isso que Thompson pretendeu fazer"³. Ou seja, para ele as relações de classe e a sua consciência eram uma formação cultural e a classe em si mesma não era uma "coisa" e sim um "acontecer".

Fala-se, frequentemente, em lacunas a serem preenchidas, como se a História fosse um **constructu** de cimento armado, cujos caixilhos podem e devem ser sistematicamente recheados pela multidão operária dos trabalha-

² E. P. THOMPSON, *The Making of the British Working Class*. Victor Gollancz, Great Britain, 1963.

³ ERIC J. HOBSBAWM, *Mundos do Trabalho*, trad. port., Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987, p. 273.

dores da História, como se a ideia do que deve ser preenchido não estivesse também em constante elaboração. Helás, se uma lacuna existia, esta era a mais gritante, ou seja, a tradução do livro de Thompson no Brasil, que partindo das 958 páginas da edição de 1968⁴, — que na sua tradução para o português cresceu em cerca de 25%, — transformou-se em um conjunto de três livros, *A Árvore da Liberdade*, *A Maldição de Adão* e *A Força dos Trabalhadores*⁵.

O autor trabalha o seu texto em três grandes áreas, com grande poder de permeabilização: o impacto social da industrialização, o papel do metodismo e o crescimento da consciência de classe. O seu prefácio provoca inquietações à direita e à esquerda. Constata a visão generalizada de que a classe "é uma coisa". Que a classe operária, nestes termos, é definida quase matematicamente. O outro ramo desta erva daninha é considerar que a consciência de classe é algo "inventado por intelectuais deslocados". Conclui que, "se detemos a História num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências..." A classe é definida pelos homens enquanto vivem a sua própria experiência histórica. Nestes termos, *a classe operária estava presente no seu próprio fazer-se*.

"Classe, e não classes". Por classe, Thompson afirma entender um fenómeno histórico que integra uma série de acontecimentos díspares e aparentemente sem conexão, tanto na matéria-prima da experiência quanto na consciência. Para ele, a classe não é uma "estrutura", muito menos uma "categoria", mas algo que resulta efectivamente das relações humanas, extremamente fluidas e que se nos escapa ao tentarmos dissecar a sua "estrutura". Esta relação é vital e precisa estar sempre referida a contextos reais. Assim, "a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus". São as relações de produção que determinam a experiência de classe, nas quais os homens entram involuntariamente. A abordagem cultural destas experiências, encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais, é a consciência de classe. Entender a classe impõe, pois, vê-la como uma formação social e cultural. Nestes parâmetros, pode-se afirmar que "nos anos entre 1780 e 1832 os trabalhadores ingleses em sua maioria vieram sentir uma identidade de interesses entre si, e contra seus dirigentes e empregadores" ... "a presença operária foi, em 1832, o fator mais significativo da vida política britânica".

Teórica e metodologicamente, Thompson insurge-se contra a leitura da história à luz do devir. Neste caso, apenas os vitoriosos são lembrados. "Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esqueci-

⁴ Edição da Penguin Books, Harmondsworth, 1988.

⁵ Os dois primeiros volumes foram publicados pela Editora Paz e Terra, na Coleção Oficinas da História, em 1987 e o terceiro em 1988.

dos". Algumas destas causas perdidas pelo povo na Revolução Industrial inglesa poderiam ser vencidas na Ásia ou na África. Neste passo, Thompson põe-se num compromisso com o futuro, no qual o **telos** maior da transformação social revela o historiador e o homem de acção. Neste inspirado parágrafo, Thompson coloca-se de corpo e alma: "Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do 'obsoleto' tear manual, o artesanato 'utópico' e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurreccionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais".

O caminho traçado por Thompson começa em 1790, quando uma espécie de 'Revolução Inglesa', comparável à Revolução Francesa, aconteceu. A intensa movimentação das camadas populares, jacobinos ingleses, inspirados em Tom Paine e nos revolucionários franceses, levaram-nos a sistemáticas tentativas revolucionárias, agravadas pelas condições específicas, gestadas pela Revolução Industrial inglesa nos seus albores. Tais tentativas falharam, dominadas por uma forte coalizão entre a burguesia industrial e os terratenentes, que impediram os jacobinos ingleses e os militantes do jovem movimento sindical de "fazer" a Revolução, mas conduziram-nos a uma especial consciência de classe operária, profundamente marcada pelo ideário radical inglês do século XVIII. "Este foi o ganho real da Revolução Industrial", a ruptura da "muralla chinesa", que separava a história da agitação operária da sua história cultural e intelectual. Outro aspecto importante foi a herança da tradição libertária oriunda do século XVII, que protegia o indivíduo contra o absolutismo, justificando, em certas circunstâncias, o direito de amotinar-se contra a autoridade. Importante destacar o lado fortemente conservador dos insurgentes, como por exemplo os **food rioters**, legitimados em suas acções pela velha economia moral dos pobres, assente na ideia de imoralidade de qualquer método que visasse a alta dos preços dos suprimentos básicos, em detrimento das necessidades do povo. Era a anteposição da economia moral à economia de mercado. Esta temática, do protesto popular, aparecera em trabalhos de Rudé, Rose e Hobsbawm, mas Thompson foi o primeiro a integrá-la no contexto mais geral do radicalismo inglês, a indicar a sua importância na emergência da consciência política popular. Nestes termos, os motins de Gordon, nos anos 1780, foram as últimas acções populares do século XVIII.

Gradualmente, o protesto popular perdeu o seu carácter conservador rumo ao comportamento radical. Thompson considera que a história da classe operária foi falsificada pelos historiadores que a abordaram a partir da tradição pacifista dos movimentos trabalhistas do final da Era Vitoriana. Insiste na permanência, na continuidade da tradição revolucionária inglesa

dos". Algumas destas causas perdidas pelo povo na Revolução Industrial inglesa poderiam ser vencidas na Ásia ou na África. Neste passo, Thompson põe-se num compromisso com o futuro, no qual o **telos** maior da transformação social revela o historiador e o homem de acção. Neste inspirado parágrafo, Thompson coloca-se de corpo e alma: "Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do 'obsoleto' tear manual, o artesanato 'utópico' e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurreccionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais".

O caminho traçado por Thompson começa em 1790, quando uma espécie de 'Revolução Inglesa', comparável à Revolução Francesa, aconteceu. A intensa movimentação das camadas populares, jacobinos ingleses, inspirados em Tom Paine e nos revolucionários franceses, levaram-nos a sistemáticas tentativas revolucionárias, agravadas pelas condições específicas, gestadas pela Revolução Industrial inglesa nos seus albores. Tais tentativas falharam, dominadas por uma forte coalizão entre a burguesia industrial e os terratenentes, que impediram os jacobinos ingleses e os militantes do jovem movimento sindical de "fazer" a Revolução, mas conduziram-nos a uma especial consciência de classe operária, profundamente marcada pelo ideário radical inglês do século XVIII. "Este foi o ganho real da Revolução Industrial", a ruptura da "muralla chinesa", que separava a história da agitação operária da sua história cultural e intelectual. Outro aspecto importante foi a herança da tradição libertária oriunda do século XVII, que protegia o indivíduo contra o absolutismo, justificando, em certas circunstâncias, o direito de amotinar-se contra a autoridade. Importante destacar o lado fortemente conservador dos insurgentes, como por exemplo os **food rioters**, legitimados em suas acções pela velha economia moral dos pobres, assente na ideia de imoralidade de qualquer método que visasse a alta dos preços dos suprimentos básicos, em detrimento das necessidades do povo. Era a anteposição da economia moral à economia de mercado. Esta temática, do protesto popular, aparecera em trabalhos de Rudé, Rose e Hobsbawm, mas Thompson foi o primeiro a integrá-la no contexto mais geral do radicalismo inglês, a indicar a sua importância na emergência da consciência política popular. Nestes termos, os motins de Gordon, nos anos 1780, foram as últimas acções populares do século XVIII.

Gradualmente, o protesto popular perdeu o seu carácter conservador rumo ao comportamento radical. Thompson considera que a história da classe operária foi falsificada pelos historiadores que a abordaram a partir da tradição pacifista dos movimentos trabalhistas do final da Era Vitoriana. Insiste na permanência, na continuidade da tradição revolucionária inglesa

com pontos numerosos ainda por clarificar. Uma é o atribuído carácter 'milenarista' do Metodismo. Outra, o fato de que muitos metodistas milenaristas eram exatamente os mais radicais, a tal ponto que 'milenarismo' e 'radicalismo' eram considerados sinónimos em muitos círculos metodistas. Uma terceira deriva da observação de Hobsbawm, de que os metodistas representavam uma parcela reduzida da população industrial.

Uma Revolução Industrial menos quantificada, menos tecnicizada, emerge das páginas de Thompson. Seguindo as pegadas de Marx, enfatiza a degradação da massa trabalhadora a ponto de criar um 'estado' revolucionário. Ao mesmo tempo, brota a consciência colectiva e a cultura operária, conformando uma classe forte, brava, inteligente e cooperativa. Flagrantes contradições? Parece-nos que não. Se entre 1790 e 1840 houve incrementação ligeira nos padrões materiais de existência, houve também uma intensificação da exploração e maior insegurança. Se em 1840 a situação era melhor do que nos últimos 50 anos, a sua experiência social como um todo representava uma verdadeira catástrofe, desde que comparada ao mundo das relações sociais anteriores à Revolução Industrial. "É bem possível médias estatísticas e experiências humanas correrem em direções opostas" ... "O povo pode consumir mais mercadorias e tornar-se menos feliz ou menos livre, ao mesmo tempo". Progresso material e declínio de condições psicológicas de existência não são irreconciliáveis.

A questão da classe, da consciência de classe e do estado de Revolução, devem ser analisadas conjuntamente. Sobre as possibilidades revolucionárias Thompson afirma que havia algo parecido com uma Revolução nos anos 1790. Em 1832, havia de novo um estado de crise revolucionária. O ano de 1819 foi um ensaio para 1832 e, em ambos os anos, uma Revolução era possível, principalmente em 1832. Refere-se à insurreição política da massa e à quase-insurreição dos trabalhadores pobres, que apesar das preliminares de uma guerra civil, não resultou em revolução. Argumenta que pelo facto de a Revolução não ter acontecido, não significa que jamais poderia ter acontecido. A possibilidade de uma tradicional potencialidade conspirativa está sempre presente nestas interpretações. Valeria a pena, talvez, lembrar com Hobsbawm que a formulação de "questões do tipo 'se ao menos' em relação à história operária ou qualquer outra", exige uma consciência lúcida do que estamos fazendo, porque o fazemos e o que esperamos com isto. Thompson está, certamente, alerta para estas limitações do raciocínio hipotético na História.

Fiel à sua concepção de classe, um produto da acção e da experiência vivida num determinado quadro de referências culturais, uma relação acima de tudo, Thompson privilegia a fragmentação empírica da classe operária, destaca a riqueza do conflito, mas geralmente remete a consciência de classe ao universo dos artesãos, a quem ele considera "um caso especial – a elite intelectual da classe". As fortalezas da resistência da classe operária foram os centros artesãos, e a cultura radical era a cultura dos trabalhadores especiali-

zados. Os artesãos elevaram o nível da consciência política. Isto não impediu, pelo contrário cavou, um enorme fosso entre os artesãos de um lado e a massa dos trabalhadores londrinos, do outro, mesmo em 1832. "Nas cidades conviviam, diz Thompson, uma cultura plebéia, obscena e vigorosa, coexistindo com a tradição mais política entre os artesãos". Esta pluralidade complexa da classe operária evidencia-se no próprio fazer de sua história. Ela aparece nas agitações dos anos 1791-95, clamando por direitos amplos e forçando uma aglutinação a nível da classe proprietária. Depois de 1795, verificou-se uma profunda alienação entre as classes, aliviando a tensão e provocando brechas na classe proprietária. As cisões cicatrizaram-se tão logo as agitações se renovam em Rawfolds, às quais se seguiu uma nova acomodação entre os proprietários e industriais, em 1832, que acabou por produzir uma configuração mais duradoura da sociedade inglesa.

O que Thompson está prognosticando é que a disposição de agir como classe, de comportar-se como classe, ocorreu neste período. Ele não está afirmando que uma consciência ampla e plena, compartilhada por todos os segmentos da classe trabalhadora, fora atingido, como tem sido sugerido por vários historiadores⁶.

Thompson acrescenta muitíssimo ao nosso conhecimento sobre a classe trabalhadora na Inglaterra, oferecendo-nos novos materiais e novas abordagens, definindo os paradigmas de uma nova história social. A sua análise sobre a formação da classe operária parte da vivência concreta da classe, privilegiando, porém, as dimensões simbólicas, no sentido mais amplo. É no quadro da dimensão cultural que o autor vai rastreando a construção da classe, no plano das suas formas específicas de viver o mundo que a rodeia, de senti-lo, de expressá-lo e de contra ele revoltar-se. As manifestações de oposição de revolta, típicas do conjunto da classe trabalhadora inglesa, estão no centro nervoso de constituição da classe. Dessa forma, a urdidura da classe operária passa pelo processo de fazer a sua consciência, no plano mesmo das suas manifestações imediatas e quotidianas. Assim, a classe não é pensada pelo autor como uma categoria definida por um 'lugar' determinado e pré-fixado na dimensão material da vida, nem tampouco portadora de uma consciência à qual se pode chegar a partir da sua inserção estrutural. A consciência da classe é, *ex ante*, resultado da sua própria trajetória no tecido da sociedade, movimento esse que a constrói e, ao mesmo tempo, lhe permite fazer a própria história.

Um exemplo concreto desse procedimento é o livro *Senhores & Caçadores*, publicado em 1975, e que fora originalmente pensado para compor a coletânea *Albion's Fatal Tree*⁷, mas que cresceu de volume e importância a

⁶ JOHN RULE, *The Labouring Classes in Early Industrial England 1750-1850*. Longmans, London, 1986, p. 386.

⁷ Obra organizada por DOUGLAS HAY, PETER LINEBAUGH e E. P. THOMPSON, foi publicada pela Allen Lane, em 1975. *Whigs and Hunters* foi publicado em 1975, reeditado em 1977 e traduzido para o português em 1987, pela Editora Paz e Terra.

ponto de justificar-se a sua publicação em separado. A obra contém, nos dizeres do próprio autor, uma série de experimentos, a começar pela forma de redação que segue a trilha do encaminhamento da pesquisa, reproduzindo em parte as vicissitudes e complexidades do pesquisador; negligencia as interpretações dos autores que analisaram o período imediatamente anterior ao objeto do estudo, os anos de 1723-1725, mergulhando em fontes manuscritas. À falta de documentação jurídica indispensável para o seu estudo, à rarefacção dos jornais, valeu-se das experiências dos moradores humildes e pobres das florestas, seguindo os liames que os atavam ao poder, encarando a sociedade de "baixo", da forma como ela própria se via em 1723. Nestes termos, o episódico, o fragmentário torna-se emblemático e permite a recuperação de eventos que se perderam para o conhecimento histórico e, até mesmo, para o saber de seus coevos: "uma procissão com repolho aqui, um repique de sinos ali, ... um panfleto na rua, ... cartas anônimas, canções assobiadas, baladas cantadas nas tavernas".

O seu objectivo principal era o estudo das origens da Lei Negra, decretada em Maio de 1723, e que de um só golpe instituía 50 novos delitos capitais, delitos estes que analisados rigorosamente sob o império da lei, da formalização jurídica, do cutelo do poder, poderiam chegar a 200 ou 250 crimes passíveis de pena máxima. Trilhava Thompson as sendas tortuosas da história social do crime no século XVIII⁸, veredas estas que poderiam conduzi-lo ao próprio aparato do Estado britânico no século XVIII, Estado este que existia para preservar a propriedade e, incidentalmente, a vida e a liberdade dos proprietários.

Ancorado na trajetória da pesquisa, o autor parte do delineamento do seu microcosmo social, a Floresta de Windsor. Para entender o mecanismo de poder ali instalado é levado à recomposição da administração da Floresta por volta de 1723, o poder burocrático florestal, pano de fundo imprescindível à compreensão da Lei Negra, suas origens e desdobramentos sociais. A Floresta não vivia a concórdia social. Pelo contrário, as tensões e conflitos multiplicavam-se, "proprietários alodiais e arrendatários por costume estavam em permanente conflito pelos direitos comunais, tanto com os funcionários da floresta quanto com seus próprios senhores". Ainda mais, "como tais direitos eram amplos e válidos para todos os habitantes, é provável que os diaristas rurais tenham tomado o partido dos agricultores". Em meio ao conflitivo quadro social, ganha realce o papel dos Negros de Windsor, uma figura social compósita de bandidos sociais e rebeldes rurais, na concepção de Hobsbawm. "Florestanos armados", "gente do campo", que se habituara à resistência armada aos cercamentos privados, a usurpação das terras comuns, ao seu direito de cortar lenha, recolher turfa ou apascentar os seus rebanhos, como define Thompson. Mas o universo dos "transgressores" é mais amplo e

⁸ A história social do crime tem produzido revelações inesperadas. Cf. ROGER LANE, "Crime and the Industrial Revolution: British and American Views". *Journal of Social History*, vol. 7, n.º 3, 1974, pp. 287-303.

intrincado. Não se reduz aos que pintavam o seu rosto com fuligem, camuflando-se, os *Negros*, estende-se por todos os escalões da estratificação social, dos trabalhadores não-qualificados aos fidalgos, passando por artesãos, comerciantes e agricultores. Entre os primeiros está o contingente mais numeroso; entre os fidalgos e baronetes o menor. Diaristas rurais, empregados fixos no campo e cavaleiros de estalagens formam o estrato mais numeroso da "delinquência" na Floresta de Windsor, entre 1722-1724. O contingente de artesãos e agricultores vem logo a seguir.

Nas Florestas de Hampshire a acção de bandos de Negros incendiavam a imaginação popular, revivendo a lenda de Robin Hood, encarnada no "Rei John", um grupo de homens que se divertiam com exercícios viris e roubo de cervos, mais por galhofa do que por interesse material. Audazes, pareciam dotados da força mágica do ocultamento. Na verdade, moviam-se no secreto da protecção popular, sob o manto de ressentimentos sedimentados por décadas. Audaciosos, anunciavam as suas aparições, surgindo em meio a centenas de pessoas, apesar de não contarem mais do que 15 membros. Caras pintadas de preto, casacos e bonés de couro, liderados pelo "Rei John", que com os seus "falsos pretos" apregoavam fidelidade ao Rei George, mas reservavam-se o direito de "fazer justiça e verificar que os ricos não insultassem nem oprimissem os pobres".

No lado oposto aos Negros, caçadores clandestinos, encontravam-se os senhores, os Whigs, que nos anos 20 formavam um conjunto heterogéneo de "Especuladores políticos, traficantes de capitais, oficiais cevados nas guerras de Marlborough, dependentes oportunistas da Justiça e da Igreja, e grandes magnatas fundiários". Não eram herdeiros da Revolução Puritana de 1640, mas sim da reacção conservadora de 1688. "Vestiam desajeitadamente, como uma fantasia, a retórica libertária transmitida pelos seus ancestrais". A Lei Negra colocou um poder incomensurável em suas mãos para constrangimento daqueles aos quais consideravam um estorvo. Um instrumento legal que, "na melhor das hipóteses... tornou-se uma curiosa espécie de carta magna da morte para os legisladores do século 18". Por isto, Thompson considera que a vida política da Inglaterra nos anos 20 tinha algo de uma "república de bananas", na qual os "predadores lutam pelos espólios do poder sem concordarem em se submeter a regras e formas racionais ou burocráticas".

O duro embate entre os deserdados das Florestas e os guardas encarregados de submetê-los conseguiu apenas postergar a expropriação para o século XIX em alguns redutos, tais como a Floresta de Windsor, Nova Floresta e Floresta de Dean. Os direitos de pastagem aí mantidos eram excepcionais, exatamente porque os conceitos de propriedade mantinham-se aí "defasados em relação ao espírito da época". A transformação do conceito de propriedade no decurso da Revolução Inglesa do século XVII, na qual declina a noção de propriedade real em favor da propriedade iminente, relacionada ao possuidor, consolida-se no século XVIII, quando se firma a jurisprudência em favor da propriedade absoluta dos bens, abolindo as formas arcaicas e

pré-capitalistas de propriedades e direitos simultâneos. As reivindicações dos menos favorecidos, quando ouvidas, eram estigmatizadas pelo espírito de caridade. As resistências, ao fechamento dos campos, por exemplo, identificadas a uma conjuração social, precipitavam a utilização da lei como peça estratégica no arsenal dos processos judiciais.

Exatamente neste ponto, quando ensaia reflexões sobre a natureza histórica da lei no século XVIII, Thompson torna-se o historiador instigante e criador. Investe contra o marxismo vulgar para o qual "o domínio da lei é apenas uma outra máscara do domínio de uma classe"; "fenômeno do poder e da hipocrisia da classe dominante". Nega o caráter de "já explicado" da lei como elemento da superestrutura. Reconhece que a lei entendida como instituições ou pessoas pode ser "facilmente assimilada à lei da classe dominante". Mas, insiste que "a lei também pode ser vista como ideologia ou regras e sanções específicas que mantêm uma relação activa e definida com as normas sociais; e, por fim, pode ser vista simplesmente em termos de sua lógica, regras e procedimentos próprios – isto é, simplesmente *enquanto lei*"⁹. Neste contexto, a Lei Negra não expressava apenas a ascendência da oligarquia Whig e a busca da legitimação da sua propriedade. Reflete também outras formas de propriedade que estavam em jogo e que atingiam directamente o interesse do proprietário rural, do trabalhador rural, dos funcionários, dos habitantes das florestas. A lei acabava por ser o fruto da prática efectiva visceralmente "imbricada na própria base das relações de produção... endossada por normas tenazmente transmitidas pela comunidade", não podendo simplesmente ser descartada como ideologia.

Evidentemente, numa sociedade dominada pelo discenso, a lei era formulada e aplicada directamente para impor o poder de classe e legitimá-lo. Sabidamente, a hegemonia da classe dominante inglesa do século XVIII expressava-se, sobretudo, "pelos rituais de profunda meditação dos Juizes de Paz, pelas Sessões Trimestrais, pela pompa das Sessões Judiciais e pelo teatro de Tyburn". Destarte, as relações de classe expressavam-se *através das formas da lei*, que apresentam as suas próprias características, história e lógica de desenvolvimento. *Toda retórica do século XVIII inglês está saturada da noção da lei (grifo nosso)*, transformando os seus emuladores em prisioneiros da sua própria retórica, retórica esta que permeava a mentalidade de parte da multidão plebéia. A lei, por conter princípios de igualdade e universalidade, estendia-se forçosamente a toda a condição humana, transformando a necessidade em virtude.

De forma contundente, sarcasticamente, Thompson reverbera a história ingénua: "Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma". A sua eficácia como instrumento de dominação é mostrar-se avessa às manipu-

⁹ Neste mesmo sentido, ver FRANK MUNGER, "Measuring Repression of Popular Protest by English Justices of the Peace in the Industrial Revolution". *Historical Methods*, vol. 12, n.º 2, 1979, pp. 76-82.

lações, parecer ser justa e sendo mesmo às vezes justa. Ideologia não é mera hipocrisia. Mesmo os dominantes necessitam sentir-se legítimos no seu poder, moralizados nas suas funções; sentirem-se úteis e justos. "A lei é, em si mesma, um bem incondicional".

A obra jurídica do século XVI e XVII, respaldada pela acção dos revolucionários do século XVII, transmitiu-se como herança para o século XVIII, originando nas mentes de uns poucos homens a aspiração de ideais e valores jurídicos universais. "A retórica e as regras de uma sociedade são muito mais que meras imposturas", sentencia Thompson, "simultaneamente podem modificar em profundidade o comportamento dos poderosos e mistificar os destituídos do poder. Podem disfarçar as verdadeiras realidades do poder, mas ao mesmo tempo podem refrear esse poder e conter seus excessos".

O estudo de um objecto aparentemente limitado no tempo, no espaço e no tema, a Lei Negra, no ano de 1724, em algumas florestas inglesas, mostrou-se proficuamente reveladora da natureza da sociedade e do poder na Inglaterra setecentista, sugerindo aos historiadores, um campo ilimitado para as suas pesquisas, nos domínios da história social do crime. Michel Foucault já chamara a atenção para os ritos da punição social, "a execução pública entendida, não somente como ritual judicial, mas também político. Ele pertence, mesmo em casos menores, à cerimónia pela qual o poder se manifesta"¹⁰. Neste sentido, as execuções por crime de felonía, não podem ser classificadas como incompreensíveis e desimportantes. Têm a sua lógica no quadro da sociedade e são fundamentais no sentido de revelar o processo de internalização da obediência¹¹. A desobediência civil é aparentada da desobediência política. Por isso, mesmo que não se conseguisse provar nos tribunais que os Negros tivessem qualquer ligação com os radicais, jacobitas, o poder constituído esforçou-se por estabelecer estas conexões. Seria o potencial insurgente um dado imanente, parte de "uma cultura política compartilhada pelo povo em todas as áreas?"¹².

Senhores & Caçadores constitui-se num livro fundamental à compreensão, não apenas da sociedade inglesa setecentista, mas da formação da estrutura jurídica moderna na qual, diga-se de passagem, estão ausentes princípios democratizantes. Isto é, o corpo legal em construção reflecte muito mais a reacção conservadora, que se seguiu aos arroubos radicais urdidos no processo da Revolução Inglesa do século anterior. O conhecimento das leis em vigor, todavia, permite vislumbrar, de um lado, a permanência de um tipo de sociedade – a realeza e os senhores – e, de outro, a força incoercível das transformações atestadas na própria necessidade do poder em se expressar

¹⁰ MICHEL FOUCAULT, *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. Londres, 1977, p. 47.

¹¹ Cf., J. A. SHAPE, "Last dying speeches: religion, ideology and public execution in seventeenth-century England". *Past & Present*, n.º 107, pp. 166-167.

¹² DAVID UNDERDOWN, *Revel, Riot and Rebellion, Popular Politics and Culture in England 1603-1660*. Oxford, 1985, p. 121.

por via legal. Talvez por isso mesmo, o livro recupere a dupla dinâmica da estrutura judiciária inglesa: coibidora e inovadora.

Nesse passo, adquirem sentido as discussões que o autor mantém com o marxismo. A vertente marxista contra a qual invectiva, entretanto, reflecte linhagens ancoradas em posturas oficiais, linhagens vulgares, que dão ao leitor, em certas passagens, a sensação de que o autor enfrenta moinhos de vento. Vale dizer, *Senhores & Caçadores*, rescende às velhas lutas e oposições travadas por um grupo de intelectuais ingleses no interior do Partido Comunista inglês, nos anos 50. Provavelmente seja por essa razão que o livro desconheça as contribuições marxistas e para-marxistas referentes aos problemas da ideologia e da cultura que, pelo menos desde os anos 30 e 40, já haviam sido tocados, sobretudo no segundo momento, pela densa produção dos frankfurtianos¹³.

Nesse fluxo de considerações é possível extrair outros desdobramentos do livro de Thompson, e que já se encontram presentes em suas publicações anteriores, ou seja, o seu progressivo distanciamento do marxismo. Em *Senhores & Caçadores* o autor deliberadamente não trabalha com categorias explicativas, como classe, por exemplo. Assim, ao recusá-las, a construção de sua obra passa a reflectir esta postura, ou seja, o autor dá a seu livro o andamento da trajetória da sua pesquisa. O conhecimento da História deixa de ser uma construção a partir da recuperação do processo de criação colectiva dos homens, para assemelhar-se ao processo de investigação do estudioso. Nesse passo, a ruptura de Thompson com o Partido Comunista inglês reverbera o seu próprio distanciamento do marxismo, transformando o autor num tipo de pensador radical, assemelhando-se aos marginais que ele próprio buscou recuperar. Considerar tal dimensão da obra de Thompson, porém, recoloca um novo patamar de discussões, patamar este que apenas enriquece o debate em torno do processo de conhecimento científico, mas que em nada diminui a densidade e a leveza da sua obra, após a qual, como disse Hobsbawm, "o século dezoito nunca mais será o mesmo".

¹³ Dentre os autores recentes que se encaminharam por explicações diferentes daquelas propostas por Thompson, destacamos: H. J. PERKIN, *The Origins of Modern English Society 1780-1880*, Routledge & Kegan Paul, London, 1969, que analisa a emergência da sociedade de classe de uma forma menos combativa e a consciência de classe como resultante em parte pela abdicação das responsabilidades sociais tradicionais por parte dos dirigentes e, em parte, por sua rejeição pela classe média; CRAIG CALHOUN, *The Question of Class Struggle: Social Foundations of Popular Radicalism during the Industrial Revolution*, The University of Chicago Press, 1982, que enfatiza os protestos populares do período mais como desdobramentos de ações comunitárias do que de classe; R. GLEN, *Urban Workers in the Early Industrial Revolution*, Croom Helm, London, 1984, cuja pesquisa demonstra que, apesar da difusão das organização trabalhistas, as evidências de inter-relações de solidariedade são limitadas.

DOCUMENTAÇÃO

O TERRAMOTO DE 1755 VISTO POR UM DIPLOMATA HOLANDÊS EM LISBOA

Ana Maria Homem Leal de Faria

O violento sismo, seguido de maremoto (tsumanis), que no dia 1 de Novembro de 1755 devastou Lisboa, sobretudo devido ao incêndio que se lhe seguiu, foi sentido em todo o país, especialmente em cidades ou vilas do litoral, como Vila Nova de Gaia, Peniche, Cascais, Setúbal, Lagos, Faro ou Tavira. Diversos testemunhos dão-nos também conta da sua incidência no Norte de África (Marrocos), Espanha (particularmente em Cádiz), Holanda (nomeadamente em Haia e Amsterdão)¹. *"Sentiram a terra tremer debaixo dos pés; o mar ergueu-se em cachão mesmo dentro do porto e despedaçou o barcos ancorados; turbilhões de chamas e cinzas cobriram as ruas e praças públicas; as casas tombaram, os tectos esboroaram-se sobre os alicerces, e os destroços dispersaram-se. Trinta mil habitantes, de todas as idades e sexos, foram esmagados sob as ruínas. (...) – É o fim do mundo – clamava Cândido."*².

As dimensões do desastre levaram os contemporâneos a conferirem-lhe um carácter catastrófico e apocalíptico que inspirou abundante literatura, encheu o imaginário colectivo, levou a interpretações escatológicas ou à busca de explicações naturais e a relações, mais ou menos precisas, com a enumeração das perdas humanas e materiais. Dado que a maior parte desses testemunhos, bem como os seus reflexos literários, foram redigidos semanas, meses e até anos após o desastre, a epistolografia coeva reveste-se de particular interesse para um conhecimento mais

¹ *Sismicidade de Portugal. Estudos da Documentação dos Séculos XVII e XVIII*, M. R. Themudo Barata (dir.), 2 vols., Lisboa, G.P.S.N., 1988.

² Voltaire, *Cândido ou o Optimismo*, Lisboa, Guimarães Ed., 1989, pp. 25 e 26.

directo, quase jornalístico, do fenómeno, tal como o viram e sentiram aqueles que o presenciaram. Estão neste caso as cartas dos comerciantes³ estrangeiros ou dos diplomatas que, dos arredores de Lisboa, informavam os respectivas sócios ou governos da extensão do cataclismo. Ora, a correspondência diplomática de Herman Joseph Braamcamp, revela-nos um relato a dois dias apenas da grande desgraça que se abateu sobre o país, sobretudo a sua capital.

De origem holandesa, este diplomata encontrava-se em Portugal já há mais de dez anos pois sabemos que em 1744 recebera o hábito de Cristo. Casou, em primeiras núpcias, com Teresa Teodora de Mascarenhas e Ataíde tendo sido acreditado, a 28 de Julho de 1751, como ministro residente do rei da Prússia junto do governo de D. José.

Descendia do primeiro pastor protestante de Ryssen, de uma família de bens territoriais avultados, mas já arruinada. O pai, Jan Braamcamp, nascido em 1670, foi o primeiro católico romano da família e, em Amsterdão, casou em 1699 com uma senhora viúva, Hendrumi van Baeck. Entre os numerosos filhos deste casamento destacou-se, para além de Herman Joseph, nascido em 1709, o primogénito, Gerret, dono de uma famosa galeria de pintura e preciosidades artísticas⁴ que ainda hoje existe.

Do primeiro matrimónio de Herman Joseph nasceram vários filhos que morreram ainda crianças. Viúvo em 1751, voltou a casar, logo no início do ano seguinte, no oratório da Quinta da Luz, em Carnide, com Maria Inácia de Almeida Castelo Branco, primeira senhora do Morgado da Luz, filha do Brigadeiro Manuel de Almeida Castelo Branco, governador do Rio de Janeiro.⁵ Desse casamento, que lhe assegurava as boas graças de ambos os monarcas, nascerá numerosa descendência e serão estabelecidos laços familiares com algumas famílias portuguesas em ascensão no período pombalino. É o caso da ligação aos irmãos Cruz Sobral (Anselmo, Joaquim e José) através do casamento do seu filho mais velho, Geraldo Venceslau, 1º barão do Sobral, com Joana Maria, filha de Anselmo, o mais rico dos três, com interesses na Companhia do Grão Pará e Maranhão, na do Tabaco, na venda do papel selado, director das Alfândegas; grande mecenas, foi protector do músico João Domingos Bomtempo e concedeu a maior parte do capital necessário à construção do teatro São Carlos, que veio a ser a casa de Ópera de Lisboa.⁶

³ Cf. carta de Duncan Clerck, escrita em Cacilhas, a 18 de Novembro de 1755, pub. in *Sismicidade de Portugal (...), op. cit.*

⁴ Cf. *Catalogue du précieux Cabinet de Tableaux, Dessins, Estampes et de Statues renommé par toute l'Europe et recueilli, en plusieurs années, par Monsieur Gerret Braamcamp (...),* Amsterdam, 1771.

⁵ Geheimes Staatsarchiv Preußischer Kulturbesitz, H.A.Rep.11, Nr.200, Fasc.28., ofício de 30 de Novembro de 1751 ao Secretário de Estado Finckenstein.

⁶ Marquis de Bombelles, *Journal d'un ambassadeur de France au Portugal. 1786-1788*, Paris, F. Calouste Gulbenkian/P.U.F., 1979.

O início do reinado de D. José dava a Braamcamp a esperança da concretização de um projecto que irá acalentar toda a sua vida: a negociação de um tratado económico entre a corte prussiana e a portuguesa, tanto mais oportuno quanto as mudanças políticas ocorridas após a morte de D. João V pareciam indicar ser o florescimento do comércio, "*extremement tombé par les desordres continuels pendant les huit annés de maladie du defunt Roi*", uma das prioridades do Conselho das Finanças. Um receio, apenas: "*que toutes ces belles intentions réviendront à peu de chose, et que vraisemblablement, ils se conserveront dans leur ancienne indolence, ou ignorance, pour ce qui regarde le commerce en general*". Mas uma esperança: "*vû d'ailleurs, que la France n'a jamais pu y parvenir, mais cette Nation jouit ici depuis longtemps des memes prérogatives à peu près que les Anglois et les Hollandois. Ainsi si nous pouvions seulement obtenir la même jouissance que les François, cela suffiroit à mon avis, pour en tirer des avantages très considerables*"⁷.

Infelizmente, três anos mais tarde ainda nada tinha conseguido e disse se lamenta em ofício ao Secretário de Estado Finckenstein: "*J'ose prier a votre Excellence de vouloir bien metre aux pieds de notre très gracieux Souverain mon zèle inalterable pour ses ordres Sacrée, ainsi que mon ardent desir de me rendre utile dans le poste dont il à plú à sa Majesté de m'honorer. L'inutilité ou je me considere n'etant pas une de mes moindres inquietudes; je tache pourtant aux possible d'avoir l'œil sur les occasions qui pourront se presenter, recommandant nos fabriques aux negotiants de cette ville, comme étant le principal object de mon attention pour le present*"⁸.

O ano seguinte será marcado pelo grande terramoto, cujo testemunho publicamos. No entanto, as sequelas do sismo continuavam a preocupar os naturais, ecoando na correspondência diplomática do residente do rei da Prússia: "*Les legeres secousses de tremblement de terre continuent toujours de deux à trois reprises dans les vingt quatre heures, mais sans causer le moindre damage. Malgré que nous sommes au plus fort de l'hiver nous avons un printemps continuel et un soleil ardent pendant trois à quatre heures durant la journée. Ce beau temps hors de saison, depuis de quinze jours, augmente les justes alarmes des habitants, qui craignent par lá et quelque nouveau coup d'eclat de tremblement, et la sterilité, manque de pluies*"⁹.

E a terra continuará a tremer, nos meses e anos seguintes, como relatam também diversos outros testemunhos¹⁰.

⁷ Geheimes Staatsarchiv Preußischer Kulturbesitz, *op. cit.*

⁸ *Idem*, H.A. I, Rep. 11, Nr. 200, fasc. 26, ofício de 14 de Agosto de 1754.

⁹ *Idem*, H.A. I, Rep. 11, Nr. 200, fasc. 29, ofício de 3 de Fevereiro de 1756.

¹⁰ Cf. *Sismicidade de Portugal (...)*, M. R. Themudo Barata (dir.), Lisboa, G.P.S.N., 1988, vol. II, pp. 298 -300.

DOCUMENTO

Sire

Je crois devoir rendre compte a Votre Majesté, comment il à plù au Seigneur de L'univers d'apresentir son bras de justice sur les inhabitants de la ville et des alentours de Lisbonne, par plusieurs secousses de tremblement de terre. La premiere qui commença avant hier au matin, le premier du courant, précisément a nœvf heures et demy, a bouleversé les trois quarts des maisons de la ville, ou un embrasement actuel dans plusieurs quartiers acheverá les restant, tous les habitant qui ont pù sauver la vie s'étant fui a la campagne, ou les maisons ont moins souffert.

J' ai sur le champ expédié un domestique a Bellem, maison de campagne a une demy lieux de la ville, pour m'informer de l'etat ou se trouvoit la famille Roiale, qui m'a raporté l'agreable nouvelle, que leurs augustes personnes avoit tous eüe le bonheur de se sauver de leurs Palais en parfaite santé. Le lendemain j'ecrevis au ministre d'Etat et lui expediai une letre de felicitations, au nom de Votre Majesté, au Roi sur cet heureux evenement, me trouvant hors d'etat de parroitre moi même a la Cour manque du necessaire, même d'habillement, mais dans deux ou trois jours je compte pouvoir rendre mes respects à Ll. M.tés

Dieu ma fait la grace de me conserver la vie et a toute ma famille; les ministres etrangers qui resident a cette cour ont eue le même bonheur, excepté l'ambassadeur d'Espagne comte de Perelada, qui est resté sous les ruines de sa maison. L'on craint que le tremblement ait esté general par tout le Rauiaume, est peut estre plus avant sur les frontieres d'Espagne, et en concequence l'aproche vers cette ville d'une peuple infinie, ce qui pourra nous afliger d'une famine ou d'autres fleaux, dont il plairá a Dieu de nous preserver.

La ville de Lisbonne, compté de pair avec les plus grandes de l'Europe, se trouverá dans trois a quatre jours ruiné à jamais par l'incendie. Aucun de ces nombreuse temples a resté sur pied, et malheureusement elles etoit rempli de monde, a cause du jour de tous les Saints, les deux tiers aiant resté ensevelie sous les ruines. Nombre de personnes de tout etat ont eue le même sort dans leurs maisons ou ailleurs.

Le Palais du Roi, outre le domage causé par le tremblement est reduit en cendre par le feu, ainsi que le magnifique Opera, le grand hopital, et je crois tous les batiments public. Les fortresses du rivage et de la terre ferme ont beaucoup souffert, et la rivierre, par la premiere secousse s'étant enflée, a produit une inondation dans la basse ville avec beaucoup de domage au corps et aux biens. La perte generale est irreparable et la plus part des marchands se trouvent ruinés mais le poids de leur malheur tomberá principalement sur ceux des Pais etrangers qui faisoit leur comerce ici.

La premiere et la plus forte secousse a duré pres de quatre minutes, le temps étoit serraïn et beau, mais le soleil extremement chaud pour la saison, les trois suivante secousses, pendant le même jour, étoit beaucoup moins forts, et ceux que nous sentons depuis demeuvent a mezure. La consternation de toutes ces peuples campé a decouvert, manquant le necessaire, forme un spectacle des plus touchant; cependant l'on se flatte que la bonté extreme du Roi, et une bonne provision de grains qui subsiste, leurs magasin aiant esté preservé du feu, pourront les soulager.

J'apren dans cet instant que Sa Majesté est monté a cheval, qu'il parcourt les alentours de la Ville a fin de donner lui même ses ordres pour soulager ces sujets et les consoler par Sa presence.

Je me trouve Dieu merci comme les autres campé au bel air tout pres de ma maison de campagne, assés delabrée, distant a une lieu de la ville, et autant de la Cour, mais je suis tres embarrassé comment nourrir, faute de vivres, plus de cent personnes qui se sont refugiés chez moi de gré et de force.

Si Votre Majesté juge a propos d'ecrire des lettres de consolation et de felicitation au Roi de Portugal je me trouverai tres honoré den estre le porteur.

Je prie le tout Puissant qu'il veuille combler la Sacrée personne de Votre Majesté de Sa Sainte benediction, demeurant avec le plus profond respect.

*De Votre Majesté
Le plus humble et le
plus fidel Sujet*

Herman Joseph Braamcamp

Campé a N.re Dame de la Luz 3eme Novembre 1755¹¹

¹¹ Geheimes Staatsarchiv Preußischer Kulturbesitz, H.A., I Rep. 11, Nr. 200, Fasc. 26, ofício de 3 de Novembro de 1755.

NOTICIÁRIO

A POLITIZAÇÃO DOS CAMPOS NO SÉCULO XIX (FRANÇA, ITÁLIA, ESPANHA, PORTUGAL E GRÉCIA)

José Tengarrinha

Sob este tema realizou-se em Roma, em 20, 21 e 22 de Fevereiro último um Colóquio Internacional organizado pela Escola Francesa de Roma, com a colaboração da Escola Normal Superior (Paris), a Universidade de Girona e a Universidade dos Estudos de Tuscia-Viterbo.

Participaram 25 especialistas de história rural, entre os quais, de França, Mauricé Agulhon (Colégio de França), Roger Dupuy (Un. Rennes), Alain Corbin (Un. Paris I) e Gilles Pécout (ENS, Paris); de Itália, Renato Zangheri (Un. Bolonha) e Stefano Pivato (Un. Urbino); de Espanha, Ramón Villares (Un. Santiago de Compostela) e Jordi Canal (Un. Girona); da Austrália, Peter Mc Phee (Un. Melbourne); do Canadá, Caroline Ford (Un. Colômbia Britânica-Vancouver); da Grécia, Christos Hadziiossif (Un. Creta); e, de Portugal, José Tengarrinha (Un. Lisboa).

Os painéis versaram sobre "O papel dos Estados-Nações na aculturação política" (Pres. R. Dupuy), "Os quadros sociais e económicos da penetração das novas ideias" (Pres. R. Zangheri), "Os meios e as estruturas de socialização política" (Pres. J. Tengarrinha) e "As clivagens políticas nos campos" (Pres. M. Agulhon).

O colóquio destacou-se por três principais razões:

1. Pela primeira vez houve um balanço sobre a situação dos estudos nesta matéria, que tem vindo a despertar interesse crescente, traduzido em elevado número de trabalhos vindos a público nos últimos anos, não apenas na Europa mas igualmente nos E.U.A., Canadá e Austrália;

2. Ampliado o horizonte geográfico a realidades até aqui muito pouco conhecidas como Portugal e Grécia. O caso português foi motivo de atenção, tendo a comunicação apresentada incidido sobre "A projecção política do Absolutismo e do Liberalismo no mundo rural português (sécs. XVII-XIX)";

3. Renovaram-se conceitos fundamentais que pautavam o discurso historiográfico neste domínio, em especial o de "politização dos campos". Levantaram-se reservas ao conceito demasiado restritivo de "politização" defendido por Maurice Agulhon (*Histoire de la France Rurale* – vol. 3, e *La République au village*) que a situava apenas a partir do estabelecimento do sufrágio universal (masculino) na sequência das revoluções de 1848. Acabou por admitir-se que o conceito já é válido para o final do Antigo Regime (mesmo anterior às eleições para os Estados Gerais) – no caso de Portugal tendo sido referido, em especial, o processo de politização dos campos quando das Invasões Francesas. Tal levou a que, no final, provisoriamente, tivesse sido adoptado o conceito proposto por Roger Dupuy de "proto-política", levantando interessantes perspectivas de desenvolvimento teórico.

Reconheceu-se que o Colóquio constitui um marco no estudo deste tema, pelo que foi decidida a publicação das Actas no princípio do próximo ano.

III JORNADAS DE HISTÓRIA IBEROAMERICANA

O BARROCO E O MUNDO ATLÂNTICO

O Instituto de Cultura Ibero-Atlântica realizou em Portimão, de 8 a 11 de Maio a 3.^a edição das Jornadas de História Iberoamericana. Este encontro científico anual tem reunido, desde 1995 (data de fundação do ICIA) prestigiados investigadores portugueses, espanhóis e ibero-americanos, em representação de dezenas de universidades. Discutindo, perante um vasto público, a história ibérica no espaço atlântico a partir de uma sequência temática e diacrónica, este ano o programa organizou-se em torno de "*O Barroco e o Mundo Ibero-Atlântico*" sob a responsabilidade científica da Professora Doutora Trinidad Barrera (Universidade de Sevilha) e do Professor Doutor José Manuel Tengarrinha (FLUL).

Durante o primeiro dia discutiu-se "*Estado e poderes: afirmações, resistências e rupturas*" em torno de leituras plurais relativas à Catalunha (Joaquim Albareda, Univ. de Girona), ao Algarve (António Oliveira, Univ. de Coimbra), a Minas Gerais (Caio Boschi, PMUC – Belo Horizonte), ao Estado e Instituições portuguesas (José Manuel Tengarrinha, FLUL e Nuno G. Monteiro, ISCTE). A abordagem múltipla ao barroco levou-nos também à "*Arte: estética e sentimentos*" através da expressão plástica (Vitor Serrão, FLUL, e Magno Melo), teatro (Piedad Bolaños, Univ. Sevilha), liturgia musical (Rui Vieira Nery, Univ. Nova) e sentimento religioso (José Alberto Quaresma, ICIA). O Padre António Vieira, a lírica de Anchieta, o gongorismo e o barroco literário americano foram amplamente discutidos por especialistas portugueses e espanhóis (Aníbal Pinto de Castro, Pedro Calafate, Luisa Trias Folch e Nicolás Extremera, Teodósio Fernandez e Trinidad Barrera) no dia destinado à "*Literatura:*

efemeridade e transcendência". Os trabalhos terminaram com a realização de uma viagem pelo barroco no sotavento algarvio (Portimão, Lagos e Vila do Bispo) sob orientação de Francisco Lameira.

Paralelamente ao programa científico das III Jornadas, o ICIA promoveu um programa cultural complementar destinado a um vasto público. Júlio Martin – Teatro Maizum interpretou *Sermões... do bom ladrão, de Santo António e de Quarta feira de Cinzas*, justamente no Colégio jesuíta de Portimão. O encontro com a *literatura ibero-americana* concretizou-se numa agradável conversa com Nuno Júdice e Luis Sepúlveda que nos trouxe, entre outras, "a história de uma gaivota e do gato que a ensinou a voar". O *ciclo de cinema* sobre a época barroca passou João Mário Grilo, Imanol Uribe, Jean Paul Rappeneau e Stephen Frears. O programa cultural foi encerrado com o *Coro Cantus Firmus*, dirigido pelo maestro Jorge Matta, que trouxe, à Igreja Matriz de Portimão, Carlos Seixas e Monteverdi.

Durante o encontro realizou-se uma *feira do livro* temática com a participação das livrarias Teorema II (Portimão), Colibri (Lisboa) e Céfiro (Sevilha) onde os participantes puderam adquirir bibliografia especializada de autores portugueses e espanhóis.

Fazendo jus ao compromisso assumido anualmente com investigadores/autores e participantes/leitores, o ICIA lançou o livro de actas das II Jornadas que decorreram em Portimão no ano anterior. Coordenada por Maria da Graça Mateus Ventura, a edição da Colibri foi patrocinada pelo ICIA, CNCDP e Câmara Municipal de Portimão. Com prefácio do Professor Doutor António Borges Coelho (Presidente do ICIA) e palavras introdutórias da Comissão Científica das II Jornadas (Professores Doutores A. A. Marques de Almeida e Juan Gil), a obra intitulada *A União Ibérica e o Mundo Atlântico* reúne dezanove comunicações em português e castelhano distribuídas por quatro capítulos: Política e administração, Economia e sociedade, Cultura e mentalidades, Extremo Oriente. Incluíram-se os debates no final de cada capítulo.

O Instituto de Cultura Ibero-Atlântica e todos os investigadores e professores participantes neste encontro prestigiaram este projecto de descentralização cultural e científica e de cooperação interuniversitária, estimulando-nos a prosseguir com entusiasmo renovado.

Maria da Graça A. Mateus Ventura
Instituto de Cultura Ibero-Atlântica

TESES DE DOUTORAMENTO INSCRITAS NO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA

Doutorandos em História Antiga

História Pré-clássica

António Joaquim Ramos dos Santos, "O sector privado na economia da Babilónia recente. Origem e transmissão da riqueza" (1991), orientação de Emanuel Bouzon (Rio de Janeiro) e José Nunes Carreira. Concluída.

Luís Manuel de Araújo, "Estatuetas funerárias egípcias da XXI dinastia (1070-945 a.C.)" (1994), orientação de Joseph Padró (Barcelona) e José Nunes Carreira. Concluída.

História Clássica

Tatiana Petrovna Kuznetsova Resende, "Mosaicos dionisíacos na Península Ibérica" (1990), orientação de Janine Lancha (Paris), José Augusto Ramos e Victor Gonçalves. Concluída.

Amílcar Manuel Ribeiro Guerra, "Os nomes pré-romanos de natureza geográfica do Ocidente peninsular" (1993), orientação de Jürgen Untermann (Colónia) e José Augusto Ramos. Avançada.

Doutorandos em História Medieval

Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, "Entre o Tejo e Odiel. Do século XI ao XIV. Organização do espaço, sistema social e integração política" (1993), orientação de António Dias Farinha.

José Manuel Henriques Varandas, "*Bonus Rex* ou *Rex Inutilis*. Poder e instituições no reinado de Sancho II (1223-1248)" (1996), orientação de Pedro Gomes Barbosa.

Julieta Maria Aires de Almeida Araújo, "Valhadolid e Portugal. Contribuição para o estudo das relações luso-castelhanas nos séculos XIV-XV" (1995), orientação de Joaquim Veríssimo Serrão.

António Maria Balcão Vicente, "Os campos de Trás-os-Montes: a paisagem, os homens e a estrutura agrícola (séculos XII a XIV)" (1997, orientação de António Borges Coelho e Pedro Gomes Barbosa.

Doutorandos em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa

José Jorge da Costa Couto, "O Património da Companhia de Jesus na Capitania Geral de Pernambuco. Constituição para o estudo da desamortização no Brasil. 1759-1807" (1992), orientação de Joaquim Veríssimo Serrão.

Francisco José Rogado Contente Domingues, "Fernando Oliveira e o *Livro da Fábrica das Naus*", (1993), orientação de Joaquim Veríssimo Serrão.

José Augusto Nunes da Silva Horta, "Portugal e África: textos e representação. O caso da Guiné do Cabo Verde (1578-1697)" (1995), orientação de Joaquim Veríssimo Serrão e António Dias Farinha.

Doutorandos em História Moderna

Rogério de Oliveira Ribas, "O Islamismo na Inquisição Portuguesa nos Séculos XVI e XVII" (1994), orientação de António Borges Coelho e António Dias Farinha. Avançada.

Maria Leonor García da Cruz, "A Governação de D. João III" (1992), orientação científica de Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz. Avançada

Fernando Calapez Corrêa, "Luta de Poderes no Golfão Luso-Marroquino durante o Século XVII" (1995), orientação de Joaquim Veríssimo Serrão. Adiantada.

Ana Maria Homem Leal de Faria, "Duarte Ribeiro de Macedo – Problemas das Relações Internacionais de Portugal no Período da Regência de D. Pedro" (1990), orientação de Joaquim de Veríssimo Serrão e Maria do Rosário Themudo Barata. Avançada.

Joaquim Candeias Silva, "Abrantes e seu Termo no Período Filipino" (1994), orientação Joaquim Veríssimo Serrão. Avançada.

Ana Paula Avelar, "Imagens e Vivências na Historiografia Luso-Indiana do Séc. XVI (1498-1550) – Contributos para uma História das Mentalidades" (1993), orientação de Joaquim Veríssimo Serrão. Avançada.

Maria de Fátima Marques Dias Antunes dos Reis, "Santarém na Primeira Metade do Século XVIII: Contribuição para a História das Instituições e da Vida Quotidiana" (1992), orientação de Joaquim Veríssimo Serrão e Maria do Rosário Themudo Barata. Avançada.

Maria Paula Marçal Lourenço, "A Casa das Rainhas de Portugal (1642-1754)" (1992), orientação de Joaquim Veríssimo Serrão e Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo Cruz. Avançada.

Doutorandos em História Contemporânea

Ernesto Castro Leal, "Nação e Nacionalismo. A Cruzada Nuno Álvares e as origens do Estado (1890-1940)" (1989), orientação de João Medina. Avançada.

Maria Júlia de Oliveira e Silva, "A Vida Económica de Santarém no séc. XIX. 1834-1868" (1989), orientação de José Tengarrinha. Avançada.

José Brissos, "O Cabralismo na evolução do Constitucionalismo Monárquico em Portugal" (1838-1851) (1993), orientação de João Medina e Maria Manuela Tavares Ribeiro (co-orientadora). Avançada.

Doutorandos em História de Arte

Fernando Grilo, "Nicolau de Chanterene e a escultura do Renascimento" (1994), orientação de Pedro Dias, da Universidade de Coimbra.

Margarida Valla, "Os Engenheiros Militares no planeamento das cidades no século XVII" (1996), orientação de Vitor Serrão.

Manuel Batoréo, "Moda, Modelo, Molde. A influência da gravura na pintura portuguesa, 1500-1540", orientação de Vitor Serrão e Iquare Vardevivere, da Universidade de Louvain-la-Neuve.

Doutorandos em História de África

Mavinga João Fernandes, "Para o Estudo da Formação da Consciência Nacional Angolana – Último Quartel do Século XIX - Meados do Século XX" (1995), orientação de António Borges Coelho e Isabel de Castro Henriques. Avançada.

Iva Maria Alaide Vilhena Cabral, "A Evolução da Sociedade Caboverdeana: do armador ao morgado (séc. XV - séc. XVII) (1995), orientação de António Borges Coelho e António Dias Farinha. Avançada.

Doutorandos em Arqueologia

Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião, "O Mundo Indígena do território Celta do Sul de Portugal e a sua romanização" (1992), orientação de Armando Coelho Ferreira da Silva e Victor dos Santos Gonçalves.

João Pedro de Paiva Gomes Cunha Ribeiro, "O Acheulense no Centro de Portugal" (1996), orientação de Jean-Pierre Texier e Victor dos Santos Gonçalves.

Mariana Teodósia Lemos Castelo-Branco Diniz Brum da Silveira, "A Neolitização no interior Sul de Portugal. Estratégias temporais e tempo longo" (1997), orientação de Victor dos Santos Gonçalves.

IN MEMORIAM

GEORGES DUBY

António Borges Coelho

"Naquele tempo, os mortos estão vivos, ninguém duvida. Não se sabe bem onde, mas vivem... Estão, como costuma dizer-se, a penar, o que os torna irascíveis, vingativos, maus. Os mortos metem medo..." (*As Damas do Século XII*). Evoco estas palavras de Georges Duby, no momento em que a morte o levou para sempre. Ele vive e viverá longo tempo entre nós mas não mete medo. Pelo contrário, as suas palavras continuarão a iluminar, na longa viagem do tempo, os guerreiros, os padres e os camponeses medievais. Surpreende a intimidade da casa e do bosque, no tempo em que o desejo do cavaleiro caía como ave de rapina sobre o corpo da jovem de longos cabelos soltos.

Incomodado por os historiadores dedicarem tão pequeno espaço à meta-de da humanidade constituída pelas mulheres, Georges Duby dedicou-lhes uma trilogia e reservou-lhes um largo espaço na *História da Vida Privada* que co-dirigiu com Philippe Ariès. Afinal a mulher não era somente "o naco mais saboroso do saque". O poder, o misterioso, inquietante, incontestável poder das mulheres nascia da vida que saía das suas entranhas, como da terra fértil, vida que, quando extinta, à mulheres regressava como à terra acolhedora. As duas funções, maternal e funerária, destinavam a dama à direcção das "exéquias" ou serviços que os antepassados exigiam dos vivos.

Agora, que também ele foi engrossar o mundo crescente dos mortos, a homenagem porventura que mais estimaria não será tanto a de escrever o seu nome no memorial dos grandes historiadores deste século que necessariamente integra, pesando e discutindo a importância do lugar, mas conviver com o universo de sentidos com que, pela sua escrita, recriou a Idade Média europeia.

A história, como diria o quinhentista João de Barros, é memória entregue à custódia das letras. Das letras, da escrita. Por isso, Georges Duby

tempera as palavras. E se não substimou os pequenos factos, não regateou inteligência e imaginação para suprir os esquecimentos e os longos silêncios do passado medieval. Referindo-se ao desprezo com que os historiadores positivistas desdenharam alguns testemunhos daquele tempo, escreveu: "Também eu sou positivista. A meu modo. Para mim, o positivo não está na realidade dos "pequenos factos verdadeiros", pois sei bem que jamais a apreenderei. O positivo é este objecto que conserva um eco, um reflexo, palavras, gestos irremediavelmente perdidos."

A Europa, a do Império Carolíngio (a Península Ibérica, cristã e moura, mal aflora), que Georges Duby recria, por exemplo em *Guerreiros e Camponeses (séculos VII-XII)*, essa Europa ainda tão próxima de nós está materialmente bem longe. "O nível de civilização material permaneceu tão baixo, que a questão principal da vida económica se processa na luta que o homem tem de travar com a natureza para garantir a sua sobrevivência". Durante todo este período, a floresta parece ter dominado a paisagem natural. O poder da Natureza excedia o poder do homem. Para medir o poder da Natureza, Georges Duby procurou, no terreno, vestígios que desvendassem o clima e a paisagem antiga, mantidos ainda nos nomes das terras e dos campos, no sistema de vias, nos limites das propriedades, na vegetação, nos segredos escondidos pelos glaciares.

O Tempo das Catedrais é o tempo do despertar do mundo medieval. Os senhores transferem a sua morada para a cidade e a ela convergem os produtos dos seus domínios. As principais mercadorias são o pão, o vinho e a lã. E se a arte das catedrais é uma arte urbana, ela alimenta-se dos campos próximos. Tempo de arroteadores, de semeadores, de plantadores de vinhas, de canteiros e construtores. Os bois da lavra são esculpidos na pedra. Nos capitéis florescem as folhas das searas. E nas fachadas das catedrais de Amiens e de Paris, o ciclo das estações é representado pelos trabalhos dos camponeses.

Georges Duby tinha consciência de que, no estado actual das ciências do homem, a parte do imaginário na evolução das sociedades humanas está ainda muito obscura. Mas entende que a história das sociedades tem de fundar-se na análise das estruturas materiais, na reconstituição da distribuição dos poderes, na percepção dos diferentes movimentos que determinaram a evolução do povoamento, na definição do nível das técnicas de produção e de comunicação, no compreender o modo como se repartiam as tarefas e a riqueza.

A obra de Georges Duby é muito vasta. Estas poucas palavras apenas pretendem homenagear o historiador e despertar o leitor menos atento para a estimulante leitura dos seus livros.

Há poucos anos estive em Lisboa. Estou a vê-lo na visita que efectuou ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo: alto, espadaúdo, pés compridos, verbo claro, um príncipe como os que retratou nas suas longas deambulações pela Idade Média.

Toda a vida questionou os métodos e as ferramentas do seu ofício. E com humildade falava dos seus limites. "Fomos progressivamente descobrin-

do que a objectividade do conhecimento histórico é um mito, que toda a história é escrita por um homem e que quando esse homem é um bom historiador põe na sua escrita muito de si próprio, – declarava numa entrevista –. O historiador conta uma história, uma história que ele forja recorrendo a um certo número de informações concretas. Não me faça dizer que eu repudio o método histórico criado e aperfeiçoado com tanto rigor pelos nossos predecessores do século XIX e do princípio do século XX. Pelo contrário".

Inventamos métodos cada vez mais sensíveis para alcançar a inalcançável e necessária objectividade. Noutros tempos escrevia-se que o fim da história é a verdade. Certamente que é. Só que a objectividade não se deixa copular. Quando parece render-se, exposta na sua nudez, de novo foge e se interna no bosque onde necessariamente corremos como o manhoso, cavaleiro e namorado Leonardo em perseguição da ninfa Efire "que mais caro do que as outras dar queria/ o que deu para dar-se a Natureza".

LEMBRANDO ALBERT SILBERT

José Tengarrinha

A repercussão entre nós do falecimento de Albert Silbert, no final de Dezembro último, esteve longe de corresponder à real influência que exerceu e continuará a exercer na historiografia portuguesa.

Da parte da nossa comunidade de historiadores não surpreende, sendo conhecida a sua estranha atitude, em geral, sobre as obras alheias. Aliás, um estrangeiro que dedicou a maior parte da sua vida ao estudo da história contemporânea portuguesa e que nesse domínio deixou trabalhos que são pontos de referência fundamentais, só não foi totalmente esquecido pelas nossas instituições porque a Universidade de Coimbra, há não muito tempo (1991), decidira atribuir-lhe o doutoramento "honoris causa". O que surpreende tanto mais quanto é certo que Albert Silbert nunca deixou de estar interessado em temáticas portuguesas e de corresponder às solicitações para participar em reuniões científicas no nosso país. Queixava-se, até, de que não eram tão frequentes como desejava.

O seu interesse pela história portuguesa muito nos deveria agradar, sabendo-se quanto, até anos recentes, a atenção sobre o espaço ibérico sempre fora dominada pela Espanha. Algumas contingências, produto dos conturbados tempos em que viveu, propiciaram a sua ligação a Portugal. Conta-se em duas palavras. Antes da guerra, ao frequentar o curso preparatório da agregação orientado por Fernand Braudel, já fora introduzido na história ibérica. Detido quando da invasão da França, foi num campo alemão que aprendeu a nossa língua, com um seu companheiro de prisão, filho de emigrantes portugueses. Assim, após a Libertação, estava em condições de preparar uma tese de doutoramento sobre Portugal, em resposta à sugestão de Braudel, que sempre tinha a preocupação de distribuir os seus colaboradores e mais destacados discípulos por várias partes do mundo.

Além desse mestre, muito ficou a sua formação a dever a Marc Bloch, que teve ocasião de escutar em 1939 na Sorbonne, e a Georges Lefebvre, que, como ele próprio disse, lhe abriu o gosto por uma história agrária orientada para o estudo associado das velhas estruturas e das crises que lhes puseram fim. Após uma interrupção de seis anos com a guerra, é com Ernest Labrousse que, numa visão simultaneamente estrutural e conjuntural, adquire a perspectiva de uma história económica em que os homens não são esquecidos.

Aplicando à Península tais princípios, orienta-se para o estudo do espaço mediterrânico português (Alentejo e parte da Beira Baixa) na perspectiva das suas estrutura agrária e sociedade, no final do Antigo Regime. Era, verdadeiramente, um campo novo. Daí, duas das grandes dificuldades que desde o início enfrentou: a falta de interlocutores na história portuguesa, que parcialmente tenta colmatar no diálogo com um geógrafo, Orlando Ribeiro, e com um agrónomo, Mariano Feio, grande conhecedor dos problemas do Alentejo; e a busca documental, desbravando caminhos inteiramente novos, para o que tinha de debater-se com o estado de quase total falta de organização dos nossos arquivos, falhos de elementos de busca e roteiros. E foi assim que, ao cabo de uma muito longa e penosa pesquisa - vista pelas autoridades portuguesas com indiferença, se não mesmo com alguma suspeita - termina a monumental obra entregue na Sorbonne em Abril de 1963 e publicada pela primeira vez em 1966, em Paris, com o título *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime - XVIII-début du XIX siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*. Era, no dizer de Orlando Ribeiro, "trabalho fundamental para o conhecimento da evolução humana num terço da terra portuguesa" (*A evolução agrária no Portugal Mediterrâneo*, Lisboa, 1970, p. 7). E estava assim lançada a primeira pedra para o conhecimento das estruturas agrárias e da sua evolução numa vasta região com unidade geográfica e económica e num momento crucial da história portuguesa. Traçado o grande quadro, simultaneamente com largueza, minúcia e rigor, na boa linha da fecunda historiografia regional francesa, criavam-se condições e estímulos para a realização de outras investigações sobre a região, com carácter monográfico ou não, o que nos últimos anos tem vindo a acontecer.

Da maior importância para o estudo da relação entre os campos portugueses e a Revolução Liberal foi o trabalho sobre o movimento peticionário às Cortes de 1821-1822, intitulado *Le problème agraire portugais au temps des premières cortès libérales* (Paris, P.U.F., 1968). E ainda o conjunto dos estudos, que lançaram novas interpretações sobre a nossa história liberal, reunidos sob o título *Do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista* (Lisboa, Livros Horizonte, 1972). Espera-se que venham a ser coligidos os estudos dispersos, em especial as comunicações, conferências, artigos, depoimentos que durante vários anos fez sair em Portugal.

Havia muito não era para mim um desconhecido, dada a ligação a um amigo comum, Albert Soboul. Este, quando foi leccionar na Sorbonne,

deixou a Albert Silbert o seu lugar na Universidade de Clermont-Ferrand, que ocuparia até se reformar. Ao longo das deambulações pelos arquivos portugueses, em especial na Torre do Tombo, houve ocasião de nos encontrarmos com frequência. Para mim foram sempre de grande proveito as conversas que tivemos sobre os domínios, com alguns pontos comuns, que investigávamos: ele, sobre as estruturas agrárias no Portugal Mediterrâneo no final do Antigo Regime, eu, sobre os movimentos camponeses em período idêntico. Aliás, como declaro na Introdução de *Movimentos Populares Agrários em Portugal (1751-1825)*, muito lhe devo pelo forte encorajamento que me deu quando, em 1981, ele presidia à sessão do colóquio em que apresentei os primeiros resultados da investigação. E, como eu, todos aqueles para quem a sua obra constitui um apoio insubstituível.

Saibamos, pelo menos agora, prestar-lhe a atenção devida, reeditando as suas obras esgotadas e publicando a recolha dos seus dispersos. Seria a homenagem mínima que lhe poderíamos prestar.

Lisboa, Julho de 1997

Colibri – Artes Gráficas
Faculdade de Letras
Alameda da Universidade
1699 Lisboa Codex
Telef. / Fax 796 40 38



TIAGEM
500 000
EXEMPLARES

CARTAS POLITICAS


CENTRO DE
HISTORIA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

J. Valença
1910